



Sur le **journalisme**
About **journalism**
Sobre **jornalismo**

Vol 5, n°2 - 2016

NORMAS DOS
PESQUISADORES
NORMS OF
RESEARCHERS
NORMES DES
CHERCHEURS

— & —

ÉDITORIAL
ET DÉBAT PUBLIC
EDITORIAL
AND PUBLIC DEBATE
EDITORIAL
E DEBATE PÚBLICO

EDITEURS / EDITORS / EDITORES

François Demers (Université Laval, Canada) • Florence Le Cam (Université libre de Bruxelles, Belgique) • Fábio Henrique Pereira (Universidade de Brasília, Brasil) • Denis Ruellan (Université Paris-Sorbonne, France)

CONSEILS SCIENTIFIQUES / SCIENTIFIC BOARD / CONSELHOS CIENTÍFICOS

Zélia Leal Adghirni (Universidade de Brasília, Brasil) • Henri Assogba (Université Laval, Canada) • João Canavilhas (Universidade da Beira Interior, Portugal) • Jean Charron (Université Laval, Canada) • Rogério Christofolletti (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil) • Béatrice Damian-Gaillard (Université de Rennes 1, France) • Salvador De León (Universidad Autónoma de Aguascalientes, Mexico) • Juliette De Maeyer (Université de Montréal, Canada) • Javier Diaz Noci (Universidad Pompeu Fabra, España) • David Domingo (Université libre de Bruxelles, Belgique) • Chantal Francoeur (Université du Québec à Montréal, Canada) • Marie-Soleil Frère (Université libre de Bruxelles, Belgique) • Mike Gasher (Concordia University, Canada) • Gilles Gauthier (Université Laval, Canada) • María Elena Hernández Ramirez (Universidad de Guadalajara, Mexico) • Thais de Mendonça Jorge (Universidade de Brasília, Brasil) • Eric Lagneau (LIER – EHESS, France) • Sandrine Lévêque (Université de la Sorbonne, France) • Kenia Beatriz Ferreira Maia (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil) • Pere Masip Masip (Universidad Ramon Llull, España) • Cláudia Mellado Ruiz (Universidad de Santiago, Chile) • Dione Oliveira Moura (Universidade de Brasília, Brasil) • Véronique Nguyen-Duy (Université Laval, Canada) • Greg Nielsen (Concordia University, Canada) • Raúl Hernando Osorio Vargas (Universidad de Antioquia, Colombia) • Sylvain Parasie (Université Paris-Est, France) • Laura Pardo (Universidad de Buenos Aires, Argentina) • Valérie Jeanne Perrier (Université Paris-Sorbonne, France) • Guillaume Pinson (Université Laval, Canada) • Mauro Pereira Porto (Tulane University, USA) • Franck Rebillard (Université Sorbonne nouvelle, France) • Viviane Resende (Universidade de Brasília, Brasil) • Rémy Rieffel (Université Panthéon-Assas, France) • Roselyne Ringoot (Université Grenoble Alpes, France) • Julien Rueff (Université Laval, Canada) • Eugénie Saitta (Université de Rennes 1, France) • Lia Seixas (Universidade Federal da Bahia, Brasil) • Nikos Smyrniotis (Université Toulouse 3, France) • Jean-François Têtu (IEP de Lyon, France) • Marie-Eve Thérenty (Université Paul Valéry, France) • Annelise Touboul (Université de Lyon 2, France) • Adeline Wrona (Université Paris-Sorbonne, France)

EQUIPE ÉDITORIALE / EDITORIAL TEAM / EQUIPE EDITORIAL

Cristiano Anunciação (assistant éditeur) • Elodie Bourgneuf, Textotexte (correction) • Yann Le Sager, Zen-at-work.com (conception graphique) • Helmut Obermeir (traduction) • Victor Wiard (assistant éditeur et traduction)

La revue est présente en ligne (www.surlejournalisme.com/rev). L'intégralité des articles est consultable. Vous pouvez vous inscrire pour connaître les appels à publication, les parutions de nouveaux numéros. Vous pouvez aussi déposer vos propositions d'article directement sur cet espace.

The Journal is online (www.surlejournalisme.com/rev). Its articles are all available for consultation. You can subscribe to be informed of the calls for publication as well as the new publications. You may also upload your own proposals on the platform.

A revista está disponível online (www.surlejournalisme.com/rev). A versão integral de todos os artigos pode ser consultada. Você pode se cadastrar para ser avisado sobre a abertura de uma chamada de trabalhos ou publicação de uma nova edição da revista. Neste espaço, você também pode submeter um artigo.

Numéros publiés - Published issues - Números publicados

- 2016** *Vol. 5, n°1*
Correspondants à l'étranger
Foreign Correspondents
Correspondantes internacionais
- 2015** *Vol. 4, n°2*
Online Journalism and its Publics
Le journalisme en ligne et ses publics
O jornalismo online e seus públicos
- Vol. 4, n°1*
Journalisme et réseaux socionumériques
Journalism and Social Networking Sites
Jornalismo e redes sociodigitais
- 2014** *Vol. 3, n°2*
Journalisme et dispositifs mobiles
Journalism and Mobile Devices
Jornalismo e dispositivos móveis
- Vol. 3, n°1*
Les invisibles du journalisme -&- L'image d'actualité (numéro double)
Journalism's 'invisibles' -&- The news image (double issue)
Os invisíveis do jornalismo -&- A imagem noticiosa (edição dupla)
- 2013** *Vol. 2, n°2*
Le « Gouvernement » des journalistes
The "Government" of journalists
O "governo" dos jornalistas
- Vol. 2, n°1*
Sources et flux de nouvelles
Sources and flow of news
Fontes e fluxos de notícias
- 2012** *Vol. 1, n°1*
L'entretien de recherche avec des journalistes
Research interviews with journalists
A entrevista de pesquisa com jornalistas



Summary Sommaire Sumário

Normas dos pesquisadores Norms of researchers Normes des chercheurs

Questionar as normas dos pesquisadores em jornalismo	4
Introduction	
Questioning the Norms of Journalism Researchers	10
Introduction	
Interroger les normes des chercheurs en journalisme	16
Introdução	
<i>Florence Le Cam, Fábio Henrique Pereira</i>	
Un point de vue néoréaliste en épistémologie du journalisme	22
<i>Gilles Gauthier</i>	
Metajornalismo	32
Do discurso normativo à autorreferencialidade como condição ética	
<i>Madalena Oliveira</i>	
Le journalisme et les sciences sociales : trouble ou problème ?	44
<i>Gilles Bastin</i>	
Normas e reflexividade no lócus da produção do conhecimento	64
<i>Sayonara Leal</i>	



Éditorial et débat public Editorial and public debate Editorial e debate público

L'Éditorial et le débat public	80
Introduction	
<i>Mot des éditeurs par François Demers</i>	
The Editorial and Public Debate	84
Introduction	
<i>A word from the editors by François Demers</i>	
O editorial e o debate público	88
Introdução	
<i>Carta dos editores por François Demers</i>	
Da opinião à identidade	92
Características do editorial em dois jornais brasileiros	
<i>Guilherme Guerreiro Neto</i>	
Radical Designs	106
The Emergence of the Progressive Editorial in the Nineteenth-Century Press	
<i>David Dowling</i>	
Editorial Advocacy Frames Explanatory Model	120
An Analysis of Newspapers withdrawing from Presidential Endorsements	
<i>Kenneth Campbell, Ernest Wiggins</i>	
Disputa política, neutralidade de rede e direitos dos usuários	134
A cobertura sobre a votação do Marco Civil da Internet	
<i>Camila Mont'Alverne</i>	
L'éditorial en presse régionale en France	152
L'exemple du quotidien <i>Sud Ouest</i> en Aquitaine	
<i>Marie-Christine Lipani</i>	

Questionar as normas dos pesquisadores em jornalismo

Introdução

FLORENCE LE CAM

Cátedra de Jornalismo
ReSIC/Université libre de Bruxelles
CRAPE-Arènes/Université de Rennes 1
flecam@ulb.ac.be

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA

Professor
Universidade de Brasília
ReSIC/Université libre de Bruxelles
CRAPE-Arènes/Université de Rennes 1
fabiop@gmail.com



Este número especial¹ propõe uma discussão transversal sobre as normas que motivam os pesquisadores em jornalismo. Os textos reunidos nas próximas páginas buscam, cada um à sua maneira, propor uma discussão metodológica e interdisciplinar com o objetivo de questionar ou questionar as normas, conscientes ou inconscientes, que participam da construção de um objeto de pesquisa e de sua análise. De certa forma, os textos questionam também o processo de circulação de discursos entre diferentes universos sociais: os mundos do jornalismo, da universidade, da literatura, da política. Nesse caso, questionar pelo menos parte das prescrições partilhadas por um grupo social e que orientam os modos de comportamento e as ações nos parece um procedimento relevante. As normas são indissociáveis da ação social e desempenham um papel fundamental na construção da realidade e na condução de uma ação, principalmente nas práticas de ensino e de pesquisa em jornalismo. Elas fornecem um conjunto de recursos interpretativos que permitem compreender as circunstâncias nas quais os atores sociais estão imersos, levando, dessa forma, a modalidades de ação possíveis (ou preferíveis) (Heritage, 1991; Menger, 2009). Ao fazerem isso, as normas seriam, para os pesquisadores em jornalismo, tanto um recurso interpretativo como um modo de ação; mas elas nunca são claramente enunciadas, discutidas, confrontadas. E, contudo, o fato de serem partilhadas por uma comunidade científica dá a entender que eles seriam transparentes ou que não

Pour citer cet article

Référence électronique

Florence Le Cam, Fábio Henrique Pereira
« Questionar as normas dos pesquisadores em jornalismo. Introdução », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le 26 décembre 2016.
URL: <http://surlejournalisme.com/rev>

interviriam nunca nas formas de ser pesquisador e de estudar o jornalismo. Mas, mesmo que não seja possível falar em paradigmas de pesquisa, no sentido defendido por Thomas Khun, existe ao menos evidências sobre o papel das normas na escolha e no tratamento de certos objetos de pesquisa (por exemplo, a importância dos estudos sobre as inovações, sobre as transformações do jornalismo, e, sobretudo sobre os impactos provocados pelas tecnologias), bem como na adoção de certos métodos (como as análises textuais ou o uso de entrevistas). Essas evidências não refletem apenas as normas internas ao campo científico, mas também as que são vinculadas a outros espaços sociais (como o próprio mundo midiático). O desejo de questioná-las neste dossiê está baseado em quatro características dos mundos do ensino e da pesquisa em jornalismo: nos perfis específicos dos pesquisadores que integram esses espaços, nos processos de institucionalização da pesquisa em jornalismo em diferentes contextos nacionais, nas relações entre o ensino do jornalismo e as normas profissionais e, enfim, na própria natureza da pesquisa em jornalismo.

PERFIS VARIADOS

Com a estruturação da pesquisa em jornalismo, que se intensifica a partir dos anos 1980, dois tipos de professores-pesquisadores contribuem para a análise das práticas e das identidades jornalísticas. A primeira baseia-se no jornalista que se torna professor. Essas pessoas podem ingressar numa universidade após uma trajetória relativamente longa no meio midiático. Sua mudança de carreira é, em alguns casos, resultado de uma atração pela atividade de ensino, de um vontade de transmitir o saber profissional. Também pode ser uma escolha decorrente da falta de sucesso no jornalismo, de uma decepção em relação às condições de realização desse ofício, ou da busca de uma perspectiva mais estável de carreira em termos de remuneração (por meio de um contrato de trabalho numa universidade). Pode ser ainda uma forma de prolongar um ideal pessoal e profissional: ao ensinar, o jornalista, revive momentos, tentar partilhar uma experiência e um *savoir-faire*, orienta e forma uma nova geração. Nesse casos, alguns jornalistas acabam retomando os estudos superiores e adquirindo um título de doutorado. Outros simplesmente ingressam em grupos de pesquisa e se aculturaram à lógica acadêmica ao trabalharem junto com outros pesquisadores. Todos eles contribuíram a um melhor conhecimento das condições práticas de produção da notícia e dos constrangimentos da profissão. No entanto, oriundos de um meio profissional atravessado por normas, esses pesquisadores acabam em alguns casos reforçando um discurso normativo extremamente

forte, que circula e é retomado nos meios profissional e acadêmico. A segunda figura é a dos professores-pesquisadores com trajetórias mais ou menos lineares em que seguiram um percurso acadêmico tradicional com formação em comunicação, história, ciência política, sociologia, linguística... Apesar das variações observadas em termos de vinculação teórica e metodológica, de inscrição a diferentes escolas de pensamento, de pertencimento a sociabilidades intelectuais distintas, esses pesquisadores não deixam de partilhar um conjunto de recursos interpretativos que se traduzem também em uma visão normativa do papel da ciência na sociedade, e pela adoção de um conjunto de práticas relativamente comuns e que fundamentariam ao exercício de uma pesquisa científica de “qualidade”.

Essas duas figuras podem atuar juntas em alguns departamentos ou cursos de jornalismo. É bem comum que representações mais ou menos caricaturais sobre elas circulem nesses espaços: o pesquisador em jornalismo originário do meio acadêmico muitas vezes é taxado de não conhecer as condições reais do exercício da profissão; já o ex-jornalista pode ser criticado pela sua falta de recuo e de reflexão crítica. Esses estereótipos ainda estão presentes nos corredores das universidades. Eles podem dar origem a discussões que vão frequentemente orientar a construção de projetos pedagógicos, animar os debates departamentais, servir como base a estudos empíricos (Mellado, 2011) ou a polémicas no meio acadêmico em relação ao “perfil ideal” da formação em jornalismo (Cunningham, 2005; Delano, 2009). Esses estereótipos são anódinos, pois remetem aos questionamentos que são feitos em relação à articulação entre a estrutura de ensino e a prática de pesquisa: *“Podemos nos perguntar se a dimensão profissional das formações em jornalismo, conduzidas por pessoas vinculadas ao espaço jornalístico, intimamente associadas às empresas de mídia, não seriam um convite a um distanciamento de uma abordagem sociológica mais crítica, frequentemente exterior e desvinculada [da prática] e em alguns casos herméticas à compreensão pelos atores”* (Frisque, 2016).

OS CONTEXTOS NACIONAIS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EM JORNALISMO

A construção e a circulação das normas também dependem da forma como se evoluíram contextos nacionais de ensino e pesquisa em jornalismo. De fato, os esforços de atores dos meios profissional, acadêmico e governamental na construção do campo acadêmico darão origem a modalidades específicas de se definir e praticar a pesquisa em jornalismo em

diferentes países – mesmo que a internacionalização da ciência e a intensificação do processo de circulação de pesquisadores possam eventualmente minimizar esse processo. O caso brasileiro é emblemático. A busca por uma relativa autonomização em relação ao campo mais amplo da comunicação empreendido por professores e coletivos de pesquisa a partir dos anos 1990 vai desembocar em um movimento de resgate da história do campo, situando o “*Pensamento Jornalístico Brasileiro*” em uma relação de continuidade com trabalhos publicados pelos seus “teóricos fundadores”, vários deles jornalistas-praticantes, como é o caso de Alceu de Amoroso Lima e Danton Jobim (Marques de Mello, 2009). Além disso, autores como Meditsch (2015) e Motta (2013) vão narrar o processo de construção dos primeiros programas de ensino e pesquisa em jornalismo no Brasil ainda nos anos 1960, associando-os à ação de intelectuais, jornalistas e acadêmicos comprometidos com a “democratização da sociedade brasileira” (contrapondo-se, nesse caso, ao incentivo dado pelo Regime Militar de 1964-1984 à criação dos cursos de comunicação). Nesse trabalho de arqueologia do campo, os pesquisadores em jornalismo vão colaborar para a difusão no meio acadêmico de um discurso normativo que associa à prática jornalística – e também ao ensino e à pesquisa em jornalismo – uma função de democratização da sociedade e de promoção da mudança social. Uma reflexão análoga pode ser realizada no caso da França (Pélissier, 2008). Ela mostra que, após uma lenta fase de estruturação do campo, caracterizada por Padioleau (1976) como um momento de incubação, a pesquisa jornalística vai testemunhar uma “aceleração súbita da produção do saber”, cujo debate e a constituição de um coletivo de pesquisadores durante os anos 1990 serão estruturados pelos trabalhos e pela figura de Pierre Bourdieu. Em seguida, observa-se um período de diversificação em que o jornalismo começa a ser visto como objeto de pesquisa por domínios científicos distintos e em alguns casos herméticos entre si (História, Ciência Política, Comunicação).

AS NORMAS DE ENSINO?

As normas dos pesquisadores não dependem apenas das trajetórias individuais ou ainda de sua imersão nos contextos nacionais específicos, também são resultado da própria natureza da relação entre o ensino e as normas profissionais. Todo professor de jornalismo, independente de ser originário do mundo profissional ou acadêmico, está imerso em um tipo de tensão normativa. Na formação dos estudantes, ele pode ser levado a reafirmar um conjunto de normas: a objetividade, a sinceridade, as boas práticas, as formas de ser jornalista e de fazer o jornalismo. Isso acontece independentemente

da forma como ele analisa o meio midiático e suas práticas. A prática de ensino deve ter como base as formas de ser e de fazer correntes no meio profissional; ela deve ser alimentada e irrigada por um conjunto relativamente restrito de formas de se fazer e que podem ser apresentadas como reproduzíveis. É essa reprodutibilidade, essa tentativa de amarração do ensino às condições reais da prática que dá origem, em alguns casos, a um discurso normativo. Ensinar aos estudantes as técnicas de base, a diferença entre os gêneros jornalísticos, as formas de se fazer um lead, as “boas” maneiras de titular uma matéria, de compô-la, de impostar a voz, de escrever (Hellot e Malo, 2001)... tudo isso consiste em normas que o professor deve transmitir, ao tempo em que dá margem para que os estudantes possam desenvolver seu próprio estilo, seu *ethos*, sua identidade profissional. Emergem, portanto, duas dinâmicas fundamentais a professores e alunos: a primeira remete a uma articulação entre teoria e prática, que questiona desde sempre, a participação recorrente do mundo da educação no jornalismo (Reese, 2004; Nolan, 2008); já a segunda diz respeito à evolução permanente das fileiras de ensino do jornalismo, na forma como elas refletem ou antecipam as transformações das profissões, das práticas e das ferramentas (Le Cam e Trédan, 2008).

NORMAS E PESQUISA EM JORNALISMO

Na pesquisa em jornalismo, as normas estão ligadas ao conjunto de representações (científicas ou não) produzidas em torno de certos fenômenos condicionantes e às escolhas possíveis ou prováveis tomadas pelos atores-pesquisadores: 1) Na escolha dos temas de pesquisa considerados como legítimos do ponto de vista de um sistema normativo; 2) Na definição e na condução de métodos e de técnicas de pesquisa; 3) Na adoção de modelos teóricos ou argumentativos úteis à produção de conhecimentos. Assim, as normas e as representações referentes ao jornalismo às quais os pesquisadores estão imersos – sejam eles antigos praticantes da profissão ou acadêmicos sem experiência prática – condicionam, constroem e povoam as pesquisas. Tais escolhas articulam maneiras de conceber o jornalismo: o que explica a importância nos últimos anos de análises quantitativas no estilo *big data*, de cartografias complexas, bem como a defesa, em alguns casos, enfática de pesquisas de campo do tipo etnográficas, baseadas na proximidade com os sujeitos. Essas escolhas metodológicas destacam também as normas dos pesquisadores, tanto no sentido de reforçar suas próprias concepções, como de se inserir em movimentos de ‘moda’ ou de entusiasmo metodológico em relação a certas formas e de trabalhar. Essas concepções do jornalismo irrigam o conjunto

de pesquisas e frequentemente levam as pesquisas científicas da área a afirmar o que é ou não o jornalismo, a questionar as suas fronteiras, tendo como ponto de partida pressuposições e pré-concepções que delimitam de maneira expressiva o território de investigação.

Este dossiê temático apresenta abordagens interdisciplinares que permitirão questionar as relações que estabelecemos com os nossos sistemas de normas relativos tanto ao domínio do jornalismo como da pesquisa. Também questionam as relações com os pertencimentos geracionais, as vivências e as experiências profissionais anteriores, e que produzem formas diferentes de se fazer pesquisa em jornalismo. Os autores deste dossiê partem dessa ideia geral da relação entre as normas dos pesquisadores e a construção e análise de objetos de pesquisa, para discutir e aprofundar diferentes pontos: primeiro, tentando compreender e questionar a natureza do jornalismo a partir de um ponto de vista epistemológico e que vai procurar reconstruir os fundamentos

reconhecidos por todos como definidores da prática jornalística (Gilles Gauthier); em seguida, mostrando o impacto do debate acadêmico e intelectual em relação à transformação das práticas jornalísticas, particularmente na construção de novos mecanismos de autorregulamentação profissional (Madalena Oliveira); ou ainda analisando os movimentos de distinção (Gilles Bastin) e de aproximação/contaminação (Sayonara Leal) produzidos pelas Ciências Sociais em relação ao jornalismo. Esses quatro textos buscam, cada um à sua maneira e a partir de domínios do conhecimento distintos, se posicionar em relação às suas próprias normas, tanto as dos autores como outras. Eles servem como ponto de partida para uma reflexão sobre as normas dos pesquisadores em jornalismo, um tema que mereceria ser retomado...

Cristiano ANUNCIÇÃO
Fábio Henrique PEREIRA
Tradução

NOTAS

¹ Este número especial é resultado de uma jornada de estudos “Olhares cruzados sobre a metodologia de pesquisa em jornalismo”, organizada no âmbito do Colóquio luso-francófono MEJOR. Ela foi realizada em Florianópolis, em maio de 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cunningham, B., 13 de novembro 2005, “Teoria e prática: Em busca da escola perfeita de jornalismo”, Observatório da Imprensa, <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/da131120021.htm>.
- Delano, A., 2008, “Different horses, different courses”, *British Journalism Review*, vol. 19, n° 4, pp. 68-74.
- Frisque, C., 2016, “Les SIC dans les recherches sur le journalisme au sein d’un laboratoire pluridisciplinaire, issu de la science politique”, *Revue française des sciences de l’information et de la communication*, n° 9, <http://rfsic.revues.org/2457>, DOI: 10.4000/rfsic.2457.
- Hellot, M.-C., Malo, L., 2001, “Formation en journalisme, norme linguistique et médias. Interrogations et perspectives”, em Raymond, D., Lafrance, A. A. (Eds.), *Norme et médias*, Québec, Les publications du Québec, Terminogramme, pp. 97-98.
- Heritage, J. C., 1991, “L’Ethnométhodologie: une approche procédurale de l’action et de la communication”, *Réseaux*, n° 50, pp. 89-123.
- Le Cam, F., Trédan, O., 2008, “Journalisme et web: quels outils de formation?”, *MédiaMorphoses*, n° 24, pp. 105-112.
- Marques de Melo, J., 2004, “Os primórdios do ensino de jornalismo”, *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 1, n° 2, pp. 73-83.
- Marques de Melo, J., 2009, “Journalistic thinking: Brazil’s modern tradition”, *Journalism*, vol. 10, n° 1, pp. 9-27.
- Mellado, C., 2011, “Examining professional and academic culture in Chilean journalism and mass communication education”, *Journalism Studies*, vol. 12, n° 3, pp. 375-391.
- Menger, P.-M., 2009, *Le travail créateur. S’accomplir dans l’incertain*, Paris, Gallimard.
- Motta, L. G., 2013, “From one to another paradigm: continuities and discontinuities of research in journalism in Brazil and Latin America”, *Brazilian Journalism Research*, vol. 9, n° 1, pp. 51-75.
- Nolan, D., 2008, “Journalism and Professional Education: A contradiction in terms?”, *Media International Australia*, vol. 126, n° 1, pp. 14-26.
- Padioleau, G., julho 1976, “Systèmes d’interactions et rhétoriques journalistiques”, *Sociologie du travail*.
- Pélissier, N., 2008, *Journalisme: avis de recherche. La production scientifique française dans son contexte international*, Bruxelles, Bruylant, coll. Médias, sociétés et relations internationales.
- Reese, S. D., 1999, “The progressive potential of journalism education recasting the academic versus professional debate”, *The Harvard International Journal of Press/Politics*, vol. 4, n° 4, pp. 70-94.



Questioning the Norms of Journalism Researchers

Introduction

FLORENCE LE CAM

Chair of Journalism
ReSIC / Université libre de Bruxelles
CRAPE-Arènes / University of Rennes 1
flecam@ulb.ac.be

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA

Associate Professor
University of Brasilia
ReSIC / Université libre de Bruxelles
CRAPE-Arènes / University of Rennes 1
fabiop@gmail.com



This special issue¹ focuses on a cross-sectional examination of the norms of journalism researchers. The papers gathered in the following pages attempt to advance methodological and interdisciplinary discussions examining or re-examining the norms, conscious and unconscious, which factor into the construction of the objects of research and their analysis. In a way, these papers also examine the ways in which discourse circulates between various social realms, including journalism, academia, literature and politics. To question some, if not all, of the norms shared by a social group that shape its modes of behavior and actions seems to us to be a productive undertaking. Norms are intrinsic to social dynamics and play a fundamental role in the acknowledgment and implementation of actions, and most notably here, in the teaching and research practices of journalism. These norms provide an interpretive framework that enables an understanding of the circumstances in which social actors are immersed and which guide their possible (or preferred) modes of action (Heritage, 1991; Menger, 2009). In this respect, norms are for journalism researchers as much an interpretive resource as a mode of action, without ever being clearly formulated, discussed, or put to the test—as if these norms were universal and transparent and never interfered in the ways of being and doing journalism research. And yet, these shared norms in a scientific community enable the building of consensus among researchers. Though it may not be possible to speak in terms of research

Pour citer cet article

Référence électronique

Florence Le Cam, Fábio Henrique Pereira
« Questioning the Norms of Journalism
Researchers. Introduction », *Sur le journalisme,
About journalism, Sobre jornalismo* [En
ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le
26 décembre 2016.

URL: <http://surlejournalisme.com/rev>

paradigms in the case of journalism (as put forth by Thomas Khun), there does exist a certain amount of evidence as to how particular research objects are chosen and treated (for example, the importance of studies on innovation, on the transformation of journalism, and in particular on technological change), and certain methods adopted (such as the analysis of news production or the use of interviews). This evidence reflects not only the norms inherent in the scientific field, but also those of other social realms (the world of media itself, for example). The will to investigate them in this issue stems from four characteristics of the world of teaching and research in journalism: the specific profiles of researchers, the ways in which they are part of a process of institutionalization of journalism research in different national contexts, the relationship between journalism education and professional standards, and the very nature of journalism research.

DIVERSE PROFILES

From the outset of journalism research structuring, which has increased since the 1980s, two figures of teacher/researchers have contributed to the analysis of journalistic practices and identities. The first is embodied in the professional journalist-turned-teacher who may have joined academia after a relatively long career in media. Her change in career is sometimes the consequence of being attracted to teaching; of a desire to transmit professional knowledge. It can also be a choice reflecting a lack of success, disenchantment with the requirements of the job, or a way to fulfill a desire for more stable remuneration (by obtaining a university contract). It may also be a way of prolonging a personal and professional ideal; by teaching, the journalist revives memories, tries to share his experience and know-how, and orients and trains a new generation. Some have even chosen to return to studies and obtain a doctorate. Others have simply joined research groups and acculturated themselves to the research process by working collectively with academics. They have all contributed to a better understanding of the practical conditions of news production and the requirements of the trade. Nevertheless, being the product of a highly normative professional environment, these researchers have sometimes produced a very strong normative discourse, which has been subsequently adopted and has circulated in professional and academic circles. The second category consists of teacher/researchers who follow a more or less linear career path, most being products of the traditional academic curriculum: in information and communication sciences, history, political science, sociology, linguistics... Despite the differences in their theoretical and methodological

foundations, their adherence to different schools of thought and their varied intellectual persuasions, these researchers nevertheless often share an interpretative framework that translates into a normative vision of the role of science in society and the adoption of commonly held modes of action that form the basis for “quality” scientific research.

The two figures merge in several departments or schools of journalism. Nevertheless, more or less caricatured representations may prevail: of the journalism teacher from academia who might be accused of not knowing anything about the work environment, and of the professional who may be criticized for her lack of objectivity and critical reflection. These stereotypes still permeate the corridors of some university departments or schools of journalism and may influence how educational programs are established, incite debates in university departments and give rise to empirical research (Mellado, 2011) or to polemics as to what constitutes “ideal” journalism training (Cunningham, 2005; Delano, 2009). These stereotypes are not insignificant as they reflect the fact that the relationship between teaching structure and research always raises the same challenge: “It may be asked whether the professional dimension of journalism training led by the members of the team, and the close ties necessarily maintained with the media, do not invite a move away from a sociological approach seen as too critical, often extrinsic or at arm’s length, and sometimes hermetic to the understanding of the representations of the actors.” (Frisque, 2016)

THE INSTITUTIONALIZATION OF JOURNALISM RESEARCH AND ITS NATIONAL CONTEXTS

The construction and circulation of norms also depend on how national contexts of instruction and research in journalism evolve. The efforts of professional, academic and political stakeholders to establish a research field in journalism have given rise to specific modalities for defining and even practicing research—though, at present time, the internationalization of research and the escalation of researcher mobility may be attenuating this process. The Brazilian case is emblematic of these efforts. The striving for a certain autonomy by researchers in journalism within the field of communication (by both individuals and research collectives since the 1990s) began as a historical movement in the field presenting itself as “the philosophy of Brazilian journalism” based on works published by founding theorists, some of whom, like Alceu de Amoroso Lima and Danton Jobim, were practicing journalists (Marques de Mello, 2004; 2009). Authors such as

Meditsch (2015) and Motta (2013) describe the process of establishing the first Brazilian instructional and research programs in journalism in the 1960s as an effort by intellectuals, journalists and academics engaged in the democratisation of Brazilian society (a vision opposed to the efforts of the military regime of 1964-1984 to create curricula in communications). In this archeological work into the field of research, researchers collaborate in the diffusion in the academic environment of a normative discourse which sees journalistic practice—together with teaching and research in journalism—as a function of democratization and a promoter of social change. A French counterpart study was conducted (Pélissier, 2008). It showed that after a slow phase of structuring, characterized as a time of incubation (referring to the work of Padioleau (1976)), research in journalism showed a “sudden acceleration in the production of knowledge,” during which the presence and the writings of Pierre Bourdieu brought focus to the debates and delineated the roles of researchers during the 1990s, before giving way to a more divergent period during which the work on journalism experienced a refocusing on scientific disciplines sometimes in isolation from each other (history, political science, information and communication sciences).

NORMS IN EDUCATION?

Researcher norms do not only relate to individual career paths (or specific national contexts, for that matter), but also affect the very nature of the relationship between education and professional standards. All teachers of journalism, whether they come from the professional or academic realms, are caught in a certain normative tension that constrains them, in the training of the students themselves, to reaffirm a set of norms—objectivity, sincerity, good practices, the ways of being a journalist and carrying out journalism—which does not necessarily agree with their own analysis of media and its practices. The teaching practice must reflect the ways of being and doing of the professional practice; it must be fed and be permeated by a relatively restrictive set of methods that can be presented as reproducible. And it is this reproducibility, this attempt at synching teaching with the actual conditions of practice, which sometimes founds a normative discourse. Sound basic techniques (the difference between journalistic genres, the ways of establishing one’s perspective; the “good” ways of titling, creating mock-ups, posing one’s voice, writing (Hellot and Malo, 2001)) are among the standards a teacher must transmit, without stifling students’ capacities to develop unique styles, views, and professional identities. And so emerge two fundamental challenges for both teachers and students: the first has to do

with the relationship between theory and practice, which has preoccupied the field of journalism education for a long time (Reese, 2004, Nolan, 2008); and the second relates to the permanent flux journalism training sectors experience or anticipate with respect to the evolution of the trades, practices and tools (Le Cam and Trédan, 2008).

NORMS AND JOURNALISM RESEARCH

In journalism research, norms are intertwined with all representations (scientific and non-scientific) produced following specific constraints and the possible or likely choices taken by the actor/researcher: 1) in the choice of research subjects considered legitimate from the perspective of a normative system; 2) in the definition and implementation of research methods and techniques; 3) in the adoption of theoretical or argumentative models deemed useful in the production of knowledge. In this way, the norms and representations relating to journalism that researchers adopt—whether practitioners or academics with no field experience—condition, shape and permeate the research. These choices articulate ways of conceiving journalism: in particular in recent years the importance of “big data” quantitative analyses, for example, and complex mappings, and the resolute defense of ethnographic-type field studies that stay as close as possible to the role players. These choices in methodology also reinforce the norms of researchers by reassuring them of the tenability of their own conceptions, and allow them to take part in fashionable trends or share methodological enthusiasm for certain ways of working. These conceptions of journalism permeate the body of research and often lead scientific work to prescribe in broad strokes what is and what is not journalism, and to attempt to bring the borders into question based on presuppositions or preconceptions that emphatically delimit the scope of their investigation.

This issue applies a cross-interdisciplinary approach in an attempt to examine the researcher/teacher relationship with systems of norms, which relate as much to the field of journalism as that of research, and which differ along generational lines and varied life and work experiences, all of which imply different ways of carrying out research in journalism. This issue’s authors explore the idea of the relationship between the norms of researchers and the construction and analysis of research objects, and discuss and deepen understanding on different points: by examining the nature of journalism from an epistemological point of view, which seeks to determine the fundamentals of a definition of journalism recognized by all (Gilles Gauthier); by highlighting the impact of academic debates on the trans-

formation of journalistic practices, most notably professional self-regulation mechanisms (Madalena Oliveira); by analyzing the movements of distancing (Gilles Bastin) or approximation/contamination (Sayonara Leal) of scientific production and its relation to journalism. These four texts try, in their distinct approaches, to position themselves in relation to their own norms as authors, or those of others. They only but introduce this study of the norms of

researchers in journalism, which would deserve so much more...

Helmut OBERMEIR
English translation

NOTES

¹ The idea for this issue grew out of the “Crossing Perspectives on the Methodology of Journalism Studies” segment of the Luso-Francophone conference, MEJOR, held in Florianópolis in May 2015.

BIBLIOGRAPHY

- Cunningham, B., November 13th 2005, "Teoria e prática: Em busca da escola perfeita de jornalismo," *Observatório da Imprensa*, <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/da131120021.htm>.
- Delano, A., 2008, "Different horses, different courses," *British Journalism Review*, vol. 19, n° 4, pp. 68-74.
- Frisque, C., 2016, "Les SIC dans les recherches sur le journalisme au sein d'un laboratoire pluridisciplinaire, issu de la science politique," *Revue française des sciences de l'information et de la communication*, n° 9, <http://rfsic.revues.org/2457>, DOI: 10.4000/rfsic.2457.
- Hellot, M.-C., Malo, L., 2001, "Formation en journalisme, norme linguistique et médias. Interrogations et perspectives," in Raymond, D., Lafrance, A. A. (Eds.), *Norme et médias*, Québec, Les publications du Québec, Terminogramme, pp. 97-98.
- Heritage, J. C., 1991, "L'Ethnométhodologie: une approche procédurale de l'action et de la communication," *Réseaux*, n° 50, pp. 89-123.
- Le Cam, F., Trédan, O., 2008, "Journalisme et web: quels outils de formation?," *MédiaMorphoses*, n° 24, pp. 105-112.
- Marques de Melo, J., 2004, "Os primórdios do ensino de jornalismo," *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 1, n° 2, pp. 73-83.
- Marques de Melo, J., 2009, "Journalistic thinking: Brazil's modern tradition," *Journalism*, vol. 10, n° 1, pp. 9-27.
- Mellado, C., 2011, "Examining professional and academic culture in Chilean journalism and mass communication education," *Journalism Studies*, vol. 12, n° 3, pp. 375-391.
- Menger, P.-M., 2009, *Le travail créateur. S'accomplir dans l'incertain*, Paris, Gallimard.
- Motta, L. G., 2013, "From one to another paradigm: continuities and discontinuities of research in journalism in Brazil and Latin America," *Brazilian Journalism Research*, vol. 9, n° 1, pp. 51-75.
- Nolan, D., 2008, "Journalism and Professional Education: A contradiction in terms?," *Media International Australia*, vol. 126, n° 1, pp. 14-26.
- Padioleau, G., July 1976, "Systèmes d'interactions et rhétoriques journalistiques," *Sociologie du travail*.
- Pélissier, N., 2008, *Journalisme: avis de recherche. La production scientifique française dans son contexte international*, Bruxelles, Bruylant, coll. Médias, sociétés et relations internationales.
- Reese, S. D., 1999, "The progressive potential of journalism education recasting the academic versus professional debate," *The Harvard International Journal of Press/Politics*, vol. 4, n° 4, pp. 70-94.



Interroger les normes des chercheurs en journalisme

Introduction

FLORENCE LE CAM

Chaire de journalisme
ReSIC/Université libre de Bruxelles
CRAPE-Arènes/Université de Rennes 1
flecam@ulb.ac.be

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA

Professeur adjoint
Universidade de Brasilia
ReSIC/Université libre de Bruxelles
CRAPE-Arènes/Université de Rennes 1
fabiop@gmail.com



Le dossier spécial¹ est consacré à une interrogation transversale sur les normes des chercheurs en journalisme. Les textes rassemblés dans les prochaines pages tentent, pris isolément, de proposer une discussion méthodologique et interdisciplinaire afin d'interroger ou de ré-interroger les normes, consciences et inconscientes, qui jouent sur la construction de l'objet de recherche et sur son analyse. D'une certaine manière, ces textes questionnent aussi le processus de circulation des discours entre divers univers sociaux : les mondes du journalisme, de l'université, de la littérature ou du politique. Interroger si ce n'est l'ensemble, au moins une partie des prescriptions partagées par un groupe social et qui orientent les modes de comportements et les actions nous semble fructueux. Les normes sont indissociables de l'action sociale, et jouent un rôle fondamental dans la reconnaissance et la mise en œuvre des actions, et notamment ici dans les pratiques d'enseignement et de recherche du journalisme. Ces normes fournissent un ensemble de ressources interprétatives qui permettent de comprendre les circonstances dans lesquelles les acteurs sociaux sont immergés, les guidant ainsi dans les modes d'action possibles (ou préférés) (Heritage, 1991 ; Menger, 2009). En cela, les normes seraient pour les chercheurs en journalisme autant une ressource interprétative qu'un mode d'action ; mais

Pour citer cet article

Référence électronique

Florence Le Cam, Fábio Henrique Pereira, « Interroger les normes des chercheurs en journalisme. Introduction », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le 26 décembre 2016.

URL: <http://surlejournalisme.com/rev>

elles ne sont jamais clairement énoncées, discutées, mises à l'épreuve. Comme si ces normes étaient partagées, comme si elles étaient transparentes ou n'intervenaient jamais dans les manières d'être et de faire de la recherche en journalisme. Et pourtant, le partage de ces normes dans une communauté scientifique permet la construction d'un consensus entre les chercheurs. Même s'il n'est pas possible de parler en termes de paradigmes de recherche dans le cas du journalisme, dans le sens de Thomas Khun, existe néanmoins certaines évidences sur le choix et le traitement de certains objets de recherche (par exemple, l'importance des études sur les innovations, sur les transformations du journalisme, et notamment sur les mutations technologiques), ainsi que sur l'adoption de certaines méthodes (comme l'analyse des productions ou l'usage des entretiens). Ces évidences ne reflètent pas seulement les normes internes au champ scientifique, mais aussi les normes des autres espaces sociaux (du monde médiatique lui-même par exemple). Cette volonté de les interroger dans ce dossier puise son origine dans quatre caractéristiques du monde de l'enseignement et de la recherche en journalisme : dans les profils spécifiques des chercheurs, dans les façons dont ils s'inscrivent dans un processus d'institutionnalisation de la recherche en journalisme dans différents contextes nationaux, dans les rapports entre enseignement du journalisme et normes professionnelles et enfin, dans la nature même de la recherche en journalisme.

DES PROFILS BIGARRÉS

Dès la structuration de la recherche en journalisme, qui se densifie à partir des années 1980, deux figures d'enseignants-chercheurs ont contribué à l'analyse des pratiques et des identités journalistiques. La première figure s'incarne dans le professionnel du journalisme devenu enseignant. Ces derniers peuvent avoir rejoint l'université après une trajectoire relativement longue dans le milieu médiatique. Leur changement de carrière est parfois le fruit d'un attrait vers l'enseignement, d'une envie de transmettre leur savoir professionnel. Il peut aussi être un choix issu d'un manque de réussite, d'une déception des conditions de réalisation du métier, ou une façon d'envisager une perspective plus stable en matière de rémunération (par un contrat à l'université). Il pourrait encore être une façon de prolonger un idéal, personnel et professionnel : en enseignant, le journaliste revit des moments, tente de faire partager un vécu et un savoir-faire, oriente et forme une nouvelle génération. Ce faisant, quelques-uns ont d'ailleurs repris des études supérieures et passé un diplôme de doctorat. D'autres ont simplement rejoint des groupes de recherche et se sont acculturés à la démarche de recherche en travaillant collectivement avec des académiques. Ils ont

tous contribué à une meilleure connaissance des conditions pratiques de production de l'information et des contraintes du métier. Néanmoins, issus d'un milieu professionnel lui-même fortement normé, les chercheurs ont parfois produit eux-mêmes un discours normatif très fort, circulant et repris dans les milieux professionnels et académiques. La seconde figure est celle des enseignants-chercheurs issus de trajectoires plus ou moins linéaires, mais ayant majoritairement suivi le cursus académique traditionnel : en sciences de l'information et de la communication, en histoire, en sciences politiques, en sociologie, en linguistique... En dépit des variations observées entre leurs ancrages théoriques et méthodologiques, de leur inscription dans des écoles de pensées différentes, de leur appartenance à des sensibilités intellectuelles diverses, ces chercheurs partagent néanmoins souvent un ensemble de ressources interprétatives qui se traduisent par une vision normative du rôle de la science dans la société, et par l'adoption de modes d'action relativement communs qui fonderaient une recherche scientifique de « qualité ».

Les deux figures peuvent tout à fait se conjuguer dans certains départements ou écoles de journalisme. Il n'en reste pas moins que des représentations plus ou moins caricaturales circulent : l'enseignant en journalisme issu du monde académique serait taxé de ne rien connaître du milieu professionnel ; quand le professionnel est critiqué pour son manque de recul et de réflexion critique. Ces stéréotypes irriguent encore parfois quelques couloirs de départements universitaires ou d'écoles de journalisme. Et peuvent d'ailleurs orienter la mise sur pied de projets pédagogiques, soulever des débats dans les départements universitaires, donner corps à des études empiriques (Mellado, 2011) ou à des polémiques universitaires sur la formation « idéale » au journalisme (Cunningham, 2005 ; Delano, 2009). Ces stéréotypes ne sont pas anodins, car ils renvoient au fait que l'articulation entre structure d'enseignement et centre de recherche pose toujours question : « *On peut se demander si la dimension professionnelle des formations en journalisme animées par les membres de l'équipe, les liens étroits nécessairement entretenus avec les responsables médiatiques, n'invitent pas à s'éloigner d'une approche sociologique trop critique, souvent extérieure ou surplombante et parfois hermétique à la compréhension des représentations des acteurs.* » (Frisque, 2016)

LES CONTEXTES NATIONAUX D'INSTITUTIONNALISATION DE LA RECHERCHE EN JOURNALISME

La construction et la circulation des normes dépendent par ailleurs de la façon dont évoluent les

contextes nationaux d'enseignement et de recherche en journalisme. Les efforts des acteurs des milieux professionnels, académiques et politiques pour mettre en place un domaine de recherche en journalisme ont donné origine à des modalités spécifiques pour définir et même pratiquer la recherche – même si, à présent, l'internationalisation de la recherche et l'intensification de la circulation des chercheurs peuvent éventuellement modérer ce processus. Le cas brésilien est cependant emblématique de ces efforts. La recherche d'une certaine autonomie par les chercheurs en journalisme vis-à-vis du domaine de la communication, autant par des individus que par des collectifs de recherche à partir des années 1990, va s'incarner dans un mouvement historique du champ se présentant comme « *la pensée du journalisme brésilien* » en filiation avec des travaux publiés par des théoriciens fondateurs, dont certains sont des praticiens-journalistes, comme Alceu de Amoroso Lima et Danton Jobim (Marques de Mello, 2004 ; 2009). Ce faisant, des auteurs comme Meditsch (2015) et Motta (2013) vont raconter le processus de construction des premiers programmes d'enseignement et de recherche en journalisme au Brésil, survenu dans les années 1960, comme des actions d'intellectuels, de journalistes et d'universitaires engagés dans la démocratisation de la société brésilienne (vision qui s'oppose à l'encouragement du régime militaire de 1964 à 1984 à créer des cursus de communication). Dans ces travaux d'archéologie du champ de recherche, les chercheurs collaborent en fait à la diffusion dans le milieu académique d'un discours normatif qui associe la pratique journalistique – tout autant que l'enseignement et la recherche en journalisme – à une fonction de démocratisation et de promotion du changement social. Une réflexion en miroir avait aussi été menée pour la France (Pélessier, 2008). Elle montrait qu'après une phase lente de structuration, caractérisée comme un moment d'incubation et se référant plutôt aux travaux de Padiou (1976), la recherche en journalisme va témoigner d'une « accélération soudaine de la production de savoir », dans laquelle la place et les écrits de Pierre Bourdieu vont largement focaliser les débats et discerner les places occupées par les chercheurs durant les années 1990, avant de laisser place à une période plus disparate qui voit les travaux sur le journalisme se resserrer autour de domaines scientifiques parfois hermétiques les uns vis-à-vis des autres (histoire, sciences politiques, sciences de l'information et de la communication).

DES NORMES POUR L'ENSEIGNEMENT ?

Les normes des chercheurs ne tiennent pas seulement aux trajectoires des individus, ou encore à l'immersion dans des contextes nationaux spécifiques,

elle tient aussi à la nature même du rapport entre enseignements et normes professionnelles. Tout enseignant en journalisme, qu'il soit issu des mondes professionnel ou académique, est pris dans une certaine tension normative : il est parfois contraint, dans la formation des étudiants eux-mêmes, de réaffirmer un ensemble de normes : l'objectivité, la sincérité, les bonnes pratiques, les façons d'être journaliste et de faire du journalisme, qu'il ne partage pas forcément dans son analyse du milieu médiatique et de ses pratiques. Mais la pratique d'enseignement doit aussi partir des manières d'être et de faire en vigueur dans le milieu professionnel ; elle doit être alimentée et irriguée par un ensemble relativement contraignant de manières de faire qui puisse être présenté comme reproductible. Et c'est cette reproductibilité, cette tentative d'arrimage de l'enseignement aux conditions réelles de la pratique qui fonde parfois un discours normatif. Apprendre aux étudiants les techniques de base, la différence entre genres journalistiques, les façons d'établir son angle, les « bonnes » manières de titrer, de monter, de poser sa voix, d'écrire (Hellot et Malo, 2001)... autant de normes que l'enseignant doit transmettre, tout en prenant garde à ce que les étudiants puissent, dans le même temps, développer leur propre style, leur éthos, leur identité professionnelle. Émergent alors deux enjeux fondamentaux pour les enseignants comme pour les étudiants : le premier renvoie à une articulation entre la théorie et la pratique, qui interroge depuis longtemps et de façon récurrente le monde de l'éducation au journalisme (Reese, 2004 ; Nolan, 2008) ; et le second concerne l'évolution permanente que les filières d'enseignement du journalisme subissent ou anticipent en fonction des transformations des métiers, des pratiques et des outils (Le Cam et Trédan, 2008).

NORMES ET RECHERCHE EN JOURNALISME

Dans la recherche en journalisme, les normes sont liées à l'ensemble des représentations (scientifiques ou non) produites autour de certains phénomènes contraignants et aux choix possibles ou probables pris par les acteurs-chercheurs : 1) dans le choix des sujets de recherche considérés comme légitimes du point de vue d'un système normatif ; 2) dans la définition et la mise en œuvre de méthodes et de techniques de recherche ; 3) dans l'adoption de modèles théoriques ou argumentatifs utiles dans la production des connaissances. Ainsi, les normes et les représentations concernant le journalisme que les chercheurs se forgent – qu'ils soient d'anciens praticiens ou des académiques sans expérience professionnelle de terrain – conditionnent, travaillent et peuplent les recherches. Ces choix articulent des manières de concevoir le journalisme : il en va ainsi

de l'importance, ces dernières années, des analyses quantitatives *big data*, des cartographies complexes, tout comme de la défense résolue d'enquêtes de terrain de type ethnographique, au plus proche des acteurs. Ces choix méthodologiques renforcent aussi les normes des chercheurs, car elles permettent autant de réassurer leurs propres conceptions, que de s'insérer dans des mouvements de « mode » ou d'engouement méthodologique pour certaines manières de travailler. Ces conceptions du journalisme irriguent l'ensemble des recherches et amènent souvent les travaux scientifiques à dire, en creux, ce qui est du journalisme ou ce qui ne l'est pas, à interroger les frontières, à partir de présupposés ou de préconceptions qui délimitent fortement le territoire de leur investigation.

Ce dossier tente de croiser des approches interdisciplinaires qui permettront d'interroger les relations que nous établissons avec nos systèmes de normes qui sont relatifs tant au domaine du journalisme, qu'à celui de la recherche, et qui sont aussi relatifs en fonction des appartenances générationnelles, des différents vécus et des expériences professionnelles antérieures, et qui tous

produisent des façons différentes de faire de la recherche en journalisme. Les auteurs de ce dossier creusent cette idée de la relation entre les normes des chercheurs, la construction et l'analyse des objets de la recherche, pour discuter et approfondir différents points : en tentant de comprendre et d'interroger la nature du journalisme à partir d'un point de vue épistémologique qui recherche les fondamentaux reconnus par tous de la définition du journalisme (Gilles Gauthier) ; en montrant l'impact des débats universitaires sur la transformation des pratiques journalistiques, et notamment sur les mécanismes d'auto-régulation professionnelle (Madalena Oliveira) ; en analysant les mouvements de distanciation (Gilles Bastin) ou d'approximation/contamination (Sayonara Leal) des productions scientifiques et de leur rapport au journalisme. Ces quatre textes tentent, chacun à leur façon, dans des domaines distincts, de se positionner par rapport à leurs propres normes en tant qu'auteur ou à celles des autres. Ils ne font qu'introduire cette réflexion sur les normes des chercheurs en journalisme, qui mériterait bien plus...

NOTES

¹ Ce dossier est issu d'une journée *Regards croisés sur la méthodologie des études en journalisme*, organisée dans le cadre du colloque luso-francophone, *MEJOR*. Elle s'est tenue à Florianópolis, en mai 2015.

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

- Cunningham, B., 13 novembre 2005, « Teoria e prática : Em busca da escola perfeita de jornalismo », *Observatório da Imprensa*, <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/da131120021.htm>.
- Delano, A., 2008, « Different horses, different courses », *British Journalism Review*, vol. 19, n° 4, pp. 68-74.
- Frisque, C., 2016, « Les SIC dans les recherches sur le journalisme au sein d'un laboratoire pluridisciplinaire, issu de la science politique », *Revue française des sciences de l'information et de la communication* [En ligne], n° 9, <http://rfsic.revues.org/2457>, DOI : 10.4000/rfsic.2457.
- Hellot, M.-C., Malo, L., 2001, « Formation en journalisme, norme linguistique et médias. Interrogations et perspectives », in Raymond, D., Lafrance, A. A. (Éds.), *Norme et médias*, Québec, Les publications du Québec, Terminogramme, pp. 97-98.
- Heritage, J. C., 1991, « L'Ethnométhodologie : une approche procédurale de l'action et de la communication », *Réseaux*, n° 50, pp. 89-123.
- Le Cam, F., Trédan, O., 2008, « Journalism et web : quels outils de formation ? », *MédiaMorphoses*, n° 24, pp. 105-112.
- Marques de Melo, J., 2004, « Os primórdios do ensino de jornalismo », *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 1, n° 2, pp. 73-83.
- Marques de Melo, J., 2009, « Journalistic thinking : Brazil's modern tradition », *Journalism*, vol. 10, n° 1, pp. 9-27.
- Mellado, C., 2011, « Examining professional and academic culture in Chilean Journalism and mass communication education », *Journalism Studies*, vol. 12, n° 3, pp. 375-391.
- Menger, P.-M., 2009, *Le travail créateur. S'accomplir dans l'incertain*, Paris, Gallimard.
- Motta, L. G., 2013, « From one to another paradigm : continuities and discontinuities of research in journalism in Brazil and Latin America », *Brazilian Journalism Research*, vol. 9, n° 1, pp. 51-75.
- Nolan, D., 2008, « Journalism and Professional Education : A contradiction in terms ? », *Media International Australia*, vol. 126, n° 1, pp. 14-26.
- Padioleau, G., juillet 1976, « Systèmes d'interactions et rhétoriques journalistiques », *Sociologie du travail*.
- Pélissier, N., 2008, *Journalisme : avis de recherche. La production scientifique française dans son contexte international*, Bruxelles, Bruylant, coll. Médias, sociétés et relations internationales.
- Reese, S. D., 1999, « The progressive potential of journalism education recasting the academic versus professional debate », *The Harvard International Journal of Press/Politics*, vol. 4, n° 4, pp. 70-94.



Un point de vue néoréaliste en épistémologie du journalisme

« La liberté d'opinion est une farce si l'information sur les faits n'est pas garantie et si ce ne sont pas les faits eux-mêmes qui font l'objet du débat. »

Hannah Arendt, *Vérité et politique*

GILLES GAUTHIER
Professeur titulaire
Université Laval, Québec
GRMJ – Groupe de Recherche
sur les Mutations du Journalisme
gilles.gauthier@com.ulaval.ca



La question de la définition du journalisme se pose de deux façons complémentaires : sur un plan bien concret en regard de la variété des différentes pratiques journalistiques et sur un plan plus conceptuel relativement à la pluralité des conceptions du journalisme sous-jacentes aux diverses perspectives d'enseignement et de recherche qui le prennent pour objet.

D'une certaine façon, cette question est futile. Les façons de faire du journalisme ont toujours évolué, continuent d'évoluer et continueront d'évoluer pour servir des besoins et des intérêts changeants et en fonction de transformations sociales et technologiques qui échappent à tout souci définitionnel. Elle est aussi d'une certaine manière malvenue : pour une bonne part parce que le journalisme est une activité multiforme, il donne lieu à des approches pluridisciplinaires qui, chacune, met en évidence et analyse l'une de ses dimensions particulières.

Il n'apparaît donc pas souhaitable – sans doute s'agit-il là d'un premier impératif normatif – que le

Pour citer cet article

Référence électronique

Gilles Gauthier, « Un point de vue néoréaliste en épistémologie du journalisme », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le 26 décembre 2016.

URL : <http://surlejournalisme.com/rev>

journalisme fasse l'objet d'une tentative de définition dont l'objectif serait de déterminer son « essence » et d'en établir des frontières immuables. L'entreprise qui chercherait à en fournir une description « ontologique » définitive tournerait rapidement en un impérialisme abstrait et doctrinal.

Il peut cependant y avoir un certain sens et un certain intérêt à s'interroger sur la nature du journalisme en le faisant d'un point de vue plutôt « épistémologique », c'est-à-dire en cherchant non pas à déterminer ce qu'il est et n'est pas ou à délimiter dogmatiquement ses bornes, mais à réfléchir aux présupposés qui en animent la pratique et aux conditions de possibilités qui leur sont corrélatives. Le but n'est pas, alors, de confronter les diverses conceptions du journalisme à l'œuvre dans ses différentes pratiques et les types distincts d'analyses qui en sont proposées et encore moins d'entreprendre une démarche de conciliation œcuménique, mais de tenter de voir si n'est pas possible quelque chose comme une représentation plénière ou universelle du journalisme. Dans cette perspective, la question de la définition du journalisme prend la forme d'une recherche des « fondamentaux » qui pourraient être reconnus par tous quelles que soient les conceptions plus particulières de chacun : une sorte de « minimum vital » pouvant faire consensus sans lequel il n'y aurait pas de journalisme. À la condition de réserver au terme son acception purement technique, on peut dire que cette entreprise a une visée « transcendantale » : elle se donne pour tâche de fixer les paramètres basiques qu'on ne peut pas ne pas reconnaître au journalisme.

C'est un tel cadre « transcendantal » que je m'efforcerai ici d'établir. Ce cadre peut également être dit « normatif » dans la mesure où y seront identifiés des impératifs auxquels serait contraint d'adhérer quiconque admet la possibilité même du journalisme. Cependant, la normativité ici en cause ne se veut absolument pas axiologique, mais purement logique : elle a pour objet non pas des « valeurs » (ni n'est en lien avec des valeurs), mais des présupposés formels.

Le point de vue épistémologique sur le journalisme que je sou mets à la discussion est un point de vue néo-réaliste inspiré du réalisme naturaliste de John Searle (2009 et 1995) et, plus librement, du « nouveau réalisme » de Markus Gabriel (2014) et Maurizio Ferraris (2014). Ce point de vue est articulé autour de trois principes constitutifs d'autant de conditions de possibilité du journalisme :

Un principe de réalité : le journalisme porte sur un matériau qui lui est préexistant : l'événement.

Un principe de vérité : la visée du journalisme est de fournir une représentation la plus conforme possible de l'événement.

Un principe d'objectivité : la méthode du journalisme est de produire des énoncés vérifonctionnels.

Ces principes sont ordonnés de manière séquentielle : le principe d'objectivité est présupposé par le principe de vérité qui est lui-même impliqué par le principe de réalité. Ils sont tous trois définis à partir d'un *a priori* informationnel.

Le point de vue néo-réaliste que je propose a une ambition non thétique : je ne caractérise pas les trois principes de réalité, de vérité et d'objectivité comme des thèses à propos desquelles je développerai une démonstration, mais comme des présuppositions logiquement sous-jacentes au journalisme qui appellent une définition et une caractérisation des termes-concepts de *réalité*, *vérité* et *objectivité* qui s'écartent de sens plus usuels qui leur sont fréquemment assignés.

L'A PRIORI INFORMATIONNEL DU JOURNALISME

Le journalisme procède d'une intention et exerce une fonction informationnelle (Gauthier, 2005a). Il s'agit là d'un trait caractéristique intrinsèque : le journalisme est une activité ou une opération d'information. Il a pour objectif central de faire savoir à ses destinataires ce qui se passe dans le monde.

Cet *a priori* informationnel vaut, suivant des modalités variables, pour toutes les conceptions plus spécifiques qu'on peut avoir du journalisme, pour toutes ses pratiques aussi distinctes soient-elles et même pour tous ses genres rédactionnels possibles. On peut en conforter l'idée en regard de la théorie de l'évolution du journalisme mise au point par Charron et De Bonville (2004). Selon eux, l'histoire du journalisme aurait été marquée par le double passage entre trois paradigmes : d'un journalisme d'opinion (à visée expressive — au sens d'exprimer un point de vue ou de prendre position) à un journalisme d'information (à visée référentielle) à un journalisme de communication (à visée interrelationnelle). S'il va de soi que l'*a priori* informationnel vaut pour le journalisme d'information, c'est aussi le cas pour les paradigmes du journalisme d'opinion et du journalisme de communication. En effet, l'expression d'opinion ou la prise de position ainsi que l'échange interpersonnel sont faits en journalisme, du moins en partie, à propos d'un contenu d'information.

Là où il y a journalisme, il y a information. Sans doute le journalisme est-il rarement information pure, mais il est toujours au moins partiellement

information. Il serait contradictoire qu'une production journalistique ne soit pas informationnelle ne serait-ce que dans sa prétention. C'est pourquoi sa capacité à informer devient un critère d'évaluation. On la juge à l'aune de sa teneur informative : le premier facteur qui en détermine la valeur est sa qualité d'information. Pour une bonne part, c'est ce qui explique que l'on taxe de « désinformation » (entre autres choses) une production journalistique qui manque à informer. C'est aussi en raison de l'*a priori* informationnel du journalisme que le terme « information » est souvent entendu comme une abréviation de « nouvelle » (la production journalistique).

Bien qu'un *a priori* informationnel puisse être reconnu pour d'autres activités humaines, celui dont est marqué le journalisme est d'un type qui lui est propre. Ce n'est pas n'importe quelle information qui est prise en charge par le journalisme. On reconnaît généralement qu'elle porte sur un sujet d'actualité et se situe dans un spectre allant du service de la démocratie et du bien commun à l'intérêt public défini de manière plus ou moins élastique.

La reconnaissance de l'*a priori* informationnel du journalisme n'est pas en soi d'une grande originalité. L'idée que le journalisme informe apparaît même aller de soi. Mais il semble qu'on perde de vue assez aisément ce truisme et, surtout, qu'on répugne à admettre les incidences qu'il peut comporter. Ce sont les conséquences théoriques de l'*a priori* informationnel du journalisme que je m'efforcerai maintenant de mettre au jour et d'explicitier sous les figures des principes de réalité, de vérité et d'objectivité.

UN PRINCIPE DE RÉALITÉ – L'ÉVÉNEMENT

De l'*a priori* informationnel découle immédiatement ou directement que quelque chose se passe (s'est passé ou se passera) à propos de quoi le journalisme informe. Il y a une réalité faisant l'objet du dessein informationnel du journalisme. Le statut ontologique de cette réalité pose un certain nombre de questions qui seront plus loin abordées. Établissons d'abord que l'existence de cette réalité est, relativement à l'*a priori* informationnel du journalisme, une présupposition analytique : il faut bien que quelque chose soit pour pouvoir faire l'objet d'une information. L'état de choses que le journalisme a pour fonction de faire connaître doit être reconnu comme existant. Comme pour l'*a priori* informationnel lui-même, le principe de réalité s'applique dès qu'une activité ou une pratique est reconnue être du journalisme. Il vaut, par exemple, pour les trois termes de la distinction communément faite entre information rapportée, information expliquée et information commentée. Expliquer et commenter,

comme rendre compte, sont des actes ayant pour objet un état de choses présumé exister.

Le principe de réalité du journalisme est corrélatif à son caractère intentionnel au sens philosophique du terme. Il porte sur, est à propos de, est dirigé vers autre chose que lui-même. Nommons conventionnellement « événement », cette réalité distincte pointée¹. L'événement est ce qui fait l'objet de l'*a priori* informationnel du journalisme et du principe de réalité du journalisme : l'événement est un état de choses présumé par le journalisme réalisé dans le monde. Il serait contradictoire de nier l'existence de l'événement tout en prétendant faire œuvre journalistique.

Le principe de réalité pose que le journalisme porte sur une réalité qui lui est logiquement antérieure. L'événement est réputé exister indépendamment et préalablement au traitement journalistique qui en est fait². On l'admet aisément en considérant qu'un grand nombre d'états de choses du monde qui pourraient y être candidats ne font pas l'objet de ce traitement journalistique. Si l'existence de l'événement précède le journalisme, il ne peut pas être construit par celui-ci comme l'avance un certain point de vue constructiviste (voir Gauthier, 2005b).

La production journalistique propose une représentation d'événements. Appelons, de manière encore uniquement conventionnelle, « actualité » cette représentation d'ensemble. L'actualité est de nature construite, mais ne construit pas les événements dont elle fournit une représentation. Elle est dans l'impossibilité formelle de le faire dans la mesure où elle présuppose leur existence indépendante : une représentation ne peut pas construire son représenté. L'événement est un fait brut par rapport à l'actualité qui le représente. Sa préexistence est une condition de possibilité de l'actualité. Si les événements n'étaient pas d'abord par eux-mêmes, on ne pourrait pas en offrir une représentation ; il n'y aurait pas d'actualité, il n'y aurait pas de journalisme³.

En fait, l'événement faisant l'objet du traitement journalistique est la plupart du temps construit, mais pas par la production journalistique ou l'actualité. Il est de nature construite parce que relatif à la réalité sociale sur laquelle porte la plus grande part de la production journalistique. Celle-ci, en effet, a essentiellement trait à la réalité humaine et non pas à une réalité donnée ou naturelle⁴. Elle traite surtout de phénomènes, d'actions, de relations d'ordre institutionnel et très peu de faits physiques. Cette réalité sociale est bien évidemment construite, y compris les événements, mais, pour ce qui est de ces derniers, pas par l'actualité qui les représente. Les événements et l'ensemble de la réalité sociale

sont construits par l'action concertée non journalistique des membres d'une société. Ils existeraient même si n'en était pas fournie une représentation journalistique.

Il peut arriver, le journalisme faisant partie de la réalité sociale, qu'une production journalistique devienne un événement : quand elle fait elle-même l'objet d'un traitement journalistique. Mais ce qui alors se passe ne vient pas contredire le principe de réalité. Le traitement journalistique d'une production journalistique est de second ordre par rapport à celle-ci. S'il la représente dans l'actualité, il ne la crée pas comme événement. Comme toute autre production journalistique, il en présuppose l'existence préalable et ne peut donc la construire. Quel que soit son niveau de réalité, pourrait-on dire, une production journalistique porte sur une réalité antérieure qui lui est donnée. Jamais le journalisme, lui-même une construction, ne construit l'événement.

UN PRINCIPE DE VÉRITÉ
— LA REPRÉSENTATION CONFORME

En vertu de son *a priori* informationnel et du principe de réalité qu'il commande, le journalisme est également soumis à un principe de vérité. La représentation journalistique doit être conforme à l'événement dont elle suppose l'existence préalable et qu'elle prétend faire connaître. Il s'agit là d'un réquisit découlant de l'*a priori* informationnel et inhérent à la connaissance auquel l'*a priori* informationnel est lié. La représentation journalistique postule révéler le plus exactement possible ce qui est le cas. Cette exigence est logique et non pas axiologique. La vérité n'est pas un idéal du journalisme mais un présupposé formel. Si on reconnaît que l'objectif inhérent du journalisme est d'informer, on ne peut pas ne pas admettre qu'il a pour visée de fournir une représentation vraie de l'événement.

Le principe de vérité du journalisme n'a pas de connotation métaphysique qui l'associerait de quelque façon à une « réalité » immatérielle globale (*la Vérité*), ni de connotation existentielle qui l'associerait à une adhésion ou un accord subjectif sous la forme de la véracité, de l'authenticité ou de la sincérité. La vérité journalistique est purement technique. Elle a trait seulement à la concordance entre la représentation proposée par le journalisme de l'événement et cet événement lui-même. Si on ressent le besoin de caractériser plus intellectuellement cette conception de la vérité, on peut dire qu'il s'agit d'une vérité-correspondance. Elle n'implique cependant ni identification à la réalité, ni isomorphisme structurel avec la réalité. La notion de vérité

sert uniquement à marquer l'adéquation du représentant journalistique au représenté événementiel. De ce point de vue, le principe de vérité n'est pas positiviste et s'accommode très bien de la relativité conceptuelle, l'idée qu'un état de choses, un événement dans le cas du journalisme, puisse être représenté par différents systèmes de représentation. Comme la relativité conceptuelle est également compatible avec le principe d'objectivité, la discussion de la question est reportée à la section suivante.

Considérons, pour le moment, l'application relative du principe de vérité exprimée dans son libellé : « ... fournir une représentation la plus conforme possible de l'événement. » Il s'agit là d'une limitation non pas de principe mais ayant seulement trait à sa réalisation effective. La mise en œuvre du principe de vérité se bute à des difficultés pratiques importantes qui la rendent ardue mais pas inopérante.

Ces difficultés sont principalement de trois ordres relatifs à la personne des journalistes. Ceux-ci, d'abord, sont situés par rapport à l'événement. Leur relation à lui est aspectuelle. Ils ne peuvent le considérer que d'un point de vue parmi d'autres possibles. Le principe de vérité ne se voit pas invalidé par cette aspectualité. Il n'affirme pas que la représentation journalistique de l'événement doit rendre compte de celui-ci dans sa totalité pas plus qu'il n'a trait à la sélection de l'événement. En tenant compte du caractère aspectuel du journalisme, on peut en préciser la teneur dans les termes suivants : la représentation journalistique doit être conforme à la dimension de l'événement qui lui est donnée à considérer.

Les deux autres obstacles pratiques à l'exécution du principe de vérité sont la subjectivité du journalisme et son ancrage dans un contexte socio-historique déterminé. Comme personne, le journaliste a des préférences, préjugés, dispositions et autres tendances. Il est aussi localisé dans une culture donnée qui tend à imposer un certain ensemble de valeurs, d'opinions, de présupposés constitutifs de visions du monde, d'idéologies, de doxas et d'habitus. L'ensemble de ces facteurs psychologiques et culturels doit être neutralisé de manière satisfaisante pour que soit possible une représentation journalistique vraie de l'événement.

Il arrive, bien sûr, que cette mise en échec ne soit pas réalisée et que donc des productions journalistiques enfreignent le principe de vérité. Mais ces revers n'en compromettent pas le bien-fondé. On trouve une illustration ou même une preuve de la nécessité formelle du journalisme de fournir une représentation vraie de l'événement dans l'appréciation sans doute la plus cruciale qui peut en être don-

née. La critique la plus sévère ou le pire reproche qu'on puisse faire à une production journalistique est d'être fautive. Quand une production journalistique représente un événement inexistant ou un événement de façon fautive, elle se trouve irrémédiablement disqualifiée. Parmi d'autres, les affaires des charniers de Timisoara, des couveuses au Koweït, du prix Pulitzer de Janet Cooke, de la fautive entrevue de Fidel Castro par PPDA en font éloquemment la démonstration par la négative : quand il déroge au principe de vérité, le journalisme se dénie lui-même. Pour le dire relativement au journalisme d'information, une « fautive nouvelle » est un oxymore. Plus généralement, le journalisme a pour fonction de traiter correctement plutôt qu'erronément de ce qui se produit effectivement dans le monde et non pas de ce qui ne s'y produit pas.

UN PRINCIPE D'OBJECTIVITÉ
– LES ÉNONCÉS VÉRIFONCTIONNELS

Le principe de vérité pose que le journalisme a pour objectif d'offrir une représentation conforme de l'événement dont l'existence antérieure est stipulée par le principe de réalité. Comment le journalisme peut-il y parvenir ? Quelles ressources doit-il mobiliser afin de faire connaître l'événement de manière exacte ? Un troisième principe propose de considérer que c'est en faisant preuve d'objectivité.

Habituellement, le rapport entre la vérité et l'objectivité est présenté comme allant de l'objectivité à la vérité. Il est avancé que c'est parce que l'objectivité est possible en journalisme qu'il est soumis à un régime de vérité. Cette façon de voir est tout à fait juste. Mais il est tout aussi possible d'adopter le point de vue inverse et d'affirmer que la reconnaissance de sa quête de vérité implique que le journalisme ait l'objectivité comme mode opératoire. De ce point de vue, l'objectivité n'est plus envisagée comme une norme, mais comme une condition ; elle n'est plus une règle, mais une méthode. L'objectivité est le moyen, la procédure suivant laquelle le journalisme poursuit sa visée de vérité.

Comprise de la sorte, l'objectivité est une caractéristique des énoncés (ou, pour employer un langage philosophique plus traditionnel, des jugements) dont la prétention est de porter sur la réalité. De tels énoncés ont une valeur de vérité : selon qu'ils réussissent à décrire correctement ou non le monde, ils sont vrais ou faux⁵. C'est parce que le journalisme est le lieu de production d'énoncés objectifs à son propos qu'il peut alléguer fournir une représentation vraie de l'événement, que l'objectivité peut être vue comme la méthode de la poursuite journalistique de

la vérité. Être objectif, c'est, pour un énoncé, être vérifonctionnel, c'est-à-dire avoir la propriété d'être vrai ou faux.

Dans la théorie des actes de discours, les énoncés vérifonctionnels sont ceux qui servent à accomplir des actes de type assertif comme affirmer, faire une hypothèse, faire rapport, prédire et tous les autres actes dont le but est de représenter, suivant différentes modalités, un état de choses. Informer, l'acte de discours central du journalisme, qui fait également l'objet de son *a priori* informationnel, est un acte assertif. C'est dans la mesure où elle comporte l'accomplissement des actes assertifs qu'une production journalistique comprend des énoncés vérifonctionnels et est de la sorte munie d'objectivité.

On peut penser que c'est le cas de toute production journalistique, ne serait-ce que sous la forme minimale d'un rappel : on n'en imagine guère qui seraient totalement dépourvus d'énoncés vérifonctionnels. Par ailleurs, il serait abusif d'exiger d'une production journalistique qu'elle ne contienne que des énoncés vérifonctionnels et soit donc de part en part objective. Sa teneur en objectivité peut fort bien être vue comme une question de degré ou de dosage. C'est dans son segment objectif, celui relatif au compte-rendu de l'événement, qu'une production journalistique vise la vérité.

Un point demande à être éclairci au sujet du principe d'objectivité qui a déjà été évoqué relativement au principe de vérité : la reconnaissance du point de vue aspectuel du journalisme sur l'événement et l'admission corrélatrice de la relativité conceptuelle ne les minent-ils pas ? Comment, en effet, est-il concevable qu'une production journalistique puisse avoir une valeur de vérité et ainsi proposer une représentation conforme de l'événement si elle ne l'aborde toujours que dans une certaine perspective ou suivant un certain angle et si l'événement peut donner lieu à une pluralité de représentations concurrentes mais toutes possiblement recevables ? La position la plus communément prise sur cette question est qu'il y a incompatibilité entre la relativité conceptuelle et le principe d'objectivité et que donc l'admission de la première entraîne le rejet du second. Il est à la suite induit (explicitement ou tacitement) que la relativité conceptuelle et le principe de vérité sont également antinomiques et, conséquemment, que le journalisme ne peut avoir la vérité pour visée. Considérée conditionnellement, cette dernière inférence serait tout à fait juste : si on établissait que les productions journalistiques n'ont pas une teneur vérifonctionnelle du fait qu'elles ne donnent toutes à voir qu'un aspect différent de l'événement, on ne pourrait que conclure à l'inanité de la prétention du journalisme d'en fournir une représentation conforme. (Incidem-

ment, ce raisonnement légitimerait la conception de l'objectivité comme méthode au service de la visée de vérité journalistique.)

Il est cependant possible d'arguer que la relativité conceptuelle et le principe d'objectivité sont tout à fait compatibles et que, par conséquent, il n'y a pas non plus incompatibilité entre la relativité conceptuelle et le principe de vérité. Autrement dit, il est parfaitement possible de soutenir qu'une production journalistique comporte des énoncés vérifonctionnels et a donc la capacité à représenter adéquatement l'événement sur lequel elle porte tout en admettant qu'il puisse y avoir différentes représentations de celui-ci. Si au lieu de simplement affirmer l'idée de la relativité conceptuelle, on s'efforce d'en saisir la portée en l'étayant, on parvient à la caractériser de telle sorte qu'elle ne met pas en échec les principes d'objectivité et de vérité. À analyser les choses de près, on peut constater que la pluralité des points de vue possibles sur un événement n'est pas illimitée mais relativement réduite et, surtout, que les points de vue admissibles ne sont pas tous d'égale valeur. La relativité conceptuelle ouvre un champ de possibilités déterminé et non pas indéfini à l'intérieur duquel les différents points de vue admissibles sont hiérarchisés. Un certain nombre de critères peuvent être convoqués afin de déterminer le mérite de chacun de ces points de vue : la pertinence, la cohérence, la simplicité, l'économie, la portée explicative, peut-être aussi l'élégance. L'un de ces critères est l'adéquation à l'événement. Plus une production journalistique est en concordance avec l'événement, plus grande peut être considérée sa validité, par comparaison aux autres productions journalistiques possibles du même événement.

La relativité conceptuelle et le principe d'objectivité ne sont donc pas dichotomiques. D'une certaine façon, tout au contraire, la relativité conceptuelle n'exclut pas l'objectivité, mais la présuppose⁶. Par transitivité, la relativité conceptuelle est aussi compatible avec le principe de vérité.

CONCLUSION

On pourrait être tenté de restreindre le champ d'application des principes de réalité, de vérité et d'objectivité aux seules productions journalistiques dont le but est à l'évidence d'informer : à la seule nouvelle et aux genres qui peuvent lui être apparentés.

Mais on peut soutenir que les trois principes valent aussi pour l'ensemble du journalisme, y compris dans ses fonctions de mise en perspective, d'explication et même d'expression d'opinion et de prise de position pour autant qu'on reconnaisse que l'*a priori* informationnel s'y applique. Si informer est l'assise définitionnelle du journalisme, le socle à défaut duquel il n'y a pas journalisme, il procède toujours de l'événement préexistant dont il présente une représentation conforme au moyen d'énoncés vérifonctionnels.

Dans la mesure où toutes les productions journalistiques, y compris celles dans lesquelles s'incarnent l'expression d'opinion et la prise de position, tombent sous le coup de l'*a priori* informationnel, s'étendent à elles les trois contraintes logiques des principes de réalité, de vérité et d'objectivité. Bien sûr, ces impératifs s'appliquent alors moins directement et de manière moins exclusive qu'au journalisme d'information ou à l'information rapportée. Mais ils restent néanmoins sous-jacents à l'expression d'opinion et la prise de position journalistiques du simple fait que l'une et l'autre portent sur un événement dont elles ne cessent pas d'être tributaires. Elles font valoir un point de vue et se prononcent sur ce qui se passe dans le monde comme la nouvelle et ses apparentés font connaître ce qui se passe dans le monde. Au prix, tout à fait modique au plan théorique, d'un changement de formulation des principes de réalité, de vérité et d'objectivité, on dira que l'expression d'opinion et la prise de position journalistiques ont trait à la matière première préexistante de l'événement, se situent dans un horizon de vérité et s'appuient sur des énoncés vérifonctionnels.

NOTES

^{1.} Le terme « événement » est ici employé seulement par commodité. Il faut un mot pour désigner l'état de choses présupposé par le journalisme. Dans l'un de ses sens possibles, « événement » sert cet usage.

^{2.} Cette présupposition particulière implique une présupposition plus générale relative à l'existence d'un monde indépendant des représentations humaines. Si, en effet, des événements singuliers sont supposés exister, doit aussi être supposé exister un monde regroupant tous ces événements.

^{3.} Il est bien sûr possible de proposer une représentation d'un état de choses inexistant. Mais nous sommes alors dans l'imagination ou la fiction qui donne lieu à une production journalistique invalide.

^{4.} Si on voulait avancer une thèse ontologique réaliste au sujet du journalisme, on chercherait à établir que l'événement est toujours construit à partir d'une réalité donnée. Ce n'est pas ici mon propos, mais je mène cette entreprise dans Gauthier (2005c) en proposant une liste de huit faits bruts qui servent de matière première à la construction de l'événement entendu comme une réalité préalable à la construction de l'actualité.

^{5.} Il s'agit d'un abrégé de la définition donnée par Searle (2009) à ce qu'il qualifie d'objectivité épistémique et qu'il oppose à la subjectivité épistémique : la caractéristique des énoncés qui n'ont pas de valeur de vérité parce qu'ils servent à autre chose que décrire le monde, par exemple exprimer des états psychologiques ou des goûts et préférences.

^{6.} Pour une démonstration plus détaillée, voir Gauthier (2010).

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

Charron, J., De Bonville, J., 2004, *Nature et transformation du journalisme. Théorie et recherches empiriques*, Québec, Presses de l'Université Laval.

Ferraris, M., 2014, *Manifeste du nouveau réalisme*, Paris, Hermann.

Gabriel, M., 2014, *Pourquoi le monde n'existe pas*, Paris, Éditions Jean-Claude Lattès.

Gauthier, G., 2010, « L'objectivité journalistique d'un point de vue philosophique. Critique de l'argument constructiviste de la relativité conceptuelle », *Studies in Communication Sciences*, vol. 10, n° 2, pp. 121-141.

Gauthier, G., 2005a, « La réalité du journalisme », *Communication*, vol. 23, n° 2, pp. 150-181.

Gauthier, G., 2005b, « Le constructivisme est intenable en journalisme », *Questions de communication*, n° 7, pp. 121-145.

Gauthier, G., 2005c, « A Realist Point of View on News Journalism », *Journalism Studies*, vol. 6, n° 1, pp. 51-60.

Searle, J. R., 2009, *Making the Social World*, Oxford, Oxford University Press.

Searle, J. R., 1995, *The Construction of Social Reality*, New York, Free Press.



Fr. Il peut y avoir un certain intérêt à traiter de la nature du journalisme non pas pour en circonscrire les limites, mais afin de mettre au jour les présuppositions qui président à sa pratique. C'est une proposition en ce sens qui est ici formulée. Le point de vue épistémologique qui est développé dans le texte est librement inspiré du réalisme naturaliste de John Searle et du « nouveau réalisme » de Maurizio Ferraris et Markus Gabriel. Il se décline en trois principes : un principe de réalité, un principe de vérité et un principe d'objectivité. Tels qu'ils sont ici caractérisés, ces trois principes sont ordonnés séquentiellement : du principe de réalité découle le principe de vérité duquel est dérivé le principe d'objectivité. Le principe de réalité pose que le journalisme porte sur un matériau préexistant qui lui donc indépendant : des faits existent que le journalisme prend pour objet. Ces faits sont pour la plupart ceux de la réalité sociale. Ils sont construits, mais pas par le journalisme. Suivant le principe de vérité, le journalisme fournit de la réalité dont il traite une représentation exacte. Il ne s'agit pas, en le reconnaissant, de défendre une thèse positiviste qui soutiendrait qu'il y a isomorphisme entre la réalité représentée et la représentation qu'en fournit le journalisme, mais de marquer que la visée du journalisme est de rendre compte de ce qui est effectivement le cas. Finalement, le principe d'objectivité spécifie que la quête de vérité en journalisme a pour méthode la production d'énoncés vérifonctionnels. Tel qu'ainsi entendu, le principe d'objectivité est tout à fait compatible avec l'idée de relativité conceptuelle et donc aussi avec la nature aspectuelle du journalisme.

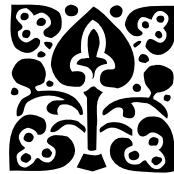
Mots-clés : épistémologie du journalisme, néoréalisme, réalité, vérité, objectivité.

En. A worthwhile topic of study would be to examine the nature of journalism; not to circumscribe its boundaries, but to expose the presuppositions that govern its practice. The proposal formulated here will pursue that line of thought. The epistemological perspective that is developed in this paper is loosely inspired by the “biological naturalism” of John Searle and the “new realism” of Maurizio Ferraris and Markus Gabriel. It can be broken down into three principles: a reality principle, a truth principle and a principle of objectivity. As characterized here, these three principles are sequentially ordered: the reality principle is the source of the truth principle from which is derived the principle of objectivity. The reality principle posits that journalism is based on pre-existing material from which it is independent: facts exist that journalism uses. These facts are largely those of a social reality. They are constructed, but not by journalism. The truth principle implies that journalism provides an accurate representation of reality. It is not a question of defending a positivist thesis that would purport that isomorphism exists between the represented reality and representation provided by journalism, but to note that the target of journalism is to report what effectively exists. Finally, the principle of objectivity specifies that the quest for truth in journalism has as method the production of truth-functional statements. Understood in this way, the principle of objectivity is perfectly compatible with the idea of conceptual relativity and therefore also with the aspectual nature of journalism.

Keywords: epistemology of journalism, neorealism, reality, truth, objectivity.

Pt. Pode haver algum interesse ao lidar com a natureza do jornalismo, não para circunscrever os seus limites, mas para trazer à tona os pressupostos que regem a sua prática. Formulamos aqui uma proposta nesse sentido. A perspectiva epistemológica desenvolvida no texto é livremente inspirada no realismo naturalista de John Searle e no “novo realismo” de Maurizio Ferraris e Markus Gabriel. Ela se declina em três princípios: um princípio de realidade, um princípio de verdade e um princípio de objetividade. Como caracterizados aqui, esses três princípios são ordenados sequencialmente: do princípio de realidade deriva o princípio de verdade a partir do qual é derivado o princípio da objetividade. O princípio de realidade postula que o jornalismo incide sob um material pré-existente e independe a ele: os fatos já existentes e que o jornalismo toma como objeto. Estes fatos são principalmente aqueles da realidade social. Eles são construídos, mas não pelo jornalismo. Seguindo o princípio de verdade, o jornalismo fornece uma representação precisa da realidade a qual ele faz referência. Não se trata aqui de reconhecer ou defender a tese positivista que apoia o isomorfismo entre a realidade representada e a representação que fornece o jornalismo, mas para marcar que o ponto de vista do jornalismo é o de dar conta dessa realidade, como acontece de fato. Finalmente, o princípio da objetividade pressupõe que a busca pela verdade no jornalismo tem como método a produção de enunciados verificacionais. Entendido dessa forma, o princípio de objetividade é totalmente compatível com a ideia da relatividade conceitual e, portanto, também com a natureza aspectual do jornalismo.

Palavras-chave: epistemologia do jornalismo, neorealismo, realidade, verdade, objetividade.



Metajornalismo do discurso normativo à autorreferencialidade como condição ética

MADALENA OLIVEIRA

Professora

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

Instituto de Ciências Sociais

Universidade do Minho

madalena.oliveira@ics.uminho.pt



Discutir o jornalismo como uma atividade normalizada, socialmente reconhecida e regulada, supõe entender e problematizar a sua natureza e a sua condição de narrativa sobre a vida. Embora não seja possível voltar a um ponto zero a partir do qual a história do jornalismo possa ser contada, será consensual o entendimento de que, enquanto discurso sobre o que acontece, a notícia foi sempre adjacente a um princípio de verdade. Será essa, com efeito, a sua norma fundadora, de onde partimos neste artigo para compreender as representações que tanto a opinião pública como o discurso científico fazem hoje do jornalismo e dos jornalistas.

Sem pretensões de carácter empírico, o argumento apresentado neste texto apropria-se da ideia de “falácia descritiva” defendida por John L. Austin em *How to do things with words* (1986) para reconhecer ao jornalismo o estatuto de agente social e cultural. Com um quadro teórico que convoca *insights* do domínio das teorias do discurso e da linguagem e contributos do campo da sociologia do jornalismo, o *leit-motiv* do artigo sedimenta na biografia do ofício a ideia de que o desenvolvimento da profissão é concomitante ao espessamento do discurso normativo sobre um *dever-ser*. No contra-argumento, insistimos na convicção de que o jornalismo sobre o jornalismo desagrava o acento na norma, favorecendo uma compreensão integrada dos contextos da ação comunicativa.

Pour citer cet article

Référence électronique

Madalena Oliveira, « Metajornalismo. Do discurso normativo à autorreferencialidade como condição ética », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le 26 décembre 2016.

URL: <http://surlejournalisme.com/rev>

A VERDADE COMO NORMA DA NOTÍCIA

Há na história da comunicação uma dificuldade natural de datar o início da atividade jornalística, enquanto dinâmica de partilha e difusão de informação respeitante ao quotidiano. Seria, na verdade, redutor fazer coincidir este início com o aparecimento dos primeiros jornais periódicos (a partir do século XVII) ou mesmo com a introdução da técnica de imprensa de tipos móveis desenvolvida por Gutenberg por volta de 1454. Wilbur L. Schramm reconhece que “já havia notícias antes de haver jornais”, porque “a fome por notícias é tão antiga quanto a própria humanidade” (Schramm, 1988: 149). Considerada fundamental à gestão da vida das comunidades, desde logo pelas questões de sobrevivência e de segurança, a circulação de informação não é, por isso, um sucedâneo de invenções técnicas. Ela é, em si, uma necessidade vital à administração das relações em sociedade, estando, ao invés, na origem de todo o percurso criativo e inventivo das tecnologias de comunicação.

Desde as tribos primitivas, cujos “vigilantes” funcionavam como uma espécie de repórteres que relatavam a todos as “novas” sobre as possibilidades de comida e as ameaças à proteção do grupo, até aos viajantes que contavam nas cidades onde chegavam as novidades dos lugares de onde vinham e vice-versa (Schramm, 1988), a ação narrativa sobre o presente é, na realidade, anterior ao próprio suporte escrito. Em rigor, seria, por isso, necessário regressar a este passado pré-imprensa para compreender não só a relevância social do jornalismo como também a ética inerente à produção de registos sobre “a vida que acontece”. Com efeito, respeitando a novidade e a verdade como normas reguladoras da informação propagada, os portadores de notícias que antecederam os jornalistas estão, com propriedade, na origem do atual entendimento de que o ato de relatar não é inconsequente.

A perseguição do mensageiro, tantas vezes descrita na história da humanidade, denota um reconhecimento de que há na informação veiculada uma dimensão performativa, isto é, que *fazer notícia* não se resume a *referir* ou *constatar*. Neste pressuposto, *dar expressão à novidade* não se confina à ação de *revelar*. Na ideia de revelação vive a convicção de um *dar a conhecer a verdade* como algo pré-existente, que é o mesmo que dizer como um *a priori transcendental*. É esse o sentido que subjaz à narrativa evangélica, cuja *boa nova* revela a *verdade de Deus*, uma verdade que transcende o próprio sentido do humano. Recusando, contudo, o idealismo intrínseco a esta abordagem que inscreve a informação numa lógica de dogma, a compreensão pragmática deste *dar expressão à novidade* imprime na ação in-

formativa um caráter constitutivo do próprio sentido de *verdade*. Informar não é, então, apenas o ato de transmitir algo que é anterior, mas antes o ato de viabilizar a construção de sentidos. Há na informação um confronto com o real, com a experiência, com o circunstancial que tem um potencial criador e não um mero poder revelador. A revelação dá existência porque torna conhecido o que já está constituído. A notícia, porém, dá existência na medida em que se estabelece como o próprio ato de constituir a partir do qual se produz o constituído.

É neste entendimento de que a notícia tem, no fundo, um poder transformador que radica os mais antigos mecanismos de controlo da circulação de informação. De acordo com Jeanneney, a história da informação conta-se, por isso, “entre o desejo de dissimular as notícias que possuímos e a aspiração de conhecer e de tornar conhecidas aquelas de que os outros dispõem” (Jeanneney, 1996: 16). Implícita neste interesse estará naturalmente desde sempre a assunção de que a informação (que se possui ou que se ignora) tem um efeito regulador dos comportamentos, sendo, portanto, um agente decisivo para as relações de poder entre indivíduos e entre comunidades (entendidas desde as comunidades locais até à esfera das nações).

O tratamento da informação como mercadoria valiosa precede a comercialização de jornais. Tanto o poder político como o poder religioso cedo demonstraram a consciência de que a administração da vida, especialmente do ponto de vista governativo e económico, mas também da fé, é afetada pela produção noticiosa. É, aliás, esta percepção que fundamenta os combates à expressão livre muito antes dos meios de comunicação de massas e do debate generalizado em torno do ideal de liberdade de expressão que se incendiaria no período da Revolução Francesa. O poder de que hoje falamos quando nos referimos aos meios de comunicação social, tradicionais ou eletrónicos, é antes de mais um poder impresso pela notícia. Noticiar sobre um acontecimento significa provocar ou inibir outros acontecimentos, ou seja, noticiar implica não tanto espelhar, ou *revelar*, o que se passa mas antes intervir no próprio curso da história. Quer isto dizer que a notícia não está encerrada exclusivamente na dimensão de representação da linguagem, dado que o que nela se joga não é apenas um princípio de dizibilidade do presente. Na notícia conjugam-se, aliás, os três tempos – o passado a que eventualmente se refere, o presente que funda em atualidade e o futuro para que se projeta o seu caráter performativo. Esta natureza da notícia está, de algum modo, em sintonia com o entendimento de Louis Quéré sobre o *acontecimento* como um “*fenómeno da ordem hermenêutica*” e como abertura a “*novas possibili-*

dades interpretativas” (Quéré, 2005). O acontecimento, segundo o autor, é o lugar de reconstituição do passado e do futuro. Neste sentido, constituída pelo acontecimento, a notícia é, simultaneamente, constituinte do acontecido e do acontecer. Eis, pois, por que razão a notícia é mais do domínio da experiência do que de um transcendente revelado. E por que a notícia, notificando a realidade através dos factos ocorridos, se expande para uma lógica de redefinição constante do que *há de vir*. É nisso que ela é simultaneamente a via de compreensão do passado e a direção ao agenciamento do futuro. Eça de Queirós, a quem voltaremos no próximo ponto, reconhecia em 1876, num artigo publicado no jornal *Distrito de Évora*, que

o jornalismo ensina, professa: alumia, sobretudo; ele é o grande construtor do futuro; não é só o facto d'hoje que o prende – isso é o menos: é o facto que o futuro contém; ele vai das relações presentes às relações futuras e mostra a revolução lenta, serena, imensa, pela qual a humanidade transforma e refaz o seu destino no sentido de justiça.

Em síntese, é no que há de profético na notícia, ou seja, no que ela precipita (e não no que ela antecipa), mais do que no que ela retoma da ação passada, que está o ponto crítico de toda a tarefa jornalística.

CRÍTICA E A NORMA LITERÁRIA

Com o aparecimento das primeiras folhas noticiosas impressas, no século XV, e dos primeiros jornais a partir do século XVII, agravou-se progressivamente a consciência de que a informação tem tanto de urgente e de vital como de perigoso e comprometedor. Ao referir-se ao impacto político da revolução da imprensa, num livro sobre as *revoluções na comunicação*, Bill Kovarik lembra que “a imprensa foi considerada perigosa pelos reguladores políticos da Europa” (Kovarik, 2011: 28), que não esperariam muito para desencadear mecanismos de censura altamente inibidores da atividade jornalística. Sob o suposto adágio de evitar os efeitos perniciosos da divulgação de falsidades, estes engenhos de inibição da difusão de informação (que incluíam, por exemplo a fixação de impostos às publicações periódicas) escondiam também o medo das *verdades inconvenientes*¹.

Pela atuação de aparelhos de censura mais institucionalizados ou mais informais, mais agressivos ou mais indulgentes, a produção e difusão de periódicos desenvolveu-se como uma atividade situada entre a luta pela liberdade e pela autonomia e uma inesca-

pável condescendência relativamente aos poderes político e económico. Seria deste percurso feito de ambiguidades que emergiriam, por um lado, a classificação do jornalismo ele próprio como um poder (o quarto ou o do contra), e, por outro, as aversões públicas contra o carácter pessoal e profissional dos jornalistas. Favorecido pelo crescimento do comércio (que reclamava informação sobre os preços, a necessidade e a disponibilidade de produtos) e pela expansão das preocupações políticas que agitaram a Europa nos séculos XVIII e XIX, o sucesso e a popularidade da imprensa não seriam, no entanto, nem gratuitos nem gratificantes para todos.

Como demonstramos em trabalhos anteriores (Oliveira, 2010; 2014), não obstante as perseguições políticas desencadeadas ao trabalho dos jornalistas, é nos círculos literários e nos movimentos de intelectuais dos séculos XVIII e XIX que encontramos alguns dos mais emblemáticos registos de apreciação dos méritos e desméritos dos “escritores de notícias”, das virtudes e dos vícios da imprensa (mais tarde ampliados pela rádio, pela televisão e também pela Internet) e das normas que viriam a inspirar a regulação ético-deontológica da profissão. Agravados pela contaminação da imprensa política, partidária e de opinião pelas ousadias da imprensa sensacionalista, estes juízos sobre a atividade jornalística formulados pelas elites culturais exteriorizavam um incómodo coletivo relativamente ao estilo e à qualidade das narrativas noticiosas. No sentido geral destes escritos lê-se o desprezo pelas peças jornalísticas, consideradas uma sub-literatura, e pelos jornalistas, muito pouco estimados por serem, dizia-se, profissionais sem escrúpulos, corruptíveis pelos mais variados interesses.

No círculo de expressão francesa, encontramos nomes como os de Voltaire, Rousseau, Diderot, Honoré de Balzac e Baudelaire, que corporizaram, no confronto com os jornalistas, os domínios da literatura e da filosofia como os únicos campos capazes de garantir a boa formação dos espíritos. No contributo que prestou à *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, organizada por Diderot, Voltaire faz um certo elogio às gazetas francesas, mas, numa entrada sob o título *Gazette*, considera que os jornais de Londres, “*exceto os da corte, estão frequentemente cheios dessa indecência que a liberdade da nação autoriza*”². Conta também Jeanneney que o mesmo Voltaire terá dedicado a Fréron, conhecido como um dos jornalistas franceses que, no século XVIII, sempre se terão manifestado contra os filósofos, os seguintes versos: “*No outro dia, ao canto de um pequeno vale / Uma serpente mordeu Jean Fréron. / Sabe o que aconteceu? / A serpente é que morreu...*” (Jeanneney, 1996: 41). Seria neste confronto entre filósofos e jornalistas

que também Rousseau se referiria ao jornal como “obra efêmera sem mérito e sem utilidade, cuja leitura, negligenciada e desprezada pelas pessoas letradas, não serve senão para dar vaidade sem instrução às mulheres e aos tolos” (cit. em Albert, Terrou, 1970: 15).

Balzac, por seu turno, dedicou uma monografia aos jornalistas do seu tempo, escrita originalmente em 1843, quando o jornalismo estava ainda longe de ser reconhecido como uma profissão. Em *Les journalistes – monographie de la presse parisienne*, Balzac faz a caricatura daqueles que ele chama “gente das letras”. É nesta obra que, em tom crítico, o escritor francês constata que “para o jornalista, tudo o que é provável é verdadeiro” (Balzac, 1998: 89). Como os seus pares franceses, Balzac reflete sobre o jornalismo a partir da norma da literatura. É nesse sentido que nos seus escritos, como em Diderot, Rousseau e Voltaire, o jornalismo aparece como uma produção anti-literária ou como uma literatura de segunda categoria. Numa passagem de *Ilusões Perdidas*, um dos mais extensos romances do escritor, Balzac traduz sem rodeios o alcance desta ideia de que os jornais são um produto inferior:

O jornal em vez de um sacerdócio, tornou-se um meio para os partidos, e de um meio passou a ser um negócio. Não tem fé nem lei. Todo o jornal é como disse Blondet, uma loja onde se vendem ao público palavras da cor que deseja. Se houvesse um jornal dos corcundas, haveria de provar noite e dia a beleza, a bondade, a necessidade dos corcundas. Um jornal não é um feito para esclarecer, mas para lisonjear as opiniões. Deste modo, todos os jornais serão, dentro de algum tempo covardes, hipócritas, infames, mentirosos, assassinos. Matarão as ideias, os sistemas, os homens, e, por isso mesmo, hão de tornar-se fluorescentes. Terão a vantagem de todos os seres pensantes: o mal será feito sem que ninguém seja culpado. (Balzac, 2004: 175)

As referências que aqui retomamos da língua francesa ilustram um modo de analisar o jornalismo e os jornais que toma por modelo a literatura, como se as normas literárias fossem a medida de apreciação de uma escrita que não tem o eterno da poesia. Ainda que não desvinculada destes padrões literários, a crítica de expressão anglo-saxónica e germânica do mesmo período acentua mais particularmente as supostas convivências entre o jornalismo e a política e entre o jornalismo e o campo económico. O nome de Benjamin Jonson é talvez o primeiro que deve referir-se neste contexto. Dramaturgo, poeta e ator inglês, contemporâneo de Shakespeare, escreveu pelo menos dois trabalhos em que desen-

volve uma sátira direta aos jornais de negócios que emergiam no século XVII: *The staple of news*, uma comédia de 1631, que foi representada pela primeira vez em 1626, e *News of the new world discovered in the moon*, impressa em 1641. Retomada recentemente por um projeto brasileiro sob o título *Mercado de Notícias*, a primeira obra constitui uma crítica bem humorada sobre o jornalismo, cujas cenas, de acordo com esta re-edição brasileira, “revelam a espantosa visão crítica [de Ben Jonson], capaz de perceber na imprensa de notícias, recém-nascida, uma invenção de grande poder e grandes riscos”³. Na segunda obra, uma pantomina teatral escrita para ser representada na Corte Inglesa, Jonson empreende uma sátira à sociedade capitalista que começava a definir-se naquela altura e também uma sátira aos emergentes jornais de negócios que os capitalistas, especialmente, promoviam.

Na Alemanha é a Gustav Freytag que se deve uma das obras literárias que reprovavam a alegada falta de isenção dos jornalistas relativamente aos interesses de que são próximos. *Die Journalisten* é uma peça satírica escrita em 1854, que retrata as dinâmicas de dois jornais alemães e, na sequência, de dois tipos específicos de jornalistas. Por um lado, os que se dedicam à intriga e aos *affaires* mais privados que públicos; por outro, os que têm um carácter mais servil, mais apto a escrever à direita e à esquerda, como Schmock, a personagem que se tornaria na caricatura de uma espécie de jornalismo-camaleão. É numa das falas da personagem que Freytag denuncia esta fragilidade, quando Schmock, que o dramaturgo apresenta mais como vítima do sistema do que como vilão, diz ter aprendido “a escrever para todas as tendências. [...] Sei escrever segundo não importa qual inclinação” (Freytag, 1988: 46). É esta afirmação que faz de Schmock uma personagem marcante da obra, apesar de entrar em cena apenas no segundo ato.

Tendo-se apercebido da importância que os meios de comunicação social estavam a granjear no início do século XX, Arthur Schnitzler publicaria em 1916 *Flink und Fliederbusch*, uma comédia em três atos centrada na personagem do jovem jornalista de 23 anos, Fliederbusch. Como Schmock também esta personagem parece ter desenvolvido competências para escrever duas opiniões contraditórias sobre um mesmo assunto. E é por ele que Schnitzler transmite a ideia de que os jornalistas constituem um grupo de “mercenários sem escrúpulos”, “capazes de forjar a opinião pública e deformar a realidade, pelo que a informação poderia ter contornos de desinformação” (Oliveira, 2010: 121).

Entre Gustav Freytag e Arthur Schnitzler seria impossível não mencionar Karl Kraus, possivelmente

um dos críticos mais corrosivos de toda a história da imprensa. Terá ficado conhecido pela sua atividade como dramaturgo, ensaísta e poeta austríaco, mas é normalmente de par com o jornalismo que encontramos referência a este nome, que dedicou parte da sua vida a um combate contra a imprensa de Viena. Em *Die Fackel*, uma revista que publicou durante 37 anos, exercitou o ácido que pode haver nas palavras para chamar a atenção para o que lhe parecia ser os principais problemas da imprensa na viragem do século. Por um lado, a dependência dos jornais face aos poderes económico e financeiro; por outro, a concentração e a construção de impérios de jornalismo que poderiam ameaçar o pluralismo. Com inquietações de ordem mais económica do que cultural, Kraus não se acanharia a dizer que a imprensa se havia tornado na “*maior prostituta de Viena*”. O jornalismo era, para este austríaco, uma linguagem mercantilizada, instrumentalizada por interesses que, longe de servirem a boa formação da opinião pública, eram a causa da “*auto-mutilação do espírito humano*” (Kraus, 2000: 186).

Não são menos expressivas as críticas que também podemos resgatar na Língua Portuguesa. Crê-se que o pioneiro da verbalização destes juízos em Portugal tenha sido um padre e escritor chamado José Agostinho de Macedo, que exercia também funções de pregador real. Numa das numerosas publicações da sua extensa obra, sob o sugestivo título *Cordão da peste ou medidas contra o contágio periodiqueiro*, de 1821, Agostinho de Macedo escreve esta curiosa passagem sobre os periodiqueiros, um termo pejorativo para referir os jornalistas:

Mas quem são os periodiqueiros? É preciso conhecer o género, ou a casta de diabos, para se lhes fazer o competente exorcismo. No Evangelho fala-se de um género de demónios que não iam embora senão com o jejum, e eu creio que o jejum, ou a barriga vazia, é quem acarretou sobre as nossas cabeças a nuvem periodiqueira. [...] Fugi, diabos, ide para as vossas oficinas, tornai para a enchó, para o sarrafo. Se podes fazer bem uma cadeira, para que te metes a fazer tão mal um periódico? (Macedo, 1821: 3-4)

Um pouco adiante, terá dito ainda o pregador:

Se é praga deixar o próprio ofício para ser Periodiqueiro, ainda é maior flagelo não ter ofício nenhum, senão o de Periodiqueiro.

Vivia um ocioso pelos cantos dos botequins, desde que eles abriam, até que se fechavam, deste pilhava a torrada, daquele o jantar, nunca se sabia onde morava, nem onde dormia; o calote o vestia, o calote o calçava; e de repen-

te salta ao meio do mundo com um Periódico. [...] Que quer este Diabo com a folha diária ou semanária? Ilustrar a Nação. Como? Copiando muito mal da aluvião de Periódicos Castelhanos [...] (Macedo, 1821: 5-6)

Para além de Agostinho de Macedo, é o nome de Eça de Queirós que, em Portugal, mais associamos ao jornalismo no contexto da fase de transição entre o fim do século XIX e o início do século XX. Em passagens dos seus romances, como em *Os Maias*, a propósito dos episódios da vida quotidiana, ou mesmo nos escritos avulsos em publicações periódicas como o jornal *Distrito de Évora*, Eça de Queirós deixou em fragmentos pistas daquilo que seria a sua convicção pessoal sobre o valor do jornalismo e daquilo que é a expressão da sociedade da época. De *Os Maias* guardamos esta célebre frase de João da Ega para Carlos da Maia: “*Estes burros destes jornalistas! São a escória da sociedade!*”. Já em *Cartas a Fradique Mendes*, é a ligeireza de juízos dos jornalistas que inspira Queirós:

[...] quem nos tem enraizado estes hábitos de desoladora leviandade? O jornal – o jornal, que oferece cada manhã, desde a crónica até aos anúncios, uma massa espumante de juízos ligeiros, improvisados na véspera, à meia-noite, entre o silvar do gás e o fervilhar das chalaças, por excelentes rapazes que rompem pela Redacção, agarram uma tira de papel, e, sem tirar mesmo o chapéu, decidem com dois rabiscos da pena sobre todas as coisas da Terra e do Céu.

Num outro registo, mais pessoal, publicado em 1876 no *Distrito de Évora*, Eça de Queirós parece reconhecer uma espécie de fatalidade que se abate sobre os jornalistas:

Há homens, há trabalhadores de ideias, filósofos que fazem o mesmo áspero trabalho incessante: mas esses têm a glória, que é como um bálsamo divino, derramado nos seus cansaços. O jornalista não: trabalha, luta, derrama ideias, sistemas, filosofias sociais e populares, estudos reflectidos, improvisações, defesas eloquentes, nobres ataques da palavra e da ideia, pois bem, tudo isso passa, morre, esquece; aquela folha delgada e leve onde ele põe o seu espírito, a sua ideia, a sua consciência, a sua alma, perde-se, desaparece, some-se sem esperanças de vida de duração, de imortalidade, como uma folha de árvore ou como um trapo arremessado ao monturo.

Em qualquer um dos escritos assinalados nestas páginas, é à lupa da literatura, em conformi-

dade com as normas próprias de redação e de finalidade da literatura que os jornalistas e o jornalismo são escrutinados. Até à instituição do jornalismo como profissão, já em pleno século XX, é sobretudo diante dos supostos “homens da cultura” que os jornalistas parecem prestar contas pela sua atividade.

Por relação ao texto literário, o trabalho jornalístico era então apreciado em pelo menos três propriedades normativas. Por um lado, a qualidade da escrita. Considerado uma produção vulgar, o texto jornalístico era subestimado pela falta de sofisticação estilística. Não correspondia à elevação estética do romance. Por outro, a profundidade das ideias veiculadas. Vulnerável aos acontecimentos e à atividade política e cultural dos sujeitos da notícia, o enunciado jornalístico não tinha a consistência das grandes obras de pensamento. Não estava moldado à densidade metafísica do ensaio. Finalmente, a integridade intelectual dos jornalistas. Longe de serem titulares de pleno direito das ideias que difundiam, eram vistos como suscetíveis de cedência a interesses alheios. Não tinham a suposta incorruptibilidade de convicções dos pensadores cultos.

Embora não tivessem a formalidade das normas que se viriam a estabelecer mais tarde, estes princípios deram o mote para os parâmetros considerados basilares da profissão. A correlação entre os argumentos que serviam a crítica do jornalismo e dos jornalistas e a posterior parametrização da profissão não pode ser estabelecida senão a título conjectural, mas não será demasiado forçada a ligação destes juízos à consagração para o jornalismo de uma linguagem assumidamente simples, objetiva, direta e despretensiosa, à diferenciação de géneros jornalísticos que se afirmariam como distintos dos géneros literários e ao ajustamento de regras de conduta (como a obtenção de informação por meios legítimos e a imparcialidade do relato informativo) que visariam contrariar as suspeitas de convívio ao poder.

DA NORMA DEONTOLÓGICA À CONDIÇÃO ÉTICO-SITUACIONAL

À semelhança de todo o comportamento humano, também a atividade jornalística se regulou desde sempre, de algum modo, por princípios ético-morais. Foram, aliás, esses princípios que, mesmo sendo apenas um implícito, isto é, não estando fixados em código, disciplinaram as intervenções a que nos referíamos no ponto anterior. Num livro sobre *o lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas*, Joaquim Fidalgo lembra que a ética está para além de pulsões e desejos in-

teriores, procurando “*alicerçar em razão as opções por aquilo que se considera o bem (ou o “melhor” de vários bens), por oposição ao que se considera mal*” (Fidalgo, 2009: 167). É por isso que, segundo o autor, “*a ética está, por assim dizer, a montante da norma, a montante das prescrições morais*” (Fidalgo, 2009: 167). Deste ponto de vista, a ética não é um exclusivo das atividades profissionais estabelecidas. Ela é, de um modo muito abrangente, o quadro de referência de toda a ação humana.

Do ponto de vista profissional, no entanto, a ética jornalística é entendida como condição de definição de um estatuto profissional. O imperativo de distinção relativamente ao campo da literatura haveria assim de sugerir a necessidade de fixar um regulamento normativo próprio. A industrialização da imprensa, os desafios da liberdade de expressão e o desconforto por uma história de má reputação seriam assim os fatores que, no início do século XX, desencadeariam todo um movimento que visava deslocar o jornalismo de uma tradição de pendor literário e de opinião para um novo modelo sustentado nos factos. Com efeito, crescendo a importância económica da informação difundida pelos meios jornalísticos, impor-se-ia um reconhecimento público da singularidade do jornalismo que não poderia continuar a ser examinado como um produto subordinado à literatura. Daí que se tenha aberto caminho para a regulação formal da atividade jornalística, que teria como impulso principal o trabalho desenvolvido pela Comissão Hutchins. Constituída durante a II Guerra Mundial, a também conhecida Comissão sobre a Liberdade de Imprensa tinha como propósito responder às críticas de que eram alvo os meios jornalísticos. O relatório final apresentado por esta comissão em 1947 haveria de confirmar a necessidade de reconhecer a responsabilidade social dos media, inspirando a adoção de códigos de conduta em diversos países, bem como a fundação da Organização Internacional de Jornalistas e da Federação Internacional de Jornalistas.

No seio da profissão prolongou-se então o discurso crítico das elites de escritores e intelectuais, agora por relação a códigos de conduta normalizados. Os próprios estudos jornalísticos, que se estabelecem especialmente no pós II Guerra Mundial, transportariam para o campo científico um certo tom moralista organizado por um *dever-ser*. O campo teórico desta área de investigação fundou-se, depois dos grandes estudos sobre os efeitos da comunicação de massas na opinião pública, em torno do *agenda-setting*, dos *valores-notícias*, do chamado *news-making...* que são, no fundo, uma espécie de *códigos de ética da ação*. De igual modo, nos trabalhos académicos mais vocacionados para a análise dos processos de produção e das condições de receção, há em muitos casos,

uma orientação ética, que não oculta uma tendência para pensar o jornalismo como uma missão que tem o dever de *fazer bem*. Espécie de “constrangimento virtuoso”, no dizer de Pierre Bourdieu, a reflexão ética visa uma função estabilizadora e tem um horizonte de perfeição. Ao confrontar a ação realizada com um *dever-ser universal*, a investigação comporta-se como uma espécie de regulador que, pela ação de pesquisa propriamente dita, enuncia muitas vezes um discurso que se arrisca à normatividade. Para Jane Singer, “*os princípios normativos fundamentais são invocados para distinguir um confortável conjunto de práticas que conhecemos [...] daquelas que desconhecemos – e que, como seres humanos que somos, tendemos a recear*” (Singer, 2015: 49).

Herdeira da exposição crítica enunciada nos círculos literários, a abordagem ético-moral que atravessou os estudos jornalísticos imprimiu na cultura científica uma certa ideia segundo a qual estudar o jornalismo e os jornalistas é, de algum modo, produzir juízos de valor que têm como referente os princípios absolutos de verdade, objetividade e imparcialidade. Daí que, em parte, toda a investigação de estudos jornalísticos esteja sempre vinculada a uma quase inevitável leitura ética do campo. Há, com efeito, critérios que são do domínio da ética, sempre que se analisa a cobertura jornalística de um determinado acontecimento, quando se procura compreender os efeitos de um determinado discurso jornalístico ou na discussão sobre a problemática da regulação do jornalismo e dos jornalistas. Sendo do domínio epistemológico, a reflexão sobre os limites da objetividade e sobre a insuficiência da ideia de representação associada à linguagem jornalística, a que nos referíamos no início deste artigo, é em si mesma uma reflexão imbuída de juízos ético-deontológicos.

Se a construção de uma identidade profissional para os jornalistas consagrou um paradigma de investigação ético-moral, a naturalização do discurso normativo relativamente ao campo jornalístico criou uma necessidade de conhecer as organizações mediáticas e os seus profissionais equivalente à necessidade de conhecer as organizações governativas e os políticos. Fundando as condições para fazer notícia de uma espécie de imagem endógena, o discurso normativo sobre o que o jornalismo *deve-ser mas nem sempre é* inspirou a criação de espaços noticiosos dedicados tanto à atividade como aos profissionais, ou seja, acrescentou valor-notícia ao próprio jornalismo e aos jornalistas.

Entendido por alguns como uma prática de autorregulação, o metajornalismo, ou o jornalismo sobre o jornalismo, constitui-se como um sucedâneo do discurso da(s) norma(s). Ele emerge da assunção

de que, sendo uma atividade regulada por princípios normativos, o jornalismo e os jornalistas também podem ser sujeitos da notícia, isto é, que, enquanto agentes sociais cujo discurso não é inconsequente, também são objeto de interesse público, não tendo um estatuto de suposta impunidade. Se o estabelecimento de códigos de conduta mais ou menos unive-rais constituiu a condição necessária para a regulação formal da atividade, o metajornalismo expande a percepção segundo a qual o jornalismo não se mede apenas pelo cumprimento matemático de um conjunto de normas. É a complexidade da realidade a que ele reporta que o torna uma atividade difícil de circunscrever a um cálculo ético.

Remetendo para si próprio como parte da realidade, o metajornalismo recusa a prioridade da realidade ou de qualquer transcendente ético-moral. Em textos factuais ou de opinião, em colunas de provedores ou em ‘meta-reportagens’, estas práticas que apelidamos de metajornalísticas (Oliveira, 2010) visam essencialmente a contextualização da ação jornalística. Se a ética tem uma função essencialmente estabilizadora, o metajornalismo apresenta-se como a possibilidade de uma função de desocultação, que é particularmente desempenhada pelos provedores dos leitores, ouvintes e telespectadores quando procuram esclarecer os procedimentos que estão implicados na ação jornalística. Num livro intitulado *Les Planqués – le journalisme victime des journalistes*, o investigador canadiano Marc-François Bernier atribui ao metajornalismo uma função equivalente à de desocultar: a função de “*desmistificar a profissão aos olhos do público*” (Bernier, 1995: 182). María Dolores Meneses Fernández estudou as notícias sobre a imprensa espanhola no período da transição democrática exatamente por causa desta função de desocultação ou de desmistificação que desempenham “*os textos jornalísticos cujos conteúdos aludem ao jornalismo, aos jornalistas e ao setor da imprensa*” (Meneses Fernández, 2008: 14). A propósito dos textos que analisou, declara a autora:

Os jornalistas informavam das condições do exercício da sua profissão e dos assuntos que a ela concerniam no seu meio de trabalho: os jornais. Era uma informação que longe de ser esporádica, casual ou anedótica, bem pelo contrário dava conta continuada de preocupações graves e fundas da profissão. (Meneses Fernández, 2008: 21)

Autorreferencial na medida em que remete para si mesmo, se relata a si mesmo, o metajornalismo caracteriza-se por uma relativização constante dos princípios que a ética tomaria como absolutos. Ao levar às últimas consequências a prioridade da experiência sobre o discurso puramente normativo, o

metajornalismo não se interessa por identificar um princípio unificador da experiência (que é o que faz a ética ao procurar reconciliar a experiência com o *a priori da experiência*); ele procura antes compreender os modos como a discursividade pode suspender a estabilização ilusória da experiência.

Crítica prática, e nunca idealista, este metadiscorso pressupõe o exercício jornalístico de uma competência social, para falar nos termos de Bourdieu (1998), ou de uma consciência prática, na expressão de Anthony Giddens (Giddens, 1990). Num entendimento pragmático da prática jornalística, trata-se de ter em conta não apenas os princípios que transcendem a ação mas também os contextos e os intervenientes. Promovendo um conhecimento menos formatado, o metajornalismo oferece-se, assim, como a via para uma mudança de paradigma nos estudos jornalísticos, alicerçado num princípio ético-tensio-

nal ou ético-situacional, que tenha em conta não apenas o confronto dos enunciados com as referências *a-priorísticas* mas também as circunstâncias da própria enunciação, o que significa admitir o confronto com o que está *in actu*. Por outras palavras, significa ver nesta autorreferencialidade uma nova condição ética, feita das tensões próprias da experiência.

NOTAS

¹ Num capítulo dedicado à revolução da imprensa, Alejandro Pizarroso Quintero conta, por exemplo, que Pio V, reunido em consistório com os cardeais em 1570, terá lançado uma invectiva contra os autores de notícias com efeitos prejudiciais para o Papado e o coletivo de cardeais, bispos e demais preladados da Igreja (Pizarroso Quintero, 1996).

² In *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, tomo XV [FOR-GEN]. Acedido em http://www.e-rara.ch/gep_r/id/5329237.

³ Ver <http://www.omercadodenoticias.com.br/projeto/#sinopse>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Austin, J. L., 1986, *How to do things with words*, Oxford, Oxford University Press.
- Balzac, H. de, 1998, *Les journalistes – monographie de la presse parisienne*, Paris, Éditions Arlea.
- Balzac, H. de, 2004, *Ilusões perdidas*, Lisboa, Dom Quixote.
- Bernier, M. F., 1995, *Les planqués – le journalisme victime des journalistes*, Québec, VLB éditeur.
- Bourdieu, P., 1998, *O que falar quer dizer*, Lisboa, Difel.
- Fidalgo, J., 2009, *O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas*, Lisboa, FCG/FCT.
- Freytag, G., 1988, *Die Journalisten*, Stuttgart, Reclam.
- Giddens, A., 1990, “El estructuralismo, el post-estructuralismo y la producción de la cultura”, em Giddens, A., Turner, J. et al., *La teoría social hoy*, Madrid, Alianza Editorial, pp. 254-289.
- Halimi, S., 1998, *Os novos cães de guarda*, Oeiras, Celta.
- Herrscher, R., 2002, “A universal code of journalism ethics: problems, limitations, and proposals”, *Journal of Mass Media Ethics*, vol. 17, no 4, pp. 277-289.
- Jeanneney, J.-N., 1996, *Uma história da comunicação social*, Lisboa, Terramar.
- Kovarik, B., 2011, *Revolutions in communication. Media history from Gutenberg to the digital age*, London, Bloomsbury.
- Kraus, K., 2000, *Cette grande époque*, Paris, Éditions Payot & Rivages.
- Macedo, J. A., 1821, *O cordão da peste ou as medidas contra o contágio periodiqueiro*, Lisboa, Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.
- Meneses Fernández, M. D., 2008, *Noticias sobre la prensa. Imagen propia en la Transición democrática*, Barcelona, Fragua.
- Oliveira, M., 2010, *Metajornalismo. Quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso*, Coimbra, Grácio Editor.
- Oliveira, M., 2014, “Jornalismo, literatura e a poesia dos dias”, em Moura, D., Geraldés, E., Pereira, F., Oliveira, M., Adghirni, Z., *Jornalismo e literatura: aventuras da memória*, Brasília/Braga, UnB/CECS, pp. 133-147.
- Pizarroso Quintero, A., 1996, “A revolução da imprensa”, em Pizarroso Quintero, A., *A história da imprensa*, Lisboa, Planeta Editora, pp. 29-57.
- Quéré, L., 2005, “Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento”, *Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, no 6, pp. 59-75.
- Schramm, W. L., 1988, *The story of human communication. Cave printing to microchip*, New York, Harper & Row Publisher.
- Singer, J., 2015, “Sem medo do futuro: ética do jornalismo, inovação e um apelo à flexibilidade”, *Comunicação e Sociedade*, vol. 25, pp. 49-66.
- Terrou, P. A., 1970, *Histoire de la presse*, Paris, Presses universitaires de France.



Pt. O reconhecimento do poder do jornalismo como atividade constitutiva, isto é, como prática que age sobre o curso da história, conduziu a uma necessidade crescente de refletir sobre a ética dos procedimentos de recolha e tratamento da informação. Alvo de críticas frequentes enunciadas por escritores e intelectuais que, no século XIX, encaravam o jornalismo como uma literatura rafeira, os jornalistas passaram, a partir da segunda metade do século XX, a estar sob o olhar escrutinador da sociedade. Se a sua condição sempre foi, de algum modo, a de “vigilantes” dos poderes instituídos, a de uma espécie de “novos cães de guarda”, no dizer de Serge Halimi (1998), com o tempo, a consciência de que a vigilância também pode ser encarada como o exercício de um poder contribuiu para uma ideia de que também seria necessário “vigiar os vigilantes”. Quer na perspectiva profissional quer na perspectiva científica, desenvolveu-se então um discurso profundamente normativo em relação ao jornalismo e aos jornalistas. A definição de um estatuto profissional específico arrastou consigo a fixação de códigos de ética e deontologia que atribuíram a esta atividade um sentido de *dever ser*. Em consequência, alargou-se a toda a opinião pública a perceção de que tanto a conduta dos jornalistas como os efeitos da produção jornalística e da ação dos média se inscrevem num conjunto de normas reguladoras que explicitam os limites da atividade. Neste artigo, revisitamos o percurso que conduziu a uma perspectiva normativista do jornalismo. Por outro lado, reconhecendo que o jornalismo ganhou progressivamente valor-notícia, retomamos o conceito de metajornalismo para explorar uma via alternativa ao discurso convencional da norma. Com efeito, ao considerar o jornalismo sobre o jornalismo como uma prática autorreferencial, tomamo-lo no avesso do exercício normativista, deslocando o paradigma dos estudos jornalísticos de uma ética transcendental para uma ética situacional.

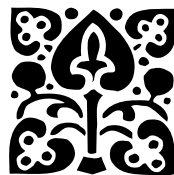
Palavras-chave: metajornalismo, normatividade, autorreferencialidade, ética situacional.

En. The recognition of journalism’s power as a constitutive activity—that is, as a practice that shapes the course of history—has heightened the need to reflect on the ethics of the procedures involved in the collection and construction of news. Whereas, in the nineteenth century, journalism was the target of criticism from writers and intellectuals who considered it as coarse literature, from the second half of the twentieth century onwards, journalists began to be scrutinized by society. If the role of journalists had always been, as it were, to monitor the powers that be, to act as kinds of “new watchdogs” in the words of Serge Halimi (1998), it appeared over time that surveillance could also be considered as an exercise of power, and as such, that the “watchers” needed to be “watched.” In this regard, a deeply normative discourse developed in both professional and scientific circles. A specific professional status was defined, bringing along codes of ethics which garnered journalistic practice with a sense of duty. As a result the general public perception is that the role of journalists, the effects of journalistic production and the way media act are all accountable to regulatory norms that set the boundaries of the activity. In this article, we revisit the history that led to the emergence of a normative perspective of journalism. While acknowledging that journalism has gained progressively in “news value,” we propose a return to the concept of meta-journalism in order to explore an alternative to the classical discourse of the norm. Indeed, by considering “journalism on journalism” to be a self-referential practice, we adopt an inverse approach to the normative exercise by shifting the paradigm of journalism studies from a transcendental ethos to a situational one.

Keywords: meta-journalism, normativity, self-referentiality, situational ethics.

Fr. La reconnaissance du pouvoir du journalisme comme activité constitutive, c'est-à-dire comme une pratique qui agit sur le cours de l'histoire, a fait croître la nécessité de réfléchir sur l'éthique des procédures de collecte et de traitement de l'information. Cibles de critiques fréquentes énoncées par des écrivains et des intellectuels qui, au XIXe siècle, considéraient le journalisme comme une littérature bâtarde, les journalistes sont passés, à partir de la seconde moitié du XXe siècle, sous le regard scrutateur de la société. Si le rôle des journalistes a toujours été, en quelque sorte, celui de 'vigie' des pouvoirs institués, une espèce de « nouveaux chiens de garde », selon les mots de Serge Halimi (1998), une prise de conscience du fait que la surveillance peut également être considérée comme l'exercice d'un pouvoir, et qu'en cela, elle rend nécessaire de « regarder les vigies » est apparue. Tant dans les perspectives professionnelles que scientifiques s'est développé un discours profondément normatif par rapport au journalisme et aux journalistes. La définition d'un statut professionnel spécifique a entraîné la mise en place d'une éthique et de codes de déontologie qui ont associé à cette activité un sens du *devoir être*. En conséquence s'est répandue la perception, dans toute l'opinion publique, que tant le rôle des journalistes que les effets de la production journalistique et de l'action des médias font partie d'un ensemble de normes réglementaires qui régissent les limites de l'activité. Dans cet article, nous revisitons l'histoire qui a conduit à l'émergence d'une perspective normative du journalisme. Tout en reconnaissant que le journalisme a gagné progressivement en « *news value* », nous proposons de revenir au concept de métajournalisme afin d'explorer une voie alternative au discours classique de la norme. En effet, lorsque l'on considère la pratique du journalisme sur le journalisme comme une pratique autoréférentielle, nous adoptons la démarche inverse de l'exercice normatif, en faisant glisser le paradigme des études du journalisme d'une éthique transcendantale à une éthique situationnelle.

Mots-clés : métajournalisme, normativité, autoréférentialité, éthique situationnelle.





Le journalisme et les sciences sociales

Trouble ou problème ?

GILLES BASTIN
Maitre de conférences HDR
Institut d'études politiques de Grenoble
Pacte-CNRS
gilles.bastin@sciencespo-grenoble.fr



ien que l'avènement de la presse moderne soit un des traits marquants des sociétés qu'observèrent les premiers praticiens des sciences sociales au XIX^e siècle¹, et que le journaliste soit devenu depuis lors une figure de la culture populaire et des arts (littérature, théâtre, cinéma, bande dessinée...)², celui-ci est resté très longtemps éloigné de la dramaturgie sociale élaborée par les sociologues. Le constat est intrigant : l'histoire de ces deux disciplines est marquée en France par un phénomène singulier d'ignorance réciproque et d'évitement³. Alors que la pratique du sociologue et celle du journaliste sont souvent proches (en tout cas assez proches dans leurs intentions et dans le vocabulaire qu'elles emploient – on peut penser à des mots comme « enquête » ou « entretien »... – pour que leur comparaison mérite d'être faite), il existe une espèce de barrière invisible entre les deux que personne ne souhaite vraiment franchir.

Après avoir caractérisé dans un premier temps le travail rhétorique de construction de cette barrière, j'aborderai la question des relations entre sciences sociales et journalisme à partir du débat diffus entre une thèse *continuiste* (pour aller vite : la différence entre journalistes et sociologues n'est qu'affaire de degré) et une thèse *discontinuiste* (pour aller vite : il y a une différence de nature). Malgré de très nombreux exemples de continuisme réussi, il est frappant de constater que la grande majorité des sociologues

Pour citer cet article

Référence électronique

Gilles Bastin, « Le journalisme et les sciences sociales. Trouble ou problème ? », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le 26 décembre 2016.

URL : <http://surlejournalisme.com/rev>

qui se sont penchés sur cette question défendent une position discontinuiste, en France particulièrement. Je proposerai ensuite d'élargir l'argumentation en montrant comment s'est plus récemment cristallisée une forme de concurrence entre journalistes et sociologues. Cette concurrence s'explique aisément comme un travail de frontière (*boundary work*) utile aux deux groupes. J'illustrerai enfin ce *boundary work* à partir de deux cas (et non plus de positions spéculatives) : celui du positionnement de Durkheim face à Tarde quant au rôle des journaux dans le suicide (1897) et celui de la critique par Bourdieu et Passeron des théories de la culture de masse (1963). Ces deux cas permettent en effet de comprendre un des fondements les plus solides de la position discontinuiste : le rejet par les sociologues des médias comme objets possibles de la sociologie et l'affirmation d'une incompatibilité entre raison médiatique et raison sociologique. Dans la conclusion j'évoquerai quelques effets de cette situation pour la sociologie des médias, notamment l'absence des journalistes de la dramaturgie sociale décrite par les sociologues depuis la fin du XIXe siècle et la difficulté à saisir leur activité autrement que comme un pis-aller. Mais au-delà l'enjeu véritable de cette histoire conflictuelle est à mon sens la capacité de la sociologie à dépasser la panique morale diffuse qui entoure la question du journalisme dans les sociétés modernes.

LA DOUBLE MALÉDICTION DES ÉTUDES SUR LE JOURNALISME

Beaucoup de chercheurs pratiquant les sciences sociales à bonne distance de la parole des acteurs sociaux — comme c'est le cas le plus souvent des historiens travaillant sur des corpus d'archives mais aussi des sociologues travaillant sur des données statistiques — sont confrontés à des objets discrets, dont il leur faut patiemment retrouver le « *marmonnement* » (Foucault, 1961) ou les « *traces* » (Ginsburg, 1989) recouverts par le bruit de la société. Le sociologue qui pratique l'entretien de recherche ou l'observation directe d'un terrain contemporain travaille pour sa part le plus souvent dans un véritable *brouhaha* de discours entremêlés. Les sociologues tendent, de ce fait, à voir ces envahissants discours tenus par leur objet comme des systèmes plus ou moins structurés de « *prénotions* » dont l'analyse critique permettra de les écarter patiemment du seul chemin digne d'être emprunté : celui d'une connaissance profonde et objective de cet objet. Les auteurs du *Métier de sociologue* ont résumé cette épistémologie dite de la « rupture avec les prénotions » d'une formule devenue depuis célèbre : « *c'est peut-être la malédiction des sciences de l'homme que d'avoir*

affaire à un objet qui parle. » (Bourdieu, Chamboredon et Passeron, 1969 : 64)

La sociologie des groupes professionnels est particulièrement exposée aux « *rhétoriques professionnelles* » de ceux qu'Everett Hughes appelait les membres des « *professions prétentieuses* ». Avocats, médecins, mais aussi plombiers ou *nurses* sont en effet enclins à envelopper quotidiennement leur activité d'une production rhétorique intense qui vise à la justifier comme elle vise à justifier les privilèges qui leur ont été concédés pour l'exercer. Les membres des professions, comme le dit Hughes, jouissent en effet du rare privilège de pouvoir définir le « *mandat* » qui leur est confié par la société. Ils « *ne se bornent pas à offrir un service, mais [ils] définissent les besoins mêmes qu'ils servent* » (Hughes, 1996 : 131). Apprendre à décoder ces rhétoriques intéressées, à les inscrire dans l'histoire et le fonctionnement du groupe professionnel, à les contourner dans les situations d'entretien fait dès lors partie du bagage méthodologique dont doit s'équiper le sociologue pendant son enquête.

Le cas des journalistes illustre bien ce mécanisme discursif. De nombreux travaux ont en effet montré l'intensité de la production rhétorique des journalistes visant à justifier leur activité, que ce soit dans ou hors des situations de travail. La déontologie professionnelle est en général le sujet de prédilection autour duquel se tissent ces discours de justification et de revendication juridictionnelle qui peuvent prendre une forme publique lorsqu'ils sont portés par ceux qui aspirent à représenter le groupe ou une forme plus discrète lorsqu'ils s'apparentent à une production rituelle visant essentiellement à garantir à un individu que sa place dans le « *drame social* » du travail de l'information ne sera pas menacée (Tuchman, 1972)⁴. Cet usage permanent de discours partagés, souvent relatifs à des événements mythiques, fait des journalistes les membres de « *communautés interprétatives* » au moins autant que d'une « *profession* » (Zelizer, 1993).

Loin de se limiter aux cénacles professionnels ou aux situations d'interaction entre les professionnels et les profanes, les discours semi-savants sur le journalisme ont atteint une très grande audience et sont aujourd'hui produits bien au-delà du groupe professionnel lui-même. On ne compte plus le nombre de livres écrits sur les journalistes et le journalisme, de revues ou de sites internet créés pour en révéler les secrets, en analyser le rôle ou en assurer la critique, de débats suscités épisodiquement dans les médias eux-mêmes par des « *affaires* » de mauvais (plus souvent que de bon) traitement médiatique de telle ou telle actualité. Pour le dire un peu abruptement, selon la formule sans doute provocatrice et non dé-

nuée de fausse naïveté de l'historien Michaël Schudson, tout se passe comme si, dans les démocraties modernes, tout le monde s'était aujourd'hui transformé en critique des médias (Schudson, 1998).

L'histoire des difficultés du groupe professionnel des journalistes à contrôler la prolifération de discours qu'il suscite mérite d'ailleurs d'être analysée avec beaucoup de détails : les tentatives assez peu concluantes des journalistes pour « raréfier » le discours produit sur leur activité alors qu'il est l'objet de phénomènes de « dispersion » croissants sont une constante de la période contemporaine. Faute d'avoir mis en place des institutions de régulation des pratiques des journalistes, les journalistes voient largement leur échapper jusqu'au débat sur les contours du groupe, ses normes et ses usages. Ce débat est aujourd'hui animé par le public lui-même, notamment par le biais d'associations et de collectifs de défense des journalistes ou de critique des médias. Les professionnels sont de ce fait condamnés à répéter régulièrement, dans un environnement déjà saturé, les mêmes « monologues collectifs » sur leurs bonnes ou mauvaises pratiques. Mais ceux-ci n'ont que peu de prise sur les autres journalistes d'un côté et sur leur perception par le public de l'autre (Ringuot, Utard, 2005 ; Ruellan, 2011).

La malédiction des sciences humaines est donc redoublée d'une malédiction du groupe professionnel dans le cas des journalistes. Les agents sociaux peuvent en effet eux aussi être confrontés au problème de l'objet *qui* parle ou plutôt *dont on* parle. Cette double « malédiction » a des effets importants sur la pratique de la recherche sur le journalisme. Dans cet article, je voudrais essayer de les formuler et de les analyser en posant une question qui est peu souvent abordée dans les manuels ou les traités de sociologie : celle du rôle que jouent les sociologues dans la définition rhétorique des frontières des groupes professionnels qu'ils observent et, en retour, celle des effets pour la recherche de leur implication dans des interactions rhétoriques et symboliques avec les membres de ces groupes. Mon hypothèse peut être formulée de la façon suivante : le fait que les journalistes « parlent » ne pose pas autant de problèmes aux sociologues du journalisme que le fait que ces mêmes sociologues sont engagés dans un complexe travail de frontière (*boundary work*) avec les journalistes, un travail qui est lui-même producteur de « prénotions ». Du fait de la nature même de l'activité des uns et des autres — qui ont toutes deux à voir avec le fait de produire un récit et une analyse de faits sociaux ; autrement dit de « parler de la société » (Becker, 2007 ; Dickinson, 2008) — le sociologue qui s'intéresse au journalisme (comme en théorie le journaliste qui

s'intéresserait à la sociologie, bien que ce cas de figure soit plus rare) devrait à mon sens prendre en compte les effets potentiels pour sa pratique de cette situation de proximité et de concurrence.

Autrement dit, il me semble nécessaire, avant d'entamer toute recherche sur les journalistes, d'interroger non seulement les prénotions des acteurs des mondes de l'information mais aussi celles des chercheurs sur cette activité. Parmi les obstacles qui se dressent aujourd'hui sur le chemin d'une analyse sociologique des médias et de ceux qui s'engagent professionnellement dans les mondes de l'information (les journalistes) les plus difficiles à franchir ne sont en effet peut-être pas ceux que pose cet objet d'étude. Ce sont ceux qui sont fabriqués par les sciences sociales elles-mêmes pour tenir à distance cet objet (et réciproquement — bien que cela soit moins important dans le cadre de mon propos — par le journalisme pour tenir la sociologie à distance). Pour reprendre à nouveau une citation des auteurs du *Métier de sociologue*, on ne gagne rien en effet à substituer les prénotions du chercheur à celles des acteurs ou encore à produire « un mixte faussement savant et faussement objectif de la sociologie spontanée du "savant" et de la sociologie spontanée de son objet » (Bourdieu, Chamboredon et Passeron, 1969 : 64). Poser la question des conditions de possibilité d'une sociologie des journalistes c'est poser dans le même temps celle des relations entre journalistes et sociologues⁵.

JOURNALISTES ET SOCIOLOGUES : CONTINUITÉS ET DISCONTINUITÉS

Deux « thèses » principales s'opposent chez les praticiens des sciences sociales quant aux relations entre leurs disciplines et le journalisme. Qualifions-les de thèse *continuiste* (le journalisme ressemble assez aux sciences sociales pour que les deux puissent entretenir un dialogue fructueux sur leurs pratiques et leurs normes, qu'il y ait du flou dans leur définition et que des acteurs circulent entre les deux⁶) et *discontinuiste* (le journalisme est radicalement étranger aux sciences sociales si bien que l'ignorance réciproque de ces pratiques et de ces normes paraît être la meilleure politique, les deux disciplines sont assez bien définies pour ne pas se superposer et la circulation entre les deux est marginale ou nulle)⁷.

La thèse continuiste a pour elle d'avoir été formulée de longue date par des figures aussi éminentes des sciences sociales que Robert Park qui définissait le sociologue dans ses mémoires comme un « *super-reporter* » :

A sociologist was to be a kind of super-reporter, like the men who write for Fortune. He was to report a little more accurately, and in a manner a little more detached than the average, what my friend Franklin Ford called the "Big News". The "Big News" was the long time trends which recorded what is actually going on rather than what, on the surface of things, merely seems to be going on. (Park, 1950)

Park à l'évidence était influencé dans ce jugement par son passé de journaliste dans plusieurs grandes villes américaines comme Detroit, Denver, New York, Chicago ou Minneapolis dans les années 1880 et 1890. Il proclamait par exemple ouvertement qu'il devait être possible de rendre compte du monde des idées à l'aide de techniques journalistiques⁸. Ceci ne diminue pas la force de l'argument. Au contraire, le parcours de Park illustre la continuité du journalisme et des sciences sociales comme l'ont noté de nombreux commentateurs signalant tout ce que la tradition de « l'écologie humaine » fondée par Park à Chicago devait au reportage urbain (Lindner, 1996).

Le nom de Max Weber peut aussi être cité ici et l'on rappellera simplement à son propos la défense qu'il fit du journaliste dans des termes établissant clairement la continuité « éthique » qui le liait au savant :

Peu de gens ont conscience qu'une production journalistique réellement bonne exige au moins autant d'« esprit » que n'importe quelle production savante, surtout du fait de la nécessité d'être produite sans délai, à la demande, et de devoir avoir une efficacité immédiate, dans des conditions de création il est vrai totalement différentes. On ne prend presque jamais en considération le fait que la responsabilité est bien plus grande, et que même le sentiment de responsabilité de tout journaliste honorable n'est en moyenne pas moindre que celui du savant. (Weber, 2003 : 152⁹)

Charles Wright Mills, quant à lui, refusait de faire de l'imagination sociologique la propriété des sociologues et incluait les journalistes (avec les historiens et les romanciers) dans la liste de ceux qui peuvent parfois en être dotés (Mills, 1967). On connaît la postérité de cette idée chez des auteurs comme Howard Becker aujourd'hui, par exemple les parallèles entre photojournalisme et *visual sociology* établis par Becker au nom de la lutte contre le « purisme méthodologique » (Becker, 1995).

La force de l'argument continuiste tient aussi à l'existence d'expériences avérées de transferts entre les pratiques des journalistes et celles des sociologues. On en trouve à certains moments de l'histoire du journalisme grâce à des figures de passeurs comme Philip Meyer important dans le domaine du journalisme la sociologie des enquêtes par questionnaire sous le nom de *precision journalism* afin de mieux comprendre les émeutes de Detroit en 1967. Meyer, persuadé que le changement social nécessitait des journalistes qu'ils acquièrent de nouvelles connaissances et de nouvelles méthodes, au-delà de l'intuition, s'était attelé à la tâche de convertir les journalistes à l'usage des chiffres et à la *survey research* formulant cette nouvelle alliance comme une urgence sociale : « *It used to be said that journalism is history in a hurry. Now, to cope with the acceleration of social change, journalism must become social science in a hurry.* » (Meyer, 1971) En lien avec le département de psychologie sociale de l'Université du Michigan il constitua pour le *Detroit Free Press* un échantillon de 437 personnes ayant ou non participé aux émeutes. Ce travail, publié dans une série d'articles, permit de montrer que les émeutiers ne se recrutaient pas parmi les franges les plus précaires de la population noire ni parmi les récents ruraux installés en ville. L'argument rendait nécessaire une compréhension politique des émeutes, notamment en termes de ségrégation et validait un certain nombre de thèses très diffusées à cette époque comme celle de la « frustration relative » popularisée par Stouffer ou celle du « groupe de référence » de Merton qui étaient au même moment utilisées dans l'explication des phénomènes révolutionnaires par Runciman (1966) ou Davies (1962)¹⁰.

D'autres cas pourraient à l'évidence être cités à l'appui de la thèse continuiste. Le cas de l'inspiration goffmanienne du « nouveau journalisme » des années 1960 en est un (Sommer, 1975, 1984). L'influence du *muckraking* sur la sociologie dans les années 1970 en est une autre. Dans les années 1960 aux États-Unis des magazines comme *Transaction* (fondé en 1963 à l'Université George Washington de Saint Louis par Irving Horowitz) donnèrent naissance à une sociologie critique inspirée de l'ère des *muckrakers*, ces journalistes de la grande période réformiste du tournant du siècle aux États-Unis qui publièrent dans de grands magazines à fort tirage comme *Harper's* ou *Collier* des enquêtes sur le gouvernement des villes, l'industrie agro-alimentaire ou le pétrole¹¹. Dans l'introduction d'un recueil d'articles de *Transaction* publié en 1972, Horowitz présentait la « *muckraking research* » comme un « style particulier de recherche en science sociale » :

Such research uses the tools of social science to document unintended (or officially unac-

knowledge) consequences of social action, inequality, poverty, racism, exploitation, opportunism, neglect, denial of dignity, hypocrisy, inconsistency, manipulation, wasted resources and the displacement of an organization's stated goals in favor of self-perpetuation. It may show how, and the extent to which, a dominant or more powerful class, race, group or stratum takes advantage of, misuses, mistreats or ignores a subordinate group, often in the face of an ideology that claims it does exactly the opposite. In pointing out a state of affairs that strikingly clashes with cherished values, muckraking research may have an expose, sacred cow-smashing, anti-establishment, counter-intuitive, even subversive quality, for it grows out of and helps sustain social upheaval and questioning. Although sociology like any other intellectual undertaking always has this potential it is not often realized. (Marx, 1972)

Le renouveau simultané des pratiques d'immersion dans le journalisme et les sciences sociales appliquées à la description de la précarité depuis les années 1980 en est un autre : les travaux journalistiques de Günter Wallraff (2012), Barbara Ehrenreich (2001) ou Florence Aubenas (2010) présentent de nombreuses similitudes avec ceux – sociologiques – de Mathias Waeli (2009) ou Marlène Benquet (2013). Ces exemples illustrent le fait que les deux disciplines partagent certains principes du rapport au monde social qui est sous-entendu dans le concept d'enquête. La question de l'immersion est par ailleurs l'une de celles qui a redonné de la vigueur, sur un plan authentiquement normatif cette fois, à l'argument continuiste. Le débat initié par la rigidification des conditions éthiques de la recherche en sciences sociales aux États-Unis et au Canada sous l'influence des comités éthiques (*Review Boards*) a en effet provoqué des réactions critiques de praticiens des sciences sociales jugeant que cette rigidification pénalisait les sociologues par comparaison avec les journalistes. L'exemple de Barbara Ehrenreich, une journaliste américaine (et docteur en biologie) qui a publié en 2001 *Nickel and Dimed*, le récit de deux années passées à faire l'expérience de la vie d'une *working poor* comme employée de restaurants ou de supermarchés est souvent cité dans ce débat. Pour Kevin Haggerty, la régulation éthique de la recherche par les *Research Ethics Boards* s'étend par exemple aujourd'hui bien au-delà de ses objets premiers et met en danger la possibilité même de conduire des recherches empiriques dans les sciences sociales. Elle ne concerne en revanche pas d'autres secteurs comme le journalisme qui, tout en étant très proche du point de vue de leurs activités de génération de connaissance (*knowledge generation activities*) ont

trouvé des formes plus souples de régulation éthique (Haggerty, 2004)¹². La comparaison fine des deux institutions (recherche et journalisme) permet à Haggerty de mettre en évidence le caractère relatif du cadrage éthique. D'autres auteurs ont aussi pesé dans ce débat, signalant l'ironie qui leur interdit de mener aujourd'hui des travaux inspirés aussi bien de ceux de Ehrenreich que de l'anthropologue Nancy Scheper-Hughes ou Pierre Bourdieu (Feeley, 2007). La comparaison des deux disciplines enrichit d'une certaine façon la réflexion des sciences sociales sur les aspects politiques de leur juridiction méthodologique (Dingwall, 2007).

À certaines périodes les journalistes (certains d'entre eux en tout cas) ont aussi défini leur rapport au monde social dans des termes qui faisaient clairement référence à un certain niveau de continuité avec une conception scientifique de la société. Les reporters de la fin du XIXe siècle embrassèrent ainsi souvent une définition naturaliste de leur activité. Comme l'ont montré Michael Schudson pour le cas américain (Schudson, 1978) et Denis Ruellan pour la France (Ruellan, 1993), les conceptions les plus positivistes de l'épistémologie scientifique ont eu une influence sur la formulation des doctrines professionnelles des premiers journalistes¹³. L'idée d'une saisie directe et objective de l'actualité fut ainsi au cœur de l'emploi de métaphores comme celles du « miroir » ou du « daguerréotype » de la réalité que prétendaient incarner de nombreux journaux au XIXe siècle (Schiller, 1979).

À d'autres moments de l'histoire du journalisme, des journalistes ont davantage fondé leur activité sur des qualités de perception et de narration, mais il est intéressant de noter que les mêmes se sont souvent élevés contre l'idée que cela les éloignerait de l'objectivité. Dans le cas du « nouveau journalisme » des années 1960 par exemple, le recours à la première personne est justifié par une forme de méfiance à l'égard d'une prétendue objectivité ne retranscrivant en fait qu'un point de vue sur la réalité, celui des sources officielles. Tom Wolfe, dans ce qui est devenu le manifeste du « nouveau journalisme » défend très clairement ce qu'il appelle le « *réalisme social* » (Wolfe, Johnson, 1973).

Malgré ces nombreux arguments que l'on peut apporter au crédit de la thèse continuiste, celle-ci n'a jamais réellement été formulée autrement que comme une intuition et n'a pas donné lieu à une réflexion systématique. En France particulièrement c'est une thèse contraire qui est le plus souvent proposée par les praticiens des sciences sociales qui ont fréquemment cherché à opposer sociologie et journalisme sur le plan des normes professionnelles des uns et des autres. Il suffit de penser ici au travail

de Pierre Bourdieu renvoyant le journalisme pour l'essentiel du côté du manque d'autonomie à l'égard de l'économie ou de la politique quand la sociologie pourrait prétendre à cette autonomie scientifique. On peut citer pour illustrer un entretien accordé à *La Recherche* en 2000 dans lequel est évoquée l'existence d'une « différence objective » entre journalisme et sociologie.

LA RECHERCHE – D'accord : la sociologie apparaît souvent comme agressive et gênante. Mais pourquoi faut-il que le discours sociologique soit « scientifique » ? Les journalistes aussi posent des questions gênantes ; or ils ne se réclament pas de la science. Pourquoi est-il décisif qu'il y ait une frontière entre la sociologie et un journalisme critique ?

*PIERRE BOURDIEU – Parce qu'il y a une différence objective. Ce n'est pas une question de point d'honneur. Il y a des systèmes cohérents d'hypothèses, des concepts, des méthodes de vérification, tout ce que l'on attache ordinairement à l'idée de science. En conséquence, pourquoi ne pas dire que c'est une science si cela en est une ? D'autant que c'est un enjeu très important : une des façons de se débarrasser de vérités gênantes est de dire qu'elles ne sont pas scientifiques, ce qui revient à dire qu'elles sont « politiques », c'est-à-dire suscitées par l'« intérêt », la « passion », donc relatives et relativisables. (mai 2000, *La Recherche*, n° 99 : 69)*

Cyril Lemieux a proposé pour sa part d'opposer l'objectivité du journaliste, marquée par le nécessaire passage d'un savoir privé à un savoir public, à celle du sociologue, marquée par l'opposition entre savoir indigène et savant. Le journaliste devrait se distancier quand le sociologue doit pour sa part rompre avec le sens commun (Lemieux, 1996). Enfin, sans partager la hiérarchisation implicite produite par ce type de schémas de pensée, Aurélie Aubert et Hervé Glévarec ont récemment proposé de distinguer les « univers » du journaliste et du sociologue à partir de « fondements normatifs » qui leur seraient propres : la référence à la démocratie pour les premiers et au savoir pour les seconds (Glévarec, Aubert, 2013).

Pour citer un cas non français, l'argument développé par Elihu Katz dans un article étrangement intitulé « *Journalists as Scientists* » est clairement discontinuiste (Katz, 1989). Il repose sur l'assimilation du journalisme à une science appliquée comme la météorologie ou la cartographie. Une science incapable de produire ses propres modèles théoriques et de réfléchir à sa méthode, mais qui pour autant dis-

pose bien de routines pratiques (comme l'interview) et de savoirs latents (sur l'action humaine, l'événement...), qui sont mis par ses praticiens à l'épreuve des faits. Dans cet article, Katz se démarquait de la position radicalement discontinuiste de Epstein renvoyant les journalistes non seulement hors de la science mais aussi dans l'erreur et le « biais » (Epstein, 1975). Sa position n'est cependant pas moins discontinuiste et hiérarchique.

La thèse discontinuiste est donc réaffirmée régulièrement, avec des variantes, par les sociologues. Sa principale faiblesse cependant est qu'elle s'appuie sur une conception très abstraite de ce que sont la sociologie et le journalisme. Les auteurs cités renvoient en général à de grands « principes » ou à des régimes épistémologiques plutôt qu'aux conditions matérielles qui pourraient pourtant permettre d'opposer le journalisme et la sociologie (par exemple pour ce qui est de la fréquence des cycles de travail et de leur rythme, du rapport à la théorie, des normes de citation, de l'anonymisation...) Elle fige ces deux disciplines dans des formules normatives dont on peine parfois à les relier aux pratiques réelles de ceux qui s'en revendiquent. Il est aisé de le constater par exemple dans le nombre limité et le caractère convenu des noms cités le plus souvent comme des représentants des deux pratiques. Mais elle a pour elle d'établir clairement une limite entre les deux disciplines.

UNE EXPLICATION CULTURELLE ?

Il est tentant d'attribuer dans un premier temps ce discontinuisme bruyant à des facteurs culturels et à la condition académique elle-même – par exemple ce que James Carey a appelé le « snobisme naturel des humanités » à l'égard du journalisme : une attitude forgée par le rapport problématique de l'académie à la culture populaire.

Unfortunately, and paradoxically, the humanities have had little interest in journalism—indeed they have had little but disdain for it—and the sciences have occupied the vacuum created by that disdain. The architecture of the humanities, despite all the argument and controversy of recent years, is still formed from the distinction between high and popular culture. Journalism, on this reading, is part of the vernacular, the vulgate. Journalism not only serves “the crowd” but serves them in a common language and with the commonest of aims: to seek a life together. The natural estrangement of journalism from the academy

was compounded by the natural snobbism of the humanities. (Carey, 2000)

Le journalisme apparaîtrait ainsi comme solidaire d'une culture de l'illusion et de la superficialité. Cette attitude surplombante a souvent été notée, par exemple à propos du premier *Traité de sociologie* produit en France en 1960 qui néglige d'inclure les médias de masse dans la liste des « œuvres de civilisation » susceptibles d'une analyse sociologique comme l'art ou la littérature (Beaud, 2000). Ce préjugé ne renvoie d'ailleurs pas seulement aux sciences sociales, mais à tout un ensemble d'institutions de la modernité dans la première moitié du XXe siècle qui méprisèrent de fait tout ce qui peut s'apparenter à la communication (Thompson, 1997). Tom Goldstein a particulièrement décrit cette posture critique et sa formule en rappelant que Lippmann et Merz, dans ce qui pouvait s'apparenter à une des premières tentatives d'analyse de contenu systématique d'un journal (Merz, Lippmann, 1920), ont placé en exergue de leur travail une citation d'Homère qui semble établir – dans une tradition philosophique très ancienne, mais qui est fondée sur une traduction douteuse – une supériorité indéniable du savoir transcendant (celui des Muses en l'occurrence) sur l'actualité, renvoyée à l'illusion :

*Enlighten me now, O Muses, tenants of Olympian homes,
For you are goddesses, inside on everything,
know everything.
But we mortals hear only the news, and know nothing at all*¹⁴.

Ce préjugé est aggravé par la grande ignorance dans laquelle se trouvent en général les journalistes de l'activité des sociologues et les sociologues de l'activité des journalistes. De nombreux facteurs éloignent en effet ces deux univers sociaux. Les lieux de formation des journalistes sont traditionnellement éloignés de l'université en France et dans de nombreux pays. Lorsque les universités ont développé des formations au journalisme, celles-ci se sont le plus souvent autonomisées des autres départements d'enseignement et ont reposé sur une logique professionnelle, confiant la plupart des enseignements, et souvent la direction des écoles, à des journalistes ou d'anciens journalistes. Quelques expériences originales de rapprochement entre journalisme et sciences sociales peuvent évidemment être citées en France comme la création du Centre d'étude du journalisme par le Syndicat national des journalistes en 1929 qui deviendra en 1937 l'Institut des sciences de la presse et dont les missions incluent des « enquêtes sur le rôle de la presse ». En 1945 est créé le Centre d'études scientifiques de la

presse sous l'égide de l'Institut d'études politiques de Paris (Pelissier, 2008). En 1951 est aussi créé l'Institut français de presse auprès de l'Université de Paris. Mais ces organismes sont séparés des formations au journalisme (notamment des deux écoles de l'entre-deux-guerres, l'École supérieure de journalisme à Lille et l'École des hautes études en sciences sociales à Paris (Goulet, 2009), puis le Centre de formation des journalistes à Paris après la Seconde Guerre mondiale) et sont influencés davantage par les juristes pour le premier (lesquels développent avec les syndicalistes du Syndicat national des journalistes des programmes d'éducation à la liberté de la presse) et les historiens pour le second (qui produira les 5 volumes de *Histoire générale de la presse française* publiés entre 1969 et 1976 et coordonnés par Bellanger, Godechot, Guiral et Terrou). Les sciences sociales représentées à l'Institut français de presse par Stoetzel pour les sondages sont discréditées dans ce milieu d'anciens résistants par le passif de la collaboration et de leur lien supposé avec les études de propagande. Au final il s'agit d'une « ambition avortée » de faire se croiser journalistes et chercheurs (Pelissier, 2008). Le groupe professionnel se montrera quant à lui plus présent aux côtés du Centre de formation des journalistes créé en 1946 rue du Louvre qui assume une vocation plus pratique, sans lien avec le monde académique ni projet scientifique autre que la moralisation des journalistes¹⁵. Même si de nouveaux enjeux caractérisent la période récente (Chupin, 2009 ; Bouron, 2015), il n'y a eu en France que très peu de relations entre journalisme et sciences sociales, comme cela a été montré à partir d'analyses des cursus de formation au journalisme (Miège, 2006 ; Neveu, 2007)¹⁶.

Cette thèse est intéressante en ce qu'elle permet de rendre compte de différences en fonction des contextes. Il n'est par exemple sans doute pas anodin que les exemples les plus nombreux d'expériences continuistes aient été menés aux États-Unis. David Weaver et Maxwell McCombs ont par exemple bien analysé les liens historiques qui relient plus fortement la formation des journalistes aux sciences sociales dans ce pays ainsi qu'en Allemagne (Weaver, McCombs, 1980). Leur analyse repose sur des données institutionnelles montrant que les masters de journalisme ont été créés dans les universités de *mass communication* qui sont alors pilotés par la recherche behavioriste à base scientifique. Ceci a conduit à une proximité plus grande entre journalisme et science sociale entendue comme science du questionnaire. Elle repose aussi sur l'analyse de l'histoire du groupe professionnel des journalistes aux États-Unis, un pays dans lequel la notion d'objectivité et le

dogme du « fait » ont été plus fortement enseignés aux jeunes journalistes.

BOUNDARY WORK

Cette analyse ne permet cependant pas d'expliquer une des dimensions de la relation entre journalistes et sociologues, à savoir la compétition dans laquelle ils semblent parfois engagés et la violence des rapports qui s'établissent entre eux lorsque cette compétition menace leur statut social (Fenton, Bryman, Deacon, et Birmingham, 1997). Il me semble que cette dimension ne peut être analysée que si l'on comprend la formulation de la thèse discontinuiste comme un exemple de « *boundary work* », un travail de démarcation visant à séparer la science (sociale) d'une « non-science » (sociale), le journalisme, de façon plus radicale dans le discours que dans les pratiques (Gieryn, 1983).

On peut repérer ce travail à l'œuvre dès lors que les sociologues (respectivement les journalistes) tentent d'imposer le fonctionnement de leur univers professionnel aux journalistes (respectivement sociologues). Ainsi le fait qu'un journaliste sollicite un entretien avec un sociologue sans avoir au préalable lu son livre sera vu comme une atteinte aux règles du débat académique¹⁷. Ou encore les tentatives d'imposer aux journalistes des formes de régulation typique des univers académiques comme l'usage de citations non retravaillées et sourcées ou encore la publicité des écrits devant donner lieu à discussion¹⁸. Un exemple intéressant de *boundary work* se trouve aussi dans un livre de Nathalie Heinich qui illustre bien les stratégies de décrédibilisation par lesquelles les uns nient la pertinence du point de vue des autres au nom de leur propre façon de concevoir les « faits de société » et des règles de fonctionnement de leur univers professionnel (Heinich, 2009)¹⁹. Les journalistes ne sont évidemment pas en reste dans ce genre de stratégies dont une des modalités consiste pour eux à assimiler le sociologue à un idéologue²⁰.

Il est d'ailleurs frappant de constater que cet antagonisme entre sociologues et journalistes augmente quand le statut des premiers est menacé. Le dernier mouvement social d'universitaires en 2009 en offre un très bon exemple. Alors que le statut professionnel des enseignants-chercheurs semblait menacé par la réforme en cours des universités, une part de l'énergie militante de ces derniers fut consacrée à une très sévère critique de la couverture de ce mouvement dans les médias et notamment dans *Le Monde*. Il ne s'agit pas d'en discuter le fond, mais sa forme révèle à nouveau ce travail de frontière vi-

sant à discréditer la méthode même des journalistes en la comparant aux exigences d'une vraie science sociale. Un des articles de ce journal est sévèrement critiqué sur une liste de diffusion d'universitaires au moyen de formulations scientifiques installant le débat entre le journaliste et le sociologue sur le même plan qu'un débat entre sociologues. L'article « énonce une thèse centrale », « celle d'une corrélation entre la mobilisation actuelle (...) et les variations d'effectifs de trois universités », il est fondé sur de l'« inobservable », néglige « l'existence d'autres variables susceptibles d'expliquer ces baisses d'effectifs » ou « la prévalence du facteur "mobilisation" sur tous les autres », manifeste des problèmes d'« inférence », etc²¹.

Cet exemple tiré du contexte de la fin des années 2000 ne prend évidemment sens que si on le réfère aux travaux antérieurs de Pierre Bourdieu et à la façon dont ils produisirent dans les années 1990 un très vif antagonisme entre les deux « disciplines » (Bourdieu, 1996 ; Schneidermann, 1999)²². Le premier texte consacré par Bourdieu au champ intellectuel traitait pourtant le journalisme en établissant une barrière étanche entre cette activité et celle des « intellectuels » (Bourdieu, 1966). Nulle menace ne semblait pouvoir émaner du travail des journalistes pour les intellectuels. Le processus d'autonomisation qui avait créé l'intellectuel, et avec lui le champ intellectuel, n'avait en effet pas eu lieu selon Bourdieu pour les journalistes. Le journal dépendant par nature du public qui l'achète, le journalisme était alors simplement « hors-champ » au sens où le concept de champ, conçu pour comprendre les univers ayant acquis une certaine autonomie de fonctionnement par rapport aux contraintes économiques ou politiques, ne pouvait lui être appliqué. Le journalisme ne relevait que des « méthodes traditionnelles de la sociologie », c'est-à-dire une analyse « externe » de l'œuvre (Bourdieu, 1966 : 875).

Cet argument fut repris par la suite tout en laissant apparaître une place de plus en plus grande donnée aux journalistes. Dans un deuxième texte fondateur de l'analyse du champ intellectuel, les journalistes deviennent un objet plus central dans la mesure où ils illustrent « la démythification objective et subjective de l'activité intellectuelle et artistique » qui accompagne l'émergence de « vastes unités de production culturelle » (Bourdieu, 1971 : 99-100). Mais le champ intellectuel fonctionne encore essentiellement pour Bourdieu sur des mécanismes de dissimulation du travail concret au profit d'une logique de distinction et de prétention (la magie sociale). Or le travail journalistique ne peut pour Bourdieu se dissimuler ainsi derrière une idéologie de la grâce car il est pris dans des contraintes techniques et collectives trop voyantes. Il est donc analysé comme un

facteur adjuvant dans la course à la légitimité que se livrent les intellectuels dans un champ dans lequel la sanction du public n'est pas tout à fait négligeable malgré son autonomisation. « L'intervention du "grand public" est, par exemple pour Bourdieu, de nature à menacer la prétention du champ au monopole de la consécration culturelle. » (Ibid. : 57)

Ce rôle est résumé par Bourdieu à un principe : celui de l'*allodoxia* que l'on peut comprendre comme le détour que doivent faire les agents du champ (les intellectuels) pour s'autoconsacrer tout en faisant croire à une consécration extérieure. Le journaliste joue dans cette cérémonie un rôle important mais dont l'efficacité dépend encore strictement du mode de fonctionnement du champ intellectuel et des relations que celui-ci entretient avec le « public » :

En fait, loin de conférer une consécration dont ils détiendraient seuls les principes, le journaliste et le vulgarisateur qui associent le prêtre au sabbat de la culture moyenne, ne font que monnayer la notoriété qu'ils peuvent donner en échange de la caution que seuls peuvent leur fournir les membres des instances les plus consacrées de consécration et qui leur est indispensable pour produire pleinement l'effet d'allodoxia, principe de leur pouvoir apparemment culturel sur le public. (Ibid. : 103)

Dans les travaux consacrés au champ politique dans les années 1980 le journaliste apparaît comme un opérateur de plus en plus important de ce processus de magie sociale. D'une certaine façon il devient même l'opérateur principal de distribution de la légitimité. La relation entre agents du champ politique et journalistes trouve en effet son principe non plus dans l'« *allodoxia* » mais dans l'« *homologie structurale* » qui rend le journaliste indispensable au personnel politique. Le poids du journaliste pour « faire » les positions dans le champ est plus grand que précédemment car il est « détenteur d'un pouvoir sur les instruments de grande diffusion qui lui donne un pouvoir sur toute espèce de capital symbolique » (Bourdieu, 1980, note 31 : 18). Ces travaux sur un champ qui n'est pas parfaitement autonome du fait du principe d'homologie structurale donnent d'autre part l'occasion à Bourdieu de conceptualiser pour la première fois l'idée de « champ du journalisme ». L'objet de la théorie des champs n'étant plus de décrire des espaces autonomes mais la relation qu'ils entretiennent aux logiques de segmentation macro-sociales, les journalistes eux-mêmes accèdent à la description en termes de champ (Bourdieu, 1984 : 198).

Ce n'est qu'à la fin des années 1980 que Bourdieu formule l'inversion des rapports de force dans

le champ intellectuel au profit des journalistes. L'accent n'est par exemple plus mis sur l'*allodoxia* dont le maître d'œuvre était encore l'intellectuel mais sur le principe de l'autonomie du « *célébrant* » dans le processus de « magie sociale » qui met cette fois le journaliste en position de force (Bourdieu, 1989 : 550-551). Le journaliste devient dès lors un concurrent direct de l'intellectuel authentique (et du sociologue) dans les luttes pour la légitimité qui occupent le champ intellectuel. Cette concurrence apparaît très nettement dans les textes plus tardifs dans lesquels Bourdieu mentionne le travail des journalistes et se pose en défenseur et en idéologue d'un groupe professionnel, celui des intellectuels, remis en cause dans sa fonction de consécration des valeurs par les journalistes. Les appels au « sérieux » académique, dans ce domaine en témoignent, de même que les « conseils » donnés aux journalistes dans les textes de 1994 qui ont pour but d'aider ceux-ci à se doter de moyens de contrôle autonomes de leur profession (Bourdieu, 1994a, 1994b). Le vocabulaire employé à cette période (« maître à penser du pauvre », « témoignages de valets de chambre des grands hommes », « pamphlets minables »...) dénote cette posture visant à sanctionner les journalistes et à les exclure du champ intellectuel (voir Bourdieu, Haacke, 1994 : 39).

AUX ORIGINES DE CE *BOUNDARY WORK* : DEUX MOMENTS DÉFINITIONNELS

Ce *boundary work* ne pourrait fonctionner efficacement s'il n'était pas appuyé sur une définition de ce qu'est la sociologie comme science du social par opposition au type de rapport à la société qu'expriment ou manifestent les médias. J'illustrerai ce point en rappelant deux moments définitionnels dans lesquels la sociologie a défini son rapport au social par opposition à celui des médias. Le premier est la position de Durkheim dans le débat sur le pouvoir de provoquer l'imitation des médias dans le cadre d'une polémique avec Tarde sur le suicide à la fin des années 1890 (donc au moment de la première révolution médiatique, celle de la presse de masse) ; le second la position de Bourdieu et Passeron dans un débat engagé contre les « médiologues » (notamment Edgar Morin et Roland Barthes) sur les effets de massification provoqués par les médias en 1963 (donc au moment d'une autre révolution médiatique : celle de la télévision de masse).

La sociologie et l'imitation

Alors que les deux dernières décennies du XIXe siècle furent marquées par de nombreux

débats sur le rôle de la presse dans l'ensemble des pathologies sociales qui semblaient alors accompagner l'industrialisation et l'urbanisation de la société, Émile Durkheim a très peu mentionné la presse ou le journalisme dans ses travaux. Il y a là une forme d'exception notable : une constance remarquable à observer la cristallisation des faits sociaux à un niveau plus profond de l'expérience que celui que permet la lecture du journal alors que l'argument de la presse « pousse-au-crime » était fréquemment débattu, y compris par des proches comme Fouillée ou Bouglé²³.

L'influence de la presse sur les comportements sociaux est cependant abordée par Durkheim dans le chapitre IV du premier livre du *Suicide*, celui qui est consacré à ses « facteurs extra-sociaux » comme les psychopathies, la race et l'hérédité, les facteurs cosmiques comme le climat, c'est-à-dire essentiellement à récuser l'influence de ces facteurs. La dernière section de ce chapitre aborde en effet la question de l'imitation. Durkheim commence par définir précisément le « mot prestigieux » d'imitation pour montrer qu'on l'utilise pour décrire des phénomènes différents et notamment des phénomènes de reproduction (de coutumes par exemple) qui n'ont rien à voir avec de l'imitation au sens propre, c'est-à-dire une « contagion » d'un individu à l'autre. Durkheim récuse ainsi l'idée que les suicides collectifs ou « en masse » soient dus à l'imitation par contagion. Ils sont dus à un « consensus social » ou une « disposition collective » d'un groupe (par exemple les suicides de soldats acculés). Durkheim apporte — ou plutôt pense apporter²⁴ — la preuve de cet argument avec une carte qui montre que les arrondissements suicidogènes ne sont pas contigus (Durkheim, 1990 [1897] : 124-125).

Il propose ensuite une autre preuve fondée sur l'étude du moyen de l'imitation pour les défenseurs de cette thèse (au premier rang desquels Gabriel Tarde), les journaux :

Une autre expérience pourrait être tentée qui confirmerait, pensons-nous, les preuves qui précèdent. Un phénomène de contagion morale ne peut guère se produire que de deux manières : ou le fait qui sert de modèle se répand de bouche en bouche par l'intermédiaire de ce qu'on appelle la voix publique, ou ce sont les journaux qui le propagent. Généralement, on s'en prend surtout à ces derniers, il n'est pas douteux, en effet, qu'ils ne constituent un puissant instrument de diffusion. Si donc l'imitation est pour quelque chose dans le développement des suicides, on doit les voir varier suivant la place que les journaux occupent dans l'attention publique.

Or, note Durkheim — qui toutefois remarque les difficultés méthodologiques que soulèverait une étude rigoureuse du sujet — les écarts entre différentes régions quant au suicide ne peuvent s'expliquer par des différences de pénétration des journaux²⁵.

Avant de conclure par une nouvelle charge contre la théorie de l'imitation, Durkheim propose une conclusion pratique à son exposé sur la question de l'interdiction de la publicité faite aux suicides :

Certains auteurs, attribuant à l'imitation un pouvoir qu'elle n'a pas, ont demandé que la reproduction des suicides et des crimes fût interdite aux journaux. Il est possible que cette prohibition réussisse à alléger de quelques unités le montant annuel de ces différents actes. Mais il est très douteux qu'elle puisse en modifier le taux social. L'intensité du penchant collectif resterait la même, car l'état moral des groupes ne serait pas changé pour cela.

Cependant, selon lui la façon de rendre compte des suicides peut avoir un effet parce qu'elle peut diminuer les barrières mises par la société face à l'immoralité du suicide si ce compte-rendu est trop tolérant ou indifférent :

En réalité, ce qui peut contribuer au développement du suicide ou du meurtre, ce n'est pas le fait d'en parler, c'est la manière dont on en parle. Là où ces pratiques sont abhorrées, les sentiments qu'elles soulèvent se traduisent à travers les récits qui en sont faits et, par suite, neutralisent plus qu'elles n'excitent les prédispositions individuelles. Mais inversement, quand la société est moralement désemparée, l'état d'incertitude où elle est lui inspire pour les actes immoraux une sorte d'indulgence qui s'exprime involontairement toutes les fois qu'on en parle et qui en rend moins sensible l'immoralité. Alors l'exemple devient vraiment redoutable, non parce qu'il est l'exemple, mais parce que la tolérance ou l'indifférence sociale diminuent l'éloignement qu'il devrait inspirer.

En récusant le mécanisme de l'imitation comme possibilité d'explication des faits sociaux, et en associant la presse à ce mécanisme, Durkheim cantonne les médias de l'époque dans un rôle social mineur, d'où son indifférence au mouvement de panique morale suscité par l'apparition de la presse populaire à sensation²⁶. Il en fait un objet secondaire, peu susceptible d'intéresser le sociologue.

Il n'est pourtant pas anodin de noter que la question des relations entre médias et suicide a donné lieu à une importante littérature postérieure sous le label d'*effet Werther* par référence aux effets de la publication des *Souffrances du jeune Werther* par Goethe en 1774²⁷. La corrélation est toujours difficile à mettre en évidence s'agissant de l'effet d'un événement isolé – la diffusion d'une information – sur un phénomène régulier comme le suicide. De nombreux facteurs susceptibles d'interférer dans cette relation sont aussi à prendre en compte. Mais des études postérieures à la publication du *Suicide* ont conclu à un effet positif de la médiatisation sur la fréquence de cet acte²⁸. Plusieurs organisations nationales et internationales de prévention du suicide ont d'ailleurs édité des guides à destination des journalistes pour promouvoir une couverture responsable des cas de suicides²⁹.

La sociologie et la massification

Le deuxième moment important qui a contribué à définir les relations entre sociologie et médias est la réponse publiée en 1963 par Bourdieu et Passeron à la littérature alors émergente analysant la « massification » des médias sous l'influence de la télévision (Bourdieu, Passeron, 1963). L'article paraît un an après la publication de *L'Esprit du temps* d'Edgar Morin et bien que celui-ci ne soit pas la seule cible affichée de la critique de Bourdieu et Passeron il est difficile de ne pas lire dans cet article une charge violente contre l'anthropologie de la modernité proposée par Morin avec son lot de réflexions sur « l'imaginaire commun » fabriqué par Hollywood et la télévision, des institutions paradoxales parce qu'elles fabriquent d'un côté une culture de masse aliénante tout en laissant, de l'autre, « dans le cinéma, la chanson, le journalisme, la radio » subsister une « zone de création et de talent au sein du conformisme standardisé » (Morin, 1962 : 41). La vedette et la star, auxquelles Morin consacra un de ses premiers livres en 1957 incarnent cette dualité :

La présence d'une vedette surindividualise le film. La presse consomme et crée sans cesse des vedettes sur le modèle des stars de cinéma : les Elizabeth, Margaret, Bobet, Coppi, Herzog, Bombard, Rubirosa. Les vedettes sont des personnalités à la fois structurées (standardisables) et individualisées, et ainsi leur hiératisme résout au mieux la contradiction fondamentale. (Ibid. : 44)

Bourdieu et Passeron placent leur critique dès le titre dans la lignée du *boundary work* durkheimien en évoquant les « sociologues des mythologies »

comme des sociologues bercés d'illusions (ou de « mythologies de sociologue »). L'ironie violente propre aux débats de l'époque et à la culture des auteurs renvoie d'ailleurs les « mass-mediologues » dans le royaume du religieux (les « mass media » sont ainsi assimilés, pour décrédibiliser le concept, au paraclét ou à l'esprit de la Pentecôte). La tendance à l'amalgame est dénoncée comme une pratique « terroriste ». À l'image de Durkheim réduisant méthodiquement l'espace du concept d'imitation, Bourdieu et Passeron réduisent à néant celui du concept de « massification » en lui opposant des réalités sociales : des statistiques de l'Insee sur la possession de téléviseurs, la diffusion du livre ou la scolarisation. Au final le concept apparaît comme une tautologie : « le moyen de communication est dit "de masse" parce qu'il communique massivement une "culture de masse"³⁰. »

La critique porte finalement sur le manque de finesse sociologique et sociographique des théories de la massification accusées d'« esquiver les questions terre-à-terre » et de procéder par agrégation plutôt que de façon analytique en distinguant les pratiques culturelles des différents groupes sociaux : « Et puis le journal n'est pas le livre, le livre de poche n'est pas le livre de prix, le livre de prix n'est pas le prix Goncourt, le journal du matin n'est pas le journal du soir, Le Monde n'est pas France Soir et même France Soir n'est pas France Dimanche. » (Bourdieu et Passeron, 1963 : 1008) Elle dénonce aussi des postulats douteux comme l'idée que les masses peuvent et savent se « protéger » des messages mass médiatiques³¹. La critique met aussi en avant le fait que cette théorie de la massification justifie et accompagne le sens commun au lieu de le déconstruire (« En vérité, et bien que ses prétentions soient autres, la massmediologie ne fait que transposer en formules savantes les idées reçues du bavardage quotidien sur le malheur des temps, bavardage qui se prend pour ce qu'il est. »).

Sur un plan strictement formel, le point commun est frappant avec la critique de l'imitation par Durkheim : on retrouve en effet dans les deux cas la mise en avant de la méthode sociologique (le registre des « expériences », de la « vérification » et des « variations concomitantes » chez Durkheim), ainsi que son opposition à un registre religieux, celui de la « vertu merveilleuse que l'on prête à l'imitation » chez Durkheim et celui de « l'enchantement » chez Bourdieu et Passeron qui écrivent, à propos du discours « magique » des mass mediologues, « il persuade par ce que, enchaînement de signes à la fois vides de sens et prêts à accueillir toutes les significations, il peut sauver au moindre coût du silence consterné devant l'inexplicable ».

Mais la critique de Bourdieu et Passeron présente une caractéristique originale. En renvoyant les « sociologues des mythologies » dans l'illusion les deux auteurs en font d'une certaine façon les complices – les « collègues » comme ils l'écrivent – des journalistes. Cet argument est aussi central dans le jugement – intimidant s'il en est – émis dans l'introduction du premier numéro de la revue *Actes de la recherche en sciences sociales* en 1975. Pierre Bourdieu, analysant le lien qui existe entre « méthode scientifique » et « hiérarchie sociale des objets » note dans ce texte, d'un côté que

le chercheur participe toujours de l'importance et de la valeur qui est communément attribuée à son objet et il y a très peu de chances qu'il ne prenne pas en compte, consciemment ou inconsciemment, dans le placement de ses intérêts intellectuels le fait que les travaux les plus importants (scientifiquement) sur les objets les plus « insignifiants » ont peu de chances d'avoir, aux yeux de tous ceux qui ont intériorisé le système de classement en vigueur, autant de valeur que les travaux les plus insignifiants (scientifiquement) sur les objets les plus « importants » qui sont aussi bien souvent les plus insignifiants, c'est-à-dire les plus anodins (Bourdieu, 1975 : 5).

L'argument relève jusque-là de la critique classique de la prééminence des hiérarchies académiques plaçant la philosophie au sommet. Mais Bourdieu continue :

C'est pourquoi ceux qui abordent les objets dévalorisés par leur « futilité » ou leur « indignité », comme le journalisme, la mode ou la bande dessinée, attendent souvent d'un autre champ, celui-là même qu'ils étudient, les gratifications que le champ scientifique leur refuse d'avance, ce qui ne contribue pas à les incliner à une approche scientifique³².

Un autre argument entre donc en ligne de compte : l'effet que cette hiérarchie des objets produit *in fine* sur la qualité scientifique de l'analyse sociologique. Et s'il existait des objets que même la sociologie la mieux armée ne pouvait faire passer de l'indignité sociale à la dignité académique sans se soucier du jugement des pairs ? Après tout on pourrait remarquer que ce numéro des *Actes* – le 1er – s'ouvre sur un article de Yvette Delsaux et Pierre Bourdieu sur la mode et un autre de Luc Boltanski sur la bande dessinée. On devine que le jugement sévère de l'introduction ne concerne donc ni ces objets ni ces sociologues. Quid donc du journalisme ? Lui seul serait encore – à l'époque – indigne socialement et scientifiquement...

C'est sans doute parce qu'il est tant marqué par l'obsession des « classements » et de la légitimité propre au champ académique que ce texte inaugural reproduit les « différentes formes du rapport naïf à l'objet », notamment celles du chercheur sociologue. Paradoxalement ce ne sont pas tant les caractéristiques propres à l'« objet » journalisme qui gênent ici le sociologue, à l'image des rhétoriques professionnelles évoquées plus haut. Ce sont les caractéristiques de la relation complexe qui unit, depuis plus d'un siècle le journalisme et la sociologie. Dès lors, le sociologue qui persévérerait dans l'étude des médias ou du journalisme prendrait le risque d'être contaminé par son objet, comme dans les cas de magie par proximité ou par contagion qui font attribuer à ceux qui travaillent sur une matière donnée des mérites ou des torts liés à cette matière même³³.

PANIQUES MORALES À PROPOS DES MÉDIAS ET ACADÉMISME SOCIOLOGIQUE

Alors qu'il terminait le travail de terrain dans quatre *journalistic communities* qui devait donner la trame de *Deciding What's News* (Gans, 1979), Herbert Gans – un sociologue influencé autant par l'école de Chicago que par la tradition des études de communautés – s'était interrogé sur la « famine » qui sévissait selon lui en sociologie sur la question des médias (Gans, 1972). Certes des facteurs comme le coût et la complexité des analyses de contenu à mener ou encore des préjugés sur la fermeture supposée des salles de rédaction avaient pu dissuader les sociologues. Mais l'essentiel pour Gans était la structuration institutionnelle de la sociologie, un système implicite de valeurs partagées par les sociologues et enfin l'ambivalence de la relation que ceux-ci entretiennent avec les médias. Sur un plan institutionnel, la sociologie a tendance à considérer l'étude des médias comme une branche de la sociologie de la culture, laquelle s'intéresse par tradition davantage à la culture légitime qu'à la culture de masse. Pour ce qui est des valeurs, c'est la préférence pour les phénomènes structurels qui tend à faire négliger les médias, suspectés de reposer sur des cycles éphémères, bien moins réguliers en tout cas que ceux qui animent les structures familiales, la pratique religieuse ou le suicide. Mais les relations ambivalentes que la plupart des sociologues entretiennent avec les médias sont plus intéressantes encore. Fondées sur un mélange paradoxal de concurrence (pour l'attention des étudiants par exemple), de mépris, de méconnaissance (notamment à l'égard de la télévision) et de proximité (par exemple par l'intermédiaire de l'usage documentaire que les sociologues font des médias pour leurs cours, négligeant dès lors de les voir comme des objets de recherche), celles-

ci gênent étrangement la production d'une connaissance détachée du type de celle que les sociologues ont réussi à produire sur des mondes sociaux moins intimement mêlés au leur.

On peut se poser la question de la capacité de cette sociologie « académique », au sens de la revendication de scientificité évoquée plus haut, à transformer, pour reprendre les termes de C. Wright Mills, les inquiétudes privées (« *private troubles* ») — comme celles qu'ont provoqué les journalistes de la presse populaire dans les années 1890 autour de la peur des phénomènes de foule irrationnels créés par l'imitation, ou celles que la massification des pratiques culturelles a provoquées dans les années 1960 au moment où l'équipement en téléviseurs se généralisait dans la société française — en problèmes publics (« *public issues* »). L'expérience du « trouble » personnel, que ce soit face à l'inégalité, à l'injustice, ou à la régularité de certains phénomènes sociaux comme le crime, est extrêmement commune en société notait Mills (1967). Les sociologues des « paniques morales » dans les années 1970 ont largement documenté la façon dont ces troubles sont construits en partie par les médias (Cohen, 1972). Mais la sociologie, quant à elle, doit s'efforcer de connecter ce sentiment à une structure sociale et en produire un récit historique, selon Mills, pour passer du simple « trouble » privé au « problème » public. Le fait que les médias soient devenus au cours du XXe siècle non seulement des moyens mais les objets de paniques morales diffuses dans les socié-

tés démocratiques (par exemple autour de leur rôle dans la production sociale de la délinquance ou de la violence juvénile) a pourtant conduit plutôt à expulser ce nouvel objet du domaine de la science.

En établissant un cordon sanitaire ou une frontière entre elle et les médias, la sociologie a pu sans doute à court terme échapper à la panique morale que j'ai ici illustrée à partir de la peur de l'imitation et de celle de la massification. C'est manifeste dans le cas durkheimien. Mais à long terme on peut se demander si elle n'a pas affaibli sa capacité à produire des cadres d'interprétation du travail des journalistes et des contenus médiatiques, donc à construire les médias en « *problèmes* » sociologiques. En laissant se développer d'autres types d'analyses sur les médias (notamment autour des questions relevant de l'ensemble des pathologies sociales dont le journalisme est souvent considéré comme le vecteur si ce n'est l'auteur depuis fort longtemps : vision biaisée des problèmes politiques et sociaux, influence massive sur l'opinion, affaiblissement des moyens de résistance du public, décadence culturelle, etc.) la sociologie contribuait à l'abandon du champ de la production des artefacts médiatiques³⁴. Sous l'influence de la posture académique radicale dictée par le travail de frontière qu'elle entreprenait, la sociologie a peut-être dès lors longtemps manqué à son devoir à propos des journalistes : produire une analyse qui soit à la fois historiquement et structurellement fondée pour passer à leur propos du « *trouble* » au « *problème* ».

NOTES

¹ Ce qui a conduit Christophe Charles à proposer de désigner la période que les historiens nomment « contemporaine », celle qui suit l'Ancien Régime, par l'expression « siècle de la presse » (Charle, 2004).

² Pour une synthèse fondée sur l'important travail d'archive du Norman Lear Center (USC Annenberg), voir Ehrlich et Saltzman, 2015.

³ Je mesure évidemment le caractère abrupt de l'équivalence introduite ici entre sociologie et journalisme et tout le travail de définition qu'il serait nécessaire de faire pour justifier à leur propos l'emploi du terme de « discipline ». Pour ce qui est du journalisme, le faible encadrement des pratiques professionnelles — que ce soit par le groupe lui-même ou par les institutions de formation dont on connaît le faible poids — peut faire douter de l'existence d'un rapport ordonné aux pratiques. En utilisant le terme « discipline » je désigne ici le fait que cette organisation existe nécessairement quand bien même elle passerait par l'exemple plus que par le manuel. La notion de discipline est utilisée pour définir le journalisme dans le manuel fameux de Kovach et Rosenstiel comme une « discipline de la vérification » (Kovach, Rosenstiel, 2001). On le trouve aussi dans les « *Principles of Journalism* » du Pew Research Center (<http://www.journalism.org/resources/principles-of-journalism/>). Quant à la sociologie, on pourra considérer le fait de la qualifier de « discipline » comme une régression par rapport à d'autres concepts plus nobles qui ont été employés à son égard, tel celui de « science ». C'est pourtant le contraire que l'on veut dire en définissant ici la sociologie comme un art de l'enquête visant à discipliner celle-ci par rapport à son usage courant (Passeron, 1995).

⁴ Je renvoie ici aussi à un article fondé sur une étude de cas dans lequel j'examinais la façon dont ces rhétoriques professionnelles sont produites dans le travail même des journalistes (dans leurs articles par exemple) et pas seulement dans des arènes spécialisées en marge de ce travail (interviews, conférences, entretiens avec des chercheurs, etc.). La faiblesse des « codes » déontologiques dans ce groupe est en effet en partie compensée par une activité permanente de « codage » professionnel, c'est-à-dire de mise en scène de cette activité dans les productions des journalistes (Bastin, 2009).

⁵ Pour une analyse des implications pratiques de ce problème en ce qui concerne l'entretien de recherche avec des journalistes je renvoie à Bastin (2012). Dans cet article j'analyse en détail un cas de conflit entre journaliste et sociologue autour de cette méthode partagée des deux disciplines qu'est l'entretien. L'analyse de l'« envers » de la situation d'entretien (sa négociation *ex-ante* et *ex-post* entre le sociologue et le journaliste) permet de montrer que le premier peut devenir pendant l'entretien, et à son insu, le réceptacle des stratégies de revendication juridictionnelle du second.

⁶ Je n'emploie ici le terme de normes qu'avec prudence. Le journalisme et la sociologie ont en effet ceci en commun — mais c'est une « continuité » bien minimale — de ne pas disposer d'institutions susceptibles de sanctionner un éventuel non-respect de normes de comportement. Certes l'on peut faire l'hypothèse que des changements significatifs de l'opinion d'autrui sur soi-même puissent servir de sanction diffuse par le groupe en cas de non-respect de normes ou de règles du groupe. Ou encore que ces règles relèvent d'une grammaire universelle que les individus « estiment devoir respecter » (Lemieux, 2000). Mais il s'agit bien d'hypothèses qui semblent, de plus, régulièrement contredites par les faits. Un autre problème est évidemment celui de l'unicité des normes éventuelles. Les sciences sociales elles-mêmes sont traversées d'un grand clivage qui a très bien été décrit par Passeron entre positivisme et herméneutisme. D'une certaine façon, ces glissements discursifs établissent aussi une continuité entre journalisme et sciences sociales : la nécessaire tension entre explication et compréhension qui caractérise ces deux disciplines. Ils les rapprochent aussi pour une raison très simple : ils augmentent la variance interne à chaque groupe. Il serait évidemment absurde de dire que sociologues et journalistes se

ressemblent toujours. En revanche il n'est pas absurde de noter qu'un sociologue et un journaliste peuvent plus se ressembler dans leur façon de construire, de collecter et d'analyser des faits que deux sociologues entre eux ou deux journalistes entre eux.

⁷ Cette opposition est inspirée de Grant (1979). Elle a été reprise récemment par Anderson (2015).

⁸ Une idée qui était à l'origine du projet de magazine *Thought News* que portait son ami Franklin Ford et auquel s'était rallié John Dewey. Cf. Pinter (2003) et Bourmeau (1988). Gabriel Tarde portait en France un projet similaire fondé sur l'idée de développer la culture du chiffre dans les journaux. Voir aussi un exemple intéressant de projet de journal édité dans le cadre d'un cours de sociologie à l'Université de Chicago par George Edgar Vincent (qui deviendra par la suite Président de l'American Sociological Association) en 1905 (Vincent, 1905). Sur cet exemple voir Anderson (2015).

⁹ Cette prise de position est liée au contexte spécifique de la Première Guerre mondiale et au débat que ce contexte a suscité sur la presse à sensation en Allemagne. Mais il faut aussi rappeler que la conception « anthropocentrique » de la sociologie chez Weber, comme ses rappels incessants à « illustrer » le raisonnement théorique, à l'ancrer dans la comparaison et l'exercice typologique peuvent rapprocher la sociologie du journalisme. Il n'est sans doute pas anodin de noter que le journalisme lui-même s'est souvent défini comme un art — si ce n'est une science — du portrait, cherchant à « évoquer les idées à travers les faits et les faits à travers les hommes » selon la formule célèbre de Lazareff. Dans un manifeste pour le « nouveau journalisme » à la française, un des reporters les plus célèbres de son époque, Pierre Giffard, s'élevait contre la tendance de ses collègues américains à ne vouloir être que des machines à noter posant des questions « niaises et puériles » (c'est-à-dire purement factuelles — ainsi à une star revenant de tournée : « combien elle avait de robes dans ses malles, ce qu'elles lui avaient coûté, si tous ses cheveux étaient vrais et enfin combien elle pesait »). Selon lui, les journalistes français devaient s'efforcer de présenter en toute occasion « le côté topique du personnel ». Cf. Giffard (1880). Dans ce texte Giffard affirmait aussi que malgré leur indignité le reportage et l'interview journalistique contribuaient à la grande histoire, celle des historiens professionnels : « Avec nos petites fleurs éparses ça et là [les entretiens « méthodiquement recueillis » des journalistes], dans les journaux ou dans les livres que le hasard fait parfois éclore, des messieurs à lunettes (et de l'Institut), font plus tard de gros bouquets que tout le monde admire. Ils nous appellent alors gravement le Racontar, et ils s'intitulent, eux, l'Histoire. Sic vos non vobis, mellificatis apes ! » (Ibid. : 331-332)

¹⁰ Des journalistes du *Guardian* et des sociologues de la LSE dirigés par Tim Newburn ont réitéré l'expérience continuiste de Meyer juste après les émeutes de Londres en août 2011. Le cadre de référence a changé : non plus la *survey research* mais la *grounded theory* aidée par la narration à multi-niveaux rendue possible par le web. Mais la qualité du travail et son ancrage dans l'idée de refuser l'interprétation dominante en termes « individuels » en font aussi un très bon exemple de pratique continuiste. Cf. <http://www2.lse.ac.uk/newsAndMedia/news/archives/2011/12/riots.aspx> et <http://www.theguardian.com/uk/series/reading-the-riots>. Pour beaucoup l'émergence du data-journalisme remet aujourd'hui au goût du jour la collaboration entre journalistes et sociologues.

¹¹ Voir le travail de Jacob Riis sur les taudis à New York (1890, *How the Other Half Lives*), Lincoln Steffens (1904, *The Shame of the Cities* et 1906, *The Struggle for Self-Government*), Ida Tarbell (1902-1904, *The History of the Standard Oil Company*), Ray Stannard Baker (1908, *Following the Color Line*), Ida Wells sur la ségrégation raciale au Sud des États-Unis ou Nellie Bly pour son enquête sur l'asile pour femmes de New York à Blackwell's Island (1887, *Ten Days in a Mad House*).

¹² À propos de l'interview par exemple : « *Returning to our comparison between the academy and journalism, the issue of informed consent again accentuates the marked differences in*

the regulation of identical behavior when undertaken by representatives of these two institutions. Journalists generally do not acquire formal written consent to interview people. As anyone who accepts calls from the media knows, one is simply asked a series of questions, and some of the answers are apt to appear in the newspaper the following day. The mere act of talking with a journalist, whether one is a professor or a waitress, is a self-evident demonstration that one is willing to be interviewed and must self-evaluate any risks that might entail. »

^{13.} Rares sont ceux dans le domaine des sciences sociales qui plaident ouvertement pour une continuité normative entre vérification scientifique et journalistique. Il faut signaler parmi ceux-ci que le positivisme incarné par Gilles Gauthier est, de fait, continuiste : sa position en faveur de l'existence d'un « niveau plancher » de la réalité ou encore d'une réalité objective de « faits bruts » à partir desquels les journalistes travaillent (Gauthier, 2004), comme sa critique de la « vulgate » constructiviste dans les études sur le journaliste (Gauthier, 2005) tendent à rapprocher journalistes et sociologues (sur un plan procédural) si l'on considère cependant – c'est peut-être le point faible de l'argument – que ces derniers sont aussi positivistes que les sociologues sont censés l'être.

^{14.} Bien que se définissant comme non « réalistes » au sens où pour eux « *the real truth* » ou « *true truth* » sur la révolution soviétique n'existe pas (le terme même de révolution est sujet à caution), Lippmann et Merz identifient une série d'événements « *definite* », « *about which there is no dispute* ». Ils mesurent ensuite la capacité du New York Times à les annoncer. Celle-ci s'avère faible pour des raisons esquissées dans le document : des raisons organisationnelles d'une part (la dépendance aux sources, le mauvais « équipement » intellectuel des correspondants...) mais aussi des raisons psychologiques (les journalistes voient ce qu'ils voudraient voir parce que leur métier est fondé sur l'espoir). Le terme grec qui est traduit par « *news* » dans la citation d'Homère est κλέος, la gloire des héros colportée par la rumeur. Le fait d'avoir choisi ici « *news* » au lieu de « *rumour* » comme dans la traduction d'Alexander Pope (1899) illustre sans doute le préjugé académique des deux auteurs. Plus exactement d'ailleurs sa pénétration au-delà de l'académie puisque ni Lippmann ni Merz ne peuvent être définis comme des universitaires. La traduction a été reprise sans hésitation dans la sélection de textes de « *media criticism* » de Goldstein qui écrit, au risque du carambolage historique : « *Like Homer, Lippmann and Merz were press bashers.* » (Goldstein, 1989)

^{15.} Un modèle proche de celui des *business schools* que Bernard Voyenne, professeur au CFJ pendant plus de trente ans avait pu voir à l'œuvre aux États-Unis (Ruellan, 1993).

^{16.} Cet éloignement explique en partie que les journalistes n'utilisent le plus souvent les sciences sociales que comme une source de documentation sur certains sujets et pas pour les apports méthodologiques qu'elles pourraient leur apporter. Dans le manuel de référence sur le journalisme en France les sciences sociales sont par exemple traitées de cette manière dans un paragraphe situé entre « *L'information sur Internet* » et « *La veille journalistique* ».

^{17.} Cf. ce récit de la rencontre entre un politiste et un journaliste dans Cason (1931) : « *I am often irritated by the way in which raw and immature freshman or sophomore journalism students come to interview me for their assignments without having taken the slightest trouble to read even a superficial account of the topic which they wish me to discuss. One such student came to me this year to get my views on the subject of disarmament, and when I told him that we could have good talk about it after he had read the book on that subject by Madariaga, since that would give us a common vocabulary and alphabet, he was quite wrathful, and put me down as a total academic loss.* »

^{18.} Cf. ces remarques à l'adresse des journalistes publiées sur le site personnel d'un sociologue : « *À l'attention des journalistes : a/ Je remercie les journalistes de bien vouloir me soumettre les propos qu'ils m'attribuent avant publication. Ils promettent généralement de le faire mais certains malheureusement oublient... Ce qui est toujours énervant. Certes, je ne méconnais pas les contraintes d'urgence auxquelles ils sont soumis. J'essaie*

de m'adapter en étant le plus réactif possible. b/ Je les remercie aussi de m'envoyer la version finale de l'article ou du reportage si celui-ci voit le jour ou de m'informer d'un éventuel abandon. »

^{19.} Le journaliste lance à la sociologue « *Comment ! Vous qui êtes sociologue, vous n'avez pas la télévision ? ! Mais comment pouvez-vous faire votre métier dans ces conditions ? Et les faits de société, alors ?* ». Heinich commente ensuite sur cette erreur de perspective du journaliste : regarder la télévision c'est son métier, lire de la sociologie, celui du sociologue. Pourtant il y a confusion. « *Lâchement, je n'ai pas tenté de me justifier, alors que les autres convives m'observaient avec, m'a-t-il semblé, un début de suspicion. Il faut dire que ce n'est pas facile, dans un dîner, d'expliquer que la télévision ne livre pas accès aux "faits de société" mais au travail des professionnels de l'information, des publicitaires, des scénaristes, qui donnent à entendre et à voir un certain nombre de mots et d'images, parmi lesquels il est possible de repérer, en effet, des récurrences, plus ou moins significatives selon l'interprétation qu'on en fait.* » (Heinich, 2009 : 16-17)

^{20.} Cf. Charon (1996 : 28) à propos des historiens ou des anthropologues très peu sollicités par les journalistes lors des conflits au Rwanda ou en Bosnie. « *Certains de ces chercheurs en sciences sociales peuvent d'ailleurs ne pas apprécier leur absence systématique des pages internationales et leur "relégation" dans les tribunes libres comme les "Rebonds" de Libération ou les "Horizons-débats" du Monde. Dans ces logiques de placement, on peut lire le statut qu'attribuent de nombreux journalistes aux sciences sociales. Pour eux, les chercheurs en sciences sociales, qui sont généralement en désaccord sur les interprétations à donner des événements, se distinguent des vrais savants, détenteurs d'un savoir indiscutable. Ils ont, du coup, l'impression d'avoir affaire à des "points de vue", "engagés" ou "partisans", qui ne peuvent trouver place que dans les tribunes libres.* »

^{21.} Cf. l'article accusant *Le Monde* d'être devenu un « *adversaire résolu du mouvement universitaire* » : « *Le dernier coup en date fut un coup de trop* : "Les Facs mobilisées voient leur image se dégrader !" (...). *Cet article pourra être utilisé pendant des années en TD de Méthodes et techniques des sciences sociales, pour introduire nos étudiants aux rigueurs les plus élémentaires de la recherche et leur illustrer les fautes à ne pas commettre.* » (<http://universitesenlute.wordpress.com/2009/04/03/le-choix-politique-de-la-redaction-du-monde/>). La critique conduisit son auteur à proposer une « *Charte de bonne conduite* » à l'égard de ce journal et tout un ensemble de mesures de boycott.

^{22.} Les arguments présentés ici ont été développés avec plus de détails dans Bastin (2003).

^{23.} Dans le dernier tiers du XIXe siècle, de nombreux intellectuels établirent un lien direct entre le développement de la presse populaire (notamment le *Petit journal* qui avait fait du fait divers son cheval de bataille depuis l'affaire de meurtres de Pantin) et un ensemble de pathologies sociales comme l'alcoolisme, le meurtre et le suicide (Bautier, Cazenave, 2005).

^{24.} En juillet 1897 Tarde publia une esquisse de réponse à Durkheim et au Suicide dont il écrit qu'il lui semble « *d'un bout à l'autre* » dirigé contre lui. Tarde ne parvient pas à réfuter la critique de Durkheim alors que pour les auteurs de l'introduction à ce texte cela aurait été aisément possible à l'aide d'un modèle de diffusion des suicides par migration et non par extension (Tarde, 2000).

^{25.} Durkheim note qu'il ne suffirait pas de compter le nombre de journaux mais qu'il faudrait mesurer leur lectorat ainsi que l'importance relative des informations locales qu'ils contiennent, c'est-à-dire des informations susceptibles de contenir le récit de suicides : « *Mais on comprend qu'il est à peu près impossible de comparer la clientèle des différents journaux d'Europe et surtout d'apprécier le caractère plus ou moins local de leurs informations.* » (Ibid.)

^{26.} Une indifférence qui tranche nettement avec l'intérêt que ce nouveau type de presse suscita au même moment chez Tarde évidemment mais aussi chez Cooley, Simmel, Weber ou Park. La « *foule* », la « *masse* » ou le « *public* » sont des notions

étrangères à la sociologie de Durkheim — plus influencée par la référence au corps social et à la famille — alors qu'elles sont centrales pour ces auteurs. Cf. l'introduction de R. Guth (Park, 2007). Park employa un modèle de diffusion par les journaux pour expliquer certains aspects de la relation de « dévolution » culturelle qui lie les périphéries aux centres urbains aux États-Unis (Park, 1929).

²⁷. Le livre avait été interdit dans plusieurs pays européens suite à des vagues d'imitation mimétique du couple Charlotte-Werther et du suicide au revolver du second.

²⁸. Voir notamment l'étude pionnière de Phillips (1974) et pour une revue récente de littérature : Gould (2001).

²⁹. Dans un article récent, deux sociologues de l'Université de Columbia ont confirmé la corrélation entre suicides « célèbres » et augmentation du taux général de suicide mais l'ont expliquée en termes durkheimiens, c'est-à-dire comme une manifestation de l'anomie provoquée par des événements disruptifs (dont les suicides de célébrités ne sont qu'une variété) (Hoffman, Bearman, 2015).

³⁰. Une dizaine d'années plus tôt Eliot Freidson avait développé une critique proche du concept de masse (Freidson, 1953).

³¹. C'est un peu plus tard que Jean-Claude Passeron traduira Richard Hoggart en français, mettant alors l'accent sur l'attention « oblique » ou « distraite » des classes populaires aux médias de masse selon cet auteur et l'associant donc à la littérature sur la résistance de l'audience aux messages des mass publicistes. Hoggart était ainsi tiré vers la critique de la vulgate de l'aliénation et servait à argumenter « cette philosophie et cet art propres aux classes populaires de protéger un quant-à-soi psychologique et de gérer ainsi un incessant va-et-vient entre l'autonomie et l'hétéronomie symboliques de leurs représentations » (Passeron, 1993). Passeron s'engageait de fait avec Hoggart dans la trajectoire de séparation de la sociologie de la reproduction qui devait mener

au Savant et le populaire (Grignon, Passeron, 1989). Pour cette raison il orientait sans doute la lecture de Hoggart dans un sens qui ne correspond pas exactement au propos de l'ouvrage que Hoggart a toujours défendu comme une critique des risques réels de destruction de la culture populaire par les médias.

³². L'argument est renforcé plus loin par référence à un phénomène d'homologie structurale décidant non pas de la méthode des chercheurs travaillant sur ces objets « futiles » mais de leur sélection : « L'expérience montre que les objets que la représentation dominante traite comme inférieurs ou mineurs attirent souvent ceux qui sont le moins préparés à les traiter. » (Bourdieu, 1975 : 6)

³³. C'est le principe de la magie par « sympathie de contact » chez Frazer (*The Golden Bough*) : « things which have once been in contact with each other continue to act on each other at a distance after the physical contact has been severed. »

³⁴. Cf. Janowitz et Schulze (1961) : « tout se passe [dans la sociologie des médias] comme si les sociologues de l'industrie avaient commencé par étudier les produits, les particularités et les réactions des consommateurs, plutôt que la structure sociale des industries, les relations et courants de communications parmi le personnel, etc. » Ou encore Halloran (1970) cité par Jouët (1972) : « Il n'est pas nécessaire d'avoir une longue expérience de la recherche en matière d'information pour se rendre compte que c'est là un domaine où les méthodes semblent être très en avance sur les théories et où certains secteurs (par exemple les effets) ont bénéficié d'une attention considérable, tandis que d'autres (par exemple le processus de production) ont été relativement négligés. » Il n'est sans doute pas anodin que le renouveau des études de terrain sur la production de l'information dans les années 1970 se soit fait sous la bannière de l'ethnographie et non de la sociologie. Cf. par exemple Cottle (2007).

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

Anderson, C. W., 2015, « Drawing Boundary Lines Between Journalism and Sociology, 1895-1999 », in Carlson, M., Lewis, S. (Éds.), *Boundaries of Journalism : Professionalism, Practices, and Participation*, New York, Routledge.

Aubenas, F., 2010, *Le quai de Ouistreham*, Paris, Éditions de l'Olivier.

Bastin, G., 2003, « Ein Objekt, das sich verweigert : Der Journalismus in der Soziologie Pierre Bourdieus. Einige Bemerkungen über das journalistische Feld », *Publizistik*, vol. 48, n° 3.

Bastin, G., 2009, « Codes et codages professionnels dans les mondes de l'information », *Réseaux*, n°s 157-158, pp. 192-211.

Bastin, G., 2012, « Le cas Mathieu ou l'entretien renversé », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo*, vol. 1, n° 1.

Bautier, R., Cazenave, É., 2005, « La presse pousse-crime selon Tarde et ses contemporains », *Champ pénal/ Penal field*.

Beaud, P., 2000, « Brève histoire de la sociologie française des médias », *Réseaux*, n° 100, pp. 459-485.

Becker, H. S., 1995, « Visual sociology, documentary photography, and photojournalism : It's (almost) all a matter of context », *Visual Studies*, vol. 10, n°s 1-2, pp. 5-14.

Becker, H. S., 2007, *Telling About Society*, University of Chicago Press.

Benquet, M., 2013, *Encaisser ! Enquête en immersion dans la grande distribution*, Paris, La Découverte.

Bourdieu, P., 1966, « Champ intellectuel et projet créateur », *Les Temps modernes*, n° 246, pp. 865-906.

Bourdieu, P., 1971, « Le marché des biens symboliques », *L'Année sociologique*, vol. 22, pp. 49-126.

Bourdieu, P., 1975, « Méthode scientifique et hiérarchie sociale des objets », *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 1, pp. 4-6.

Bourdieu, P., 1980, « La représentation politique », *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 35, pp. 3-24.

Bourdieu, P., 1984, « La délégation et le fétichisme politique », *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 52-53.

Bourdieu, P., 1989, *La noblesse d'État*, Paris, Minuit.

Bourdieu, P., 1994a, « Journalisme et éthique », présenté au Colloque fondateur du centre de recherche de l'ESJ, Lille.

Bourdieu, P., 1994b, « L'emprise du journalisme », *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 101-102, pp. 3-9.

Bourdieu, P., 1996, *Sur la télévision*, suivi de *L'emprise du journalisme*, Paris, Liber-Raisons d'agir.

Bourdieu, P., Chamboredon, J.-C., Passeron, J.-C., 1969, *Le métier de sociologue*, La Haye, Mouton, vol. 1.

Bourdieu, P., Haacke, H., 1994, *Libre-échange*, Paris, Seuil.

- Bourdieu, P., Passeron, J.-C., 1963, *Sociologues des mythologies et mythologies de sociologues*, Les Temps modernes.
- Bourmeau, S., 1988, « Robert Park, journaliste et sociologue », *Politix*, vol. 1, n°3, pp. 50-61.
- Bouron, S., 2015, « Les écoles de journalisme face à l'expansion du marché. Stratégies d'internationalisation et transformations des curricula », *Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs*, n°14, pp. 245-266.
- Carey, J. W., 2000, « Some personal notes on US journalism education », *Journalism*, vol. 1, n° 1, pp. 12-23.
- Cason, C. E., 1931, « Journalism as Social Science », *Social Forces*, vol. 9, n° 3, pp. 370-377.
- Charle, C., 2004, *Le siècle de la presse*, Paris, Le Seuil.
- Charon, J.-M., 1996, « Journalisme et sciences sociales. Proximités et malentendus », *Politix*, n° 36, pp. 16-32.
- Chupin, I., 2009, « Sciences sociales et formations en journalisme. Émergence d'un nouvel enjeu de distinction », *Questions de communication*, n° 16.
- Cohen, S., 1972, *Folk Devils and Moral Panics : The Creation of the Mods and Rockers*, London, MacGibbon & Kee.
- Cottle, S., 2007, « Ethnography and News Production : New(s) Developments in the Field », *Sociology Compass*, vol. 1, n° 1, pp. 1-16.
- Dickinson, R., 2008, « Studying the Sociology of Journalists. The Journalistic Field and the News World », *Sociology Compass*, vol. 2, n° 5, pp. 1383-1399.
- Dingwall, R., 2007, « Turn off the oxygen.... », *Law & Society Review*, vol. 41, n° 4, pp. 787-796.
- Durkheim, É., 1990 [1897], *Le suicide*, Paris, Presses universitaires de France, coll. Quadrige, 5e éd.
- Ehrlich, M. C., Saltzman, J., 2015, *Heroes and Scoundrels : The Image of the Journalist in Popular Culture*, Champaign, University of Illinois Press.
- Ehrenreich, B., 2001, *Nickel and Dimed : On (Not) Getting By in America*, New York, Metropolitan Books.
- Epstein, E. J., 1975, *Between Fact and Fiction. The Problem of Journalism*, New York, Vintage Books.
- Feeley, M. M., 2007, « Legality, social research, and the challenge of institutional review boards », *Law & Society Review*, vol. 41, n° 4, pp. 757-776.
- Fenton, N., Bryman, A., Deacon, D., Birmingham, P., 1997, « "Sod off and find us a boffin" : Journalists and the social science conference », *The Sociological Review*, vol. 45, n° 1, pp. 1-23, DOI : 10.1111/1467-954x.00051.
- Foucault, M., 1961, *Folie et déraison : histoire de la folie à l'âge classique*, Paris, Plon.
- Freidson, E., 1953, « Communications Research and the Concept of the Mass », *American Sociological Review*, vol. 18, n° 3, pp. 313-317.
- Gans, H., 1972, « The Famine in American Mass-Communications Research : Comments on Hirsch, Tuchman, and Gecas », *American Journal of Sociology*, vol. 77, n°4, pp. 697-705.
- Gans, H., 1979, *Deciding What's News. A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time*, New York, Random House.
- Gauthier, G., 2004, « Journalisme et réalité : l'argument constructiviste », *Communication et langages*, vol. 139, n° 1, pp. 17-25.
- Gauthier, G., 2005, « Le constructivisme : Un point de vue intenable sur le journalisme », *Questions de communication*, n° 7.
- Gieryn, T. F., 1983, « Boundary-Work and the Demarcation of Science from Non-Science : Strains and Interests in Professional Ideologies of Scientists », *American Sociological Review*, pp. 781-795.
- Giffard, P., 1880, *Le sieur de va partout. Souvenirs d'un reporter*, Paris, Maurice Dreyfous.
- Ginsburg, C., 1989, « Traces. Racines d'un paradigme indiciaire », in Ginzburg, C. (Éd.), *Mythes, emblèmes, traces : Morphologie et histoire*, Paris, Flammarion.
- Glevarec, H., Aubert, A., 2013, « Savoir et démocratie : le fondement normatif des univers sociologique et journalistique », *SociologieS*.
- Goldstein, T., 1989, *Killing the Messenger. 100 Years of Media Criticism*, New York, Columbia University Press.
- Gould, M. S., 2001, « Suicide and the Media », *Annals of the New York Academy of Sciences*, vol. 932, n° 1, pp. 200-224, DOI : 10.1111/j.1749-6632.2001.tb05807.x.
- Goulet, V., 2009, « Dick May et la première école de journalisme en France. Entre réforme sociale et professionnalisation », *Questions de communication*, n° 16.
- Grant, G., 1979, *Journalism and Social Science : Continuities and discontinuities*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- Grignon, C., Passeron, J.-C., 1989, *Le savant et le populaire*, Paris, Seuil.
- Haggerty, K. D., 2004, « Ethics Creep : Governing Social Science Research in the Name of Ethics », *Qualitative Sociology*, vol. 27, n° 4, pp. 391-414.
- Halloran, J., 1970, « Mass Media in Society : The Need of Research », *UNESCO Reports and Papers on Mass communication*, vol. 59, Paris, UNESCO.
- Heinich, N., 2009, *Le bêtisier du sociologue*, Klincksieck.
- Hennis, W., 1987, *Max Webers Fragestellung*, Tübingen, Mohr.
- Hoffman, M. A., Bearman, P. S., 2015, « Bringing Anomie Back In : Exceptional Events and Excess Suicide », *Sociological Science*, DOI : DOI 10.15195/v2.a10.
- Hughes, E. C., 1976, « The Social Drama of Work », *Mid-American Review of Sociology*, vol. 1, n° 1, pp. 1-7.
- Hughes, E. C., 1996, « Métiers modestes et professions prétentieuses : l'étude comparative des métiers », in Hughes, E. C. (Éd.), *Le regard sociologique. Essais choisis*, Paris, EHESS, pp. 123-135.
- Janowitz, M., Schulze, R., 1961, « Tendances de la recherche dans le domaine des communications de masse », *Communications*, vol. 1, n° 1, pp. 16-37.
- Jouët, J., 1972, *La fonction de journaliste*, Thèse de doctorat, Paris 5.
- Katz, E., 1989, « Journalists as Scientists », *American Behavioral Scientist*, vol. 33, pp. 238-246.
- Kovach, B., Rosenstiel, T., 2001, *The Elements of Jour-*

- nalism : *What Newspeople Should Know and the Public Should Expect*, New York, Crown Publishers.
- Lemieux, C., 1996, « L'objectivité du sociologue et l'objectivité du journaliste. Convergences, distinctions, malentendus », in Feldman, J., Filloux, J.-C., Lécuyer, B. P., Selz, M., Vicente M. (Éds.), *Éthique, épistémologie et sciences de l'homme*, Paris, L'Harmattan, pp. 147-163.
- Lemieux, C., 2000, *Mauvaise presse. Une sociologie compréhensive du travail journalistique et de ses critiques*, Paris, Métailié.
- Lindner, R., 1996, *The Reportage of Urban Culture : Robert Park and the Chicago School*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Marx, G. T., 1972, *Muckraking Sociology. Research as Social Criticism*, New Brunswick, N.J., Transaction Books.
- Merz, C., Lippmann, W., mars 1917-mars 1920, « A test of the news : an examination of the news reports in the New York Times on aspects of the Russian Revolution of special importance to Americans », *The New Republic (Supplement)*, XXIII, n° 296, pp. 1-42.
- Meyer, P., 1971, « The Limits of Intuition », *Columbia Journalism Review*.
- Miège, B., 2006, « France : l'incomplétude des relations entre journalisme et université », *Les enjeux de l'information et de la communication*.
- Mills, C. W., 1967, *L'imagination sociologique*, Paris, Maspero.
- Morin, E., 1962, *L'esprit du temps 1. Névrose*, Paris, Grasset Fasquelle.
- Neveu, E., 2007, « L'université et la formation des journalistes », in Pinto, E. (Éd.), *Pour une analyse critique des médias*, Bellecombe, Éditions du Croquant, pp. 177-194.
- Park, R. E., 1929, « Urbanization as Measured by Newspaper Circulation », *American Journal of Sociology*, vol. 35, n° 1, pp. 60-79.
- Park, R. E., 1950, « An Autobiographical Note », *Collected Papers*, vol. I.
- Park, R. E., 2007, *La foule et le public*, Lyon, Parangon/Vs, Traduction de Guth, R.
- Passeron, J.-C., 1991, *Le raisonnement sociologique. L'espace non-popperien du raisonnement naturel*, Paris, Nathan.
- Passeron, J.-C., 1993, « Portrait de Richard Hoggart en sociologue », *Enquête*, n° 3, pp. 79-111.
- Passeron, J.-C., 1995, « L'espace mental de l'enquête (I). La transformation de l'information sur le monde dans les sciences sociales », *Enquête*, n° 1, pp. 13-42.
- Pélessier, N., 2008, *Journalisme : avis de recherches. La production scientifique française dans son contexte international*, Bruxelles, Bruylant.
- Phillips, D. P., 1974, « The influence of suggestion on suicide : Substantive and theoretical implications of the Werther effect », *American Sociological Review*, vol. 39, n° 3, pp. 340-354.
- Pinter, A., 2003, « Thought News. A Quest for Democratic Communication Technology », *Javnost – The Public*, vol. 10, n° 2, pp. 93-104.
- Ringoot, R., Utard, J.-M. (Éds.), 2005, *Le journalisme en invention. Nouvelles pratiques, nouveaux acteurs*, Rennes, Presses universitaires de Rennes.
- Ruellan, D., 1993, *Le professionnalisme du flou*, Grenoble, Presses universitaires de Grenoble.
- Ruellan, D., 2011, *Nous, journalistes. Déontologie et identité*, Grenoble, Presses universitaires de Grenoble.
- Schiller, D., 1979, « An Historical Approach to Objectivity and Professionalism in American News Reporting », *Journal of Communication*, vol. 29, n° 4, pp. 46-57.
- Schneidermann, D., 1999, *Du journalisme après Bourdieu*, Paris, Fayard.
- Schudson, M., 1978, *Discovering the News. A Social History of American Newspapers*, New York, Basic Books.
- Schudson, M., 1998, « In All Fairness : Definitions of Fair Journalism Have Changed over the Last Two Centuries », *Media Studies Journal*, vol. 12, n° 2, p. 34.
- Tarde, G., 2000, « Contre Durkheim à propos de son Suicide », in Borlandi, M., Cherkaoui, M. (Éds.), *Le Suicide un siècle après Durkheim*, Paris, Presses universitaires de France, pp. 219-255.
- Thompson, J. B., 1997, *The Media and Modernity. A Social Theory of the Media*, Cambridge, Polity Press.
- Tuchman, G., 1972, « Objectivity as Strategic Ritual. An Examination of Newsmen's Notion of Objectivity », *American Journal of Sociology*, vol. 77, n° 4, pp. 660-679.
- Vincent, E., 1905, « A Laboratory Experiment in Journalism », *American Journal of Sociology*, vol. 11, n° 3, pp. 297-311.
- Waelli, M., 2009, *Caissière... et après ? Une enquête parmi les travailleurs de la grande distribution*, Paris, Presses universitaires de France.
- Wallraff, G., 2012, *Parmi les perdants du meilleur des mondes. Enquêtes infiltrées*, Paris, La Découverte.
- Weaver, D. H., McCombs, M. E., 1980, « Journalism and Social Science : A New Relationship ? » *Public Opinion Quarterly*, vol. 44, n° 4, pp. 477-494.
- Weber, M., 1965, *Essais sur la théorie de la science*, Paris, Plon.
- Weber, M., 2003 [1919], *Le savant et le politique : Une nouvelle traduction*, Paris, La Découverte.
- Wolfe, T., Johnson E. W., 1973, *The New Journalism*, New York, Harper & Row.
- Zelizer, B., 1993, « Journalists as interpretative communities », *Critical Studies in Mass Communication*, vol. 10, pp. 219-237.

Fr. La sociologie et le journalisme, comme disciplines de factualisation du monde social (c'est-à-dire de transformation d'un réel continu en une série discontinue de faits susceptibles d'analyse causale et d'interprétation), présentent de nombreux points de convergence. Elles partagent certaines méthodes comme celle de l'entretien et ont connu des périodes d'échanges intenses dans certains pays comme les États-Unis. Il serait absurde de dire que sociologues et journalistes se ressemblent toujours. En revanche il n'est pas absurde de noter qu'un sociologue et un journaliste peuvent plus se ressembler dans leur façon de construire, de collecter et d'analyser des faits que deux sociologues entre eux ou deux journalistes entre eux. Malgré cela les sociologues partagent souvent de tenaces préjugés quant aux journalistes. Dans cet article on examine ces préjugés en relation aux deux principales formes prises par la « panique morale » diffuse qui s'est emparée des sociétés modernes à l'âge des médias de masse : la peur de l'imitation à la fin du XIXe siècle et la peur de la massification au milieu du XXe siècle. Le rejet par Émile Durkheim de l'idée que les journaux puissent avoir un rôle dans les phénomènes de suicide autour de 1895 et le rejet par Pierre Bourdieu et Jean-Claude Passeron de l'analyse des communications de masse au début des années 1960 servent de cas d'étude. En adoptant une telle stratégie de rupture, que nous assimilons à une forme de « *boundary work* », les sociologues prennent le risque d'alimenter la panique morale dont sont victimes les journalistes au lieu de la réduire, de rester au niveau du « trouble » personnel provoqué par les médias sans aller vers la construction d'un « problème » social à propos des médias.

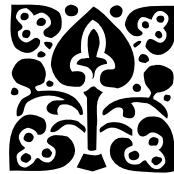
Mots-clés : sociologie, journalisme, paniques morales, Durkheim, Bourdieu, Passeron.

En. As factualization disciplines of the social world (in that they transform a continuous reality into a discontinuous series of facts open to causal analysis and interpretation), sociology and journalism have many points in common. They share methods (such as the interview) and have experienced periods of intense exchange in countries like the United States. It would be absurd to claim that sociologists and journalists always mirror each other. On the other hand, it is not absurd to state that a sociologist and a journalist may resemble each other more in the way they build, collect and analyze facts than two sociologists or two journalists respectively. In spite of this, sociologists often hold stubborn prejudices against journalists. In this paper, we examine these prejudices in the context of the two main cases of widespread “moral panic” that gripped modern society in the age of mass media: the fear of “imitation” in the late nineteenth century and the fear of “massification” in the mid-twentieth century. Emile Durkheim’s rejection of the idea that newspapers had a role in the suicide phenomena around 1895 and the rejection by Pierre Bourdieu and Jean-Claude Passeron of the analysis of mass communication in the early 1960s serve as case studies. By adopting such a strategy of rupture, that we equate to a form of “boundary work,” sociologists run the risk of fueling the moral panic affecting journalists rather than reducing it; of staying at the level of the personal “trouble” created by the media rather than examining the possibility of a social “problem” regarding media.

Keywords: sociology, journalism, moral panic, Durkheim, Bourdieu, Passeron.

Pt. A sociologia e o jornalismo, como disciplinas de factualização do mundo social (isto é, a transformação de um real contínuo em uma série descontínua de fatos, suscetíveis à análise causal e à interpretação), apresentam vários pontos de convergência. Elas compartilham alguns métodos, tais como a entrevista e conheceram momentos de intensas trocas em países como os Estados Unidos. Seria absurdo dizer que sociólogos e jornalistas são sempre semelhantes. No entanto, não é absurdo notar que um sociólogo e um jornalista são mais parecidos na forma de construir, coletar e analisar fatos do que dois sociólogos juntos ou dois jornalistas juntos. Apesar disso, os sociólogos frequentemente têm preconceitos sistemáticos a respeito de jornalistas. Neste artigo, vamos examinar esses preconceitos em relação aos dois principais formatos assumidos pela atitude de “pânico moral” que assolou a sociedade moderna na era dos meios de comunicação de massa: o medo da imitação, no final do século XIX, e o medo da massificação, em meados do século XX. A rejeição por Émile Durkheim da ideia de que os jornais podem desempenhar um papel nos fenômenos de suicídio por volta de 1895 e a rejeição por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron da análise das comunicações de massa no início dos anos 1960 servem de estudo de caso neste artigo. Ao adotar tal estratégia de ruptura, um “boundary work” em nossa opinião, os sociólogos correm o risco de promover, no lugar de reduzir, o pânico moral em relação aos jornalistas. Além disso, acabam tratando como um “obstáculo” pessoal temáticas relacionadas à mídia que poderiam ser construídas como “problema” social.

Palavras-chave: sociologia, jornalismo, pânico moral, Durkheim, Bourdieu, Passeron.



Normas e reflexividade no *lócus* da produção do conhecimento

Interfaces entre o social e o científico na pesquisa e no jornalismo

SAYONARA LEAL

Professora

Departamento de Sociologia

Universidade de Brasília

sayonaraleal@uol.com.br



Um tema central que anima este trabalho é a coordenação entre normas, reflexividade e práticas incorporadas em dispositivos organizacionais que moldam rotinas de produção intelectual, tanto na atividade científica, como no jornalismo. A ideia de dispositivo figura neste texto a partir da abordagem conjuntiva entre as referências deleuzeana e foucaulteana remetendo a um conjunto multilinear composto por registros de visibilidade, de enunciação, de força, de subjetivação, de ruptura, de fissura, de fratura que se entrecruzam e se misturam, suscitando variações ou mesmo mutações na disposição para agir (Deleuze, 1990). Em Foucault (1999) aquela categoria está relacionada a um conjunto de diferentes significados reunido em forma de discursos, normas, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, que, articulados entre si, estabelecem uma teia de relações transepistêmicas devido aos diversos elementos que os constituem enquanto rede. Importante enfatizar que os dispositivos operam em *lócus* específicos e atuam na produção de modos de saber e de subjetivação. Mas, ao mesmo tempo em que os dispositivos operam na gestão e controle situacionais, são também alvo de críticas e reações que contrariam o poder subjacente a seus agenciamentos. Ou seja, quando confrontados a esses, os atores/agentes sociais contam com suas capa-

Pour citer cet article

Référence électronique

Sayonara Leal, « Normas e reflexividade no *lócus* da produção do conhecimento. Interfaces entre o social e o científico na pesquisa e no jornalismo », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le 26 décembre 2016.

URL: <http://surlejournalisme.com/rev>

idades (recursos) e competências (saberes) e são capazes de redesenharem normas e regras a partir da crítica à dimensão instituída e institucional na qual se ancoram lugares e dispositivos e, portanto, ações e conhecimentos.

No entanto, tal virada normativa, pode encontrar dificuldades em se concretizar devido ao caráter institucional e de institucionalização das regras que arbitram o espectro de atuação desses dispositivos, ou seja, o lugar onde saberes e competências se entrecruzam, determinando a validade, objetividade e veracidade dos conteúdos produzidos. No entanto, a configuração de tal *locus* é tratada na sociologia do conhecimento, por um lado, como decorrente da rotinização das normas as quais produzem estruturas que sediam e orientam as atividades dos cientistas, nos termos de Merton, em seu *ethos* da ciência, constituindo a chamada comunidade científica. Esta categoria também figura em Kuhn (1978, 2006), mas apoiada nas noções de paradigma e ciência normal¹. Ainda podemos citar Bourdieu (2001, 2003, 2004) acerca das especificidades cognitivas e sociais que produzem e reproduzem o campo científico, enquanto estrutura pautada na disputa erudita pelo capital científico entre pares, ou seja, conflitos geradores de conhecimentos científicos. Por outro lado, o desenho desse *site* é perpassado por interações situadas entre diferentes agentes que atuam na edificação da ciência, para além dos cientistas, muitas vezes de modo reticular, neste sentido, podemos citar os conceitos construtivistas de arenas transepistêmicas, de Knorr-Cetina (1982) e o de redes sociotécnicas, de Latour (1999, 2007) e Callon (1999, 2006). Além dos construtivistas, os trabalhos dos autores do Programa Forte² mostram como os fatos científicos são construídos na interface entre ciência, tecnologia e o resto da sociedade, desvelando as fronteiras possíveis entre essas instâncias, o que impacta a noção de normas padronizadas, estabilizadas e universais garantidoras da qualidade cognitiva do conhecimento (Collins, 2011; Collins, Evans, 2010). Todas essas abordagens, desde Merton a Latour, dão visibilidade ao *locus* da produção da ciência e das tecnologias, apontando, cada uma a seu modo, o caráter institucional, organizacional e relacional da construção do conhecimento que transita entre “verdades científicas” e controvérsias, onde mais se evidenciam transgressões dos pesquisadores em relação a normas canonizadas pelo positivismo.

Ao evocarmos o tema da problematização da vigência de uma hegemonia da razão científica suscitado pelos estudos sociais contemporâneos sobre a produção do conhecimento aliado ao debate das dimensões ética e moral que perpassam os caminhos do desenvolvimento tecnocientífico não estamos questionando a importância ou desconfiando da ci-

ência e de seus desenvolvimentos, mas nos lançamos na discussão sobre o caráter transepistêmico da ciência justamente porque ela é essencial e presente em nosso cotidiano³. Esta assertiva é promissora para tratarmos o domínio das Ciências Sociais Aplicadas, como as Ciências da Comunicação (incluindo as teorias do jornalismo), e questionarmos os pressupostos positivistas acerca da aplicabilidade das normas de objetividade, imparcialidade e neutralidade como compromisso ético-formal das instituições midiáticas na produção de seus conteúdos, que prescreveriam tanto o exercício da pesquisa científica, em geral, como da investigação jornalística e da pesquisa em comunicação (Traquina, 2004, 1993; Rodrigues, 1993; De Fleur, 1976; Hohlfeldt, Martino, França, 2001)⁴.

Apesar das especificidades deontológicas do *métier* de pesquisa e epistêmica em relação aos conteúdos produzidos pelos dois tipos distintos de conhecimento (ciência e jornalismo), consideramos elucidativas abordagens anti-diferencionistas⁵ as quais propõem que, tanto para as ciências duras como para as ciências moles, a construção do conhecimento se dá nos trânsitos entre espaço leigo, da práxis humana e a esfera expert-científica, em uma dinâmica que mais se assemelha à morfologia de uma rede. Essa configuração rizomática é mais facilmente vislumbrada quando estudamos controvérsias tecnocientíficas, em contextos democráticos, das quais a mídia também participa. A controvérsia se traduz em uma ocasião promissora de aprendizagem a partir da produção transepistêmica de conhecimentos em configuração reticular (Lascoumes, 2002). Ela surge da problematização pública de um tema (manipulação genética de sementes, uso de células troncos para pesquisas, redução da maioridade penal para controle da criminalidade) e ganha relevo quando atrai diferentes atores munidos de posicionamentos e de uma práxis discursiva instaurando um debate em formato rizomático (Nunes, Matias, 2003; Barthe *et al.*, 2013; Barthe, Akrich, Remy, 2011). Nesse sentido, acreditamos que as interações entre diferentes atores que atuam na rede com intervenções segundo suas competências cognitivas e interesses distintos alteram o curso “normal” de suas rotinas produtivas.

O paradigma da rede⁶ e o regime de reflexividade que atuam nas ações sociais constituem os principais pontos de apoio normativos nos quais se respalda a compreensão de dinâmicas da fabricação de conhecimentos que engendram movimentos de conflitos e consensos no *site* de sua produção, dando visibilidade às contradições hermenêuticas das normas das instituições (mídia, ciências sociais, ciências naturais, exatas). Na verdade, chamamos a atenção para a noção de rede empregada nos estudos con-

temporâneos sobre a construção de saberes como princípio metodológico para acessar a complexidade e mapear a imbricação de domínios epistêmicos na investigação acerca de fatos e artefatos. É na rede que as interações sociais mais espontâneas e imprevisíveis acontecem revelando a proliferação dos elos sociais. A rede também representa transgressão das fronteiras e malhas coercitivas (rede de obrigações, redes de leis) e assume a dimensão informal da vida nas instituições diferente da estrutura formal; formas de elos clandestinos, ilegítimos, ilegais (Boltanski, Chiapello, 2009). Esta ponderação sobre a rede e suas ramificações transpostas para pensar o *locus* de produção do conhecimento nos conduz a questionar o imperativo da razão tecnocientífica e de sua força de instrumentalização no processo de construção do conhecimento mais confiável.

A reflexividade como marca da modernização das sociedades ocidentais é apontada por diversos autores como importante condição epistêmica para problematização de paradoxos acerca de certezas produzidas pela ciência. Esta proposta de intervenção parte da reflexão sobre operações críticas que tematizam ambivalências oriundas do progresso tecnocientífico e do desenvolvimento econômico. A proliferação de ambiguidades sobre efeitos colaterais das sociedades industriais proporciona ambiente ético e cognitivo promissor para produção de controvérsias sobre temas polêmicos que ultrapassam o *locus* da produção do conhecimento científico e envolvem diferentes mundos sociais, com seu pluralismo lógico-epistêmico. Em tempos de controvérsias, a ciência se confronta com culturas epistêmicas distintas, como os meios de comunicação, que demandam reconhecimento e legitimidade de seus saberes e levam ao aparecimento de subpolíticas que rediscutem normas e postulam discursos e novas condições cognitivas de produção de conhecimento. Neste sentido, em tempos de modernização reflexiva e democracia, se notabilizam dois pontos de apoio normativo para as investigações do cientista social e do cientista do laboratório, quais sejam a esfera pública e o conhecimento⁷.

Propomos dois desenvolvimentos para orientar o nosso texto. De início, nos perguntamos como as normas profissionais/científicas e o contexto social participam do processo de construção do lugar de produção de conhecimento, levando em consideração como o trânsito/circulação dessas normas produzidas em um universo epistêmico específico se configura diante da preponderância da reflexividade e da cientificação da sociedade como marca da “modernização reflexiva”, a partir do paradigma construtivista da rede. No segundo momento, evocamos como a circulação de normas e práticas discursivas próprias às coletividades científicas se vinculam a

outros espaços epistêmicos, como, por exemplo, o jornalismo. Nesse sentido, problematizamos como as operações críticas acionadas quando confrontadas a dispositivos participam da construção e circulação de normas que moldam a constituição de espaços transepistêmicos de saberes, ressaltando as devidas especificidades sociocognitivas do produto da mídia e da ciência.

O SOCIAL E O CIENTÍFICO NA PESQUISA E NO JORNALISMO

Em tempos de modernização reflexiva (Giddens, Beck, Lash, 1997; Beck, 2011; Fisher, 2011), propomos pensar seus impactos nas atividades subjetivas que reverberam a produção cognitiva em diferentes espaços, a partir das contribuições da sociologia da inovação que enfatizam a complexidade do processo de fabricação do conhecimento em interface com dados contextuais. A abordagem considerada diferenciacionista parte da crítica efetiva dos modelos analíticos mertonianos que atribuem à rigidez de normas, procedimentos e da razão científica a veracidade dos fatos científicos. O universo normativo dos *ethos* da ciência (comunismo, desinteresse, ceticismo organizado, universalismo) disciplinaria a produção cognitiva da comunidade científica (Merton, 1968, 1979). As chamadas abordagens anti-diferenciacionistas postulam ser a sociologia capaz de explicar o conteúdo cognitivo da ciência, sendo o conhecimento científico produto de influências essencialmente sociais. Os anti-diferenciacionistas se contrapõem à ideia filosófica, segundo a qual existiria uma razão universal que rege os procedimentos de descoberta, o contexto de comprovação e os procedimentos de refutação da ciência. Seriam os fatores de ordem cultural, os interesses sociais e as relações de poder que assumem centralidade na rejeição ou aprovação dos resultados e sua validação ou não. Mas, entre os chamados anti-diferenciacionistas (nova sociologia da ciência), como lembram Shinn e Ragouet (2008), não há total consenso para explicar a ciência, como podemos constatar nas abordagens fortes ou Peri-fortes, inspiradas no Programa Forte; nas abordagens etnográficas do trabalho empírico e naquelas consideradas “radicalmente” construtivistas, ou seja, os latourianos.

De uma forma geral, os anti-diferenciacionistas se posicionam contra a ortodoxia normativa, assegurando que a autonomia da ciência é uma ilusão e que o conhecimento deve ser explicado a partir de suas causas sociais e das crenças que o sustenta. O conhecimento, nesse sentido, não é aqui considerado como produto natural do trabalho organizado a partir de métodos racionais, acumulado indefini-

damente para promover o progresso da sociedade, legitimado por uma comunidade científica autônoma e articulado por normas acatadas mediante um consenso, onde prevalece a cooperação sobre os conflitos e a competência. (Cf. Kreimer, Hérnan, 2004; Kreimer, 2005). Segundo Bloor, “[...] o conhecimento é tudo aquilo que as pessoas consideram conhecimento. Ele consiste naquelas crenças que as pessoas sustentam com confiança e com as quais levam a vida” (Bloor, 2009: 18).

O conhecimento é vislumbrado como produto do encontro entre competências cognitivas dos cientistas e contexto social. Nesse sentido, causas sociais podem explicitar variações de determinado conhecimento, como, por exemplo, no pensamento matemático, como mostra o trabalho de Bloor (2009).

O construtivismo da escola de Edimburgo (Programa Forte – PF) permite destacar na análise do processo científico elementos relativos à condição sociológica do conhecimento: complexidade estrutural como condição de abertura cognitiva, ceticismo em relação à possibilidade do conhecimento expresso em teses realistas e caráter contextual (até mesmo conjuntural) das atualizações cognitivas (desenvolvimento da ciência, dos contextos de descobertas). Uma outra consequência das formulações do PF seria de caráter filosófico a respeito da sua posição relativista em relação à verdade. A verdade só poderia ser concebida como resultante contingente de atividades linguísticas e conceituais socialmente organizadas. É na atividade do pesquisador que está a chave das explicações procuradas sobre a produção do conhecimento. Os cientistas desfrutariam de crédito entre seus pares (ideia melhor desenvolvida por Latour e Woolgar em *Vida de Laboratório*). O ponto central é qual o lugar onde se consagra a verdade científica? Neste *locus* não existiria nenhum limite que resida no caráter pretensamente absoluto ou transcendente da ciência ou em alguma noção particular de racionalidade, validade, verdade ou objetividade.

Os anti-diferencionistas sustentam que devemos levar em consideração que o conhecimento não é produzido por indivíduos isolados que percebem passivamente os fenômenos, mas por grupos sociais que atuam em conjunto em práticas científicas concretas que devem ser estudadas segundo os recursos dos quais se valem para efetivar as suas práticas. Uma investigação da ciência com este objetivo deverá subverter concepções de conhecimento centradas em um indivíduo isolado, passivo e desinteressado que trata de alcançar uma realidade independente, critério da correção do mesmo, e substituí-las em favor de um modelo de conhecimento ativo, coletivo e interessado.

Em resumo, serão os objetivos e os interesses de indivíduos que atuam entre si (e não alguma realidade independente ou uma razão que unifica as atividades de produção de conhecimento) o que, em última instância, dará conta não somente da geração do conhecimento senão de sua aceitação e embasamento (Tozzi, 2010: 1). Nesse sentido, para se chegar ao processo de geração do conhecimento e da sua validação deve-se buscar, assim, as explicações para entender o caráter social da aceitação de regras (como instituições, como parte de um jogo de linguagem no sentido wittgensteiniano) que circulam no espaço de construção de conhecimentos. Assim, o fato científico aparece como racionalmente cognoscível e como atividade coletiva ao se estudar sua gênese e a estrutura social da qual emerge, sobretudo quando se opera na pesquisa social com o conceito pragmático de ciência, tal como postulava Ludwik Fleck ([1935], 2010)⁸. Adotar o registro (meta)pragmático para o estudo da produção do conhecimento nos conduz à consideração de seus produtores e do formato organizativo a partir do qual aspectos normativos e, portanto, institucionais dão sentido às suas ações e são redefinidos nas tramas das interações entre atores quase sempre indefinidos que se entredesfinem em rede.

Construtivismo radical: conhecimento em rede para além das normas científicas

Para o construtivismo latouriano, são menos as normas e a rotinização de procedimentos racionalizados e mais a imprevisibilidade de interações simbólicas hibridizadas entre homens e coisas que passam o lugar da produção do conhecimento que determina o conteúdo cognitivo da ciência. A causalidade das descobertas científicas está pulverizada e veiculada nas entidades que participam da produção de “ocorrências”, ou dos fatos científicos. Para aderir a tal formulação, é fundamental redefinir o social para fazer uma sociologia que dê conta da relação entre modernidade, ciência, tecnologia e sociedade e seus produtos.

Latour (2007) define o social como um coletivo, uma associação de atores (humanos e não-humanos), uma reunião de elementos heterogêneos. Em contraposição a uma sociologia do social, o autor sugere uma sociologia das associações, mostrando a heterogeneidade da composição dos laços sociais. A ação, nesses termos, como enfatiza Latour (2007), é fonte de incertezas e “*deve permanecer uma surpresa, uma mediação, um evento. É por essa razão que é necessário começar, ainda uma vez, não pelas determinações da ação pela sociedade, a capacidade de cálculo de indivíduos ou o poder do inconsciente, mas pela característica subdeterminada da ação, pelas incertezas e as controvérsias que tratam sobre*

quem age quando nós agimos – sem poder decidir se essa fonte de incerteza se deve ao observador ou ao ator” (2007: 66). No sentido etnometodológico, apropriadamente formulado por Boltanski e Chiappello (2009: 184), “[...] as pessoas são indissocialmente ‘atores’ que desempenham ações e ‘intérpretes’ que elaboram significações sociais, passando uns aos outros ‘signos’ que são a forma assumida pela ação quando presa nos fluxos de relações aos quais se busca dar sentido.”. Dessa forma, não se pode determinar o que são os indivíduos e julgar suas ações, *a priori*, como nas abordagens holísticas (estruturalismo e funcionalismo), em função de qualidades e propriedades que derivam do seu pertencimento a grupos, instituições e organizações. Homens e coisas têm trajetórias sociais porque são imbuídos de historicidade (Latour, 1995). O interesse sociológico pelo estudo do conhecimento e os fatos e artefatos que esse subsidia cuja construção se dá a partir de interações situadas em redes sociotécnicas encontra respaldo na reconstituição de sua construção “social”, especialmente em episódios de controvérsias.

Em se tratando do construto sócio-técnico da tecnociência, à primeira vista, tem-se a impressão de se deparar com um campo, fechado e fortemente enraizado em seu paradigma, mas, na verdade, tem-se uma grande coincidência entre local geográfico e as funções a serem estudadas, apontando a existência de uma rede. Trata-se de uma reação às análises que atribuem à unidade de produção do conhecimento como um *locus* especial regido pela racionalidade científica, assim sugere o estudo etnográfico das práticas científicas como caminho adequado para destrinchar aquele lugar.

Interessa explorar as longas descrições dos mecanismos pelos quais é obtido um acordo sobre o conteúdo da experiência, a significação dos resultados. Para os autores, o princípio de simetria permite que se entre nos conteúdos, não para apresentar a ciência feita, mas para mostrar a historicidade de sua elaboração (relações de força social x relações de razão científica na definição de um objeto técnico). Trata-se de um “*princípio metodológico que permite obter um conhecimento realista do processo de construção do conhecimento*” (Callon; Latour, 1991: 24). Em resumo:

“[...] o observador deve fazer compreender porque um dos protagonistas de uma controvérsia acaba por se render aos argumentos de seu adversário, porque há provas que acabam por se impor e deve se abster de invocar razões que não tenham convencido aquele ao qual elas teriam sido opostas” (Callon; Latour, 1991: 24).

Na contramão do processo de purificação moderno e, em defesa da contextualização nas inovações científicas, os autores defendem a simetria como a base moral do trabalho feito sobre a vida em laboratório, ao estenderem essa noção para além do significado atribuído por Bloor, adotando o chamado “princípio de simetria generalizada”, segundo o qual “*impede ao mesmo tempo de utilizar a realidade exterior para explicar o laboratório e de alternar realismo natural e realismo sociológico ao sabor das necessidades explicativas*” (Dosse, 2003: 395). São caminhos metodológicos que permitem vislumbrar a produção do conhecimento em rede (social e técnica).

A definição de redes sociotécnicas parte de certa redefinição da noção de social, entendendo a sociedade em suas dimensões essenciais: o nível micro (dos atores, dos membros, dos participantes de mundos sociais particulares) e o nível macro (o da sociedade convencionalmente entendida como todo social). A concepção tradicional de sociedade passa a ser vislumbrada também como uma construção ou uma “*performance*” continuada, composta por seres sociais ativos que passam de um nível a outro ao curso de seu trabalho, estabelecendo entre si laços sociais (Strum; Latour, 2006). Opera-se, assim, um deslocamento das noções convencionais de sociedade para aquela que remete a um universo de ação e estrutura, onde desaparece a nítida demarcação entre sujeito e objeto, homem e natureza, humano e não-humano, racional e irracional, saberes profanos e científicos.

O estudo social sobre o lugar da produção do conhecimento pressupõe que o laço social entre os atores concernidos aparece, não como meramente um *a priori*, mas como uma força de aglutinação que se configura a partir das relações sociais estabelecidas entre entes oriundos de epistemes, mundos sociais e interesses distintos em uma rede sociotécnica. Uma rede sociotécnica é o resultado da associação de atores, humanos e não-humanos, articulados em torno de um processo de concepção, produção e difusão de conhecimentos dando origem a definições tecnológicas obtidas no processo de solução de controvérsias. Na formação de uma rede, as associações se dão a partir de operações de tradução.

A tradução, operada em quatro movimentos: problematização, atração, envolvimento e mobilização dos atores, expressa um processo contínuo ao longo do qual os atores se entre-definem, evoluem, modificam seus interesses, adotam posturas mais ou menos estratégicas. Permite estabelecer uma ponte entre enunciados à primeira vista incomensuráveis. Expressa ainda a tentativa de um ator de interpretar e expressar os interesses do outro, de atraí-lo para

um determinado ponto de vista numa controvérsia, buscando legitimar-se como “porta-voz” de outros atores e como “ponto de passagem obrigatório” para que esses possam atingir seus interesses. Nesse sentido, Callon e Latour nos convidam a seguir os atores em suas múltiplas atividades de tradução, transcendendo as fronteiras pré-definidas dos sistemas e das funções⁹. (Cf. Corcuff, 2009).

Por fim, podemos dizer que as perspectivas as quais podemos identificar nesta abordagem complexa das redes, aquela desenvolvida no âmbito da chamada Actor-Network Theory (ANT) é mais promissora para pensar a rede em suas especificidades decorrentes da sua configuração, especialmente, em ocasiões em que se intenciona destrinchar aparentes estabilidades normativas e procedimentais que eclipsam a construção de conhecimento. A teoria do ANT remete à “*composição progressiva e performativa de um mundo comum de objetos e sujeitos, humanos e não-humanos, que se co-constituem, construindo, de modo experimental, o mundo, ou – pós-modernismo reconhecido – versões do mundo.*” (Vandenbergh, 2006: 339).

A RELAÇÃO ENTRE NORMAS E PRÁTICAS DISCURSIVAS E A MÍDIA

A participação da objetividade e da neutralidade, como orientações oriundas da ciência positivista, no universo normativo de produção de conteúdos cognitivos nos e pelos meios jornalísticos, deve ser problematizada em função de operações subjetivas e intencionais que se manifestam entre jornalistas enquanto produtores culturais e seus públicos como co-produtores desses conteúdos. Esta perspectiva se apoia no entendimento de que os conhecimentos produzidos no universo cognitivo dos meios de comunicação, oficiais e alternativos, se dão em conexão situacionais rizomáticas, no sentido deleuziano, formando coletivos híbridos entre humanos e máquinas. No entanto, temos como orientação ética e técnica, mais ou menos estruturada, que a mídia como meio informativo cumpre o papel de esclarecer sem instrumentalizações ideológicas. Essas concepções têm se alterado em função de, pelo menos, dois eventos fundamentais: o advento das novas tecnologias da informação e da comunicação que permite cada vez mais uma mídia colaborativa e autoral por parte dos internautas e uma cultura digital cujo conteúdo ético e reflexivo assume distintas configurações em função de possibilidades de produção de conteúdos e subjetividades.

Há também o contexto e a conjuntura sociais que cumprem cada vez mais o papel na expressão dessas

subjetividades que constituem os próprios meios e os conteúdos (por exemplo, a proliferação de aplicativos e dispositivos de relações sociais na Internet). Neste sentido, Glevarec e Aubert (2013), ao fazerem referência à presença de subjetividades que se ancoram em referenciais normativos da prática jornalística e das ciências sociais em cenários de produção de conhecimento, evocam a figura do amador. Este agente da construção reticular de saberes, surge no contexto contemporâneo de co-presença dos universos científicos e midiáticos que se encontra afetado pelo aumento da força de indivíduos se exprimindo principalmente pela mídia Internet com muito mais visibilidade e se submetendo a menos compromissos que seus predecessores tomando a palavra nos meios tradicionais, rádio, televisão e imprensa (Cf. Glevarec, Aubert, 2013: 14). Trata-se da radicalização do fenômeno público de oferecer – receber notícias – reelaborar conteúdos que encontram lugar e sentido no universo das mídias sociais, por exemplo.

O advento de novos cenários de produção de conteúdos que pretendem ao status de conhecimento podem oscilar entre registros distintos de validade, veracidade e provas, correspondendo ao que Boltanski (2008) chama de três gêneros de provações da ação e do discurso: provação de verdade, provação de realidade e provação existencial. A primeira é acionada pelas instâncias de confirmação da coerência entre formas simbólicas e estado de coisas dada pelas normas da instituição, não havendo compromisso com o que o mundo é realmente aqui e agora, mas com a redução de incertezas e o enquadramento da ação. A segunda é típica de situações de disputas apoiadas na realidade a partir da qual se erigem críticas subsidiadas em *expertise* que são testadas em ocasiões de questionamento da verdade proferida pelos porta-vozes da instituição. A terceira e última, refere-se a críticas radicais feitas às confirmações dos pilares institucionais e são vividas pelos indivíduos leigos, mas portadores de reflexividade em suas subjetividades, podendo negar a realidade. As duas últimas provações são aquelas essencialmente amparadas em operações críticas advindas de diferentes epistemologias capazes de alterar o estado das coisas porque têm caráter de denúncia e introduzem na realidade novas referencialidades, racionalidades, lógicas de ação e conceitos ancorados no “mundo”. As formulações de Boltanski¹⁰ sobre a reversibilidade de parâmetros normativos que produzem e reproduzem as instituições também se depara com as constatações de que as normas são sanções, construções sociais convencionadas e legitimadas socialmente. Elas promovem enquadramentos epistêmicos enquanto recursos funcionais no quadro da produção de conhecimentos, além de subsidiarem a estabilidade de uma instituição e, ao mesmo tempo, serem recursos interpretativos que

são hermeneuticamente decifrados, assimilados e reproduzidos de forma reflexiva, possibilitando a coordenação de atividades em coletividades específicas. A mídia (social), neste sentido, é espaço promissor para reverberação de inconformidades e incertezas acerca da pertinência das instituições e suas normas em nossas vidas.

A proliferação de formatos e meios de difusão de informações e conhecimento reanimam o debate sobre a especificidade epistêmica dos conteúdos jornalísticos e dos parâmetros racionais que regem a instituição mídia e suas normas de funcionamento, recaindo no debate sobre uma “ciência jornalística”. Para Silva (2009) e Labasse (2015), no jornalismo há um empirismo descritivo de conhecimentos profanos que são valorizados socialmente. Silva (2009) e Tambosi (2003) acrescentam que o jornalismo ganha maior visibilidade, especialmente, na modalidade investigativa porque esta produziria uma forma de conhecimento que se pauta no método científico, sem o qual não atingiria o estatuto de “verdade”. Neste sentido, jornalista e cientista teriam como objetivo comum a busca pela verdade dos fatos. “*No caso do jornalismo, parece que, do modo como este vem sendo estudado, a prática profissional engole a forma simbólica do fenômeno, por isso tão difícil chegarmos à sua episteme.*” (Silva, 2009: 30).

Rocha (2010) avalia que a abordagem pragmática que sustenta um contínuo entre conhecimento adquirido dos usos e costumes e conhecimento formal e sistemático atribuído à ciência é promissora para pensar a produção do conteúdo jornalístico, mas não conforme o paradigma das ciências duras, mas como saber pautado na práxis e, também acrescentaríamos, que se vale de normas e contextos sociais de produção. Nesta discussão, o jornalismo figura igualmente como prática social que edifica um tipo de “conhecimento possível nesta área”, pouco evidente, que se constrói na interface entre polos científico e sociedade, remetendo à configuração sugerida por Labasse (2015) de “meso epistemologias”, onde não se sustentam “verdades universais”.

Há regularidades possíveis e reconhecíveis entre o fazer jornalístico e quadros epistêmicos formalizados e legitimados, no entanto, sabemos que há certas condições e parâmetros de coleta jornalística dos dados sociais que remetem a uma quadro epistêmico particular, sem que se possa reivindicar o estatuto de ciência (Cf. Labasse, 2015). Isto equivale, de certa forma, a dizer que o jornalismo com suas normas e métodos cria sua própria cientificidade, em termos de modo de conhecer a realidade do mundo.

“Paradoxalmente, esta questão de normas é particularmente pouco normativa: não somen-

te porque, longe de pretender definir aquilo que o jornalista deveria ser, ela se contenta de tentar precisar aquilo que parece o constituir, mas também porque, ao inverso dos critérios de demarcação binárias, ela incita a uma concepção gradual da natureza mais ou menos jornalística das atividades e produções midiáticas. Portanto, ela não é tanto desprovida de panos de fundo axiológicos: seja na perspectiva cidadã ou profissional, o reforço conceitual e metodológico do jornalismo, em outros termos sua ascensão a uma maturidade epistemológica, poderia sem nenhuma dúvida ser qualificado de ‘desejável’.” (Labasse, 2015: 33)

Labasse (2015) postula que boa parte das pesquisas que se inclinam sobre as normas reivindicadas pelos jornalistas trata estas como armaduras de autoproteção ou como técnicas que subsidiam a formação identitária e demarcação espacial da atuação desse profissional. No entanto, ratifica o autor, alguns trabalhos transpõem conceitos e concepções geradas pelos estudos sociais sobre a produção do conhecimento científico para o entendimento das práticas jornalísticas em relação aos saberes gerados por essas.

De uma forma mais ou menos generalizada, o jornalismo visa a adquirir e a transmitir conhecimentos sobre o estado do mundo a partir, por um lado, de método referenciado em parâmetros da racionalidade tecnocientífica e, por outro, de fontes «profanas». Nesse sentido, o jornalismo pode ser compreendido como um conhecimento que se origina das chamadas «mesoepistemologias» enquanto maneiras de conhecer que se referem a «graus de expertise intermediários»¹¹ que surgem na interface entre polos científico e grande público (Labasse, 2015).

No caso da prática jornalística, espelhada nos ritos metodológicos da ciência (objetividade, imparcialidade, neutralidade), a relação controversa entre normas, valores, realidade (construída socialmente) e mundos sociais possíveis pode apontar para contradições endógenas a essa instituição, sobretudo quando esta entra em contato com elementos considerados exteriores ao *locus* de produção de conteúdos. Esta formulação traz, pelo menos, duas consequências fundamentais para pensarmos a prática jornalística em suas novas modalidades: primeiro, a normatização das atividades e produtos jornalísticos enquanto reverberações da “verdade” obedecem também a regras e comportamentos sociais ordinários e são produto de negociações; e segundo, os contornos do *locus* da produção de informações se caracteriza mais pela cognição não científica. De-

corre dessa dupla inferência sobre o jornalismo a constatação do que Boltanski (2008) chama de “contradições hermenêuticas” no quadro de operações críticas acerca de normas informadas pelo caráter estruturante da instituição. Trata-se do confronto entre regras estabelecidas provedoras de “dispositivos de confirmação” da “verdade” conveniente à instituição e incertezas sobre aquilo que se consagra em estado definido que se ancoram em “dispositivos metapragmáticos”, ou seja, emanam da reflexividade e da crítica aos formatos instituídos de interpretação do mundo. A noção de contradições hermenêuticas aparece como reveladora do processo de dominação no seio dos mecanismos de produção de saberes, no sentido de restrição do espaço da crítica diante de enquadramentos normatizadores em contextos onde a realidade forjada pela força da racionalidade científica e da institucionalização de comportamentos e ações se sobrepõem ao mundo das possibilidades de agir, inclusive em situações de incertezas (como na investigação jornalística, por exemplo).

O entendimento de processos de circulação e interiorização de normas no âmbito de produção de conhecimentos, notícias, informações, deve passar pela imersão no pensamento institucional que têm em mente os indivíduos no momento em que eles agem, compreendendo categorias de pensamentos que compartilham, referenciados em um determinado quadro de ordem social (Douglas, 1998). É nesses termos que dispositivos de normatização das práticas científica e jornalística, por exemplo, são mecanismos de ordenamento que conduzem a forma como cientistas e jornalistas podem conceber suas referências normativas enquanto uma instituição social que corresponde aos parâmetros de funcionamento do “seu lugar de fala”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mídia como *locus* de realização de uma subpolítica, portanto, fonte e reprodutora de operações críticas, somente assume essa especificidade quando sedia mecanismos de reflexão no “self” (Giddens, Beck, Lash, 1997). Assim, “a reflexividade criada pelo processo de recepção de materiais simbólicos pode ser adequadamente tratada apenas se ela for integrada com as dimensões interativa e dialógicas próprias ao conceito habermasiano de esfera pública.” (Avritzer, 2000: 63). Neste sentido, devemos ter certa acuidade ao equiparar mídia e a esfera pública, no sentido kantiano, postulado por Habermas (1989), porque opiniões e conteúdos nem sempre decorrem da “discursividade reflexiva”. As normas que compõem este *locus* são frequentemente negociadas, alteradas e colocadas em suspenso de acor-

do com especificidades de situações e interesses dos atores que tomam parte nessa cena (associações). Não existe, nesse sentido, um padrão de reflexividade dado que subsidie o uso reflexivo da razão comunicativa ou da razão instrumental entre jornalistas, padrões/empresários, públicos. Nem tão pouco há garantias de continuidades entre padrão científico de produção de conteúdos, arbitrado por normas rígidas, valores como objetividade e imparcialidade e rotinas produtivas da comunicação, perpassadas por críticas, opiniões, ideologias e valores democráticos, como a liberdade de expressão, na investigação em busca de descobertas, verdade.

A mídia como qualquer outra instituição, inclusive como a própria ciência, se depara com a assimetria paradoxal entre realidade mundana e norma institucional. A instituição ciência conforma o sentido da pesquisa, assim como os meios de comunicação fazem com a investigação jornalística, abrindo também espaço para operações críticas quando o pesquisador se dá conta da força das sanções institucionais objetivadas em suas normas. Como ratifica Corrêa, “*Instituições têm por função conferir às situações de prova uma estabilidade semântica; no entanto, em razão de usos e efeitos pragmáticos, jamais deixam de abrir espaço para críticas.*” (2010: 595). Em face das dimensões pragmática e reflexiva dos agentes produtores de conhecimento, ganham relevância as inferências dos sociólogos da ciência acerca da assimetria entre o ideal normativo sobre o qual a ciência se funda e a realidade concreta da experiência vislumbradas a partir das orientações normativas e normatizadoras das atividades científicas. Trata-se do fenômeno denominado por Boltanski (2009) de “contradições hermenêuticas” das instituições, que, ao mesmo tempo, moldam o sentido da realidade e abrem precedentes para críticas.

A relação entre mídia, crítica e reflexividade não é evidente. Quando olhamos para a mídia como esfera pública nos damos conta da rede de entidades heterogêneas que representa esse espaço, cujos nós correspondem às diversas realidades em co-presença: jornalistas, normas, cultura, computadores, notícias, fontes, públicos, mercado, governo, legislação, rotinas produtivas, *gatekeepers*. A rede de atores¹² é extensa e se expressa a partir de associações, coletividades híbridas. Nesse sentido, quanto mais incorporação de normas negociadas, mesmo que episódicas e técnicas, ao trabalho de produção jornalística se torna mais social porque aumenta o “número de associações”¹³ necessárias para informar públicos e audiências e levá-los a considerar uma informação como fato. A adesão de aliados tanto à mídia como ao seu conteúdo e produtores é reveladora de elos sociais mais conexos do que os vínculos sociais normais.

Não se pretende afirmar que normas e racionalidade estão ausentes do processo produtivo e criativo oriundo desse espaço midiático, mas sua participação na determinação dos conteúdos cognitivos desse *lócus* deve ser considerada em função da extensão, poder e organização gerados pelas associações que engendram a fabricação de sentidos expressos em seus conteúdos. A representação do sistema midiático em rede nos permitiria acessar relações e produções sociais que se dão no âmbito desse *lócus* e como também este se comunica com outras configurações de rede e nela atua como ator significativo em potencial em decorrência da sua capacidade argumentativa e discursiva e seu caráter de publicização de temas de interesse da coletividade. Isso pode se verificar com mais nitidez quando estudamos a integração da mídia, enquanto entidade propulsora de formação de opiniões públicas, a cenários de controvérsias tecnocientíficas (Leal, Vianna, 2013).

Dunwoody (2012) postula que a controvérsia constitui o ponto alto da cobertura jornalística acerca das ciências, *“não somente porque os desacordos a propósito daquilo que é verdadeiro caracterizam a maior parte do processo científico, mas igualmente porque ela constitui um forte catalisador da atenção da aprendizagem pública.”* (Dunwoody, 2012: 32).

A proliferação de controvérsias pode anunciar a mudança da paisagem normativa no enquadramento de práticas rotineiras da atividade de produção de conteúdos cognitivos, como a ciência e o jornalismo contemporâneos, balizadas pela noção de provas e pelo compromisso com o espaço público e o conhecimento, na rede que reúne atores, interesses e discursos, onde a «verdade» tem mais chances de se encontrar.

Sabemos, entretanto, que para o exercício de uma efetiva reflexividade no caso de intervenções em querelas públicas de caráter tecnocientífico se faz necessário transcender os limites da superficialidade de uma comunicação pública meramente informativa. Nesse sentido, ganha centralidade a conformação de espaços públicos e fóruns híbridos (Callon, Lascoumes, Barthe, 2001), lugar favorável à manifestação de uma racionalidade democrática vetor de uma reflexividade capaz de habilitar cientistas, tecnocratas, jornalistas e cidadãos a participarem de contextos discursivos para esclarecimentos acerca do que concerne ao social.

- ¹ Embora Kuhn opere com a categoria de comunidade científica, sua abordagem acerca do lugar da produção do conhecimento não pode ser equiparada ao externalismo de caráter funcional-estruturalista de Merton. A obra de Kuhn se traduz em referência fundamental para o debate acadêmico sobre a relação entre o social e o científico, tão constitutivo de controvérsias na literatura sobre estudos sociais da ciência e da tecnologia. O autor, apesar de sua proximidade com as análises externalistas da ciência, ao se preocupar em destacar elementos internos à ciência como sua estrutura léxica que sustenta a ciência normal, se considera um internalista. “*Sempre estive consciente disso, sempre quis ver ambas as coisas entrelaçadas (elementos externos e internos) e acho que elas ainda quase nunca estão.*” (Kuhn, 2006: 348).
- ² Conforme definição em David Bloor (2009).
- ³ Vide Beck (2011).
- ⁴ No que concerne às ciências sociais, Mannheim (1967) já postulava essa disciplina, e não as ciências duras, como objeto possível da sociologia do conhecimento, chamando a atenção para o estudo dos critérios dinâmicos de validade (historicidade) do saber; do relacionismo (relações entre gênese de um enunciado com seu significado) e das garantias estruturais de validade (garantia estrutural da validade do pensamento social que estaria na posição sem classe dos intelectuais socialmente independentes).
- ⁵ As chamadas abordagens anti-diferenciacionistas postulam ser a sociologia capaz de explicar o conteúdo cognitivo da ciência, sendo o conhecimento científico produto de influências essencialmente sociais. Os anti-diferenciacionistas se contrapõem à idéia filosófica segundo a qual existiria uma razão universal que rege os procedimentos de descoberta, o contexto de comprovação e os procedimentos de refutação da ciência. Seriam os fatores de ordem cultural, os interesses sociais e as relações de poder que assumem centralidade na rejeição ou aprovação dos resultados e sua validação ou não. Mas, entre os chamados anti-diferenciacionistas (nova sociologia da ciência), como lembram Shinn e Ragouet (2008), não há total consenso para explicar a ciência, são elas: as abordagens fortes ou Peri-fortes, inspiradas no Programa Forte; as abordagens etnográficas do trabalho empírico e aquelas consideradas “radicalmente” construtivistas.
- ⁶ Boltanski e Chiapello (2009) falam do paradigma da rede para designar relações sociais, econômicas, laborais de caráter conexionalista, cuja configuração envolve atores e conexões/interações. Esse paradigma apoia-se em propriedades ontológicas relacionais e em representação que rejeita a fronteira entre atividades científicas de outros tipos de práticas do conhecimento, mas preservam do estruturalismo o interesse pelas propriedades relacionais.
- ⁷ A esse respeito Beck (2011) e Beck, Giddens, Lash (1997) tratam do fenômeno da cientificação da sociedade no sentido da auto-reflexão sobre a modernização. Ou seja, de um lado, tem-se

a confrontação da sociedade com ela mesma diante dos efeitos da industrialização e modernização, e, do outro, a auto-reflexão que se dá na esfera expert, técnica e científica sobre a própria modernização.

⁸ Fleck (2010) destacava, antes mesmo de Kuhn, o caráter provisório do conhecimento científico acerca de um objeto, mas postulava que as mudanças na ciência ocorrem em movimentos de continuidades, as descobertas se operam a partir de desenvolvimentos coletivos de “estilos de pensamento” que dominam as “coletividades de cientistas”, as quais estão submetidas a coações exercidas em seu pensamento, as quais não são perceptíveis pelos pesquisadores (decorrem dos fatores: tradição, educação e hábitos). Os estilos de pensamento tendem à persistência e à estabilização, mas a intersecção entre os mundos esotérico (científico) e o exotérico (não-científico) pelos quais passam os cientistas não pode ser descartada na investigação científica. O tráfego de pensamentos (esotéricos e exotéricos) que se dá no coletivo é também o vetor de mudança de um estilo de pensamento.

⁹ É na condição de porta-voz da rede que um ator representa a própria rede, que ação e a rede se constituem duas faces da mesma moeda – daí a noção de ator-rede (Latour, 1999, 2004, 2007; Callon, 2006). A rede é o resultado mais ou menos consistente do processo de tradução e de suspensão de caixas pretas. Na rede, se dá a comensurabilidade, pela tradução, de recursos heterogêneos, permitindo o funcionamento do conjunto.

¹⁰ Nos termos de Boltanski (2008), “[...] as instituições, enquanto instâncias semânticas, são também instrumentos cujas atividades classificatórias não encontram sua finalidade nelas mesmas, mas são orientadas para a formação de regras e, notadamente, de regras que asseguram uma coordenação entre os atores. É pelo intermédio dessas regras que a atividade institucional contribui a *performar a realidade*” (Boltanski, 2008: 33).

¹¹ Evans e Collins (2010) esclarecem que a *expertise* é algo que se conquista na prática e com dificuldade, sem, necessariamente, ser um cientista.

¹² Latour (2007), Callon (1999, 2006) e Law (2006).

¹³ Latour (2007) afirma que as considerações de Gabriel Tarde sobre o social abrem precedentes para a formulação da teoria do ator-rede porque “*o social não constitui um domínio particular da realidade, mas um princípio de conexão; que não haveria nenhuma razão de separar o social humano de outras associações, como os organismos biológicos, veja os átomos; que, para tornar-se uma ciência social, a sociologia não havia necessidade de romper com a filosofia, e em particular com a metafísica; que a sociologia seria uma sorte de inter-psicologia; que o estudo de inovação e tudo particularmente da ciência e da técnica, era um dos terrenos dos mais promissores da teoria social [...]*” (Latour, 2007: 24-25).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Avritzer, L., 2000, "Entre o diálogo e a reflexividade: a modernidade tardia e a mídia", em Avritzer, L., Domingues, J. M. (Eds.), *Teoria social e modernidade no Brasil*, Belo Horizonte, Editora UFMG, pp. 61-83.
- Barthe, Y. et al., 2013/3, "Sociologie pragmatique: mode d'emploi", *Politix*, no 103, pp. 175-204.
- Barthe, Y., Akrich, M., Remy, C., 2011, "As investigações 'leigas' e a dinâmica das controvérsias em saúde ambiental", *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 26, pp. 84-127.
- Beck, U., Giddens, A., Lash, S., 1997, *Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*, São Paulo, Unesp.
- Beck, U., 2011, *Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade*, São Paulo, Editora 34.
- Bloor, D., 2009, *Conhecimento e imaginário social*, São Paulo, UNESP.
- Boltanski, L., 2008, "Institutions et critique sociale: un approche pragmatique de la domination", *Tracés*, www.traces.revues.org/2333, acesso em 10 de out. 2012.
- Boltanski, L., Chiapello, É., 2009, *O novo espírito do capitalismo*, São Paulo, Martins Fontes.
- Boltanski, L., 2009, *De la critique: Précis de sociologie de l'émancipation*, Paris, Gallimard.
- Bourdieu, P., 2004, *Os usos sociais da ciência*, São Paulo, Unesp.
- Bourdieu, P., 2001, *Science de la science et réflexivité*, Paris, Raisons d'agir.
- Bourdieu, P., 2003, "O campo científico", em Ortiz, R., *A sociologia de Pierre Bourdieu*, São Paulo, Olhos d'Água.
- Callon, M. et al., 1999, *Réseau et coordination*, Paris, Economica.
- Callon, M. et al., 2006, *Sociologie de la traduction*, Paris, École des Mines.
- Callon, M., Lascoumes, P., Barthe, Y., 2001, *Agir dans un monde incertain: essais sur la démocratie technique*, Paris, Éditions du Seuil.
- Collins, H., Evans, R., 2010, *Repensando a expertise*, Belo Horizonte, Fabrefactum.
- Collins, H., 2011, *Mudando a ordem: replicação e indução na prática científica*, Belo Horizonte, Fabrefactum.
- Corcuff, P., 2009, *Les nouvelles sociologies*, Paris, Armand Colin.
- Deleuze, G., 1990, "Que é um dispositivo?", *Michel Foucault*, Barcelona, Gedisa, pp. 155-161.
- Dosse, F., 2003, *O império do sentido: a humanização das ciências humanas*, São Paulo, EDUSC.
- Douglas, M., 1998, *Como as instituições pensam*, São Paulo, EDUSP.
- Dunwoody, S., 2012, "Quand les journalistes couvrent les controverses scientifiques", *Les Cahiers du journalisme*, no 24, Été, http://www.cahiersdujournalisme.net/cdj/pdf/24/02_dunwoody.pdf, acesso em 12 dez. 2015.
- Glevarec, H., Aubert, A., 2013, "Savoir et démocratie: le fondement normatif des univers sociologique et journalistique", *SociologieS, Théories et recherches*, <http://sociologies.revues.org/4484>, acesso em 5 nov. 2015.
- Fisher, M., 2011, *Futuros antropológicos: redefinindo a cultura na era tecnológica*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Fleck, L., 2010, *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, Belo Horizonte, Fabrefactum.
- Fleur, M. L., 1976, *Teorias da comunicação de massa*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Foucault, M., 1999, *História da sexualidade I: a vontade de saber*, Rio de Janeiro, Graal.
- Habermas, J., 1989, *Consciência moral e agir comunicativo*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Hohlfeldt, A., Martino, L. C., França, V., 2001, *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*, Petrópolis, Vozes.
- Knorr-Cetina, K., 1982, "Scientific Communities or Transpistemic Arenas of Research? A Critique of Quasi-Economic Model of Science", *Social Studies of Science*, vol. 12, no 1 pp. 101-130.
- Kreimer, P., 2005, *Reseña de "La fabricación del conocimiento: un ensayo sobre el carácter constructivista y contextual de la ciencia"*, Buenos Aires, Redes, pp. 209-216.
- Kreimer, P., Hérrnan, T., 2004, "Un poco de reflexividad o ¿de dónde venimos?: Estudios sociales de la ciencia y la tecnología en América Latina", em Kreimer, P., Thomas, H. (Eds.), *Estudios de sociología de la ciencia y la tecnología en América Latina*, Bernal, Universidad Nacional de Quilmes.
- Labasse, B., 2015, "Du journalisme comme une mésoépistémologie", *Communication*, vol. 33, <<http://communication.revues.org/5093>>, acesso em 6 fev. 2016.
- Lascoumes, P., 2002/2, "De l'utilité des controverses sociotechniques", *Journal International de Bioéthique*, Paris, vol. 13, pp. 68-79.
- Latour, B., Woolgar, S., 1997, *Vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- Latour, B., 1995, "Os objetos têm história? Encontro de Pasteur com Whitehead num banho de ácido láctico", *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 2, no 1, pp. 7-2.
- Latour, B., 2007, *Changer de société, refaire de la sociologie*, Paris, La Découverte.
- Latour, B., 1999, *Ciência em ação*, São Paulo, Editora Unesp.
- Latour, B., 2004, "Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado: o papel das redes sócio-técnicas", em Parente, A., *Tramas na rede*, Porto Alegre, Edições Sulinas.
- Law, J., 2006, *Notas sobre a teoria do ator-rede: ordenamento, estratégia, e heterogeneidade*, Trad. Fernando Manso, Rio de Janeiro, COMUM.
- Leal, S. A. G., Vianna, G., 2013, "Divulgação pública de

- controvérsias científicas: o caso da vacina BCG contra tuberculose no Brasil”, *Controversias y Concurrencias Latinoamericanas*, vol. 5, pp. 67-96.
- Mannheim, K., 1967, “O problema de uma sociologia do conhecimento”, em Bertelli, R. A., Palmeira, M. G. S., Velho, G. O., *Sociologia do Conhecimento*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Merton, R. K., 1968, “A ciência e a ordem social”, em Merton, R. K., *Sociologia: Teoria e Estrutura*, São Paulo, Mestre Jou.
- Merton, R. K., 1979, “Os imperativos institucionais da ciência”, em Deus, J. D. (Ed.), *A crítica da ciência*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 37-52.
- Nunes, J. A., Matias, M., 2003, “Controvérsia científica e conflitos ambientais em Portugal: O caso da coincinação de resíduos industriais perigosos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no 65, <<http://rccs.revues.org/1185>>.
- Rocha, H. C. L., 2010, “A Importância da Epistemologia na Teoria do Jornalismo: A Teoria Pragmática do Conhecimento e a Qualidade da Notícia”, *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, vol. 8, no 1, pp. 276-291, <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/19846924.2010v8n1p276>>, acesso em 6 dez. 2015.
- Rodrigues, A. D., 1993, “O acontecimento”, em Traquina, N. (Ed.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*, Lisboa, Vega.
- Shinn, T., Ragouet, P., 2008, *Controvérsias sobre a ciência: por uma sociologia transversalista da atividade científica*, São Paulo, Editora 34.
- Silva, G., 2009, “De que campo do jornalismo estamos falando?”, *Matrizes*, no 3, <<http://revela.com.veywww.redalyc.org/articulo.oa?id=143012785011>>, acesso em 6 de fev. 2016.
- Strum, S., Latour, B., 2006, “Redéfinir le lien social: des babouins aux humains”, em Akrich, M., Callon, M., Latour, B. (Eds.), *Sociologie de la traduction: textes fondateurs*, Paris, Presses des Mines, pp. 71-86.
- Tambosi, O., junho/dezembro 2003, “Elementos para uma epistemologia do jornalismo”, São Paulo, *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, vol. XXVI, no 2, pp. 40-52.
- Tozzi, V., 2003, “Wittgenstein y la sociología del conocimiento”, em Cabanchik, S., Penelas, F., Tozzi, V. (Eds.), *El giro pragmático en la filosofía*, Barcelona, Gedisa, pp. 115-130, www.accionfilosofica.com/misc/1117266837jrnDoc.doc, acesso em ago. 2010.
- Traquina, N., 2004, *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*, Florianópolis, Insular.
- Traquina, N. (Ed.), 1993, *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*, Lisboa, Vega.
- Vandenbergue, F., 2006, “Construção e crítica na nova sociologia francesa”, *Sociedade e Estado*, vol. 21, no 2, pp. 315-366, <http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S010269922006000200003&lng=en&nrm=iso>, acesso em 5 de mar. 2009.
- Wittgenstein, L., 2009, *Investigações filosóficas*, São Paulo, Vozes.

Pt. Este texto trata da coordenação entre normas, reflexividade e práticas incorporadas em dispositivos organizacionais que moldam rotinas de produção intelectual, tanto na atividade científica, como no jornalismo. Interessamo-nos pela relação entre referências normativas do trabalho intelectual de pesquisadores e jornalistas e suas investigações como uma decorrência da interface entre fatores internos e externos que moldam a organização e produção de saberes configurando novas formas de construção de conhecimento (ciência, cultura, informações). No caso do jornalismo concordamos que este pode ser compreendido como um conhecimento que se origina das chamadas “mesoepistemologias” enquanto maneiras de conhecer que surgem na interface entre polos científico e grande público. Trata-se da concepção de saberes ancorada em uma cientificidade própria. Embora reconheçamos que há tanto na atividade científica como na jornalística a participação da objetividade, imparcialidade e neutralidade como valores positivistas que norteiam a produção de conteúdos cognitivos nesses ambientes normativos os quais devem ser problematizados em função de operações subjetivas e intencionais que se manifestam entre cientistas e jornalistas enquanto produtores culturais e do envolvimento de epistemologias populares como coprodutoras desses conteúdos. O problema da definição do lócus onde a ciência é concebida, justificada e legitimada é tema caro para sociologia do conhecimento que tem apresentado abordagens distintas para lidar com a questão dos elementos internos e externos ou de sua interseção, o social e o científico, na definição desse lugar. Temos como objetivo apresentar uma reflexão pautada na sociologia pragmática da crítica e na sociologia construtivista da inovação para discutir como normas institucionalizadas, orientadas pela razão técnica e científica e normas negociadas sob o registro da metapragmática, apoiadas em reflexividade e operações críticas, em perspectiva reticular, definem e redefinem instituições consolidadas como a ciência e o jornalismo, alterando o rumo do trânsito/circulação de normas (re)produzidas nesses diferentes quadros epistêmicos.

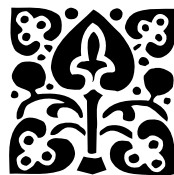
Palavras-chave: normas, crítica, reflexividade, conhecimento, razão técnica e científica.

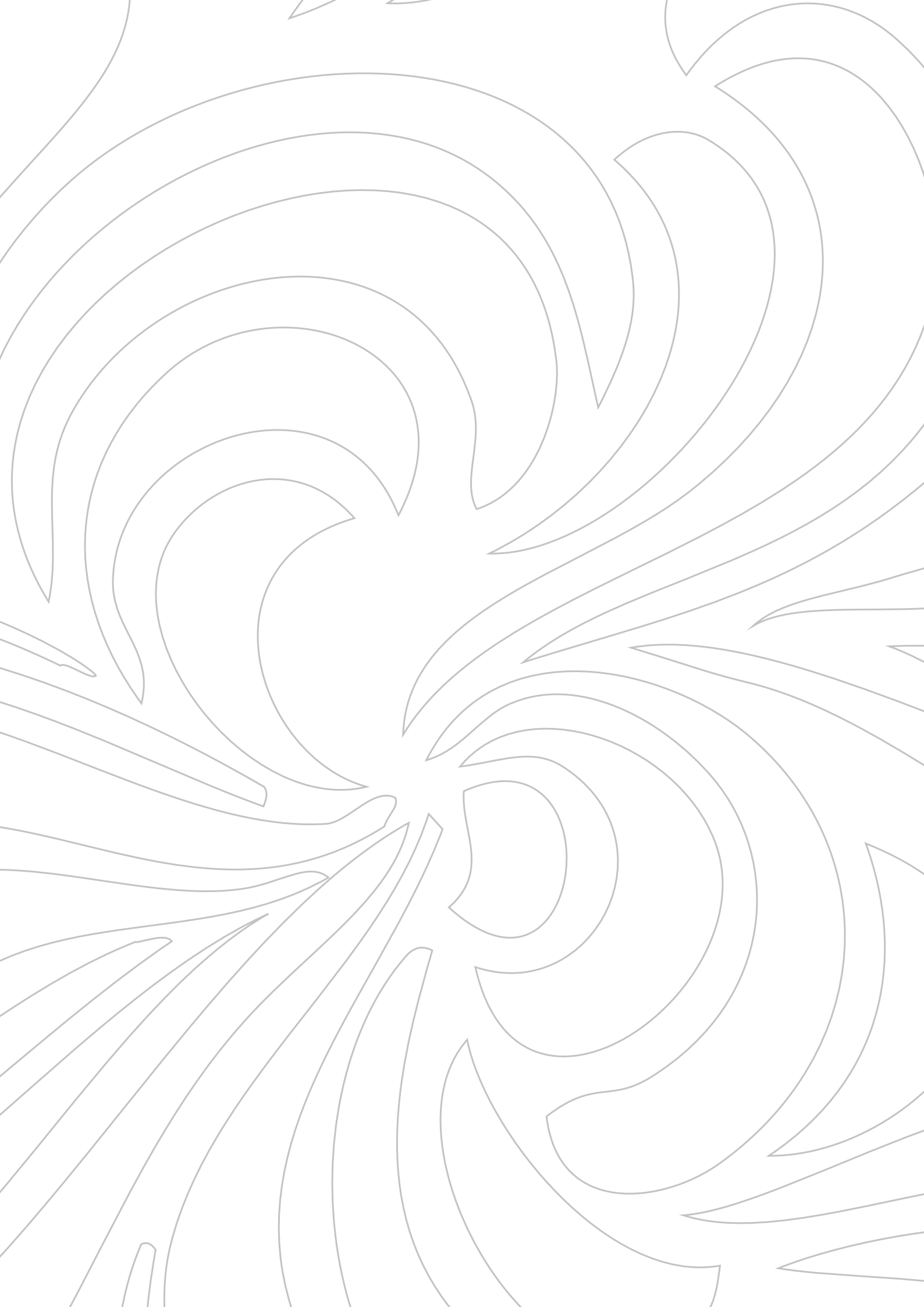
En. This paper proposes to study the ways in which norms, reflexivity and practices interact in organizational systems to shape routines of intellectual production in academic circles and in journalism. Our focus is on the normative references of the intellectual work of researchers and journalists seen as a product of the interrelation between internal and external factors that shape the organization and production of knowledge and configure new forms of knowledge construction (sciences, culture, news). In the case of journalism, we postulate that this can be understood as knowledge that has its roots in “meso-epistemological” ways of knowing that arise at the interface between scientific knowledge and the general public. This perspective is based on a conception of knowledge anchored in a specific scientificity. We recognize that objectivity, impartiality and neutrality as positivist values guide both scientific activity and journalism in the production of cognitive content in normative contexts. But these contexts must also be problematized as subjective and intentional constructs of researchers and journalists as cultural producers influenced by popular epistemologies (which co-produce these contents). The problematic of the locus where science is produced, justified and legitimized is a topic dear to the sociology of knowledge, and has produced distinct approaches to deal with the issue of internal and external elements and their social or scientific intersection in the very definition of this space. Our aim is to propose a reflection based on a pragmatic and critical sociology and a constructivist sociology of innovation to study from a dialectical perspective how institutionalized norms (as shaped by technical and scientific rationality), and norms present in a meta-pragmatic framework (based on reflexivity and critical operations) define and re-define traditional institutions such as science and journalism, thereby altering the traffic/circulation of norms (re)produced in these varied epistemic frameworks.

Keywords: norms, criticism, reflexivity, knowledge, technical and scientific rationality.

Fr. Ce texte propose de percevoir comment les normes, la réflexivité et les pratiques dans les dispositifs organisationnels expliquent la production intellectuelle des milieux journalistiques et universitaires. Nous nous intéressons au rapport entre les références normatives du travail intellectuel des chercheurs et des journalistes, et leurs recherches, fruit de l'interrelation entre des facteurs internes et externes qui façonnent l'organisation et la production de savoirs, et qui configurent ainsi de nouvelles formes de construction de la connaissance (sciences, culture, information). Dans le cas du journalisme, nous postulons que celui-ci peut être compris comme un savoir issu de postures « méso-épistémologiques », qui sont autant de manières d'apprendre issues des relations entre les pôles scientifiques et le grand public. Cette posture relève d'une conception des savoirs ancrés dans une scientificité spécifique. Nous reconnaissons qu'il y a, tant dans l'activité scientifique que dans le journalisme, un recours à l'objectivité, l'impartialité et la neutralité comme valeurs positivistes qui orientent la production de contenus cognitifs dans des contextes normatifs. Toutefois, ces contextes doivent être problématisés en fonction d'opérations subjectives et intentionnelles issues des chercheurs et des journalistes, ces producteurs culturels, mais aussi par l'application d'épistémologies populaires qui sont aussi co-productrices de ces contenus. La problématique des lieux dans lesquels la science est produite, justifiée et légitimée est une thématique chère à la sociologie de la connaissance. Celle-ci a produit des approches distinctes pour lier la question des éléments internes et externes et de leur intersection, sociale ou scientifique, dans la définition même de ce lieu. Nous avons pour objectif de proposer une réflexion reposant sur une sociologie pragmatique et critique et une sociologie constructiviste de l'innovation, afin de discuter de la façon dont des normes institutionnalisées, orientées par des raisons techniques et scientifiques, et des normes négociées dans un cadre méta-pragmatique, appuyées sur une réflexivité et des opérations critiques dans une perspective dialectique, définissent et redéfinissent les institutions traditionnelles comme la science et le journalisme, modifiant ainsi le sens du trafic/ de la circulation des normes (re)produites dans différents cadres épistémiques.

Mots Clés : normes, critique, réflexivité, connaissance, rationalité technique et scientifique.







ÉDITORIAL
ET DÉBAT PUBLIC

EDITORIAL
AND PUBLIC DEBATE

EDITORIAL
E DEBATE PÚBLICO

L'éditorial et le débat public

Introduction

Mot des éditeurs par François Demers.



e dossier soumet à l'examen le genre journalistique « *éditorial* ». Longtemps considéré comme noble dans le milieu journalistique et à l'extérieur, cette sorte de papier — il s'agit d'une pratique essentiellement liée aux journaux — a beaucoup perdu de son lustre au cours des dernières décennies. Dans les contextes nord-américain et européen, son glissement vers le bas de l'échelle des activités journalistiques prestigieuses, désormais sous la chronique et le blogue aussi bien que sous l'animation de plateau télé ou le grand reportage, suit la courbe descendante des médias dits traditionnels, notamment les quotidiens, dans la réorganisation du panorama médiatique autour des médias numériques et des débats publics. En Amérique du Sud, l'éditorial est très lié à la prétention de l'entreprise médiatique à exprimer sa propre opinion sur des sujets d'intérêts politique ou économique. Son déclin, relativement identique à celui observé dans les autres territoires, est peut-être aussi indicatif d'une forme d'impuissance discursive ou d'opinion des entreprises médiatiques dans le contexte actuel. Il pourrait aussi s'expliquer comme une des manifestations du « *journalisme de communication* » et de l'hyperconcurrence entre médias et entre messages médiatiques, qui lui auraient retiré son caractère attrayant.

Pour citer cet article

Référence électronique

François Demers, « L'éditorial et le débat public. Introduction », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le 26 décembre 2016.

URL: <http://surlejournalisme.com/rev>

Ce dossier a été dirigé par Gilles Gauthier, professeur au département d'information et de communication de l'Université Laval (Québec). Il s'est entouré des professeurs David Pritchard de l'Université du Wisconsin (US), Constantin Salavastu de l'Université Alexandru Ioan Cusa de Iasi de Roumanie et Ana Teresa Peixinho de l'Université de Coimbra (Portugal). Ils ont rassemblé, dans ce numéro spécial, cinq analyses qui proposent des visions de la contribution de l'éditorial dans le jeu des discussions en public, celle du passé comme celles inscrites dans les expérimentations médiatiques en cours. Elles cherchent à questionner les propriétés de l'éditorial et ses conditions de production ; l'impact de la prise de position éditoriale dans l'espace public et les évolutions de cette pratique tant en synchronie (en Amérique du Nord, du Sud et en Europe) qu'en diachronie.

David Dowling rappelle par exemple, en évoquant des figures comme celles de l'américain Horace Greely, de la féministe Margaret Fuller ou du socialiste Karl Marx, comment l'éditorial s'est émancipé au début du XIXe siècle de la presse partisane. L'éditorial a alors répondu à sa façon aux défis de la presse commerciale émergente cherchant à se faire tout à tous et à rejoindre les nouvelles audiences des milieux populaires. Pour cela, il s'est notamment avancé vers d'autres thématiques que la politique : la condition humaine des travailleurs, des soldats ou des pauvres. Une fenêtre s'est ainsi ouverte, sous la plume de personnalités fortes, à des prises de position plus libérales ou aux tonalités révolutionnaires et féministes. En somme, l'éditorial a progressivement répondu à une nouvelle attente qui était faite à son endroit : refléter et contribuer à construire le « climat d'opinion » du moment.

Guerreiro Neto, quant à lui, attire l'attention sur une autre fonction attendue de l'éditorial : dire l'identité du journal, la réaffirmer dans la continuité historique de son image de marque, sonner encore et toujours le « nous » du projet de ses artisans, propriétaires, lecteurs et alliés. À partir d'entrevues avec les éditorialistes et de l'examen des échanges d'opinions au ras de la vie quotidienne entre eux et tous ceux avec qui ils sont en contact, l'auteur montre comment les éditoriaux de deux quotidiens brésiliens, *O Estado de São Paulo* et *Folha de São Paulo*, sont au centre de la reproduction jour après jour d'une même vision du monde et d'une continuité plus ou moins cohérente de prise de position. *O Estado de São Paulo* s'affiche traditionaliste, autosuffisant et aux opinions tranchées. *Folha de São Paulo* se montre, lui, moderniste, poreux et indéfini.

De leur côté, Kenneth Campbell et Ernest Wiggins s'appuient sur la distinction classique dans le

milieu journalistique nord-américain entre le journalisme de reportage « qui informe » et l'éditorial « qui influence » pour analyser ce qu'ils identifient comme une tendance croissante dans les quotidiens américains, celle de ne plus se prononcer pour un candidat lors des élections présidentielles [NDLR : les récentes élections au cours desquelles plusieurs quotidiens de prestige se sont prononcés contre le candidat Donald Trump seraient donc une rupture de la tendance]. Globalement, ils attribuent cette tendance au recul des audiences des quotidiens depuis une trentaine d'années aux États-Unis et à la frilosité conséquente qui pousse à éviter de déplaire aux partisans politiques. Ils soulignent en contrepartie, à l'aide du cadre théorique du *framing*, comment le reste du journal reste dominé par des angles et points de vue qui orientent les propos dans le sens de l'influence souhaitée par le média.

Avec Camila Mont'Alverne, retour aux quotidiens *Estado de São Paulo* et *Folha de São Paulo*. Cette fois-ci pour analyser leur couverture éditoriale d'un débat entre la Chambre brésilienne des représentants et le gouvernement, à propos d'un projet de loi de 2011, le *Marco Civil da Internet*. Là encore, l'outil d'analyse est le *framing*. Il permet de voir les deux quotidiens, et leurs éditoriaux, affirmer qu'ils jouent leur rôle de chiens de garde. Ils vont ainsi soutenir le projet de loi tout en mettant en évidence ses lacunes et les problèmes qu'il pourrait entraîner, au nom de l'argument de la défense du public. Tous deux mettent aussi fortement en évidence le conflit entre la Chambre et le gouvernement de la présidente Dilma Rousseff, prélude en quelque sorte à la bataille rangée qui va conduire à la destitution de celle-ci par le Sénat, avec le soutien des grands médias du pays, dont ces deux quotidiens.

Enfin, Marie-Christine Lipani présente le cas du quotidien régional *Sud-Ouest*, qui publie dix-sept éditions sur huit départements de France. Son analyse fait écho d'une certaine façon à celle de David Dowling qui étudiait un moment spécifique de l'histoire où l'éditorial a pu desserrer la laisse qui le lie à son maître politique et se rapprocher de nouveaux publics. Dans ce cas-ci, la nécessité de demeurer encore et toujours tout à tous a conduit *Sud-Ouest* à confier la rédaction de son éditorial à quatre journalistes, ce qui facilite la pluralité des points de vue et lui fait jouer un rôle « rassembleur » de maintien des publics dans l'espace public qu'offre le journal, tout en continuant d'« injecter du conflit » par des prises de position susceptibles d'indisposer des lecteurs, des annonceurs, des mécènes ou des acteurs du débat public.

Au final, ces cinq articles témoignent d'une trajectoire où, au point de départ, l'éditorial se définit

clairement comme un prolongement de la liberté d'expression du propriétaire d'un média partisan. L'éditorial avait donc une visée claire : énoncer une position dans un débat public. Son insertion dans le contexte de la presse commerciale va lui enjoindre ensuite de contribuer à augmenter le lectorat, au-delà des partisans des opinions du propriétaire, sinon à tout le moins, de ne pas faire fuir des lecteurs. À l'ère du média de masse — éventuellement en situation de monopole, l'éditorial sera marqué par la

tension entre ces deux consignes : défendre une opinion qui divise et être entendu potentiellement par tous. Au temps des oligopoles, on l'aura vu souvent auto-neutraliser son pouvoir rhétorique d'injection de controverses pour ne déplaire à personne. Aujourd'hui, en une sorte de mouvement de balancier, la montée des médias de niche et la préoccupation exacerbée de l'identité vont-elles le libérer du tout à tous au profit de l'affirmation de la marque et de l'opinion tranchante ?



The Editorial and Public Debate Introduction

A word from the editors by François Demers



This issue examines that unique journalistic genre inextricably linked to newspapers: the editorial. Long regarded as noble in the journalistic milieu and in the outside world, the editorial has lost much of its luster in recent decades. In the North American and European context its slide to the bottom of the spectrum of prestigious journalistic activities (below the column, the blog, television news and even feature programming) follows the downward curve of so-called traditional media, especially newspapers, as the media landscape around digital media and public debate is reorganized. In South America, the editorial is strongly linked to media companies' expressed right to voice their opinions on matters of political or economic interest. Its decline may be indicative of media companies' powerlessness to express discourse or opinion in the current context, like in other parts of the world. The editorial losing its sheen could, however, also be a consequence of the emergence of "journalism of communication" and of hypercompetition between the media and between media messages.

This issue was overseen by Gilles Gauthier, professor in the Department of Information and Communication at Laval University (Quebec). He was joined by Professors David Pritchard of the University of Wisconsin (US), Constantin Salavastru of the

Pour citer cet article

Référence électronique

François Demers, « The Editorial and Public Debate. Introduction », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le 26 décembre 2016.

URL: <http://surlejournalisme.com/rev>

Alexandru Ioan Cuza University of Romania and Ana Teresa Peixinho of the University of Coimbra (Portugal). In this special issue, they have gathered five analyses examining the editorial's role in public debate, both in the past, and in the present context of the ongoing media experience. They seek to examine what exactly comprises the editorial and its conditions of production; the impact of the editorial stance in the public realm and the evolution of this practice both synchronically (in North and South America and Europe) and diachronically.

David Dowling reminds us, for example, by drawing on historical figures such as the American Horace Greely, the feminist Margaret Fuller and the socialist Karl Marx, how the editorial freed itself at the beginning of the nineteenth century from the partisan press when it responded to the challenges of the emerging commercial press seeking to be "all things to all people" and reach new readers in the working class. To achieve this, the editorial began addressing themes other than politics; mainly the human condition of workers, soldiers and the poor. A window opened, by way of the pen of strong personalities, allowing more liberal, even revolutionary and feminist, positions. In short, the editorial responded to new expectations, which included reflecting and contributing to building the "climate of opinion" of the era.

Guerreiro Neto, for his part, draws attention to another function expected of the editorial: that of voicing the identity of the newspaper and reaffirming it in the historical continuity of its brand, and revalidating the "we" in the like-minded collective of employees, owners, readers and allies. From interviews with editorialists and the study of their exchanges of opinion in daily life, the author shows how the editorials of two Brazilian daily newspapers, *O Estado de São Paulo* and *Folha de São Paulo*, are at the center of a daily confirmation of a consensual vision of the world by offering a more or less coherent continuity in positions taken. *O Estado de São Paulo* presents itself as traditionalist, self-sufficient and as having strongly-held views, while *Folha de São Paulo* is modernist, transparent and non-delimited.

For their part, Kenneth Campbell and Ernest Wiggins draw on the classic distinction in the North American journalistic milieu between journalism that "informs" and the editorial that "influences" to analyze what they identify as a growing trend in American dailies; that of no longer endorsing a candidate in presidential elections [NDLR: the recent election in which several prestigious dailies took a stand against the candidate Donald Trump would thus be seen as bucking the trend]. Overall, they attribute this trend to the decline in newspaper read-

ership over the past thirty years in the US, and the consequent reluctance to displease partisan groups. But they also point out, within the context of the theoretical framework of "framing," how the rest of the newspaper remains dominated by perspectives and points of view which orient the discourse in the direction of influence desired by the media company.

Camila Mont'Alverne returns to the daily newspapers *Estado de São Paulo* and *Folha de São Paulo*, but this time to analyze their editorial coverage of the debate between the Brazilian House of Representatives and the government in 2001 on the Internet Bill of Rights (*Marco Civil da Internet*). Again, the analysis tool is "framing," which shows the two dailies, and their editorials, affirming that they are fulfilling their watchdog role. They support the bill while exposing its shortcomings and the problems it may cause, all in the name of defending public interest. Both also highlight the conflict between the House and the government of President Dilma Rousseff, which serve as a prelude to the pitched battle that will lead to her dismissal by the Senate with the support of the country's mainstream media, including these two dailies.

Finally, Marie-Christine Lipani examines the case of the regional daily *Sud-Ouest*, which publishes seventeen editions in eight departments in France. Her analysis echoes in some ways that of David Dowling who studied a specific moment in history when the editorial loosened the leash that bound it to its political master, allowing it to get closer to new readers. In this case, the necessity to remain "all things to all people" leads *Sud-Ouest* to entrust its editorial to four journalists, facilitating the plurality of points of view by playing the role of "gatherer" of public discourse in the public space offered by the newspaper, while continuing to "inject conflict" by taking positions unpopular with some readers, advertisers, patrons or stakeholders in the public debate.

In conclusion, these five articles depict the trajectory of the editorial which initially defined itself clearly as an extension of the freedom of expression of the owner of a partisan media. In this context the editorial had a clear goal: to state a position in public debate. The deployment of the editorial in the commercial press meant it now had to help increase the readership beyond the supporters of the owners' opinions, and at the very least, not scare away readers. In the era of mass media—possibly in the context of a monopoly—the editorial is characterized by the tension between these two directives: to defend a divisive opinion and to potentially be heard by all. In an era of oligopolies, it is common for media to auto-neutralize its rhetorical power to contribute to controversy so as to displease no one. Today, as the

pendulum appears to swing the other way, will the rise of niche media and the inflated preoccupation with personal identity free the editorial from being “all things to all people” and once again allow it to affirm the brand and offer incisive opinion?

Helmut OBERMEIR
English translation



O editorial e o debate público

Introdução

Carta dos editores por François Demers.



Este dossiê lança um olhar em relação ao gênero jornalístico “editorial”. Há muito considerado como um gênero nobre dentro e fora do meio jornalístico, o editorial – uma prática quase exclusiva à imprensa escrita – perdeu muito do seu glamour nas últimas décadas. Nos contextos norte-americano e europeu, seu declínio em termos de prestígio – mesmo quando travestido sob o formato de crônica e blog ou apropriado pelo telejornalismo e pela grande reportagem – está relacionado à decadência da mídia tradicional, sobretudo os jornais, com a reorganização do panorama midiático e do debate público após a introdução das mídias digitais. Na América do Sul, as empresas de mídia se utilizavam do editorial para expressarem sua opinião em relação a temas de interesse político e econômico. Seu declínio pode ser visto como um indicativo da incapacidade dessas organizações de assumirem um posicionamento discursivo ou opinativo no contexto atual. Também poderia ser visto como uma das manifestações de um “jornalismo de comunicação” e de um contexto de hiperconcorrência entre os meios e suas mensagens, no qual o editorial perde parte do seu poder de atração.

Este dossiê foi coordenado por Gilles Gauthier, professor do departamento de informação e comunicação da Universidade Laval (Quebec, Canadá). Ele

Pour citer cet article

Référence électronique

François Demers, « O editorial e o debate público. Introdução », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le 26 décembre 2016.

URL: <http://surlejournalisme.com/rev>

trabalhou em parceria com os professores David Pritchard, da University of Wisconsin (Estados Unidos), Constantin Salavastru, da Universidade Alexandre-Jean-Cusa de Iasi da Romênia, e Ana Teresa Peixinho, da Universidade de Coimbra (Portugal). Eles reuniram, neste número especial, cinco análises que propõem visões em torno da contribuição do editorial às dinâmicas do debate público – no passado e no presente. Os textos buscaram questionar as propriedades do editorial e suas condições de produção; o impacto do posicionamento editorial no espaço público e as evoluções dessas práticas a partir de perspectivas sincrônicas (nas Américas do Norte, Sul e na Europa) e diacrônicas.

Assim, David Dowling mostra como o editorial se emancipou no início do século XIX da imprensa partidária. Para isso, ele se utiliza de figuras como o norte-americano Horace Greely, a feminista Margaret Fuller ou o socialista Karl Marx. O editorial responde, à sua própria maneira, aos desafios da imprensa comercial emergente, que busca agradar a todos e atingir novas audiências nos meios populares. Para isso, ele passa a tratar de outros temas que não só a política: a condição humana dos trabalhadores, dos soldados e dos pobres. Com a participação de nomes importantes da época, uma janela se abre para a defesa de posições mais liberais ou mesmo de teor revolucionário e feminista. Em suma, o editorial progressivamente passa a responder a uma nova demanda: refletir e contribuir para a construção de uma opinião pública mais favorável a certas demandas em um determinado contexto histórico.

Guerreiro Neto chama a atenção a outra função do editorial: afirmar a identidade do jornal, trabalhar na construção de sua marca ao longo do tempo, anunciar o “nós” de um projeto partilhado por jornalistas, proprietários, leitores e demais parceiros. Por meio de entrevistas com editorialistas e do exame das trocas de opiniões entre todos os que participam de sua fabricação cotidiana, o autor mostra como os editoriais de dois jornais brasileiros, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, são parte fundamental do processo de reprodução de uma mesma visão de mundo e de uma continuidade mais ou menos coerente de tomada de posição. *O Estado de São Paulo* se situa como um jornal tradicionalista, autossuficiente e com opiniões bem demarcadas. *Folha de São Paulo* se mostra modernista, poroso e indefinido.

Já Kenneth Campbell e Ernest Wiggins partem da distinção clássica no meio jornalístico norte-americano entre o jornalismo “informativo” e o editorial, “que busca influenciar”, para analisarem um fenômeno identificado como emergente na imprensa escrita dos Estados Unidos: o fim da tendência dos

jornais de manifestarem o seu apoio a um candidato durante as eleições presidenciais [nota da redação: a última eleição, quando vários jornais de prestígio se posicionarem contra o candidato Donald Trump, poderia representar uma ruptura dessa tendência]. De modo geral, os autores atribuem esse fenômeno à queda das audiências desses jornais nos últimos 30 anos nos Estados Unidos e que leva a uma prudência excessiva por parte desses veículos, que preferem não se indispor em relação aos partidos políticos. Por outro lado, a partir da utilização do conceito teórico de enquadramento, os autores revelam como o resto do jornal continua se exprimindo por meio de ângulos e pontos de vista tomando, assim, o direcionamento desejado pelo veículo.

Com Camila Mont’Alverne, retornamos aos jornais *Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, desta vez para uma análise sobre a cobertura editorial de um debate de realizado em 2011 entre a Câmara dos Deputados e o Poder Executivo brasileiro em torno do Marco Civil da Internet. Novamente, o conceito de enquadramento é utilizado. Ele mostra a forma como os dois veículos, e seus editoriais, desempenham o papel de *watchdog*. Em nome da defesa do interesse público, *Folha* e *Estado* passam a apoiar o projeto de lei ao mesmo tempo em que evidenciam suas lacunas e limitações. Os dois jornais também enfatizam o conflito entre a Câmara e o governo da presidente Dilma Rousseff, espécie de prelúdio de uma batalha que, num futuro próximo, levará à sua destituição pelo congresso nacional, com o apoio dos empresários de mídia, incluindo os proprietários dos grupos *Folha* e *Estado*.

Fechando a edição, Marie-Christine Lipani analisa o caso do jornal regional *Sud-Ouest*, que tira 17 edições diferentes distribuídas por oito departamentos da França. Sua análise ecoa, de certa forma, o trabalho de David Dowling. De certa forma, os dois artigos se debruçaram em relação a um momento específico da história em que o editorial pôde afrouxar as amarras que o ligava a um grupo político específico de forma a se aproximar de novos públicos. No caso do texto de Lipani essa mesma necessidade de agradar a todos leva o *Sud-Ouest* a atribuir o trabalho de redação do editorial a quatro jornalistas. Isso facilita a pluralidade de pontos de vista e permite que o jornal desempenhe o papel de “agregador” das audiências a um tipo espaço público gerido pelo próprio veículo. Ao mesmo tempo, ele continua a “fomentar o conflito” ao assumir posicionamentos suscetíveis de indispor leitores, anunciantes, mecenas ou atores do debate público.

Ao final, os cinco artigos são ilustrativas de uma trajetória que teve início quando o editorial se definiu claramente como um prolongamento da liber-

dade de expressão do proprietário de um jornal de opinião. Ele tinha um objetivo claro: enunciar uma posição no âmbito do debate público. Sua inserção no contexto da imprensa comercial significou uma mudança. O editorial passou a contribuir para o aumento do público leitor (ou pelo menos buscou evitar a perda a audiência), buscando atrair outros leitores que não partilhavam necessariamente da opinião do dono do jornal. Na era da mídia de massa – incluindo situações de monopólio do espaço público – o editorial será marcado pela tensão entre duas grandes orientações: defender uma opinião sectária e atingir potencialmente a todos. No tempo dos oligopólios, ele passou a autoneutralizar o seu poder

retórico de fomentar controvérsias, de forma a não se indispor com ninguém. Atualmente, em um movimento pendular, o aumento da mídia segmentada e a preocupação identitária não poderiam libertar o editorial dessa obrigação de agradar a todos e conduzi-lo novamente à afirmação de uma marca e de uma opinião bem delimitada?

Cristiano ANUNCIÇÃO
Fábio Henrique PEREIRA
Tradução



Da opinião à identidade

Características do editorial em dois jornais brasileiros

GUILHERME GUERREIRO NETO

Chefe de reportagem
do jornal-laboratório Primeiras Linhas
*Faculdade de Comunicação,
Universidade Federal do Pará (UFPA)*
Mestre em Jornalismo
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
neto.guerreiro@gmail.com



produção de editoriais em jornais impressos, além de propriedades relativamente universais, que a diferenciam da produção noticiosa, conta com processos específicos de jornal para jornal. O jornalismo, como instituição social e gênero do discurso, é materializado a partir de organizações jornalísticas, que ocupam posições institucionais e discursivas. *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*¹, dois dos principais jornais brasileiros, aparecem em um lugar dominante, que representa a estrutura tradicional da grande imprensa e tende a gerar posicionamentos de conformação do campo jornalístico. Ao mesmo tempo, são duas organizações que disputam mercado em São Paulo, centro econômico-financeiro e estado mais populoso do Brasil, e forjam suas identidades na relação que estabelecem entre si, no interdiscurso. As características e o processo de produção dos editoriais de *Folha* e *Estado* não apenas permitem compreender como se dá a formação da opinião em cada jornal como também expõem marcas de identificação dos periódicos.

Para caracterizar como o editorial se configura em cada publicação – e a identidade forjada a partir dessa produção opinativa – foram feitas entrevistas semi-estruturadas com os editores de opinião dos dois jornais diários. Antes de delimitar o perfil dos editoriais no *Estado* e na *Folha*, discute-se, neste

Pour citer cet article

Référence électronique

Guilherme Guerreiro Neto, « Da opinião à identidade. Características do editorial em dois jornais brasileiros », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le 26 décembre 2016.

URL: <http://surlejournalisme.com/rev>

artigo, as propriedades gerais do editorial jornalístico e o lugar da opinião nos periódicos, que, desde a separação e a hegemonia da informação, passa a ser vista como espécie de subproduto do jornalismo. Parte da discussão teórica e as entrevistas realizadas com os editores compõem a dissertação de mestrado defendida em 2013 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Apesar da crise dos jornais e da popularidade da Internet, os editoriais migram para o ambiente online e ocupam ainda um lugar significativo no cenário midiático (Hamlet, 2009). Não mantêm, no entanto, a mesma força de influência sobre a opinião pública, na medida em que há uma rede de discursos que se imbricam e interagem no ambiente digital, para além de um sujeito institucional-discursivo agregador como o jornal impresso. Ainda assim, como o aprofundamento das análises é a indicação mais recorrente para o fortalecimento dos impressos nestes tempos, pensar sobre o editorial e sobre o jornalismo opinativo em geral é se ocupar dos modos de reiteração de autoridade e também de identidade.

A discussão sobre a identidade dos jornais costuma seguir por caminhos que levam à forma, ao conteúdo ou à interação entre ambos. Ou seja, a partir da materialidade do periódico, emergem as marcas de identificação. A proposta aqui é, sem desconsiderar o jornal como produto, investigar esses traços indicadores da identidade nos processos de produção. O processo produtivo do jornalismo, enquanto práticas institucionais e discursivas organizadas, atua como um terceiro elemento gerador e reproduzidor de identidade. Como os modos de produção da opinião em dois jornais impressos, comparativamente, permitem compreender a identidade editorial de cada periódico? Eis a questão-problema norteadora deste trabalho.

A OPINIÃO E O EDITORIAL NO JORNALISMO

Em meio à profissionalização do jornalismo, uma série de diferenciações emergiram no processo de produção e no jornal enquanto produto, como explica Karin Wahl-Jorgensen (2008). A opinião começou a ser separada da informação, tanto na compreensão dos jornalistas quanto no layout dos periódicos. Essa distinção entre informação e opinião acabou por se tornar um traço hegemônico no jornalismo ocidental contemporâneo.

Segundo Manuel Chaparro (s/d), o jornal inglês *The Daily Courant*, ainda no início do século XVIII, separou as notícias dos comentários, demandando mais cuidados na apuração dos fatos e na escolha das

fontes. Era uma estratégia, por iniciativa do diretor Samuel Buckley, para enfrentar a crise financeira. A experiência do *Daily Courant* não durou muito, mas o modelo que divide o jornalismo em opinião e informação resistiu ao tempo (Chaparro, s/d).

A dicotomia informação-opinião, para Chaparro, não ajuda a entender a ação discursiva do jornalismo. As fronteiras seriam destruídas pela inevitabilidade da valoração por parte dos agentes envolvidos no processo. Assim, não seria o caso de diferenciar gêneros jornalísticos com base na separação entre informação e opinião². Para ele, é um equívoco perceber artigo como equivalente à opinião e relato à informação, já que artigo e relato estão na dimensão da forma, enquanto opinião e informação, na do conteúdo.

Quando Samuel Buckley decidiu separar as notícias (news) dos comentários (comments) não levantou qualquer barreira entre opinião e informação, ainda que tivesse pensado fazê-lo. O que ele separou foram dois tipos de texto, um com estrutura formal argumentativa, outro com estrutura formal narrativa. Nos conteúdos, porém, e nas intencionalidades, lá estão informação e opinião, substâncias que permanecem, interativas, na totalidade do jornalismo, para que nele se conserve a característica essencial, a de ser linguagem asseverativa. (Chaparro, s/d: 17)

De fato, é preciso considerar que informação e opinião não se restringem a certos formatos de texto. “*Como noticiar ou deixar de noticiar algum fato sem o componente opinativo? Por outro lado, o comentário – explicativo ou crítico – será ineficaz se não partir de fatos e dados confiáveis, rigorosamente apurados*” (Chaparro, s/d: 6). Ainda assim, não cremos que seja necessário prescindir da diferença entre opinião e informação. Diante da coexistência de ambas nos textos jornalísticos, cabe evidenciar as nuances que tornam um gênero mais informativo ou mais opinativo. No editorial, em geral, a opinião aparece bem mais explícita do que na notícia do dia a dia.

Lia Seixas também não descarta a separação. Com um olhar sobre os gêneros como gêneros discursivos, considera que o limite tênue entre informação e opinião é medido não por composições informativas ou opinativas, mas “*por uma relação complexa entre objeto, tópicos jornalísticos (saber social compartilhado) e ato de comunicação jornalístico*” (2009: 83). Não é, portanto, simplesmente o aspecto textual ou linguístico que importa: trata-se de uma combinação frequente de elementos extralinguísticos e linguísticos. “São

combinações que se repetem a ponto de se institucionalizarem, mas que também, certamente, guardam uma dinâmica contínua de mudanças provisórias.” (Seixas, 2009: 316)

Teun van Dijk (1998) define opinião enquanto uma crença valorativa, que pode aparecer direta ou indiretamente. As crenças valorativas se diferenciariam das crenças factuais. Ocorre que, como o próprio van Dijk mostra, a distinção pode não ser tão clara, na medida em que mesmo as crenças factuais envolvem julgamento. A definição depende dos motivos ou critérios de julgamento: caso sejam valores culturais ou de um certo grupo, a crença é uma opinião; se forem critérios de verdade (como observação ou pesquisa), a crença é factual. Os dois tipos de julgamento são relativos, afinal, os critérios de verdade podem mudar de acordo com o período histórico ou com o grupo social a que dizem respeito.

Essa compreensão permite aproximar a opinião da ideia de argumentação. Aristóteles, como lembra José Luiz Fiorin (2015), divide os raciocínios em necessários e preferíveis. Nos primeiros, a conclusão decorre necessariamente das premissas. Os raciocínios necessários pertencem, portanto, ao domínio da lógica. Já nos raciocínios preferíveis, a conclusão é possível, plausível, mas não necessariamente verdadeira. Estes são estudados pela retórica e utilizados em busca de persuasão. “*Os argumentos são os raciocínios que se destinam a persuadir, isto é, a vencer ou a comover, ambos meios igualmente válidos de levar a aceitar uma determinada tese.*” (Fiorin, 2015: 19) Philippe Breton (2003) considera como objeto da argumentação a transformação de uma opinião em argumento em função de um auditório particular.

Durante o século XVIII, os editores dos jornais eram basicamente os gráficos, de modo que as opiniões publicadas eram escritas por colaboradores que assinavam com pseudônimos. Segundo Janice Hamlet (2009), o editorial em sua forma moderna aparece na década de 1780, quando alguns editores passam a escrever e publicar uma seção de parágrafos curtos em um espaço específico do jornal. No início do século XIX, o editorial já tinha uma posição estabelecida em vários periódicos. A ligação íntima entre jornalismo e política, nesse período, leva alguns historiadores a argumentar que em nenhum outro momento o editorial teve tamanha importância para o sistema político (Hamlet, 2009). No século XX, houve um crescimento no número de colunistas, contratados para explicar os acontecimentos. As colunas atendiam demandas dos leitores, eram mais informativas que os editoriais não assinados.

Para Luiz Beltrão (1980), o jornalismo veicula três categorias específicas de opinião: a do editor, a do jornalista e a do leitor. A opinião do editor é expressa pelos editoriais e pela linha do jornal, a política editorial. O editorial seria, assim, a opinião do jornal apenas metonimicamente, considerando que a opinião do jornal equivale a do editor e dos proprietários.

É através do editorial, principalmente, que o grupo proprietário e administrador do periódico manifesta sua opinião sobre os fatos que se desenrolam em todos os setores de importância e interesse para a comunidade e ligados à existência e desenvolvimento da empresa, tentando, desse modo, orientar o pensamento social para a ação na defesa do bem comum. (Beltrão, 1980: 51-52, grifo no original)

José Marques de Melo acrescenta que o editorial se configura como um espaço de contradições: “*Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico.*” (1985: 79) Não se trata simplesmente da opinião do proprietário, mas de um consenso de opiniões dos diferentes núcleos que participam da propriedade da empresa. Afinal, há relações de luta travadas no interior das organizações, além da possibilidade de pressões externas, como de governos ou anunciantes. Os interesses corporativos são defendidos nesse espaço.

Existem ainda linhas mestras que, vinculadas à tradição do jornal, acabam por guiar o posicionamento editorial. A linha editorial, embora siga o norte do editor, pode ser institucionalizada a ponto de se alterar mais lentamente do que as estruturas de pensamento que produzem as opiniões individuais. O editorial do dia precisa ser coerente com o histórico dos textos que ocuparam seu lugar na página em dias anteriores, o que não ocorre com as notícias: o redator ou o repórter “*não tem nenhuma necessidade de tornar as notícias de um dia consistentes com as notícias do dia anterior*” (Park, 2008: 80). Mesmo que inconsistentes entre si, as notícias são visivelmente marcadas por esse mecanismo de coerção que é a linha editorial. O que importa aqui é perceber que os jornais mantêm, senão opiniões para situações específicas, ao menos diretrizes opinativas relativamente consolidadas, seguidas por vezes mesmo com trocas no comando.

Na produção do editorial há, em geral, interação entre as opiniões dos proprietários e acionistas, as opiniões de outros agentes que podem exercer influência sobre os posicionamentos da empresa (en-

tre os quais jornalistas de elite do periódico) e as diretrizes opinativas ditadas pela linha editorial. A variação de força de cada uma das partes envolvidas define se o posicionamento dos editoriais segue mais o caráter empresarial de “voz do dono”, se disputas internas e externas interferem reiteradamente e agem sobre as opiniões tomadas ou se a linha editorial tem alguma autonomia a ponto de ditar posturas-padrão sobre determinados temas. Entendemos que é a articulação de cada uma dessas forças que faz do editorial “a voz do jornal, sua tribuna” (Beltrão, 1980: 52).

O editorial “[...] tanto pode nascer da notícia como dela transcender, adiantar-se sobre ela, valendo-se de dados subjetivos e retirando de um fato, mediante a análise de suas causas e consequências, inferências e conclusões que apresenta como um roteiro à comunidade” (Beltrão, 1980: 52). Desde a hegemonia do jornalismo informativo, os editoriais e os espaços opinativos em geral acabam por suplementar as notícias. Mantêm uma posição hierárquica importante, mas o centro da engrenagem jornalística é ocupado por notícias e reportagens. Por ser a opinião tratada muitas vezes como subproduto do jornalismo, há dificuldade de dimensionar o seu lugar na teoria do Jornalismo – que ainda é em boa parte uma teoria da notícia. Como indica Julie Firmstone (2008), estudos organizacionais se concentram, em geral, na figura do repórter ou no papel da política organizacional na produção da notícia, pouco se sabe sobre editorialistas ou sobre como jornalistas interpretam a política editorial em relação à opinião da chefia. Se há muitos estudos tratando de valores-notícia como conceito organizador das rotinas de produção noticiosa e dos papéis profissionais, não há muita investigação sobre conceitos que moldam as rotinas da produção editorial (Firmstone, 2008).

Quatro atributos do editorial são apontados por Beltrão: a impersonalidade – ou, como chama Marques de Melo, impessoalidade –, pois é um texto normalmente não assinado, cuja responsabilidade recai sobre a direção do jornal, mesmo sendo escrito por um editorialista; a topicalidade, propriedade de exprimir não só a opinião sedimentada, mas especialmente a que se está formando; a condensabilidade – ou condensabilidade –, indicando que se deve focar uma ideia central única, pois apresentar várias ideias em um curto espaço pode criar confusão; e, por fim, a plasticidade, considerando que o editorial deve orientar com alguma flexibilidade, sem dogmatismos. Como diz Beltrão,

Os jornalistas orientam à base da irracionalidade dos fatos; a sua opinião decorre do

exame do perturbador e constante cambiar da atualidade. E se as circunstâncias secundárias de determinado sucesso bruscamente atuam como um reagente químico na situação apreciada, provocando o surgimento de um novo quadro – eles têm o dever de retificar as posições anteriormente assumidas [...] (1980: 54)

Nem sempre retificações são feitas. E, seja na opinião, seja na informação, o jornalismo é cada vez mais um produto inconcluso, que vai sendo montado aos fragmentos. Embora os editoriais carreguem uma aura de fechamento em si. Para Seixas, “os objetos da realidade mais importantes para um editorial são conexões entre situações de saber comum, fatos recentes, fatos dados e uma série de objetos de desacordo” (2009: 237). Imbert (*apud* Tétu, 2002) considera que o editorial remete menos ao acontecimento como objeto de uma série cronológica e mais ao lugar que ocupa na rede de signos que constituem o discurso social.

As conexões argumentativas e a escrita do texto são responsabilidades do editorialista. Como um *ghost-writer*, o editorialista escreve em nome da empresa, em nome do jornal, mas “deve imprimir ao que escreve o mesmo caráter incisivo e convincente com que se exprimiria em um artigo no qual expressasse seu ponto de vista pessoal” (Beltrão, 1980: 52). A figura do editorialista pode, em um primeiro momento, remeter ao publicista que Otto Groth retrata. Mas o publicista é um intelectual de outra ordem. O editorialista, como qualquer jornalista, está preso ao tempo que o põe a tratar da atualidade de modo contínuo.

O limite entre jornalista e publicista não passa pelo repórter, mas sim dentro do jornalismo opinativo e pode-se também apontar características essenciais que diferenciam o jornalista comentarista do publicista. Trabalho jornalístico opinativo é uma atividade duradoura, vinculada ao decorrer contínuo dos acontecimentos diários; trabalho publicístico, inclusive o publicado no jornal ou na revista, é uma produção autônoma, única, vinculada a uma questão isolada, determinada pelo presente, de peso universal, histórico. (Groth, 2011: 344)

Quanto ao público a que o editorial se destina, Marques de Melo (1985) aventa uma hipótese: em sociedades com opinião pública autônoma, que dispõem de uma sociedade civil forte e organizada, o editorial é dirigido à coletividade; em sociedades em que o Estado é uma entidade todo-poderosa,

presente em todos os níveis da vida social – como o autor afirmava ser a sociedade brasileira em meados da década de 1980 –, o editorial dialoga com o Estado. Atualmente, esses dois interlocutores clássicos parecem coexistir como auditório dos editoriais. Em comparação com o jornal, o público do editorial é mais enxuto e específico. Segundo Park (2008), enquanto a notícia existe para a “*grande massa da humanidade*”, o editorial serve aos intelectuais.

Slavko Gajevic (2016), com base em van Dijk, sugere que os editoriais são construídos seguindo um esquema básico narrativo organizado em três categorias principais: definição da situação (onde o acontecimento é resumido), avaliação do acontecimento e conclusão (onde são apontadas expectativas sobre o futuro e recomendadas diferentes soluções aos atores envolvidos). Argumentos abstratos e uma descrição resumida estão entre as características semânticas dos editoriais. Os posicionamentos do jornal nos editoriais são apoiados por uma série de argumentos que contribuem com a função social persuasiva do gênero, de modo que os editoriais acabam por definir limites de valores e ações socialmente aceitáveis segundo aquele determinado periódico (Gajevic, 2016).

Além da estrutura narrativo-argumentativa, a construção do editorial é definida a partir das escolhas que envolvem o processo de produção da opinião nos jornais. Como parte de um estudo mais amplo relacionado à opinião dos jornais sobre a Europa, Firmstone (2008) trata do contexto e dos constrangimentos organizacionais presentes na produção da opinião editorial em dez jornais britânicos. São avaliados os níveis internos que operam sobre o conteúdo editorial, incluindo influências organizacionais e individuais, a partir de duas questões: quais são os papéis e recursos organizacionais atribuídos à produção de editoriais sobre a Europa?; e que rotinas os jornais têm para produzir essa opinião?

A análise das rotinas produtivas teve como base entrevistas com 27 jornalistas dos dez jornais pesquisados, entre editorialistas, editores de política e correspondentes sobre a União Europeia. Pelas considerações dos entrevistados, foi possível identificar uma rotina comum de todos os jornais para a produção do comentário editorial. O processo tem quatro fases principais: a seleção do problema para o comentário editorial, a decisão sobre a linha e o conteúdo, o processo de escrita do editorial pelo editorialista e a submissão do editorial ao editor para aprovação. Firmstone (2008) indica ainda quatro valores editoriais que atuam sobre a primeira fase, o processo de seleção: avaliação de valor-notícia, nível

de importância editorial, percepção sobre interesse dos leitores e opinião de outros jornais.

O EDITORIAL DE FOLHA DE S.PAULO E O ESTADO DE S.PAULO

Nem todos os jornais produzem editoriais. Para que sejam relevantes, esses textos dependem da força dos periódicos em que são publicados. “*Um mesmo editorial*”, diz Luiz Amaral, “[...] poderá ser nulo se publicado num jornal de escândalo ou num semanário inexpressivo, e produzir efeitos profundos se estampado num diário respeitado” (1978: 137). *Folha* e *Estado*, como tradicionais e importantes jornais brasileiros, publicam editoriais diariamente (ver Figura 1). Na *Folha*, são dois editoriais, saem na página A2 ocupando duas colunas. O *Estado* tem quatro editoriais, sendo três na A3, ocupando mais de 2/3 da página, e um de economia, posicionado no caderno destinado ao tema.

Figura 1 – Páginas com editoriais da *Folha de S.Paulo* (à esquerda) e de *O Estado de S.Paulo* (à direita)



Fontes: *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*

Procedimentos metodológicos

A partir de entrevistas feitas com os editores de opinião dos dois jornais em abril de 2013, foi possível traçar os modos como o editorial se configura em cada um. Há funções diferentes em cada jornal para o mesmo cargo: o editor de opinião do *Estado* cuida tanto dos editoriais quanto dos artigos publicados; na *Folha*, o editor de opinião é responsável apenas pelos editoriais. Não ter ouvido outros editorialistas dos jornais acaba por limitar a possibilidade de divergência interna na percepção de valores e rotinas. No entanto, pelas atividades específicas que

assumem, são os editores de opinião que participam de todo o processo e, assim, podem detalhar as etapas da construção da opinião. As entrevistas foram semi-estruturadas. Apesar de um roteiro de perguntas pré-definido, houve brechas para outros questionamentos que surgiram na hora. As questões, em geral, versavam sobre a estrutura da editoria de opinião, a rotina produtiva dos editoriais e as características que o editorial assumia em cada periódico.

As duas entrevistas ocorreram nas sedes dos jornais. A primeira, dia 10 de abril de 2013, no *Estado*, na sala do editor de opinião, Antonio Carlos Pereira. A segunda, no dia seguinte, na *Folha*, em um sofá de uma espécie de antessala da redação, com o então editor de opinião, Marcelo Leite. O contato com Marcelo foi mais informal e a entrevista levou 1h15. Já Antonio Carlos mantinha um caráter por vezes professoral, a conversa com ele durou 1h50. Os dois encontros foram gravados em áudio e, posteriormente, transcritos. A pesquisa etnográfica seria também uma possibilidade metodológica para compreender o processo de produção. Como, para a dissertação de mestrado, esta era apenas uma etapa de análise, seguida de outra mais extensa voltada para o conteúdo dos editoriais, que, de algum modo, versavam sobre jornalismo, as duas entrevistas pareceram suficientes.

A análise das entrevistas foi realizada com os cuidados necessários para evitar o risco de “*recorrer apenas ao uso de algumas citações capazes de reforçar as hipóteses do pesquisador*”; afinal, a entrevista “*também é um discurso a ser analisado*” (Broustau *et al.*, 2012: 16). Não foi acionada a análise do discurso, contudo, para estudar a fala dos entrevistados. A metodologia partiu de uma tentativa de identificar as especificidades de cada construção editorial a partir do dito. Ainda que as perguntas feitas indicassem a tentativa de captar os processos produtivos, as categorias para a definição das características singulares de cada jornal só foram definidas posteriormente. Essa definição, portanto, nasce a partir do empírico.

Resultados

Até meados de 2013, os temas de editoriais do *Estado* eram discutidos por telefone, por volta de nove e meia da manhã, com base na leitura de jornais, entre o editor de opinião, Antonio Carlos Pereira, e o diretor de opinião, Ruy Mesquita – com a morte do diretor, último representante da terceira geração da família que controla o *Estado* desde 1902, o cargo de diretor de opinião deixou de constar no expediente do jornal. São dez editorialistas que atuam na sede do jornal e mais três *freelancers*. Se houver assunto para um dos *freelancers*, ele é

avisado ainda pela manhã. Entre meio-dia e meia e quinze para a uma, há reunião com os editorialistas em que de fato se define o que será feito. Oito dos dez jornais britânicos pesquisados por Firmstone (2008) também fazem uma conferência entre editorialistas para seleção do tópico que será comentado. Terminada a reunião, cada editorialista vai escrever seu texto, que deve estar pronto às quatro e meia da tarde. O editor – e, antes, também o diretor – então revisa e escolhe os textos para publicar.

Há produção de editoriais excedentes, normalmente com a incumbência de um texto por dia para cada editorialista fixo. Pereira explica: “[...] *jornal é a indústria do desperdício, meu caro. [...] Você tem que produzir o suficiente para poder escolher o que é melhor.*” Por volta de cinco da tarde, os editoriais escolhidos vão para a diagramação.

Na *Folha*, atuam nove editorialistas, a maior parte acumula outras funções no jornal. Lá, costuma haver sempre pelo menos um editorial de reserva, para o caso de algum não ficar bom. Não é, portanto, uma produção na escala do *Estado*. A rotina na *Folha* também começa com a leitura de jornais pelo editor de opinião, Marcelo Leite, que prepara um esboço da pauta e por vezes já encomenda algum texto – em junho de 2013, Leite deixou o cargo, que passou a ser ocupado por Uirá Machado, que era editor-assistente. Por volta de uma da tarde, a pauta é discutida com o subeditor e com algum editorialista que porventura lá esteja. O passo seguinte é a conversa, por telefone, do editor com o diretor de redação, Otavio Frias Filho, sobre a pauta geral. Os editorialistas têm no máximo até às seis e meia da tarde para entregar seus textos. Depois, entra a edição de Leite que, às sete e meia da noite, submete os editoriais em formato final à avaliação de Frias Filho. O diretor liga na sequência para sugerir mudanças pontuais antes de publicar.

A formação da opinião da *Folha* recebe contribuições de um fórum informal em almoços que ocorrem às sextas-feiras, com variação de periodicidade. Participam desses almoços os secretários de redação, o editor executivo, o diretor de redação, os editorialistas e alguns editores principais do jornal. As discussões costumam ser mais objetivas do que deliberativas. Segundo Leite, “*esse é considerado por nós o foro principal de discussão, principalmente sobre os grandes temas. Temas sobre os quais o jornal ou não se pronunciou ainda e não tem uma posição formada, ou quer mudar de posição, quer nuançar uma posição*”. Também podem ser discutidas questões de informação, importantes para embasar a opinião, seja com editores de cadernos especializados, seja com convidados eventuais do almoço.

Por mais que haja trocas de ideia e discussões, a decisão do dia-a-dia sobre os editoriais na *Folha* compete ao editor de opinião e ao diretor de redação. Também no *Estado*, passada a discussão nas reuniões, quem decide são o editor e o diretor. Em alguns casos, o corpo do editorial pode ser praticamente ditado pelo editor. Agora, nos dois jornais, há uma relativa coesão entre os editorialistas. Houve casos como o de Miguel Urbano, um comunista que era o principal editorialista do *Estado* na época do golpe militar de 1964, que o jornal apoiou – a adesão da *Folha* à ditadura militar foi mais longa. Mas, no geral, pela escolha de pessoas que tenham certa proximidade de pensamento e pela introjeção de um *habitus*³ e uma *doxa* comuns, o posicionamento dos editorialistas tende a não apresentar divergências frontais à opinião do jornal.

Eu sei o que o meu vizinho do lado pensa, ele sabe o que eu penso. Todos nós conhecemos a linha da casa de trás para diante. Nós temos memória, nós estamos aqui há muito tempo. Então a gente não precisa ficar naquela história “sobre esse tal assunto, qual é a linha da casa?”. A gente não precisa fazer isso, isso já está impresso, já está impresso no DNA. (Antonio Carlos Pereira, Estado)

[...] o editorialista pode se ver na posição inclusive de escrever um editorial com o qual, em caráter pessoal, não concorde cem por cento. Isso acontece, é inerente à função. Agora, como eu te disse, isso não é uma coisa que é o dia-a-dia. Se isso se repete no dia-a-dia é porque há uma falta de sintonia, então não é interessante para nenhum dos lados que aquela pessoa continue naquela função, porque vai ser uma violência para ela. Mas, olha, é muito raro acontecer. E a pessoa participa das discussões também, quer dizer, ela tem oportunidade de influenciar essa discussão. Eu tenho, os editorialistas têm. Então a opinião do editorialista não precisa se confundir cem por cento, o tempo todo, com a da direção do jornal e com o que acaba sendo publicado no jornal, mas eu diria que ela tende para isso.” (Marcelo Leite, Folha)

Também na pesquisa de Firmstone (2008), lá especificamente em temas sobre a Grã-Bretanha e a Europa, a maioria dos editorialistas ouvidos explicou que havia pouca necessidade de longas discussões, pois a linha do jornal já era compreendida. A operação das políticas editoriais, desse modo, é similar a das políticas para construção de notícias, com linhas não explicitamente comunicadas, mas aprendidas pelos jornalistas a partir da experiência (Firmstone, 2008).

Os dois editores dizem escrever para o público em geral, para que qualquer pessoa leia, mas há sempre o interesse de chegar, como diz Marcelo Leite, a “*formadores de opinião, tomadores de decisão, empresários, professores universitários, pessoas que têm uma preocupação menos imediatista com o jornal e com o país*”. Nesse grupo, estão também os governantes. “*Eu escrevo editorial sabendo que a minha mulher vai ler o editorial. Mas a minha esperança não é que ela leia o editorial. A minha esperança é que a dona Dilma [Rousseff, presidente do Brasil] leia o editorial*”, conta Antonio Carlos Pereira. Segundo Leite, os governantes leem ou são avisados pela assessoria quando sai um editorial sobre algo que diga respeito a eles.

O papel que cumpre o editorial, para Pereira, é menos formar opinião e mais formar convicção: “*Essa história de dizer que o sujeito lê o editorial para formar uma opinião, não, ele lê para formar convicção. Ele vai atrás do argumento. Ou contra ou a favor, mas ele vai atrás do argumento. Opinião ele já tem.*” Essa ideia é importante para relativizar o poder de persuasão da ação argumentativa. O auditório formado pelos leitores de jornais nem sempre está disposto a mudar de opinião, por vezes prefere, a partir do que lê, reafirmar o que já pensava: “[...] *o editorial é um instrumento de conforto. O que significa um instrumento de conforto? Eu tenho as minhas convicções pessoais, então eu vou ler o editorial para reafirmar as minhas convicções. Tanto contra quanto a favor*”, explica Pereira.

Compilamos algumas marcas que ajudam a compor um perfil dos editoriais da *Folha* e do *Estado* (ver Quadro 1). São características isoladas a partir das entrevistas com os editores, não por observação dos textos. A definição das categorias ocorreu a partir de uma análise comparada das duas entrevistas, em busca de identificar, pelas falas dos editores de opinião, como os editoriais se configuravam em cada jornal. Quanto aos temas, o jornal da família Mesquita (Estado) segue uma pauta mais tradicional, com foco no que lá consideram de interesse público; o jornal da família Frias (Folha) mantém os assuntos clássicos, como política e economia, mas trata também de ciência, comportamento, saúde etc., diversificando a pauta.

O interesse público, na entrevista do editor de opinião do *Estado*, aparece em dois sentidos: em oposição ao interesse privado (“*Em editorial a gente não trata de assuntos privados, particulares*”) e em oposição à curiosidade pública (“*É de interesse público? Não, é de curiosidade pública. Não tenho nada com isso, não vou perder meu tempo cuidando disso*”). No primeiro caso, o exemplo dado é o do governador Ademar de

Barros, que foi inimigo do jornal, mas era criticado por questões públicas, nunca particulares. No segundo, o editor cita o casamento homossexual como um tema

“da moda”, que não é de interesse público, e o compara ao divórcio, este sim considerado de interesse público, o que mostra uma contradição na defesa de direitos.

Quadro 1 – Características do editorial nos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo*

	O Estado de S.Paulo	Folha de S.Paulo
Temas	Que sejam considerados de interesse público. Foco em temas tradicionais, como política e economia. Evita temas entendidos como “da moda”.	Que sejam considerados relevantes. Evita limitar-se a economia e política, trata também de temas como ciência e comportamento.
Linha	Liberdade como norte, o que abrange as liberdades individual, política e de empreender.	Conservadora em termos econômicos, progressista em termos sociais.
Postura	De caráter assertivo, a opinião é comparada a uma sentença. Não se trata da fase do contraditório, mas do julgamento. Além disso, carrega de nascimento uma imagem de ser “do contra”.	Combater a imagem de jornal “em cima do muro”, sendo mais incisiva. Tentativa de produzir editoriais mais analíticos, por vezes quase como uma reportagem.
Editorialistas	Ocupação com foco nos editoriais. Produção normalmente de um texto por dia. Há ainda encomendas a <i>freelancers</i> .	Acúmulo de outras ocupações no jornal. Produção de textos sob demanda.
Relação com a direção	Muito próxima. Contatos diretos para aprovação de pauta e textos.	Muito próxima. Contatos diretos para aprovação de pauta e textos.
Relação com a redação	Separação Igreja-Estado. Sem interferência da redação na editoria de opinião.	Há quase independência, mas não separação Igreja-Estado. Editor de opinião participa da reunião de primeira página.
Consultas externas	Evita usar consultores. Há certa autossuficiência da opinião do jornal.	Faz contatos com fontes autorizadas em busca de informações e pontos de vista desconhecidos.

Fonte: Entrevistas com os editores de opinião dos jornais

Quanto à linha seguida, o *Estado* anuncia ter como norte a liberdade, que não se restringe à liberdade de empreender, mas contempla as liberdades individual e política – o editor, no entanto, continua a se referir ao golpe militar de 1964 como “revolução”. Trata-se, nesse sentido, de um jornal liberal no sentido clássico. A *Folha* se diz social-democrata, sendo “prudente” ou conservadora nas questões econômicas e progressista em questões sociais. No sentido da política norte-americana, o *Estado* adota postura mais conservadora e a *Folha*, mais liberal. Seria preciso uma análise para ver como se configuram esses traços gerais de posicionamento, que na prática podem ser reforçados por um viés específico.

A *Folha* tem historicamente a fama de não se posicionar claramente, ficar “em cima do muro”, enquanto o *Estado* carrega uma imagem de jornal assertivo. O *Estado* segue com essa postura, sendo a opinião comparada por Pereira à sentença judicial: “*Eu estou dando uma opinião, eu não estou fazendo o contraditório. A fase do contraditório já passou.*

Na fase do contraditório, eu ouço um e ouço outro. Na fase da opinião, eu não tenho que ouvir. A fase da opinião é a fase da sentença.” Na *Folha*, há um esforço para tornar o jornal mais incisivo, alterar a imagem de indefinição, e, ao mesmo tempo, apresentar informações de modo a produzir editoriais mais analíticos, que por vezes se aproximem de uma reportagem.

Os editorialistas do *Estado* trabalham especificamente na produção de editoriais, os da *Folha* têm outras funções no jornal, a ponto de não ocorrer uma reunião diária entre eles. Quanto a consultas externas, na *Folha* há um estímulo a ouvir fontes autorizadas para descobrir outros pontos sobre o tema e evitar tomadas de posição ingênuas; no *Estado* é um procedimento evitado para que a opinião do jornal não fique nas mãos de um especialista.

Nos dois jornais, a editoria de opinião é claramente próxima da direção, sendo diretores os responsáveis pela aprovação dos textos. A relação com

a redação é diferente: o *Estado* preserva a separação Igreja-Estado típica do jornalismo dos Estados Unidos (“A redação não interfere na opinião, a opinião é soberana”); a *Folha* mantém uma quase independência entre redação e opinião, mas não completa. O editor de opinião participa, por exemplo, da reunião de primeira página anunciando o assunto dos editoriais e às vezes com sugestões; não chega a ser, portanto, uma separação Igreja-Estado (“Não tem essa preocupação quase paranoica que os jornais americanos têm com essa separação, é um pouco diferente”).

**DA CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO ÀS MARCAS
DA IDENTIFICAÇÃO**

Seja pelo tamanho dos textos, pela quantidade de editoriais, pelo espaço ocupado ou por estar em página ímpar – considerada mais nobre –, a opinião do *Estado* assume uma solenidade imponente. A tradição do jornal, fundado em 1875 (com o nome de *A Província de S. Paulo*), é figurativizada nos editoriais, sempre acompanhados pelo cavaleiro do selo *Ex-Libris* a anunciar as novidades. A seção Notas & Informação é não apenas a voz do jornal, é também a imagem da tradição com que se quer avalizar a opinião que ali aparece publicada. A opinião do *Estado* assume uma condição quase autossuficiente, de fechamento em si, sentencial. Sobre pouca mobilidade.

Figura 2 – Selo Ex-Libris



Fonte: O Estado de S. Paulo

A *Folha* quer ser incisiva, mas em vez de pontificar sobre um tema prefere buscar informações, ser mais analítica do que opinativa. Quem sabe fazer do editorial uma reportagem. Embora o jornal circule desde 1921 (na época, *Folha da Noite*), a tradição conta menos e abre alas para almoços infor-

mais de discussão e consultas a fontes autorizadas ou especialistas. A porosidade da opinião acaba por deixá-la menos estanque. A voz do jornal fala em poucos caracteres, ocupa o canto da página par e assume com maior facilidade uma imagem moderna.

Quanto à interação entre as opiniões da direção, de outros agentes envolvidos e a linha editorial, a variação de forças aparece bem demarcada na com-

paração entre *Folha* e *Estado*. No *Estado*, o peso da linha editorial é claramente notado, enquanto a *Folha* é mais receptiva à influência de outros agentes. Em ambos, a direção atua diretamente na aprovação dos editoriais e é, portanto, decisiva na disputa de forças. Firmstone (2008) comenta sobre a necessidade de haver mais pesquisas sobre valores editoriais dos jornais. Para que a complexidade da construção da opinião seja notada, é preciso investir também em estudos sobre as rotinas de produção e as características gerais do editorial em cada período, como busca-se fazer aqui.

Se o editorial é, com frequência, pensado no interior de uma dicotomia bem demarcada entre informação-opinião (Beltrão, 1980; Melo, 1985), cabe por vezes, além de borrar os limites dessa dicotomia, estabelecer uma relação possível entre opinião e formação da identidade. Os dois jornais estudados constroem suas identidades na alteridade. É na relação entre *Folha* e *Estado* que as especificidades de cada um ganham sentido. Mas, ao mesmo tempo em que se distanciam, aproximam-se como parte de um mesmo: o jornalismo hegemônico. *Folha* e *Estado* enunciam de posições institucionais e discursivas diferentes na especificidade e ocupam a mesma posição institucional ao reiterar a legitimidade do jornalismo como instituição, ou ao menos do modelo de jornalismo que representam. Os editoriais, pelo que dizem e pelo modo de dizer, agem sobre a instituição. O jornalismo, como instituição que agrega práticas discursivas, impõe regras que dão aos editoriais e aos jornais o status de fala autorizada.

Identidade é um conceito relacional, uma construção (Karreman, Alvesson, 2001). Deve ser percebida, como fazem Karreman e Alvesson, enquanto um conjunto dinâmico, formado por multicamadas de elementos significativos que orientam certo posicionamento diante do mundo. Construída pela linguagem e pela ação, a identidade acaba ressignificada, no caso da empiria estudada, a cada nova produção de editoriais, mas também quando os editores verbalizam uma explicação de suas práticas ou quando essas falas são aqui analisadas e organizadas em categorias. Ocorre que algumas marcas estáveis são fabricadas, discursiva e institucionalmente. No caso de um jornal, não apenas para marcar diferença, também para indicar a construção de certo público.

Dan Karreman e Mats Alvesson (2001), interessados na identidade socialmente compartilhada por um grupo – no caso, colegas de trabalho em um jornal –, mostram como a realidade organizacional e as identidades são construídas simultaneamente e como significados compartilhados e uma identificação acabam por facilitar a realização do trabalho editorial no jornal. A partir de operações editoriais

captadas pelo acompanhamento de reuniões, eles percebem como se dá a construção conjunta de uma identidade compartilhada por uma comunidade de trabalho. Os pesquisadores sugerem, então, ler cada organização enquanto construção e manutenção de identidades para facilitar a ação coletiva. Seja em relação a um grupo, seja no caso de um jornal, deve-se considerar que as ações e interações que atualizam – ou até transformam – a identidade estão inscritas em relações hierárquicas de poder e relações históricas ligadas à tradição.

A compreensão dos modos de produção do editorial, do processo de construção da opinião dos jornais, permite, portanto, entrever a configuração das identidades, as marcas de identificação. “Muitas vezes, a questão da identidade do meio aparece dentro de uma preocupação maior em relação ao esquadramento dos conteúdos [...], não sendo privilegiadas as processualidades que atravessam e ligam os eixos editoriais aos temas abordados.” (Tavares, 2013: 82) A partir dos processos, como se viu aqui – e não apenas dos conteúdos ou das formas –, é possível esboçar traços identitários dos jornais. Um próximo passo de análise poderia ser o entrecruzamento de práticas, conteúdos e formas, de processualidades e produtos.

Pensando sobre revistas, Frederico Tavares (2013) considera que a identidade do periódico diz respeito a uma certa maneira de ser jornalismo, dada no conjunto entre um fazer e sua materialização, e ainda nas afetações entre ambos. Também no caso do jornal, a caracterização do fazer permite chegar à maneira de ser jornalismo. As afetações captadas, no caso deste artigo, não foram entre o fazer opinativo e o editorial finalizado de um jornal, mas entre fazeres de dois jornais diferentes. A partir da comparação desses fazeres, *Estado* e *Folha*, que ocupam uma posição institucional de partida equivalente, diferenciam-se e dão a ver suas identidades. Se, por um lado, seguem um mesmo modelo de jornalismo – o hegemônico, que busca conformar as condições estruturais do campo –, por outro, instauram maneiras de ser jornalismo específicas: o *Estado* tradicional e sentencial, a *Folha* moderna e indefinida.

No trabalho de Gajevic (2016), em que é testado um modelo para análise do argumento jornalístico em editoriais sobre conflitos iugoslavos, o confronto de argumentos aparece na opinião construída por jornais de nacionalidades diferentes (um norte-americano, outro sérvio), jornais que representam duas práticas de jornalismo distintas. Firmstone (2008), no estudo em que discute o processo de produção da opinião e os valores editoriais em dez jornais britânicos, embora busque pontos em comum nas rotinas,

aponta também diferenças como, por exemplo, entre jornais tablóides e standard (para os britânicos, *broadsheet*). A pesquisa sobre *Folha* e *Estado* permite pontuar que as diferenças surgem mesmo em jornais conterrâneos e com posições institucionais próximas. Questões sutis que talvez desaparecessem em uma análise mais global entre tipos de jornal claramente diversos, ficam visíveis neste estudo sobre dois grandes jornais brasileiros. Se Gajevic e Firmstone tratam o editorial pensando o objeto, seja a situação iugoslava ou a União Europeia, o que se propõe aqui é a pertinência de observar, pelo editorial, o sujeito-jornal e sua identidade.

CONCLUSÕES

O mapeamento das rotinas e características que envolvem a produção do editorial nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* permitiu uma aproximação com identificações específicas de cada um. A questão que mobilizou este trabalho dizia respeito a como a identidade desses periódicos poderia ser compreendida, comparativamente, a partir dos modos de produção da opinião. Temas, linha, postura, trabalho dos editorialistas, relação com a direção, relação com a redação e consultas externas foram os tópicos avaliados a partir de entrevistas com os editores de opinião. Tradição, autossuficiência e sentença, de um lado, modernidade, porosidade e indefinição, de outro, aparecem, nos processos de produção, como traços indicadores da diferença e da identidade, respectivamente, de *Estado* e *Folha*.

Pelas práticas institucionais e discursivas de um grande jornal, é possível interpretar as formas que um gênero como o editorial assume e dizer como a identidade da publicação vai sendo moldada. As leituras sobre as rotinas produtivas, via observação ou via entrevistas, falam sobre identidade tanto ou mais do que pode ser percebido naquilo que está dito nas páginas impressas. Se, como afirma Karin Wahl-Jorgensen (2008), a seção editorial é central para a identidade do jornal, os modos de construção da opinião sugerem tantas marcas de identificação quanto os sentidos da opinião construída. Essas marcas deixam entrever o que caracteriza o jornal, como se configura seu público e que relações são estabelecidas com seus concorrentes, sendo tais movimentos concomitantes e constituintes de uma voz e seus ecos.

NOTAS

^{1.} Segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), em 2015, a circulação média diária da *Folha* foi de 175.441 no impresso, o que representou queda de 17,22% em relação a 2014. O *Estado*, no mesmo período, teve circulação média de 149.241, o que representou queda de 8,62% na comparação com o ano anterior. Na contabilização da circulação da edição digital, também referente a 2015, a *Folha* tem média de circulação de 134.895, com menos 15,22% de variação, e o *Estado* soma 71.146, com menos 4%. Os dois figuram entre os jornais de maior penetração do Brasil. Na soma das circulações de impresso e digital, a *Folha* aparece em primeiro do ranking (310.336) e o *Estado*, em quarto (220.387).

^{2.} As categorizações básicas de gêneros jornalísticos – considerados usualmente em sentido mais genérico que o de gêneros do discurso – costumam partir da divisão entre jornalismo informativo e jornalismo opinativo. José Marques de Melo (1985) segue essa separação. Luiz Beltrão (1980) considera, além do informativo e do opinativo, o jornalismo interpretativo, em

que caberia a reportagem em profundidade. Fala-se ainda em jornalismo diversional, utilitário etc. O critério mais recorrente usado na categorização dos gêneros jornalísticos é o de função ou finalidade (Seixas, 2009). A diversidade de classificações, no entanto, dificulta um esquema consensual.

^{3.} Para Pierre Bourdieu (2003, 2009), *habitus* é um sistema de disposições adquiridas que funciona como sistema de esquemas geradores de ação. Caracteriza-se como presença operante do passado do qual é produto e aquilo que confere às práticas independência relativa. Enquanto estrutura incorporada de ação, traz economia, dispensando cálculo. O *habitus* profissional de um jornalista é produto da história institucional do jornalismo, da história da organização específica em que trabalha e de sua própria história pessoal. Ao mesmo tempo, produz as práticas diárias desse jornalista, que reiteram e atualizam a lógica organizacional e dão vida ao jornalismo como instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, L., 1978, *Técnica de jornal e periódico*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2ª ed.
- Beltrão, L., 2015, *Formação da opinião pública*, Juiz de Fora, UFJF.
- Beltrão, L., 1980, *Jornalismo opinativo*, Porto Alegre, Sulina.
- Bourdieu, P., 2009, *O senso prático*, Petrópolis, Vozes.
- Bourdieu, P., 2003, “Algumas propriedades dos campos”, em Bourdieu, P., *Questões de sociologia*, Lisboa, Fim de Século, pp. 119-126.
- Breton, P., 2003, *A argumentação na comunicação*, Bauru, Edusc, 2ª ed.
- Broustau, N. et al., 2012, “A entrevista de pesquisa com jornalistas: introdução”, *Sur le journalisme/About journalism/Sobre jornalismo*, vol. 1, no 1, pp. 14-20, <http://surlejournalisme.com/rev/index.php/slj/article/view/17/12>, acesso em 30 out. 2012.
- Chaparro, M. C., [s/d], “Jornalismo não se divide em opinião e informação”, http://www.oxisdaquestao.com.br/admin/arquivos/artigos/2012_7_31_14_34_6_09719.pdf, acesso em 25 jun. 2013.
- Fiorin, J. L., 2015, *Argumentação*, São Paulo, Contexto.
- Firmstone, J., 2008, “The editorial production process and editorial values as influences on the opinions of the British press towards Europe”, *Journalism Practice*, vol. 2, no 2, pp. 212-229, <http://dx.doi.org/10.1080/17512780801999378>, acesso em 10 ago. 2016.
- Gajevic, S., 2016, “Journalism and formation of argument”, *Journalism. Theory, Practice & Criticism*, pp. 1-17, <http://jou.sagepub.com/content/early/2016/01/13/1464884915621625>, acesso em 10 ago. 2016.
- Groth, O., 2011, *O poder cultural desconhecido: fundamentos da Ciência dos Jornais*, Petrópolis, Vozes.
- Hamlet, J., 2009, “Editorials”, em Sterking, C. H. (Ed.), *Encyclopedia of journalism*, Thousand Oaks, Sage.
- Karreman, D., Alvesson, M., 2001, “Making Newsmakers: Conversational Identity at Work”, *Organization Studies*, vol. 22, no 1, p. 59, <http://go.galegroup.com/ps/i.do?id=GALE%7CA75579343&v=2.1&u=capes&it=r&p=AONE&sw=w&asid=7729348753ea486a6a561eabca8f336d>, acesso em 30 nov. 2015.
- Melo, J. M., 1985, *A opinião no jornalismo brasileiro*, Petrópolis, Vozes.
- Park, R. E., 2008, “Notícia e o poder da imprensa”, em Berger, C., Marocco, B. (Eds.), *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa*, vol. 2, Porto Alegre, Sulina, pp. 71-82.
- Seixas, L., 2009, *Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação*, Covilhã, Lab-Com, http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110818-seixas_classificacao_2009.pdf, acesso em 26 jun 2013.
- Tavares, F. de M. B., 2013, “Revista e identidade editorial: mutações e construções de si e de um mesmo”, em Tavares, F. de M. B., Schwaab, R. (Eds.), *A revista e seu jornalismo*, Porto Alegre, Penso, pp. 76-92.
- Tétu, J. F., 2002, “*Le Monde* e *Libération* em perspectiva. Referências e significação: *Le Monde*”, em Mouillaud, M., Porto, S. D. (Eds.), *O jornal: da forma ao sentido*, Brasília, Editora UNB, pp. 191-201, 2ª ed.
- Van Dijk, T., 1998, *Opinions and ideologies in the press*, <http://www.discourses.org/OldArticles/Opinions%20and%20Ideologies%20in%20the%20Press.pdf>, acesso em 20 set. 2015.
- Wahl-Jorgensen, K., 2008, “Op-ed pages”, em Franklin, B. (Ed.), *Pulling newspapers apart: analysing print journalism*, London, Routledge, pp. 67-74.

Pt. O editorial, além de expressar a opinião do jornal sobre temas diversos, diz sobre a identidade do jornal. Busca-se, neste artigo, caracterizar como se configura o editorial nos jornais impressos brasileiros *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* a partir dos processos produtivos e dos modos de construção da opinião. Dessa caracterização, feita com base em entrevistas com os editores de opinião dos dois periódicos, passa-se à compreensão das marcas de identificação de cada jornal, a partir da análise do processo de produção. No artigo, o referencial teórico busca problematizar a separação consagrada no jornalismo hegemônico entre opinião e informação, considerar as interações opinativas que convergem para a produção do editorial (entre proprietários e acionistas, outros agentes internos e externos e linha editorial) e pelas propriedades gerais do editorial jornalístico (como atributos, papéis do editorialista, tipos de público, estrutura da argumentação, além de rotinas e valores editoriais envolvidos no processo de produção). A configuração dos editoriais no *Estado* e na *Folha*, identificada a partir das falas dos editores, é então esboçada em detalhamentos dos processos produtivos da opinião e em um quadro comparativo entre os periódicos com os seguintes tópicos: temas, linha, postura, trabalho dos editorialistas, relação com a direção, relação com a redação e consultas externas. As processualidades do editorial em cada jornal e a relação interdiscursiva entre ambos permitem estabelecer uma conexão entre a opinião e a identidade. Assim, ainda que representem um mesmo modelo de jornalismo, *Estado* e *Folha*, em suas especificidades, instauram diferentes maneiras de ser jornalismo. Tradição, autossuficiência e sentença, caracterizando o *Estado*, e modernidade, porosidade e indefinição, encarnados na *Folha*, aparecem, pelos processos de produção, como traços indicadores da diferença e da identidade dos periódicos.

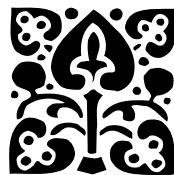
Palavras-chave: editorial, opinião, identidade, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*.

En. Besides expressing a newspaper's opinion on various subjects, editorials reveal newspapers identities. This study seeks to characterize the configuration of the editorial in the Brazilian newspapers *O Estado de São Paulo* and *Folha de São Paulo* on the basis of production processes and modes of construction of opinion. This characterization (based on interviews with the Opinion editors of both papers) offers a glimpse at the editorial identity of each paper by analyzing the process of production. The study hopes to bring into question the enshrined separation between opinion and information journalism by considering the interaction of divergent opinions within the newspaper itself—owners and shareholders, other internal and external agents, and the editorial line—that converge to produce the editorial together with the general characteristics of the journalistic editorial per se (such as attributes, roles of the editorialists, types of readerships, argument structures, as well as routines and editorial values at work in the production process). The configuration of the editorials in *Estado* and *Folha*—as identified through the study of editor statements—is then outlined in detail on the basis of an analysis of the process of opinion production. In addition, a comparison table between the two newspapers offers a chance to highlight where they diverge in the following categories: themes, editorial stance, work of editorialists, relationships with management, relationships with the editorial office, external consultations. The production process of each newspaper's editorial and the interdiscursive relation between them allow a better understanding of the connection between editorial production and identity. Thus, though they may adhere to the same model of journalism—general and national news—*Estado* and *Folha* offer distinctive interpretations of journalism. *Estado* presents itself as traditionalist, self-sufficient and as having strongly-held views, while *Folha* is modernist, transparent and non-delimited.

Keywords: editorial, opinion, identity, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*.

Fr. L'éditorial, en plus d'être l'expression de l'opinion du journal sur des thèmes divers, révèle l'identité éditoriale du journal. Cet article cherche à caractériser la configuration de l'éditorial dans les quotidiens brésiliens *O Estado de S. Paulo* et *Folha de S. Paulo* à partir des processus de production et des modes de construction de l'opinion. Cette caractérisation, basée sur des entretiens avec les responsables de la rubrique Opinion des deux quotidiens, permet de faire émerger des traces de l'identité éditoriale de chaque journal par l'analyse du processus de production de l'éditorial. L'ambition est de remettre en question la séparation mythologique entre les journalismes d'opinion et d'information, en prenant en compte les interactions entre opinions différentes au sein même du journal (entre propriétaires et actionnaires, acteurs internes et externes et ligne éditoriale) ainsi que les propriétés générales de l'éditorial journalistique (les attributs, les rôles de l'éditorialiste, les types de publics, la structure du raisonnement, ainsi que les routines et les valeurs éditoriales en jeu dans le processus de production). La configuration des éditoriaux dans l'*Estado de São Paulo* et la *Folha de São Paulo*, identifiée à partir des discours des éditorialistes, est donc présentée dans le détail à partir de l'analyse des processus de production de l'opinion. Par ailleurs, un tableau comparatif des journaux permet de souligner les particularités entre les catégories suivantes : les thèmes, le positionnement éditorial, le travail et les postures des éditorialistes, la relation avec la direction, la relation avec la rédaction et les consultations externes. Les processus de l'éditorial de chaque journal et la relation interdiscursive entre les deux permettent d'affiner la compréhension des liens entre la production de l'opinion et l'identité éditoriale. Ainsi, bien qu'appartenant au même modèle de journalisme – l'information générale et nationale – l'*Estado* et la *Folha*, avec leurs spécificités, incarnent des conceptions distinctes du journalisme. L'identité de l'*Estado* est alors caractérisée par une posture traditionnelle, basée sur une indépendance et l'expression de jugements. Celle de la *Folha*, quant à elle, révèle des marques éditoriales caractérisées par la modernité, la porosité et l'indéfinition.

Mots-clés : éditorial, opinion, identité, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*.



Radical Designs

The Emergence of the Progressive Editorial in the Nineteenth-Century Press

There are already mountains of facts, if anyone wants them. But people do not want them. They bring their opinions into the world...People respond to arguments.

Ralph Waldo Emerson,
“American Civilization,” 1862

DAVID DOWLING
Associate professor
University of Iowa
School of Journalism & Mass Communication
david-dowling@uiowa.edu



here is no coincidence that Horace Greeley was both the most powerful editorial writer of his era and the most dedicated promoter in the popular press of philosopher Ralph Waldo Emerson (Teichgraeber, 1995: 211).

Although the image we have today of Emerson—the brilliant yet detached founder of literary transcendentalism—does not typically place him at the center of journalism history, closer inspection reveals his surprisingly pervasive influence over the era’s most innovative editorial writers. Not only did Greeley hire Emerson’s protégé Margaret Fuller to be the first woman literary editor and foreign correspondent for the *New York Tribune*, then the nation’s most influential newspaper. He also drew from Emerson’s lectures and essays for an abundance of content for his literary journal, *The New-Yorker*. In addition to Fuller, journalists bearing Emerson and Greeley’s influence who spearheaded the emergence of the progressive editorial while extending its literary, philosophical and poetic dimensions included feminist

Pour citer cet article

Référence électronique

David Dowling, « Radical Designs. The Emergence of the Progressive Editorial in the Nineteenth-Century Press », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le 26 décembre 2016.

URL : <http://surlejournalisme.com/rev>

columnist Fanny Fern (Sara Payson Willis Parton) of the *New York Ledger*, Harriet Martineau of the *Westminster Review* and *London Daily News*, and Karl Marx, foreign correspondent to the *Tribune* and former editor of the *Rheinische Zeitung*. This transformation in editorial writing at the time was not limited to these individuals, but affected broader changes in American and international journalistic culture.

This article traces the transformation of the newspaper editorial in the nineteenth century from a partisan platform narrowly focused on contemporary politics into a broader more inclusive genre engaging progressive cultural reform with a literary bent. After 1814, the newspaper editorial spread its wings and soared with lofty poetic rhetoric and increasingly metaphorical language (Hallock, 2007: 28). Editors frequently broke into verse in their columns, inspired by the powerful presence of poetry and oratory in antebellum culture. A key figure at the heart of that oratorical and poetic culture was Emerson, who held a prominent position in print culture through books and newspaper reports of his speaking engagements. In 1857, the *Atlantic's* first issue showcased his sixteen-line poem "Brahma" in addition to verse by John Greenleaf Wittier, James Lowell, and Henry Wadsworth Longfellow, establishing his lifelong association with the nation's leading literary journal (Goodman, 2011: 11).

Greeley, Marx, Fern, Fuller, and Martineau form the subjects of this study because they reflect Emerson's radical liberal influence—including literary stylistics blending poetic and philosophical rhetoric—on the emergence of the progressive editorial. In particular, they represent a diverse transatlantic mix of revolutionary and feminist columnists from the weekly and daily press who extended Emerson's purview, especially his critiques of capitalism and institutional corruption. This approach diversifies previous understandings of the evolution of the editorial reflected in Nevins's (1928) *American Press Opinion*, which exclusively focuses on American political editorials written by men. The more recent anthology of historical editorials by Sloan, et al. (1997) also excludes women and transnational journalism.

THE EMERGENCE OF THE PROGRESSIVE EDITORIAL

The commercial press liberated the news industry from the partisan press, which Frank Luther Mott (1941) called "the Dark ages of American journalism." Bill Huntzicker (1999) described the rise of the commercial press from 1833–1865 as a tonic for cronyism: "Even while the penny editors continued to play politics, their interest in commercial success

gave them a sense of independence from partisan bosses, made New York City the center of the news media, and stimulated a number of modern journalistic practices," especially the reinvention of the editorial (164). Indeed, as Michael Schudson (1978) has demonstrated, "not until the revolution in the press of the 1830s did the editor's ability to express himself grow" so that the paper became "a more personal instrument" in part through the new editorial form (16). This provided new opportunities for Emerson protégés such as Fuller to capitalize on her literary prowess, transcendentalist sensibility, and female perspective to offer some of the most politically powerful and socially efficacious writing published in the *Tribune* (113). Martineau's correspondence reveals her deep and abiding respect for both Fuller and Emerson, whom she called "noble & serene, & humane to uttermost degree" (Arbuckle, 1994: 302). Greeley's connections to the literary world included his close friendship with Fern and her brother Nathaniel Parker Willis, editor of the *Home Journal*. Martineau maintained close contact with Emerson throughout her career, directly shaping her editorial perspectives on abolition and the Southern society from their correspondence. These editorialists reached beyond daily politics into issues of immigration, national expansion, the fine arts, and literature as an emblem of national identity. Marx would enjoy his most powerful command of an American audience of readers during his stint as *Tribune* foreign correspondent. He supported proletarian revolution just as Fuller had sympathized with the Risorgimento of the Italian uprisings. Greeley's agenda for labor reform and critique of materialism was rooted in socialist reform tracing back to Emerson by way of Brook Farm, the transcendentalist experiment in communal living established at West Roxbury, Massachusetts, the founder of which was on Greeley's editorial staff (Guarneri, 1991: 36–39; Tuchinsky, 2009: 126–164).

Nevins (1928) correctly identified newspapers like William Cullen Bryant's *New York Evening Post*, colored by the editor's poetic background and ties to the literary publishing industry, in connection with the efflorescence of the era's best editorials such as Greeley's "Just Once," and "The Prayer of Twenty Millions." Greeley stood out for "the vigor, vitality, and persuasiveness of his writings," as Nevins (1928: vi) pointed out. This study proceeds from his suggestion that for "the best example of the editorial page as a democratic force," anticipating Walter Lippmann, "one must still go back to the *New York Tribune of 1850–1860*" (Nevins, 1928: vi). I then trace the roots of Greeley's styles and subjects to Emerson, Fuller, and Martineau, all staunch labor reformers and abolitionists with an interest in the literary world. Their editorial sensibility extended

to Marx (especially his foreign correspondence to the *Tribune*) and the *New York Ledger's* independent-minded columnist, Fanny Fern.

The popularity of the human-interest editorial, as Sloan, et al. (1997) note, increased after 1850 when non-political subjects appeared more consistently. Many, including the columnists who comprise the focus of this article, did not abandon politics. Instead they humanized their subjects and wrote with compassion about laborers, soldiers, and the indigent with optimism (often expressed through utopian thinking and romantic idealism), faith in the common citizen, and criticism of materialism and elite favoritism in politics and business. The progressive democratic sensibility of these pieces represents an editorial aesthetic rooted in Emerson's democratization of culture. This was especially evident in transcendentalism's emphasis on the "*infinitude of the private man*" (Emerson, 1965: xv-xvi) his intellectual daring, and populist fervor that sparked a youth movement decried by detractors in British press as "*the Emerson mania*" (Anon, 1849: 139). His example inspired these writers to break free from the prior generic constraints of the editorial just as Emerson himself had when he abandoned the Unitarian ministry and the strictures of the formal sermon for the more liberating platform of lyceum lecture. The editorial's function as a secularized humanistic sermon traces back to Emerson's lectures, which were departures from the formal conventions of the Unitarian sermon.

The editorial evolved by carrying over, rather than abandoning, its emphasis on mediated deliberation and democratic discourse into a richer marketplace of ideas. That clearinghouse of public opinion grew to include an international omnibus of utopian thinking, social reform, egalitarianism, open government, institutional and capitalist critique, and experiments in communal living, as Underwood (2008: 96-7) explains. Developing out of the partisan press' culture of contention and dissent, the commercial press thus set the stage for the emergence of the progressive editorial in which "*free speech is less a concern than figuring out how to be heard above the din*" (Schmuhl and Pickard, 2005: 145). Editorials represent a movement between the 1840s and 1870s that was an outgrowth of earlier forms of opinionated writing.

Early forerunners of neutral reportage also inspired the development of the editorial. The editorial certainly was not a response to the inverted pyramid, which did not gain traction as a dominant news writing convention until the 1880s (Pottker, 2003). The editorial's efflorescence actually predates the heyday of the inverted pyramid as an in-

dustry standard by several decades. But the editorial's romantic bearing did position it in opposition to more mechanistic forms of expression when the penny press introduced a new emphasis on factual journalism that began with stories sent via telegraph by the mid-nineteenth century. This factual journalism became explicit by 1851 in the founding editorial policy of Henry Raymond's *New York Times*. Raymond avowed neutrality mainly as a means of differentiating himself from opinionated rival editors like James Gordon Bennett of the *New York Herald* and Greeley of the *Tribune*. He refused to cast the paper as radical or conservative by asserting, "*We do not believe that everything in society is either exactly right or exactly wrong.*" Raymond, as Bill Kovarik (2011) points out, "*had a more neutral view of news in mind*" that stood in contrast to his rival Greeley's radical crusading. Indeed, the *Times* of the 1850s was Greeley's rival in large part because "*it foresaw a kind of neutrality that would later be called objectivity*" (55).

The emergence of the editorial thus simultaneously coincided with a shift in the development of discourse presentation in the 1840s, which the *Times* capitalized upon in the 1850s. Reports of speech events, such as an Emerson lecture or a political meeting, in early newspapers typically provided "*faithful accounts of the statements and speeches made at these meetings,*" as Jucker and Berger (2014) note. But "*while speech events were presented as coherent wholes in earlier newspapers, the focus has shifted towards a more selective use of individual statements that summarize an event or characterize it from different angles*" (82). This development initiated a surge of opinion writing as a form of reflection upon the news, with more outspoken renditions of news stories broaching toward editorial writing. Reports of events from a more neutral perspective were distinct from pieces that foregrounded and amplified, rather than distanced and muted, the journalist's unique voice. Voice was not simply the statement of an opinion, but rather a distinctive journalistic identity through which language increasingly bore the impression of the writer's ideological stance.

Literary figures, like those of this study, were embedded in the journalistic world and sought out periodicals as ideal platforms for their social reform agendas. Operative here is Carolyn Miller's (1984) definition of genre according to what it accomplishes rather than its formal properties, suggesting a better measure is in its use by historical actors. Thus the emergence of the editorial as an agent of progressive reform further corroborates James Mussell's (2014) sense of "*genre as a social action [that] provides a way of understanding the intersection between the*

material object and the wider virtual forms that give it meaning” (9). If the history of the popular press, according to Raymond Williams’s (2001) famous formulation, “*is the history of the expanding Sunday press,*” (216) it becomes apparent that editorials held a prominent place within their expanded format. Sunday editions, like the weekly papers, enjoyed greater freedom to range beyond breaking local news stories to include commentary about not only the reports rooted in politics, economics, and business, but also issues of cultural, literary, and historic significance often drawing on those topics. Further, the politics of Sunday and weekly venues allowed for more radical perspectives, and quickly came to showcase arguments for cutting edge progressive reform.

The editorial’s generic restrictions expanded with a repertoire of rhetorical and literary devices not seen in either soft news or the “*telegraphese,*” as Hemingway called it, of inverted pyramid hard news stories (as quoted in Baker, 1972: 32). By 1850 in the United States 20 different companies ran more than 12,000 miles of telegraph lines to supply news organizations with stories (Kovarik, 2011: 199). In the prior era, journals printed news received by mail without the strictures of the telegraph that emphasized standardization of information over storytelling or expansion of opinion. The inverted pyramid was a product of the telegraph insofar as it positioned only the most vital facts in the shortest form possible at the beginning of reports as a means of allowing editors to trim them to any length from the end to suit spatial demands. The inverted pyramid form also ensured a printable story in the frequent instances in which the later portions of the message failed to transmit (Pottker, 2003). Significantly, the editorial as a form of writing was not subjected to submission via telegraph and therefore never suffered from the abbreviated and truncated style associated with breaking news. Editorials enhanced rather than reduced the value of the journalist because they typically originated from in-house staff by editors like Greeley and regular columnists like Fern, or arrived via mail (because they lacked the time-sensitive urgency of breaking news) from overseas by correspondents such as Fuller and Marx. The effect of the telegraph on hard news writing styles was evident, as Schudson (1978) pointed out, in how wired Associated Press stories were “*more free from editorial comment than most reporting for single newspapers*” (126). The benefit of unbiased reporting, however, came at the cost of robbing stories of the perspective and analysis readers expected, which they now found in greater abundance and in richer variety on the editorial page.

HORACE GREELEY’S EMERSONIAN SIGNATURE

Whereas “*the information model of ‘hard news’ journalism purports not to be concerned with emotional effect, moral judgment, or how the story ends,*” editorials significantly lend meaning and interpretation to those hard news items (Fulton, 2005: 146). This interpretive function defined Greeley’s editorial role, which Emerson outlines in *Representative Men*. Writing more than a decade after meeting Greeley, who had done more to spread transcendentalism than any journalist at the time, Emerson defined the ideal editor with his friend in mind. “*His office is a reception of the facts into the mind, and then a selection of the eminent and characteristic experiences,*” one more respectable than “*The ambitious and mercenary [who] bring their last new mumbojumbo, whether tariff, Texas, railroad, Romanism, mesmerism, or California and, by detaching the object from its relations, easily succeed in making it seen in a glare*” to make “*the multitude go mad about it.*” He esteemed editorial writers “*who see connection, where the multitude see fragments, and who are impelled to exhibit the facts in ideal order, and so to supply the axis on which the frame of things turns.*” While encouraging democratic exchange, the best editors should not back down from controversy. “*It makes a great difference to the force of the sentence, whether there be a man behind it, or no,*” Emerson claimed. He rated Greeley’s *Tribune* among those that pursued a higher purpose than papers substituting a moral compass for “*some irresponsible shadow; oftener, some monied corporation, or some dangler, who hopes in the mask and robes of his paragraph, to pass for somebody*” (Emerson, 1994: 162).

Such an authentic personal conviction drives Greeley’s best editorials, especially “*Just Once,*” “*The Prayer of the Twenty Millions,*” “*The Death of Benton,*” and “*The Proclamation of Freedom,*” demonstrating journalistic expression liberated from the neutrality he deplored as moral cowardice in his rival Raymond of the *Times* (Pottker, 2003; Pottker, 2005; Fulton, 2005). The discovery of such expression traces back to the founding principle of his 1841 *Tribune*. His “*leading idea,*” rooted in his refusal to retreat from the role of tastemaker and principled guide of public opinion, was to establish “*a journal removed alike from servile partisanship on the one hand and from gaged, mincing neutrality on the other*” (Greeley, 1868: 137). He was adamant that the excessive bias of the partisan press should not be overcompensated for through self-silencing.

Greeley, whose “*The Prayer of Twenty Millions*” spurred Lincoln on to deliver the Emancipation Proclamation, embodied Emerson’s ideal role

of the press as “*A truth speaker [who] is worth more than the best police and worth more than the laws of governors; for these do not always know their own side, but will back the crime for want of this very truth speaker to expose them*” (1852: 306). The President was precisely such an elected official whom Greeley (1862a) exposed for backing the crime of slavery. To Emerson (1852), “*That is the theory of the newspaper—to supersede official by intellectual influence*” (306). Greeley firmly upheld this principle in his editorial he wrote on behalf of the North, excoriating Lincoln for being “*strangely and disastrously remiss in the discharge of your official and imperative duty with regard to the emancipating provisions of the new Confiscation Act.*” He targeted Lincoln for perpetrating “*timid counsels in such a crisis*” likely to prove “*disastrous*” because of “*mistaken deference to Rebel slavery*” (Greeley, 1862).

Greeley’s editorials carried this sermon-like conviction and oratorical force, precisely what characterized Emerson’s own lectures, orations that built upon his training as a Unitarian minister. On tour with Greeley, Emerson quipped, “*I could scarcely keep the people quiet to hear my abstractions, they were so furious to shout Greeley! Greeley!*” Greeley’s editorial presence clearly made him a sensation at the lectern. “*I may as well travel with an Express man or with Barnum,*” Emerson (1994a: 56) remarked. Emerson’s support for Greeley was rooted in his admiration of the editorial verve of the *Tribune*, as evidenced by his frequent journal references to its articles along with the dozens of pieces he habitually clipped and saved (Canada, 2011: 39–40). One telling Emerson (1977) journal entry reads: “*1852: Our four powerful men in the virtuous class are Horace Greeley, Theodore Parker, Henry Ward Beecher, and Horace Mann*” (49). Greeley would collaborate with Emerson in editing Margaret Fuller’s memoirs upon her tragic death in 1850 in a shipwreck off Fire Island, New York upon her return from Italy after supplying the *Tribune* with dispatches from Rome on the revolution.

**MARGARET FULLER’S PRAGMATIC
TRANSCENDENTALISM**

Of Emerson’s protégés, the most prolific and well-respected journalist was Margaret Fuller. She used her *Tribune* platform to advocate for reform measures drawn directly from her training under Emerson, focusing on topics such as asylum reform, government corruption, public education, and women’s rights. Her advocacy of the populist uprising of the Risorgimento placed her in perhaps the most in-

fluential of all her journalistic roles. Just as Greeley had fearlessly assaulted Lincoln in his most impactful editorials, Fuller also sharply critiqued her own nation’s government for failing to represent its populist base. Fuller’s domestic pieces represent a social history of reform from a transcendentalist perspective, while her dispatches from Rome she amassed with an eye toward chronicling a history of the Revolution of 1848. Fuller developed her editorial pragmatism under the learned optimism of Emerson, who “*For a Platonist has surprisingly little faith in general ideas,*” as Richardson (2009) aptly observes. “*An idea must be particular*” for Emerson to consider it “*legitimate and real*” (Richardson, 2009: 79).

Fuller’s defiant editorial style traces back to her tutelage under Emerson in the late 1830s, a time when her mentor drew a firestorm of controversy from the orthodox Unitarian church. Charges led by Andrews Norton alleged Emerson was corrupting the nation’s youth by encouraging independent thought unmoored from inherited doctrine. Emerson’s protégés rushed to his defense, dismissing the attack as “*the superficial charges of stiff, barren conservatives*” (Cranch, 1841: 46). Having trained under this radical leader of “*The Newness,*” as transcendentalism was called, Fuller joined Greeley’s *Tribune* emboldened with the charge to call a thing by its name and confront injustice where it lives, drawing inspiration from Emerson’s (1970) insistence that “*the way you write is to throw your body at the mark when your arrows are spent*” (400).

Although one can find vestiges of the sermon in editorials of the 1830s and 1840s, the Emersonian lecture/essay particularly spurred its movement toward radical progressive expression. Emerson’s charismatic combination of defiance and intellect was unmatched in New England during the late 1830s either in the press or pulpit. Crucial to the evolution of the editorial was Emerson’s secularization of the sermon with a politically engaged free ranging style, which directly influenced writers like Fuller. After abandoning the Unitarian ministry, he confessed, “*I hate preaching.*” To him, “*Preaching is a pledge, and I wish to say what I feel and think to-day, with the proviso that to-morrow perhaps I shall contradict it all. Freedom boundless I wish*” (Emerson, 1969: 239). This credo explains not only Greeley’s own notorious vacillation on topics—he would run for President as a Democrat after advocating for the Republican party for more than thirty years—but also why Fuller herself was so chameleonic in her ideological adaptability to her environment, from Concord transcendentalism to New York City journalism to Roman populist revolutionary activism.

Fuller lent the *Tribune* a confrontational critical edge that targeted industrial capitalism and its allegiance with bourgeois respectability. Her assault on government and financial corruption coupled with her support for marginalized and oppressed groups, particularly women, wage laborers, slaves, prisoners, and uneducated indigents. Her feminist writings in “*The Great Lawsuit*” Greeley published in pamphlet form, which later appeared as her pioneering book, *Woman in the Nineteenth Century*. Her confrontational style is visible in her dispatches from Rome, pieces concerned less with breaking news than editorial commentary. Inspired by the Risorgimento, she assaulted the gauzy idealism of Italiophilia, for example, favored in the United States by writers like James Fenimore Cooper and Washington Irving who located Manifest Destiny in revolutionary Rome. “*In Europe, amid the teachings of adversity a nobler spirit is struggling—a spirit which cheers deeds of brotherhood. This is what makes my America. I do not deeply distrust my country. She is not dead, but in my time she sleepeth, and the spirit of our fathers flames no more but lies beneath the ashes,*” Fuller (1991) lamented, alluding to the immanent United States presidential election of proslavery Whig Zachary Taylor, the hero of the Mexican War she, along with Thoreau, deeply opposed (222).

In another editorial calling for justice, Fuller’s passion for the topic of racial inequality on the occasion of Fourth of July celebrations moved her to richly symbolic verse. “*America is rocked within/ Thy cradle, Liberty,/ By Africa’s poor palsied hand,/ Strange inconsistency,*” she wrote, highlighting the hypocrisy in extolling independence while slavery remained legal on U.S. soil. “*For though we fought the battle well/*” that defeated the British, “*We’re traitors at the last*” (Fuller, 1845a). In “*What Fits a Man to Be a Voter?*” she lamented the denigration of African Americans, voicing her staunch advocacy of abolition. The piece promotes Emerson’s abolitionist lectures and registers Fuller’s (1845) support for his refusal to speak at an event prohibiting the attendance of blacks. “*We rejoice to hear,*” she sang out, “*R.W. Emerson and Charles Sumner, who were engaged as lecturers, have declined addressing an audience whose test of merit, or right to the privileges of a citizen consists not in intelligence or good character, but the color of the skin*” (Fuller, 1845b).

Fuller’s advocacy of the poor was consonant with Greeley’s crusade against unemployment that led to his campaign on behalf of the free soil movement and successful petition before Congress on behalf of the Homestead Act. Economic inequality drove much of Fuller’s best editorials, such as “*Our City Charities,*” which painted moving, humanizing portraits of the New York City homeless who had taken refuge at

the Bellevue Alms House. Her feminism dovetailed with her advocacy for the financially disenfranchised in her editorial, “*Asylum for Discharged Female Convicts.*” In it, she revealed the ill effects of social stigmas preventing former prostitutes from attaining respectability and gainful employment. The injustices and inequality of free market capitalism came into sharp focus in such portraits throughout Fuller’s editorials.

KARL MARX’S POLITICAL BELLES-LETTRES

Sharp criticism of the free market appearing in the *Tribune* was not isolated to the editorials of Margaret Fuller. Karl Marx was a frequent contributor to the *Tribune* long before penning *Das Kapital* in 1867. Drawing from the socialist utopianism that regularly appeared in the *Tribune*, particularly in the daily and later triweekly front-page column by Albert Brisbane on Association, Marx established the foundation for dialectical materialism through his editorial contributions. They extended beyond partisan politics into a much larger philosophical orientation touching on social, cultural, and political issues. His collective portraits of the victims of Imperialism in “*The British Rule in India,*” the laborers and unemployed in pieces such as “*The Condition of Factory Laborers*” and “*Poor Houses,*” as well as bourgeois Britain in “*The English Middle Class*” reflect the broad humanistic currents of his dialectic that included poetry and impressions of culture. In June of 1858, he even penned an editorial called “*Aesthetics.*”

This was Marx before the *Manifesto*, a writer who regularly alluded to verse by Goethe and exhorted Friedrich Engels, who focused narrowly on military topics, to broaden his perspective and extend his oeuvre. “*You must your war-articles color a little more,*” Marx suggested, “*since you’re writing for a general newspaper, not for a scientific military journal.*” He encouraged Engels to infuse his writing with “*Something more descriptive and individual,*” a component essential in appealing to *Tribune* readers. “*I can’t stick it in myself, because there would be a discrepancy of style,*” he reasoned, showing an acute sensitivity to stylistic coherence within the editorial form (as quoted in Christman and Blitzer, 1966: xxi).

Marx considered formal coherence and rhetorical integrity vital components to a properly composed editorial. When Charles Dana had taken liberties with his submissions by publishing the first several paragraphs of his longer articles as anonymous editorials and placing the remainder elsewhere in the paper to appear as a separate submission with

Marx's byline or "*Our Correspondent*," he protested. The editorial, Marx urged in letters to Dana between June and September of 1854, should function as an autonomous piece of writing, rather than a fragment without proper thematic closure. Dana discontinued the practice, respecting Marx's insistence on the integrity of the editorial as a distinct genre with its own aesthetic demands. Of his 350 articles published in the *Tribune* from 1853–1861, 165 were editorials developing elements of the genre—brief stand-alone meditations with strong authorial presence and nuanced literary stylistics—distinguishing them from his other works (Christman and Blitzer, 1966: xx).

In one telling example of the importance of thematic unity and coherence in Marx's newspaper writing, he deployed a resounding conclusion with the verse of Goethe in a piece on British rule in India. "*Should this torture then torment us/ Since it brings us greater pleasure?/ Were not through the rule of Timur/ Souls devoured without measure?*" The quatrain deploys paradox as a literary device to emphasize the benefits and liberties that social revolutions brought in the wake of the violent Timurid takeover of Central Asia beginning in the 1320s. Drawing an analogy to that historical moment poetically captured in Goethe, Marx urges that although "*England, it is true, in causing a social revolution in Hindustan, was actuated by the vilest interests, and was stupid in her manner of enforcing them,*" it became "*the unconscious tool of history in bringing about that revolution.*" His point here follows a moving humanistic portrait of the suffering before India's social revolution. It details life under "*barbarian egotism*" built on a village system that functioned to subjugate the masses under an "*Oriental despotism*" that enabled rulers to "*restrain the human mind within the smallest compass, making it the unresisting tool of superstition, enslaving it beneath traditional rules, depriving it of all grandeur and historical energies*" (Marx, 1853).

In using Goethe as the lynchpin of this and many other pieces, Marx resonates with the German Romanticism favored by Emerson and transcendentalists in his circle including Fuller. Had she not become literary editor of the *Tribune*, Fuller might have fulfilled plans to write the biography of Goethe, a figure famous for his rejection of rigid rationalism and mechanistic views of reality. Goethe's embrace of intuitive modes of personalized expression and self-regulating organic systems combined well with critiques of capitalism and alienated labor at the forefront of the cultural fervor conjoining these intellectual movements (of Marxism, German Romanticism, and New England transcendentalism) at the time. In *Walden*, Thoreau (1971) asks why we labor

the way we do, wondering "*Where is the division of labor to end?*" (89). Emerson's alarm at the Industrial Revolution's claim on the integrity of the individual in "*The American Scholar*" anticipated Marx's concept of worker alienation. "*The fountain of power*" of each individual "*has been so minutely subdivided and peddled out,*" Emerson wrote, "*that it is spilled into drops and cannot be gathered,*" a process in which society members "*suffer amputation at the trunk and become so many walking monsters—a good finger, a trunk, a stomach, an elbow, but never a man.*" Reification according to increasing specialization and the narrow repetition of tasks Emerson (1971) saw in the conflation of the tools of the trade with the self, such that "*The priest becomes a form; the attorney a statue-book; the mechanic a machine; the sailor a rope of the ship*" (53).

Marx felt at home amid such romantic revolutionary leanings in the *Tribune*. After Charles Dana had terminated his position, he confessed, "*I miss the sending of the Tribune sadly.*" Dana's own resignation at the hands of Greeley had prompted the former's firing of Marx from the *Tribune*. Dana and Greeley had struggled for editorial control over the paper since the beginning of the Civil War. Since Dana had originally hired Marx, and was more militant than Greeley, his departure meant the end of Marx's prominent role as editorial writer for the *Tribune*. Marx bitterly complained, "*This was a mean trick of Greeley and McElrath*" (Marx and Engels, 1937: 242). Marx wanted to remain with the *Tribune* because it was not only the most influential clearinghouse in the United States for socialistic critiques of capitalism, but also a potent platform for revolutionary romanticism.

Marx touted revolutionary romanticism of the sort practiced by Carlyle, Emerson and the English Romantic poets (especially Lord Byron, Percy Shelley, Mary Shelley, and William Wordsworth) because it exposed the injustices and social inequalities perpetuated by capitalism. Reactions to the threats of divided labor and industrial mechanization imposed on the human spirit were the concerns of these figures, as opposed to others at the opposite end of the spectrum, such as Sir Walter Scott and Washington Irving, whose writing romanticized capitalist pursuits, and championed its historical development as steady linear progress. Whereas Irving glamorized the fur trade by accepting an offer to produce a commissioned biography of the industry's original tycoon and monopolist John Jacob Astor, others, like Stowe, Melville, and Fuller, advocated the repressed and forgotten casualties of the system. Their approach was consonant with Goethe's in rendering "*ideological reflections of the real contradictions in the life of society.*" Marx's contemporaries

recall him perennially immersed in his well-thumbed and copiously annotated copies of Goethe's poetry and *Faust*, captivated by "their rebellious spirit and indignation at the social system" (Baxandall and Morawski, 1973: xi).

Marx's appreciation of romantic revolutionaries was particularly evident in his editorial defense of Harriet Beecher Stowe. In it, he exposed the hypocrisy of the "broad humanitarian values" touted by the British despite their sympathy with the South. Although the Union at the time had not identified the abolition of slavery as its chief cause in the war, Marx (1861) wisely asked why England was not repulsed by the South's confession that their object in battle was to defend their liberty to enslave people. This was precisely Stowe's point in *Uncle Tom's Cabin* and in her widely publicized and controversial open letter to Lord Shaftesbury. Also responding to Stowe on abolition was *London Daily News* columnist Harriet Martineau, another prominent writer who took cues and inspiration for her editorials from Emerson.

THE PROGRESSIVE EDITORIALS OF HARRIET MARTINEAU AND FANNY FERN

Harriet Martineau's radical abolitionist persona drew directly from the model of the public intellectual Emerson established through his lectures. His address celebrating Lincoln's Emancipation Proclamation had appeared in the *Atlantic Monthly*, becoming a sounding board for critics and supporters. In her *London Daily News* column, one of the most widely read in the British press, Martineau defended Emerson's habit of institutional disaffiliation and defiance of pressure to conform to partisan doctrine that commonly degenerated into political dogma in the commercial press. The sanctity of radically subjective thought in his self-reliant purview that disdained ideological conformity, Martineau explained, left partisan leaders pondering his allegiances. "He was not joining in the organization, because he never joins any organization. He was doing more outside it than he could have done within it." Specifically, she admired how "he said what he thought" and "vindicated the liberty of speech of all who had anything to say," a point with unmistakable relevance to her own function as editorial writer. Her column shared Emerson's role as "seconder of every citizen who moved that men's souls were their own" challenging the presumption that "a barbaric and a civilized state could exist in union" (Martineau, 1862). Her professional self-definition was profoundly shaped by the example of Emerson, especially as articulated in his Phi Beta Kappa address delivered at Harvard

in 1837. When it appeared later as "*The American Scholar*," she quoted liberally from it in her 1838 *Retrospect of Western Travel* (Teichgraber, 1995: 178).

In her war of words against slavery, Martineau particularly embodied Emerson's (1971) edict "to defer never to the popular cry," such as Britain's Southern sympathies, nor to funnel all thought into controversy as if it were "some fetish of a government," but instead to focus on "preserving and communicating heroic sentiments, noble biographies, melodious verse, and the conclusions of history" (63). Martineau's own profiles of William Lloyd Garrison and Emerson combine with her pieces on Russian history and advocacy of education for rural laborers to reflect this ideal described in "*The American Scholar*." Martineau trumpeted the political import of Emerson's liberal philosophy that foresaw a surge of spirit and industry "in a more moral age" in the wake of the Proclamation in which freed slaves "will not only defend their independence, but will give them a rank among nations". Directing her pen at the British apologists for the South, she marveled at "How infinitely mean do the flatterers of a slaveholding aristocracy appear in the presence of a contemplative philosopher" such as Emerson "whose contemplation and philosophy make him a patriot!" (Martineau, 1862).

Martineau's progressive sensibility drew her to Emerson despite significant conservative British backlash against "his heretical lectures" that criticized orthodox Unitarianism. "I am sorry you think of Emerson as you do," she wrote to one disapproving friend, expressing her "unbounded respect for him." She touted his uncanny ability to raise his standard of quality with each new effort so "that his last oration is even more beautiful than the former," a feat (2007) she found particularly impressive since she faced similar pressure as a regular columnist with an international platform (3: 32). The admiration was mutual, as Emerson first hosted Martineau during her visit to New England in October of 1835, and she returned the favor accommodating him at her home in London in 1848. By then, she was regularly corresponding with both his protégé Fuller, then employed on the *Tribune* staff, and his wife, Lidian. Not only was she taken by "*The American Scholar*" as evidenced in her 1838 book, she was also deeply moved by *Essays*, which Emerson had sent her with an inscription. She regarded it as a work that "relieves me from, for the time—a self-questioning—a tenderness of conscience—& using up of old sins & of absurdities which one is ashamed to care for more than the sins" (3: 89). The inspiration would last throughout her career, as she published a glowing review of Emerson's "*English*

Traits” in the 13 September 1856 issue of the *Daily News*. Emerson’s broad thinking and liberal spirit expressed in plain language formed the model she emulated in her own. Her enthusiasm for his lecture on the topic of “*Plain Speaking*” delivered in Boston during the winter of 1839 directly influenced her editorial style, prompting her to consult exemplary prose in “*Goethe’s translucent style, so simple as to be almost an imperceptible medium of thought*” (3: 39).

“*Plain Speaking*” in Emerson often entailed expressing truths at his own peril, as seen in his willingness to shock a polite lyceum audience to its core by announcing “*if I am the devil’s child, let me speak as the devil’s child*” (as quoted in Fuller, 2007: 108). Martineau (2007) saw power in his reach beyond strict logic to “*conquer minds, as well as hearts, wherever he goes; &, without convincing anybody’s reason of any one thing, exalts their reason, & makes their minds worth more than they ever were before*” (3: 111). Perhaps the most visible influence on Martineau’s (2007) editorial writing was Emerson’s emphasis on individual moral reform as the key to social reform. This was a process dedicated to making readers “*stronger, wiser, better*” by expanding political discourse to encompass “*the speculative tendencies, poetry, & wit, which characterize their dearly-beloved lecturer*” (2: 181). His rare combination of philosophy, poetry, and wit designed to strengthen his readers were also vital elements of Fanny Fern’s editorial column.

The most widely read and highest paid columnist to revolutionize the editorial was Fern, who according to Nathaniel Hawthorne, “*writes as if the devil was in her*” (as quoted in Warren, 1992: 121). Her *New York Ledger* column treated child labor advocacy, feminism, institutional corruption, and commercial ethics. Her idiom ranged from homespun populism to sociological analysis of deviant behavior, vigorously engaging the core tenants of transcendentalism, including a rejection of society’s norms, reliance on self, commitment to equality, rejection of materialism, and a regard for nonconformity (Moses, 2008: 92). The transcendentalist concern for first-person writing is reflected in her close friendship with Walt Whitman, famous for free verse poems such as “*Song of Myself*” in *Leaves of Grass*. Whitman (1847) cultivated the first-person narrative voice into an art form in editorials for the *Brooklyn Eagle* with pieces such as “*The Philosophy of Ferries*,” a reflective rumination on how “*Our Brooklyn ferries teach some sage lessons in philosophy*” that was the prose forerunner to “*Crossing Brooklyn Ferry*,” his world-renowned poem celebrating the urban masses. Likewise, Fern would find urban

tableaus—from shopkeeper’s showrooms to theatre galleries—metaphorically evocative of social, political, and economic systems.

Fern’s advocacy of women in her writings was supported by her founding of Sorosis, an organization for female journalists in response to the Press Club’s male-only membership policy and refusal to admit women to a dinner for Charles Dickens in 1868 on one of his rare visits to the United States (Walker, 1993: 21). Her capacity to found such an organization derived from her status as the highest paid columnist of the nineteenth century (Fern, 1986: xvii). She was among the first celebrity journalists reaching an audience equally interested in entertainment and news. Her editorial, “*Every Family Should Have It*,” reflects her witty, often strident approach. In it, she skewers consumer culture via the advertising industry’s creation of a false need for “*the things no family can do without*.” Marketers, she quips, should stop to realize that, in “*their desires to furnish our houses*,” their slogans “*might be the means of sending us to a lunatic asylum*” (Fern, 1872: 155). Fern (1853) refused to mute her radicalism for her popular audience, instead exposing the ironies of the mutual dependency of consumption and production with scenes of women frenetically buying fashion apparel and accessories “*with the most reckless abandon...while their husbands and fathers, in another part of the city were hurrying from banks to counting-houses, sweating and fretting over ‘protected notes’*” (319). She applied her critique of capitalism and its impact on fashion to the male-dominated periodical press, asking “*why reporters, in making mention of lady speakers, always consider it to be necessary to report, fully and firstly, the dresses worn by them?*” (Fern, 1872: 114–115) As in Marx’s “*The Opinion of the Journals and the Opinion of the People*” in *Die Presse* in 1861, Fern launches a salient portrait of the press as a tool of mass communication that reified its disempowered subjects. Fern’s (1868) editorials often identified degrading stereotypes for examination, as in “*Some Things in New York*.” In it, the question regarding a female lecturer, “*What can she tell us that we did not know before?*” meets her retort: “*an intelligent woman’s standpoint*” (65).

The Emersonian lecture and essay paved the way for the progressive editorial that reached beyond narrow sectarian politics. Its political edge accordingly cut deeper into the cultural and social fabric, unleashing fearless critiques like those of Martineau that built on Emerson’s resistance to Lockean rationalism, orthodox Unitarianism, and industrial capitalism. Although historians commonly credit “*A Great Old Sunset*” by S.S. Cox for sparking the renaissance in editorial writing’s “*liberation from domination by*

political subjects,” the form expanded more broadly in the columns of Greeley, Fuller, Martineau, Marx, and Fern. There was no “*sudden rise in the popularity of human interest subjects*” that vied for space with political ones (Sloan, et al., 1997: 71, 85). This unhelpful binary obscures the broadening scope of political editorial commentary and opinion that could take on larger cultural and philosophical dimensions with an increasingly rich literary and poetic frame of reference. These writers enhanced their rhetorical power by drawing on literary techniques popularized by Emerson’s lectures and essays

to reinvent the editorial page as a space for worldly homilies thoroughly engaged with the political exigencies of the day. Perhaps the most remarkable feature of the progressive editorial lies in its capacity to be the birthplace of dialectical materialism (Marx), feminism (Fuller and Fern), British abolitionism (Martineau), and Associationism (Greeley), for the development of the most influential thought of the century inspired by the charisma and dynamism of Emerson’s radical progressive example.

BIBLIOGRAPHY

- Anon, September 1849, "The Emerson mania," *English Review*, vol. 12, pp. 139–152.
- Arbuckle, E. S. (Ed.), 1994, *Harriet Martineau in the London Daily News: Special Contributions, 1852–1866*, New York, Garland Publishing.
- Baker, C., 1972, *Hemingway*, Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Baxandall, L. and Morawski, S. (Eds.), 1973, *Marx and Engels on Literature and Art: A Selection of Writings*, Candor, NY, Telo Press.
- Canada, M., 2011, *Literature and Journalism in Antebellum America: Thoreau, Stowe, and Their Contemporaries Respond to the Rise of the Commercial Press*, New York, Palgrave.
- Christman, H. S. and Blitzer, C. (Eds.), 1966, *The American Journalism of Marx and Engels*, New York, New American Library.
- Cranch, C., January 1841, "Transcendentalism," *The Western Messenger*, vol. 8.
- Emerson, R. W., Clarke, J. F. and Channing, W. H. (Eds.), 1852, *Memoirs of Margaret Fuller Ossoli, Volume 1*, Boston, Phillips & Sampson.
- Emerson, R. W., 1971, *The Collected Works of Ralph Waldo Emerson, Volume 1, Nature, Addresses, and Lectures*, Spiller, R. E. and Ferguson, A. R. (Eds.), Cambridge, Harvard University Press.
- Emerson, R. W., 1994a, *The Letters of Ralph Waldo Emerson, Volume 5*, Rusk, R. L. and Tilton, E. M. (Eds.), New York, Columbia University Press.
- Emerson, R. W., 1994, *Representative Men: The Collected Works of Ralph Waldo Emerson, Volume 4*, Delbanco, A. (Ed.), Cambridge, Harvard University Press.
- Emerson, R. W., 1965, *The Journals and Miscellaneous Notebooks of Ralph Waldo Emerson, Volume 5*, Gilman, W. H. (Ed.), Cambridge, Harvard University Press.
- Emerson, R. W., 1969, *The Journals and Miscellaneous Notebooks of Ralph Waldo Emerson, Volume 7*, Plumstead, A. W. (Ed.), Cambridge, Harvard University Press.
- Emerson, R. W., 1970, *The Journals and Miscellaneous Notebooks of Ralph Waldo Emerson, Volume 8*, Gilman, W. H. and Parsons, J. E. (Eds.), Cambridge, Harvard University Press.
- Emerson, R. W., 1977, *The Journals and Miscellaneous Notebooks of Ralph Waldo Emerson, Volume 13*, Orth, A. R. and Ferguson, R. H. (Eds.), Cambridge, Harvard University Press.
- Fern, F., 1872, *Caper-Sauce*, New York, G.W. Carleton.
- Fern, F., 1853, *Fern Leaves from Fanny's Port-Folio*, Auburn, NY, Derby and Miller.
- Fern, F., 1868, *Folly as it Flies*, New York, G. W. Carleton.
- Fern, F., 1986, *Ruth Hall and Other Writings*, Warren, J. (Ed.), Rutgers, NJ, Rutgers University Press.
- Fulton, H. et al., 2005, *Narrative and Media*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Fuller, M., 1 August, 1845a, "First of August, 1845," *New-York Tribune*.
- Fuller, M., 13 December, 1845b, "Lyceum of New Bedford, Mass.," *New-York Tribune*.
- Fuller, M., 1991, *These Sad But Glorious Days: Dispatches from Europe, 1846–1850*, Reynolds, L. J. and Smith, S. B. (Eds.), New Haven, Yale University Press.
- Fuller, M., 31 March, 1845, "What fits a man to be a voter?" *New-York Tribune*.
- Fuller, R., 2007, *Emerson's Ghosts: Literature, Politics, and the Making of Americanists*, New York, Oxford University Press.
- Goodman, S., 2011, *Republic of Words: The Atlantic Monthly and Its Writers*, Lebanon, NH, University Press of New England.
- Greeley, H., 1868, *Recollections of a Busy Life*, New York, J. B. Ford & Company.
- Greeley, H., 20 August, 1862, "The prayer of twenty millions," *New-York Tribune*.
- Greeley, H., 24 September, 1862a, "The proclamation of freedom," *New York Tribune*.
- Guarneri, C. J., 1991, *The Utopian Alternative: Fourierism in Nineteenth-Century America*, Ithaca, NY, Cornell University Press.
- Hallock, S. M., 2007, *Editorial and Opinion: The Dwindling Marketplace of Ideas in Today's News*, Westport, CT, Praeger.
- Huntzicker, B., 1999, *The Popular Press, 1833–1865*, Westport, CN, Greenwood Press.
- Jucker, A. H. and Berger, M., 2014, "The development of discourse presentation in *The Times*, 1833–1988," *Media History*, vol. 20, n° 1, pp. 67–87.
- Kovarik, B., 2011, *Revolutions in Communication: Media History from Gutenberg to the Digital Age*, New York, Bloomsbury.
- Martineau, H., 11 November, 1862, [Editorial], *London Daily News*.
- Martineau, H., 2007, *The Collected Letters of Harriet Martineau*, Logan, D. A. (Ed.), London, Pickering and Chatto, vols. 2–3.
- Marx, K., 25 June, 1853, "British Rule in India," *New-York Tribune*.
- Marx, K., 11 October, 1861, "The American question in England," *New-York Tribune*.
- Marx, K. and Engels, F., 1937, *The Civil War in the United States*, Enmale, R. (Ed.), New York, International Publishers.
- Miller, C. R., 1984, "Genre as social action," *Quarterly Journal of Speech*, vol. 70, n° 2, pp. 151–167.
- Moses, C., 2008, "The domestic transcendentalism of Fanny Fern," *Texas Studies in Literature and Language*, vol. 50, n° 1, pp. 90–119.
- Mott, F. L., 1941, *American Journalism: A History of Newspapers in the United States through 250 Years, 1690–1940*, New York, Macmillan.
- Mussell, J. 2014, "Elemental forms: The newspaper as popular genre in the nineteenth century," *Media History*, vol. 20, n° 1, pp. 4–20.

- Nevins, A., 1928, *American Press Opinion: Washington to Coolidge*, Port Washington, NY, Kennikat Press.
- Pottker, H., 2003, "News and its communicative quality: The inverted pyramid—when and why did it appear?" *Journalism Series*, vol. 4, n° 4, pp. 501–11.
- Pottker, H., 2005, "The news pyramid and its origin from the American journalism in the 19th century: A Professional Approach and an Empirical Inquiry," Hoyer, S. and Pottker, H. (Eds.), *Diffusion of the News Paradigm 2000–1850*, London, Coronet Books, pp. 51–64.
- Richardson, R. D., 2009, *First We Read, Then We Write: Emerson and the Creative Process*, Iowa City, University of Iowa Press.
- Schmuhl, R. and Pickard, R. G., 2005, "The marketplace of ideas," in Overholser, G. and Jamieson, J. H. (Eds.), *The Press* Oxford, Oxford University Press, pp. 141–155.
- Schudson, M., 1978, *Discovering the News: A Social History of American Newspapers*, New York, Basic Books.
- Sloan, W. D., Wray, C. S. and Sloan, C. J. (Eds.), 1997, *Great Editorials: Masterpieces of Opinion Writing*, New York, Vision Press.
- Teichgraeber, R., 1995, *Sublime Thoughts/Penny Wisdom: Situating Emerson and Thoreau in the American Market*, Baltimore, Johns Hopkins University.
- Thoreau, H. D., 1971, *Walden*, Shanley, L. J. (Ed.), Princeton, Princeton University Press.
- Tuchinsky, A., 2009, *Horace Greeley's New York Tribune: Civil War-Era Socialism and the Crisis of Free Labor*, Ithaca, NY, Cornell University Press.
- Underwood, D., 2008, *Journalism and the Novel: Truth and Fiction, 1700–2000*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Walker, N., 1993, *Fanny Fern*, New York, Twayne.
- Warren, J., 1992, *Fanny Fern: An Independent Woman*, Rutgers, NJ, Rutgers University Press.
- Whitman, W., 13 August, 1847, "The philosophy of ferries," *Brooklyn Eagle*.
- Williams, R., 2001, *The Long Revolution*, Peterborough, ON, Broadview.

En This article traces the transformation of the newspaper editorial in the nineteenth century from a partisan platform narrowly focused on contemporary politics into a broader more inclusive genre engaging progressive cultural reform with a literary bent. After 1814, the newspaper editorial spread its wings and soared with lofty poetic rhetoric and increasingly metaphorical language. Editors frequently broke into verse in their columns, inspired by the powerful presence of poetry and oratory in antebellum culture. A key figure at the heart of that oratorical and poetic culture was Ralph Waldo Emerson, who held a prominent position in print culture through books and newspaper reports of his speaking engagements. Horace Greeley, Karl Marx, Fanny Fern, Margaret Fuller, and Harriet Martineau form the subjects of this study because they reflect Emerson's radical liberal influence on the emergence of the progressive editorial, particularly through literary stylistics blending poetic and philosophical rhetoric. These figures represent a diverse transatlantic mix of revolutionary and feminist columnists from the weekly and daily press who extended Emerson's purview, especially his critiques of capitalism and institutional corruption. This approach diversifies previous understandings of the evolution of the editorial reflected in Allen Nevins' *American Press Opinion* (1928), which exclusively focuses on American political editorials written by men. The more recent 1997 anthology of historical editorials by Sloan, Wray, and Sloan also excludes women and transnational journalism. The commercial press liberated the news industry from the partisan press, providing new opportunities for Emerson protégés such as Fuller to capitalize on her literary prowess, transcendentalist sensibility, and female perspective to offer some of the most politically powerful and socially efficacious writing published in the *New-York Tribune*. These editorialists reached beyond daily politics into issues of immigration, national expansion, the fine arts, and literature as an emblem of national identity.

Keywords: editorials, Ralph Waldo Emerson, reform, progressive politics, literary journalism.

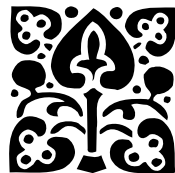
Pt Este artigo traça a transformação do editorial de jornal no século dezenove, a partir de uma plataforma partidária estreitamente focada na política contemporânea dentro de um gênero inclusivo e mais amplo, engajando uma reforma cultural progressiva com uma inclinação literária. Depois de 1814, o editorial do jornal estendeu suas asas e voou com uma retórica poética sublime e uma linguagem cada vez mais metafórica. Os editores frequentemente escrevem no verso em suas colunas, inspirados pela poderosa presença de poesia e oratória na cultura antes da Guerra da Secessão. Uma figura chave no coração dessa cultura retórica e poética foi Ralph Waldo Emerson, que ocupou uma posição de destaque na cultura de impressão através de livros e reportagens de jornais de suas palestras. Horace Greeley, Karl Marx, Fanny Fern, Margaret Fuller e Harriet Martineau formam os sujeitos desse estudo porque refletem a influência liberal radical de Emerson sobre a emergência do editorial progressista, nomeadamente através da estilística literária, misturando retórica poética e filosófica. Essas pessoas representam uma mistura transatlântica diversificada de colonistas revolucionários e feministas de jornais diários e semanais que alargaram o alcance de Emerson, especialmente sua crítica ao capitalismo e à corrupção institucional. Esta abordagem diversifica entendimentos anteriores da evolução do editorial refletido em *American Press Opinion*, de Allen Nevins (1928), que se concentra exclusivamente em editoriais políticos americanos escritos por homens. A antologia mais recente de editoriais históricos por Sloan, Wray e Sloan (1997) também exclui as mulheres e o jornalismo transnacional. A imprensa comercial libertou a indústria de notícias da imprensa partidária, proporcionando novas oportunidades para os pupilos de Emerson, como Fuller, capitalizar sobre seu talento literário, sensibilidade transcendentalista e perspectiva feminina para oferecer alguns dos textos mais politicamente poderosos e socialmente eficazes publicados no *New-York Tribune*. Estes editorialistas foram além da

política diária para discutir questões de imigração, de expansão nacional, de artes plásticas e de literatura como um emblema da identidade nacional.

Palavras-chave: editoriais, Ralph Waldo Emerson, reforma, política progressista, jornalismo literário.

Fr. Cet article retrace la transformation de l'éditorial du journal qui, au dix-neuvième siècle, passe d'une plate-forme partisane limitée et axée sur la politique contemporaine à un genre plus large et inclusif qui suscite une réforme culturelle progressiste et littéraire. Après 1814, l'éditorial étend ses ailes, une rhétorique poétique noble apparaît, de même qu'une langue de plus en plus métaphorique. Les rédacteurs rédigent fréquemment en vers dans leurs colonnes, inspirés par la présence de la poésie et de l'art oratoire dans la culture d'avant la guerre de Sécession. Une figure clé de cette culture oratoire et poétique est Ralph Waldo Emerson qui occupe une place importante dans la culture de l'imprimé à travers des livres et des journaux qui traduisent un engagement fort. Horace Greeley, Karl Marx, Fanny Fern, Margaret Fuller et Harriet Martineau sont cités, car ils reflètent l'influence libérale radicale d'Emerson sur l'émergence d'un éditorial progressiste, notamment par la stylistique littéraire mêlant rhétorique poétique et philosophique. Ces individus représentent un mélange transatlantique diversifié de chroniqueurs révolutionnaires et féministes de la presse quotidienne et hebdomadaire qui a étendu la portée de la pensée d'Emerson, surtout de ses critiques du capitalisme et de la corruption institutionnelle. Cette approche se distingue de précédentes études sur l'évolution de l'éditorial comme l'*American Press Opinion* d'Allen Nevins (1928) qui se concentraient exclusivement sur les éditoriaux politiques américains écrits par des hommes. La plus récente anthologie sur les éditoriaux historiques par Sloan, Wray et Sloan (1997) exclut également les femmes et le journalisme transnational. Avec la presse commerciale, l'industrie de l'information se libère de la presse partisane, offrant à une protégée d'Emerson telle que Fuller de nouvelles possibilités de mettre en avant ses prouesses littéraires, sa sensibilité transcendentaliste, et sa perspective féminine ; et à ses écrits politiques et sociaux de figurer parmi les plus marquants qui aient jamais été publiés dans le *New-York Tribune*. Ces éditorialistes dépassent la politique quotidienne pour faire figurer des questions d'immigration, d'expansion nationale, de beaux-arts et de littérature parmi les emblèmes de l'identité nationale.

Mots-clés : éditoriaux, Ralph Waldo Emerson, réformisme, politique progressiste, journalisme littéraire.



Editorial Advocacy Frames Explanatory Model

An Analysis of Newspapers withdrawing from Presidential Endorsements

KENNETH CAMPBELL

Associate Professor
University of South Carolina
KCampbell@sc.edu

ERNEST WIGGINS

Associate Professor
University of South Carolina
ernestlwiggins@gmail.com



Three decades ago, Fedler, Counts, and Stephens noted some editors “who continue to publish political endorsements say that newspapers have a responsibility to endorse political candidates regardless of the endorsements’ effect upon voters” (Fedler, Counts and Stephens, 1982: 3-4). That was a different time, when many major U. S. cities still had competing daily newspapers and people primarily looked to the press for political news and views. Since then, U.S. newspapers have increasingly withdrawn from making endorsements in presidential races, redefining their responsibility and arguing in part that their endorsements do not matter (Porter, 2004; Folkenflik, 2012; Schreckinger, 2012; McGoun, 2012a; McGoun, 2012b). Nine of the top-100 circulation newspapers in the U. S. did not endorse in the 2008 presidential election, including five that did not endorse as a matter of policy for the first time. In 2012, the number jumped to 22, including an increase to 11 newspapers that did not endorse as a matter of policy. Recent defections include the *Orange County Register*, *Chicago Sun-Times*, *Atlanta Journal-Constitution*, and *St. Paul Pioneer Press* (Peters and Woolley, 2012). At least two newspaper chains with dailies, Landmark Communications and Halifax Media Group, recently prohibited their newspapers from making endorsements in political races (Fernandez, 2007; March, 2012). In

Pour citer cet article

Référence électronique

Kenneth Campbell, Ernest Wiggins, « Editorial Advocacy Frames Explanatory Model. An Analysis of Newspapers withdrawing from Presidential Endorsements », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le 26 décembre 2016.

URL : <http://surlejournalisme.com/rev>

what has been one of the most consistent public forums for the exchange of ideas, which is considered a foundation of democracy, key voices are choosing silence. And these may be voices that are among the most reasoned and well informed, despite attacks on their credibility (Pew, 2008; Morales, 2011; Mendes, 2013). In this article, we use framing theory to explain editorialists' decisions to no longer endorse in presidential races. We chose framing theory because it goes beyond mere chronicling of arguments (Boeyink, 1992/1993) and captures the meaning and reasoning in the arguments. Thus, we contribute to the lagging research on frames in opinion journalism (Hoffman and Slater, 2007; Golan, 2010); to date, most attention addressing frames in journalistic content has focused on news stories (de Vreese, 2012; Matthes, 2009; Borah, 2011).

BACKGROUND: EDITORIALS AND INFLUENCE

Through the years, editorial pages have provided a forum for public discourse, particularly political discourse, even if the variety of ideas in this virtual marketplace of editorials, opinion columns and letters to the editor has been limited (Hallock, 2007). A key part of the discourse is editorials, defined as “*unsigned columns that represent the official opinions of the newspaper’s editorial board and that appear on the editorial page*” (Hallock, 2007: 12). Editorials that support specific political candidates are considered endorsements and carry the weight and prestige of the newspaper behind them. Interestingly, newspaper editorial endorsements in political campaigns are a remnant of the partisan journalism of the 18th and 19th centuries, when newspapers were aligned with and often financially supported by a political party (Kaplan, 2002). Even as partisan discourse, the endorsements provided perspective as they stirred debate and helped to give the newspaper an identity. When newspapers became more professionalized and began to practice objective journalism on the news pages—at least in theory—their editorial pages continued to recommend political candidates for office (Hallock, 2007; Baldasty, 1992). Generally, the newspapers expressed a special obligation to convene and participate in the public forum because of the tradition of making political endorsements and protection of First Amendment freedoms (Cooper, 1986; Elder, 1986; Nethaway, 1996). While a few newspapers have never endorsed political candidates as a matter of policy, or did so only for a short time, *USA Today* and *The Wall Street Journal*, respectively, a trend began in the 1980s of newspapers withdrawing from making endorsements, especially in presidential elections. The Michael Dukakis-George Bush presidential matchup in 1988 put this matter front and

center when about half of the nation’s newspapers perceived both candidates as weak and refused to endorse either one in what was described as “*the Great Editorial Wimp-Out of ‘88*” (Cleghorn, 1992). Some newspapers, which did endorse presidential candidates that year, harshly criticized their colleagues. “*An editorial board is obliged to make difficult choices. In fact, it is in such circumstances that an endorsement is most needed,*” the *Daily News* of Los Angeles wrote. It continued, “*Editorial boards that refuse to endorse in the presidential election this year are worming out of a decision all voters should feel obligated to make.*” The editorial quoted *New-York Times* publisher Arthur Ochs Sulzberger saying, “*It’s the responsibility of a paper not to cop out on the biggest issue of all*” (“Editorial – Why We Endorse,” 1988).

A considerable body of literature has found that newspaper endorsements can be influential in presidential contests, worth 1 to 5 percentage points in the vote (Gregg, 1965; Hollander, 1979; Rystrom, 1986; Ansolabehere, Lessem and Snyder, 2006). For example, undecided voters were influenced by editorial endorsements in the 1968 presidential election, and both Independents and Democrats voted differently in the 1972 election depending on which candidate was endorsed by the newspaper they read most often (Robinson, 1974). Newspaper endorsements can “*influence a small but significant portion of the presidential votes*” in “*highly ideological contests*” (Erikson, 1976: 220). In the 1980 presidential election, all three presidential candidates received a larger percentage of the votes cast in cities with daily newspapers that endorsed their candidacies (Fedler, Counts and Stephens, 1982). More recently, a 2008 Pew Research Center for People and the Press survey found that 14 percent of respondents said they could be affected by a newspaper’s endorsement, and Jamieson found that 11 percent of respondents in her study said newspaper endorsements influenced their vote (Jamieson, 2000). Although these and other studies suggest small influence (McCombs, 1967; Hurd and Singletary, 1984; Dautrich and Hartley, 1999), it translates to possibly millions of votes or enough votes to sway a close election. The best indication of the possible influence of newspaper editorial endorsements in presidential elections might be the continuing desire of the candidates to secure them (Klein, 2004) and their use in campaign advertisements and speeches (Jamieson, 2000).

Admittedly, the scholarly research can be—and sometimes is—read as evidence of newspaper endorsements having little or no impact in presidential elections. This reading prevails in some of the professional and industry discourse found in articles and blog discussions (Thompson, 2004/2011; Mitch-

ell, 2012; Folkenflik, 2012; Schreckinger, 2012; McGoun, 2012a; McGoun, 2012b). Because this discourse is consistent with that of the editorialists—in some cases, it is written by them or they are the sources of quotations—it will be folded into the analysis later. In doing so, we will consider editorialists' viewpoints for and against newspapers making political endorsements. Framing theory will be applied in order to understand how editorialists see their role.

JOURNALISTIC FRAMES AND ADVOCACY FRAMES

Framing is presenting information in a certain way, which promotes making sense of it in that way. “*Mass media actively set the frames of reference that readers or viewers use to interpret and discuss public events*” (Scheufele, 1999: 105). Newspaper stories and editorials always have a frame, whether intended or not. Entman and Kuypers offer separate definitions of framing that describe the work of editorialists. According to Entman’s popular definition: “*To frame is to select some aspects of perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described*” (Entman, 1993: 52). Similar guidance from Kuypers defines framing as “*the process whereby communicators act to construct a particular point of view that encourages the facts of a given situation to be viewed in a particular manner, with some facts made more noticeable than others*” (Kuypers, 2002: 7). Framing literature has primarily addressed selection and organization of information that leads to journalistic or news frames adhering to the journalistic norms of balance and objectivity (de Vreese, 2012; Iyengar, 1991; Price, Tewksbury and Powers, 1997; Rhee, 1997), which is also referred to as “*two-sidedness*” (Aday, 2006: 770) or “*issue dualism*” (Lee, McLeod and Shah, 2008: 696). The balance sought through journalistic frames can affect how one sees reality and forms political opinions (Entman, Matthes, and Pellicano, 2009; de Vreese, Boomgaarden, and Semetko, 2011; Matthes, 2009; Matthes, 2012).

Editorialists traditionally have not limited their work to the use of journalistic frames. Rather than balance multiple sides, editorials take a side in an effort to solve problems (Richardson and Lancendorfer, 2004). In effect, they use what social movement and political communication literature refers to as advocacy frames, which “*are defined as being largely one-sided, often solution-oriented, and/or reflecting consensus*” (Aday, 2006: 769; de Vreese, 2012). Typically, advocacy frames are thought of as “*frames that are brought forward by different propo-*

nents in a political debate” (de Vreese, 2012: 367) or frames used by advocacy groups to promote their side or their cause. This promotional characteristic of advocacy frames may make it more appropriate to understand editorial endorsements as advocacy frames rather than journalistic frames. Thus, this study adheres to the advice of de Vreese, who suggests that “[t]he *interplay between advocacy frames and journalistic frames is a crucial area for future framing research to consider so as to get a broader and more inclusive understanding of the role played by advocates and journalists in the frame-building process*” (2012: 369). While de Vreese was referring to advocacy frames that journalists select from sources for inclusion in news stories, conceptualizing newspaper editorials and endorsements as advocacy frames is worthy of consideration. Editorialists are advocates with no intermediary to filter their views. Frames can be embedded, stated outright, or both (Gitlin, 1980; Gamson and Modigliani, 1989). While the expectation would be that advocacy frames would be stated outright, editorials could also contain embedded frames, which are not specifically stated in the editorial. Frames may also be identified as overarching, which means they were dominant in a single news article or editorial, or in a set of articles or editorials (Campbell and Wiggins, 2014).

It is also important to note that a frame is different from an argument. While a frame is the selection and arrangement of the information that creates a way of thinking or is a way of thinking, an argument is a statement of a position. An argument is “*a verbalization of a specific point of view in which a claim is expressed with a certain evaluation*”; the “*main patterns of arguments*” may constitute a frame (Schemer, Wirth and Matthes, 2011: 339). This study is interested in identifying frames used by editorial writers, which are reflected in their arguments about the appropriateness of making an endorsement in a political or presidential election. We address the research question: What explanatory frames are present when editorial writers address their newspaper’s reasons for endorsing or not endorsing presidential candidates?

METHODOLOGY

To identify the frames, we conducted a qualitative analysis of arguments in editorials and relevant columns by editorialists from each top-100 circulation newspaper that announced during the 2008 and 2012 presidential campaigns that as a matter of policy it does not or would no longer endorse presidential candidates. The newspapers were identified through the American Presidency Project (Peters and Woolley, 2012), which compiled and provided

links to the editorials and columns. This produced 14 editorials and columns in which editorialists addressed the appropriateness of endorsements and decided against them in presidential elections. Additional editorials and columns explaining the appropriateness of political endorsements, all published since the year 2000, were found using the keywords “newspaper” and “endorse” and “will no longer endorse” in NewsBank and Google. Thirteen additional editorials and opinion columns were found through this process; these included justifications for and against political and presidential endorsements, and included newspapers in the top-100 circulation category and under. Newspapers that did not endorse because their editorial board was undecided were not included in the study unless they were identified in the additional search as publishing an opinion column addressing the issue of endorsing.

Guided by Campbell and Wiggins’ (2014) study of frames in opinion columns, frames were operationalized by first identifying the main topic in each editorial or column. That topic was whether the editorialist would endorse a presidential candidate. Second, themes were identified as explanations in the editorials’ arguments that determined what the editorials were saying about the topic. We examined for arguments we previously identified in the industry literature as well as others that might arise. Finally, we determined frames by observing thematic patterns and context (Campbell and Wiggins, 2014).

**PROFESSIONAL VALUES,
PROFESSIONAL PRACTICES AND FRAMES**

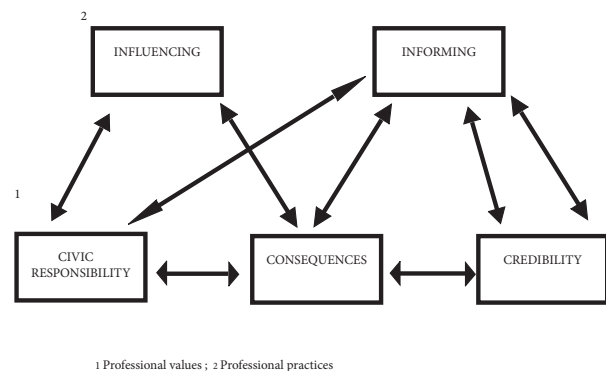
Illustration 1: *professional values*



Illustration No. 1 shows the first stage of the model, which identifies three professional values found in the editorialists’ arguments as a basis for determining whether to make political and presidential endorsements. The professional values are: (1) civic responsibility, which is defined as newspapers providing and monitoring a public forum for civic engagement; (2) consequence, which is distinguished from civic responsibility, is defined as newspapers going beyond merely being a public forum but also participating in the forum with their own ideas and recommendations that have consequence; and (3) credibility, which is defined as newspapers projecting integrity and trustworthiness to maintain public confidence in their information and opinions. The

arrows in this first stage of the model indicate interaction among the professional values, which we attribute to the nature of the work of editorialists. Because of the interaction, discerning distinct frames proves to be challenging. We do not see this challenge as problematic because each frame is an aggregate of ideas expressed as a pattern across editorials and columns.

Illustration 2: *professional values and professional practices*



The second stage of the model, which is shown in Illustration No. 2, depicts how professional values are manifest in two themes—informing and influencing. We categorize the themes as professional practices because they describe the work of the editorialists. The professional practice of informing denotes newspapers providing information and analysis whereas influencing refers to newspapers promoting principles, positions or candidates. The two professional practices—informing and influencing—are consistent with concepts within journalistic and advocacy frames, respectively. Each professional value is manifest in each of the two professional practices. However, as presented in the final stage of the model shown in illustration No. 3, only the professional practice of informing is evident in the journalistic frame while both informing and influencing are evident in the advocacy frame. We present the three professional values separately in the discussion that follows, with each discussed in the context of the arguments addressing the two professional practices. We then discuss the appropriateness of the two frames for editorials and political endorsements. In effect, we offer a deconstruction of the journalistic and advocacy frames, which shows how journalists and editorialists have different obligations to political discourse.

Professional Value of Civic Responsibility

The professional value of civic responsibility is largely present in the professional practice of informing. The editorialists posit that newspapers have

a responsibility to provide what David D. Haynes, editorial page editor of the *Milwaukee Journal Sentinel* in 2012, called “a robust forum for all kinds of ideas.” Haynes said a reason his newspaper was dropping endorsements was to “reserve most of our space for readers to interact and for commentary from columnists and experts from across the political spectrum,” which is the notion of the newspaper as a forum. The concept of the robust forum, also called the marketplace of ideas, is considered a basis for freedom of the press in the U.S. and is generally attributed to Enlightenment philosopher John Stuart Mill (1859), who argued in his book *On Liberty* that truth will emerge from an open discussion of ideas. Consistent with the professional value of civic responsibility, *The Chicago Sun-Times*, stated in 2012 as it was disbanding presidential endorsements, “We pride ourselves in offering a smart editorial page that is deeply engaged in vital civic issues” (Barron and McNamee, 2012). Similarly, *The Dayton Daily News* cited its *Ideas & Voices* pages as a forum to give readers “a balance of views, with columnists on the right and on the left” (Wallace, 2012). For editorialists who were choosing to withdraw from presidential endorsements, the forum—at least in those races—was for the ideas of others, not the newspaper’s. Interestingly, some newspapers that withdrew from making presidential endorsements indicated that not endorsing would, as Haynes (2012) said, free “space for readers to interact and for commentary from columnists and experts from across the political spectrum.” The professional value of civic responsibility is present in the professional practice of influencing through editorialists monitoring the forum. *The Press Democrat* in Santa Rosa, California, assured readers in 2012 that the newspaper would “continue to offer election-related commentary on our opinion pages and continue, through editorials, columns and blog items, to offer ongoing analysis of political campaigns and candidates, although no individual candidate will end up with our full support or endorsement.” The newspaper was one of 34 owned by the Halifax Group that was prohibited by ownership from making endorsements (Gullixson, 2012).

Professional Value of Consequence

The role of newspapers in the public forum as endorsers of political candidates, especially for the presidency, began to gain attention in the 1980s as a split emerged among editorialists. Three schools of thought on presidential endorsements surfaced among the editorialists. First, the No Endorsement School consisted of editorialists who believed newspapers should provide information and impartial analysis as well as editorialists who believed the newspaper’s viewpoints on candidates could be

provided, but endorsements should not be made. Second, the Partial Endorsement School of editorialists believed newspapers should endorse in local and/or statewide elections, but not in presidential elections. Third, the Endorsement School of editorialists believed newspapers should endorse in political races, and especially the presidential election. All three schools believed newspapers’ participation in the forum should have a consequence, specifically that it should impact the public’s thinking and decision-making.

The No Endorsement School reflected the professional practice of informing, as represented by the decision of *The Atlanta Journal-Constitution* to withdraw from political endorsements at all levels in 2009. The newspaper noted, “*The (editorial) board will provide readers with clear, concise information about candidates’ positions and records*” but no endorsements (“To Our Readers: AJC Takes New Approach on Election,” 2009). The decision, according to the newspaper, was a response to the sentiments of the readers who wanted the newspaper out of the endorsing business. Generally, the professional practice of informing reflected that the consequence No Endorsement School editorialists desired was empowering readers to think through the newspaper’s information and analysis to make informed decisions. *The Atlanta Journal and Constitution’s* Editorial Board stated it this way: “*We see our role now as providing you with information to help you make decisions—and not trying to make them for you*” (“To Our Readers: AJC Takes New Approach on Election,” 2009). The professional practice of influencing was reflected in the view of some No Endorsement editorialists, like Haynes with the *Journal Sentinel*, who saw a place for the newspaper’s views in the forum as a part of analysis, but short of political endorsements. Haynes (2012) wrote: “*We think the better approach is to thoughtfully analyze individual issues, clearly explain our views and then, not endorse but provide other perspectives in the forum.*” Similarly, the *Oregonian* in 2012 found it best “*in this presidential contest to comment on the debate, to assess each side’s arguments for putting its principles into practice,*” but not endorse (“*The Oregonian* Editorial Board will not make presidential endorsement,” 2012).

A variety of reasons were given for opposing endorsements in presidential elections. Some editorialists saw presidential endorsements as a relic of the past when newspapers had special access to candidates, often including an interview typically taking place in newspaper offices. But because of today’s 24-hour news cycle, presidential candidates’ ability to appeal directly to the public through social media, and the public’s greater access to informa-

tion via the Internet, some editorialists doubted the usefulness of endorsements. Mark Kimble, explaining the *Tucson Citizen's* decision not to endorse in 2008, wrote: "Any endorsement we write wouldn't be any more insightful or tell you anything you didn't already know" (Kimble, 2008), and the editors of the *Virginian-Pilot* stated in 2008 that as a local newspaper "we ordinarily don't know the presidential candidates better than another informed voter" ("One Last Thing," 2008). Debbie Hiott, editor of the *American-Statesman* in Austin, Texas, contended in 2012: "we have no special insight into the presidential election that readers can't glean from their own attention to the news" (Hiott, 2012). In 2012, *The News-Sentinel* in Knoxville, Tennessee, offered to reverse its new no-endorsement policy if presidential candidates would sit down and talk with the editorialists (McElroy, 2012). *The Chicago Sun-Times* captured the tenor of the No Endorsement School when it confessed during the 2012 presidential primaries, "We have come to doubt the value of candidate endorsements by this newspaper or any newspaper, especially in a day when a multitude of information sources allow even a casual voter to be better informed than ever before" (Barron and McNamee, 2012).

The Partial Endorsement School of editorialists supports newspaper endorsements for state and local political contests, but not for presidential races. Newspapers are in a unique position because of their proximity and access to the candidates, which gives them an obligation to participate in the public forum through informing and influencing, the editorialists argued. Expressing the sentiment of the editorialists, *The Wichita Falls Times Record News* in Texas stated in 2012, "A local newspaper, we feel, is still a vital component to the political dialogue, and our position in the community allows contact with candidates who express their zeal for public service and their ideas for successful government." ("Our Opinion: Your vote is your choice," 2012). *The Indianapolis Star* noted, "In putting forward our recommendations on whom we view to be the best candidates for local, state and federal offices, *The Star* is very much in the mainstream of American journalism. But endorsements are about far more than tradition. Endorsements fit with our daily mission of community leadership" ("We'll keep it local on candidate endorsements," 2012; see also, Hiott, 2012). Peck (2012), with the *Commercial Appeal* noted, "Our expertise and knowledge of local and regional issues can be helpful to citizens and community leaders as they think through local issues," and similarly *The Stuart News* in Florida stated, "Our local knowledge is why we put our efforts into local races" ("Newspapers play critical role in issuing endorsements," 2012).

The Endorsement School, which supports newspapers making endorsements in presidential elections, reflects the professional values of informing and influencing in the largest political arena in the U.S. The views of editorialists in this school are represented in the assertion of Nick Pappas, who explained in 2008 as editorial page editor at *The Telegraph* in Nashua, New Hampshire: "... (W)e endorse candidates for the same reason we publish editorials every day for the rest of the year: to participate in the civic life of the community" (Pappas, 2008). Vanessa Gallman, editorial page editor of *The Herald-Leader*, was more vociferous: "The Herald-Leader, as a journalistic endeavor and a civic force in this community and state, also has a right to its say." According to these editorialists, a good citizen takes a position for the good of the community; a newspaper should be a good citizen. They believe a newspaper should do more than expression an opinion in the public forum, they should offer guidance and leadership. They should give advice and make recommendations that will have consequence. Gallman questioned, "...why would a paper that gives lots of space to readers to extol or denounce candidates choose to be quiet about its own views?" These editorialists pointed to the notion that the journalistic media are privileged by the Constitution and therefore, as stated by Stephen J. Winters, opinion editor of the *Connecticut Post* in 2006, need to, among other things, "fulfill our obligation and responsibility as a constitutionally-protected media enterprise to not only be a part of our communities but to also help improve those communities" (Winters, 2008). John Montgomery of *The Hutchinson News* in Kansas in 2008 put it this way, "Our democracy calls us all to participate...." (Montgomery, 2008).

The editorialists in all of the schools of thought sought to distinguish between what was sometimes a thin line between participating in the public forum to stimulate thinking, which was their purpose, rather than to direct thinking, which some say was the purpose of editorials in the past. Editorialists for newspapers including *The Atlanta Journal-Constitution*, *The Chicago Sun-Times*, and *The Rocky Mountain News* noted that some newspapers, including theirs, were founded as political organs but evolved into responsible leading citizens. John Barron and Tom McNamee, publisher and editorial page editor of the *Chicago Sun-Times*, respectively, stated in a signed editorial as their paper withdrew from presidential endorsements in 2012, "... our goal ... is to inform and influence your thinking, not tell you what to do" (Barron and McNamee, 2012). *The Charlotte Observer* in an editorial in October 2002 declared: "We don't tell readers how to vote. We tell them what we think" (Observer Staff, 2002). *The Charlotte Observer* reprinted the editorial, or parts of it, in

subsequent years (Observer Staff, 2003; 2005; Williams, 2005). Similarly, *The Telegraph* in Nashua, New Hampshire, stated in 2008 that “the purpose of an editorial is not—we repeat, not—to tell readers what to do or how to think—especially when it comes time to step behind the curtains in the voting booth. That’s your decision; not ours” (Pappas, 2008).

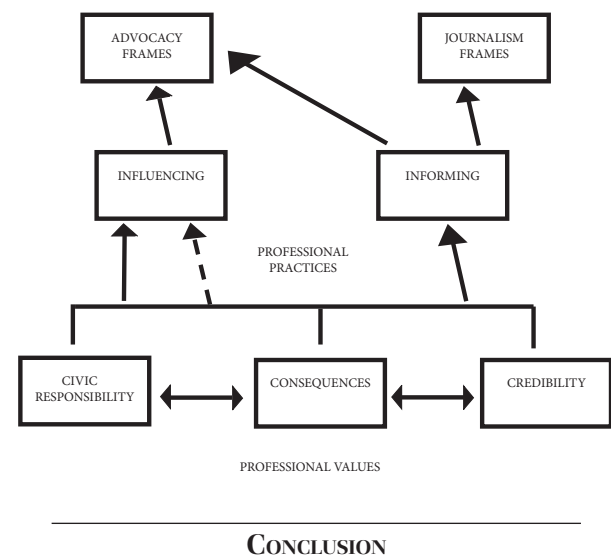
Professional Value of Credibility

The public’s trust in newspapers, which has dropped to an all-time low during the past couple of decades (Pew, 2008; Morales, 2011; Mendes, 2013), emerged as an essential concern of editorialists and is reflected in the discussion of the professional value of credibility. It is understandable that editorialists would not want to do anything that might erode their newspaper’s credibility, particularly in news coverage where objectivity and fairness are the standards. Editorialists did not express concern for the professional value of credibility in the practice of informing the public. However, there was considerable uncertainty expressed in the discussion of credibility as it was manifest in the professional practice of influencing. Editorialists opposing political endorsements believed taking political positions threatens journalistic credibility because stances newspapers take in editorials are too often perceived to show up as a slant in news stories where objectivity is expected. The *Milwaukee Journal Sentinel’s* Haynes stated in 2012, “In their (readers’) minds, the endorsements color everything else we do, no matter how often we criticize the folks we recommend. To these readers, our mission is suspect; and some of them confuse our political news coverage with our editorial recommendations” (Haynes, 2012). Newspapers that attempt to offer a balanced editorial page also expressed concerns about the perception of bias, which *The Sentinel* in Carlisle, Pennsylvania, referred to in 2008 as “misunderstandings (that) undermine our ability to present convincing arguments” (“Leaving the choices up to you,” 2008).

Concerns about promoting bias combined with questions about the actual influence of endorsements (Temple, 2008) as reflected in the discussion of the professional value of consequence, raised further questions about the value of endorsements for a number of editorialists. In the 2012 presidential election, Hiott with the *American-Statesman* “questioned the benefit of making a presidential endorsement for the newspaper as we work to give readers balanced views” when the newspaper wasn’t sure the “valuable insight” provided in a political endorsement was worth the potential loss of credibility (Hiott, 2012). The *Memphis Commercial Appeal* in 2012 invited a guest writer for each candidate to write a column rather than let the editorial board

make an endorsement with “hopes to reduce any concerns that the newspaper’s endorsement of one candidate or another will somehow color our news coverage” (Peck, 2012). Additionally, beyond reader perceptions and misunderstanding is the possibility that newspapers might indeed lean more toward candidates they endorse without realizing it. The *Appeal-Democrat* of Marysville, California, noted in 2008, “When a newspaper endorses, it can become invested in that candidate and his or her success. Does an endorsement make the institution less critical of the candidate when he or she wins, even if it’s only to downplay a bad endorsement? It might” (“Our View: Election Day: It’s your call,” 2008).

Illustration 3: editorial advocacy explanatory frames model



CONCLUSION

The analysis of the editorials and columns suggests an industry in transition when it comes to the presence and role of newspaper political endorsements, especially at the presidential level. The changes that have brought about the trend to not endorse and the contrasting nature of the journalistic practices identified might suggest value in political endorsements that perhaps is being overlooked by the withdrawing newspapers. First, the no-endorsement trend began to pick up momentum at the same time the public (also called civic) journalism movement was questioning some of the traditions of journalism such as objectivity in news stories and journalists’ detachment in an effort to avoid bias (Merritt, 1998; Glasser, 1999) Newspapers were reassessing how to maintain their relevance and better connect with the communities they cover. Part of the solution was to give readers—the community—a greater say in newspaper content, including content of editorial pages. Second, about the same time, the concept of market-driven journalism had taken hold, with

newspapers increasingly falling into the hands of publicly held corporations that appeared to be more concerned with the bottom line than the quality of journalism (Bennett and Entman, 2001; McManus, 1994). Third, the growth of revolutionary new technology changed the nature of journalism, making news, information, and opinions easily and readily accessible from an abundance of outlets (Cornfield, 2005; Fallows, 2007; Horrigan, 2006; Kohut, 2008; Smith and Rainie, 2008; Smith and Duggan, 2012). And fourth, a downturn in the economy along with the increased competition created by the new technology pushed newspapers to try alternative means to retain their dwindling audience (Rosenstiel and Kovach, 2001). Given these daunting challenges, it is understandable that abandoning presidential endorsements, which in today's divided political climate in the U.S. may alienate as many readers as it pleases, is seen as a solution to holding on to both groups. Also, these reasons may be the justification for not abandoning the practice of newspaper presidential endorsements.

The application of framing theory to the editorials and columns shows that the editorialists are guided by professional values of civic responsibility, consequence and credibility, which are reflected in professional practices of informing and influencing. In their decision to inform or influence, editorialists are choosing between the journalistic frame and the advocacy frame as they decide whether or not to endorse. This distinction is particularly important for those newspapers that have decided not to abandon editorializing on the presidential elections altogether, but to only offer analysis. The analysis presented here and represented in illustration No. 3 suggests editorialists should consider the political and presidential endorsement question in the context of the Editorial Advocacy Frames Explanatory Model, which illustrates how the work of editorialists differs, or should differ, from that of reporters. News pages seek to inform; editorial pages seek to influence. Thus, news pages use journalistic frames to inform; editorial pages use advocacy frames to inform and influence. Endorsements are advocacy frames. It is not a matter of newspapers taking positions, or making arguments; it is a matter of newspapers making sense of issues and political races and promoting what they think is best. Framing research shows that all journalistic content has frames, whether news stories or editorials, whether objective or not. To avoid making an endorsement is not to avoid communicating a frame. Reese Cleghorn, a former newspaper editorial page editor and at the time dean of the College of Journalism of the University of Maryland, wrote in the early stages of the no-endorsement debate that *"the better papers' endorsements usually have offered some cogent rea-*

soning. That's what is most important. An endorsement simply finishes the thought" (Cleghorn, 1992).

The greater abundance of and easier access to information and opinions, argued by some editorialists as a reason to stop presidential endorsements, may be a prime reason not to stop it. *"(I)t is impractical to imagine people being their own editor and sorting through reams of unfiltered information"* available nowadays, according to Tom Rosenstiel and Bill Kovach (2001), in their well-received book, *The Elements of News*. Editorial writers are substantively different from the blogger who might be here today and gone tomorrow, or whose cause may be parochial or self-serving. *"We can use the endorsement process to position ourselves in terms of credibility, because anybody can say anything, frankly, on the Internet and...on television and talk radio,"* stated Lynell Burkett, editorial page editor at the *San Antonio Express-News* and president of the National Conference of Editorial Writers. *"If we present ourselves as the source of opinion with no axe to grind, as those who spend our time researching and writing about issues, it seems we can use this as a strategic advantage"* (Makker, 2012). Additionally, newspaper editorial writers generally are well-educated and well-prepared for the practice of journalism and even in advocacy mode they abide by journalistic rules of fairness and accuracy. Arguably, a number of the newspapers that do not endorse in presidential races concede some value to endorsements by supporting candidates in state and local political races and taking sides on political and social issues. They do not adequately explain how this is consistent with not endorsing in presidential races, other than to say newspapers no longer have access to the candidates and they do not have access to information beyond what the general public can get. John T. Woolley, co-director of the American Presidency Project, which compiles newspaper presidential endorsements, has suggested: *"We need more, not fewer, examples of calm reasoned argument. A good editorial may contribute to more informed and thoughtful voting even if it does not change a single mind. That's beneficial."* He added, *"We get useful information from the way newspaper editors, as opinion leaders, evaluate a common set of circumstances—even in the age of Twitter and Google"* (Woolley, 2012). Newspaper editorialists would be wise to consider their frame when deciding to endorse political and presidential candidates.

BIBLIOGRAPHY

- Aday, S., 2006, "The Framesetting Effects of News: An Experimental Test of Advocacy Versus Objectivist Frame," *Journalism and Mass Communication Quarterly*, vol. 83, n° 4, pp. 767–784.
- Ansolabehere, S., Lessem, R., Snyder, J. M., Jr., 2006, "The Orientation of Newspaper Endorsements in U.S. Elections, 1940–2002," *Quarterly Journal of Political Science*, vol. 1, n° 4, pp. 393–404.
- Baldasty, G. J., 1992, *The Commercialization of News in the Nineteenth Century*, Madison, University of Wisconsin Press.
- Barron, J. and McNamee, T., January 22, 2012, "Editorial: Why We Will No Longer Endorse in Elections," *Chicago Sun-Times*, <http://www.suntimes.com/opinions/10174893-474/editorial-why-we-will-no-longer-endorse-in-elections.html>.
- Bennett, W. L. and Entman, R. M. (Eds.), 2001, *Mediated Politics: Communication in the Future of Democracy*, Cambridge University Press.
- Boeyink, D. E., 1992/1993, "Analyzing Newspaper Editorials: Are the Arguments Consistent?" *Newspaper Research Journal*, vol. 13–14, n° 4/1, pp. 28–39.
- Borah, P., 2011, "Conceptual Issues in Framing Theory: A Systematic Examination of a Decade's Literature," *Journal of Communication*, vol. 61, n° 2, pp. 246–263.
- Campbell, K. and Wiggins, E. L., 2014, "Walking a Tightrope," *Journalism Practice*, DOI: 10.1080/17512786.2014.916486.
- Cleghorn, R., September 1992, "Endorsing: Another Wimp-Out This Year? This Dulling Down and Dumbing Out Is Sad to See," *American Journalism Review*, <http://www.ajr.org/article.asp?id=1720>.
- Cooper, D. B., April 27, 1986, "Behind Our Election Recommendations. The Endorsement Process," *Akron (Ohio) Beacon Journal*.
- Cornfield, M., March 3, 2005, *Commentary on the Impact of the Internet on the 2004 Election*, Pew Internet and American Life Project.
- Dautrich, K. and Hartley, T. H., 1999, *How the News Media Fail American Voters*, New York, Columbia University Press.
- De Vreese, C. H., 2012, "New Avenues for Framing Research," *American Behavioral Scientist*, vol. 56, n° 3, pp. 365–375.
- De Vreese, C. H., Boomgaarden, H. G. and Semetko, H. A., 2011, "(In)direct Framing Effects: The Effects of News Media Framing on Public Support for Turkish Membership in the European Union," *Communication Research*, vol. 38, pp. 179–205.
- "Editorial – Why We Endorse," November 7, 1988, *Daily News*, Los Angeles.
- Elder, R., April 27, 1986, "The Newspaper's Choice: We Recommend Candidates Who Know Issues, Play Fair," *San Jose (California) Mercury News*.
- Entman, R. M., 1993, "Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm," *Journal of Communication*, vol. 43, n° 4, pp. 51–58.
- Entman, R. M., Matthes, J. and Pellicano, L., 2009, "Nature, Sources and Effects of News Framing," in Wahl-Jorgensen, K. and Hanitzsch, T. (Eds.), *Handbook of Journalism Studies*, Mahwah, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.
- Erikson, R. S., May 1976, "The Influence of Newspaper Endorsements in Presidential Elections: The Case of 1964," *American Journal of Political Science*, vol. 20, n° 2, pp. 207–223.
- Fallows, D., February 6, 2007, *Election Newshounds Speak Up*, Pew Internet and American Life Project.
- Fedler, F., Counts, T. and Stephens, L. F., 1982, "Newspaper Endorsements and Voter Behavior in the 1980 Presidential Election," *Newspaper Research Journal*, vol. 4, n° 1, pp. 3–11.
- Fernandez, J., October 24, 2007, "N&R Drops Presidential Endorsements," *Greensboro News & Record*, p. B3.
- Folkenflik, D., October 24, 2012, "Newspaper Endorsements: Prized, But Often Ignored," <http://www.npr.org/2012/10/24/163577695/newspaper-endorsements-still-key-in-swing-states>.
- Gallman, V., November 5, 2000, "Part of Paper's Job Is Publishing Opinions – Our Own and Others'," *Lexington (Kentucky) Herald-Leader*, p. H1.
- Gamson, W. A. and Modigliani, A., 1989, "Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach," *American Journal of Sociology*, vol. 95, n° 1, pp. 1–37.
- Gitlin, T., 1980, *The Whole World Is Watching: Mass Media in the Making & Unmaking of the New Left*, Berkeley, University of California Press.
- Glasser, T. (Ed.), 1999, *The Idea of Public Journalism*, Guilford Press Inc.
- Golan, G. J., 2010, "Editorials, Op-ed Columns Frame: Medical Marijuana Debate", *Newspaper Research Journal*, vol. 31, n° 3, pp. 50–61.
- Gregg, J. E., 1965, "Newspaper Editorial Endorsements and California Elections, 1948-62," *Journalism Quarterly*, vol. 42, pp. 532–538.
- Gullixson, P., October 7, 2012, "It All Begins This Week; Let's Get It Right," *The Press Democrat*, Santa Rosa, California.
- Hallock, S. M., 2007, *Editorial and Opinion: The Dwindling Marketplace of Ideas in Today's News*, Westport, Connecticut, Praeger.
- Haynes, D. D., October 26, 2012, "Why We Won't Make Recommendations," *Milwaukee (Wisconsin) Journal Sentinel*.
- Hiott, D., November 3, 2012, "Hiott: No American-Statesman Endorsement in Presidential Race," *American-Statesman*, Austin, Texas, <http://www.statesman.com/news/news/opinion/hiott-no-american-statesman-endorsement-in-preside/nSwGQ/>.
- Hoffman, L. H. and Slater, M. D., 2007, "Evaluating Public Discourse in Newspaper Opinion Articles: Values-Framing

- and Integrative Complexity in Substance and Health Policy Issues,” *Journalism and Mass Communications Quarterly*, vol. 84, n°1, pp. 58–74.
- Hollander, S., 1979, “On the Strength of a Newspaper Endorsement,” *Public Opinion Quarterly*, vol. 43, pp. 405–407.
- Horrigan, J., 2006, “More Americans Turn to the Internet for News about Politics,” Pew Internet and American Life Project.
- Hurd, R. E. and Singletary, M. W., 1984, “Newspaper Endorsement Influence on the 1980 Presidential Election Vote,” *Journalism Quarterly*, vol. 61, n°4, pp. 332–338.
- Iyengar, S., 1991, *Is Anyone Responsible? How Television Frames Political Issues*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Jamieson, K. H., 2000, *Everything You Think You Know about Politics ... and Why You're Wrong*, New York, Basic Books.
- Kaplan, R. L., 2002, *Politics and the American Press: The Rise of Objectivity, 1865–1920*, Cambridge University Press.
- Kimble, M., November 4, 2008, “Why We Don’t Endorse Candidates for President,” *Tucson (Arizona) Citizen*, <http://tucsoncitizen.com/morgue/2008/11/04/101506-kimble-why-we-don-t-endorse-candidates-for-president/>.
- Klein, H., October 18, 2004, “The Power and the Promise Editorial Endorsements in a Multimedia Age,” *The National Review*, <http://old.nationalreview.com/comment/klein200410180930.asp>.
- Kohut, A., 2008, “The Internet Gains in Politics,” Pew Internet and American Life Project.
- Kuypers, J. A., 2002, *Press Bias and Politics: How the Media Frame Controversial Issues*, Westport, Connecticut, Praeger.
- “Leaving the Choices Up to You,” October 27, 2008, *The Sentinel*, Carlisle, Pennsylvania, http://cumberlink.com/news/opinion/editorial/leaving-the-choices-up-to-you/article_b07e3a4d-dbea-577e-b727-6169fe897f10.html.
- Lee, N.-J., McLeod, D. M. and Shah, D. V., October 2008, “Framing Policy Debates: Issue Dualism, Journalistic Frames, and Opinions on Controversial Policy Issues,” *Communication Research*, vol. 35, n°5, pp. 695–718.
- Makker, S., October 26, 2012, “Do Newspaper Endorsements Still Matter?” <http://www.article-3.com/do-newspaper-endorsements-still-matter-99708>.
- March, W., September 17, 2012, “Halifax Media Properties End Political Endorsements,” <http://tbo.com/news/politics/halifax-media-properties-end-political-endorsements-502715>.
- Matthes, J., 2012, “Framing Politics: An Integrative Approach,” *American Behavioral Scientist*, vol. 56, n°3, pp. 247–259.
- Matthes, J., 2009, “What’s in a Frame? A Content Analysis of Media Framing Studies in the World’s Leading Communication Journals, 1990–2005,” *Journalism and Mass Communication Quarterly*, vol. 86, n°2, pp. 349–367.
- McCombs, M., Autumn 1967, “Editorial Endorsement: A Study of Influence,” *Journalism Quarterly*, vol. 44, pp. 545–548.
- McElroy, J., October 14, 2012, “News Sentinel Ends Long Tradition of Endorsing in Race for President,” *The News Sentinel*, Knoxville, Tennessee, <http://www.knoxnews.com/news/2012/oct/14/jack-mcelroy-news-sentinel-ends-long-tradition/>.
- McGoun, B., September 12, 2012a, “End-of-endorsements Explosion? Writers, Editors Decry Growing Trend of Abdication,” <http://www.opinionjournalists.org/index.php?src=news&refno=255&category=Masthead&prid=255>.
- McGoun, B., February 22, 2012b, “Ending endorsements? Why? Editors’ Discussion List Largely Laments Sun-Times’ Decision,” *The Chicago Sun-Times*, <http://www.opinion-journalists.org/index.php?src=gendocs&ref=endorsements2012>
- McManus, J. H., 1994, *Market-Driven Journalism* :
- Mendes, E., 2013, “Americans’ Confidence in Newspapers Continues to Erode,” <http://www.gallup.com/poll/163097/americans-confidence-newspapers-continues-erode.aspx>.
- Mill, J. S., 2002 [1859], *On Liberty*, Dover Publications, [originally published 1859, London, J. W. Parker].
- Merritt, D., 1998, *Public Journalism and Public Life*, Routledge.
- Mitchell, G., September 26, 2012, “Yes, Newspaper Endorsements for President Do Matter, and We’ll Be Charting Them,” *The Nation*, <http://www.thenation.com/blog/170167/yes-newspaper-endorsements-president-do-matter-and-well-be-charting-them#>.
- Montgomery, J., October 25, 2008, “Endorsements a Tradition Mildly Informational – Incidentally,” *The Hutchinson (Kansas) News*, <http://www.hutchnews.com/Columns/montyks>.
- Morales, L., September 22, 2011, “Majority in U.S. Continues to Distrust the Media, Perceive Bias,” <http://www.gallup.com/poll/149624/Majority-Continue-Distrust-Media-Perceive-Bias.aspx>.
- Nethaway, R., October 28, 1996, “Newspapers Make Political Endorsements for Public Service, Not for Fun or Profit,” *Kansas City Star*.
- “Newspapers Play Critical Role in Issuing Endorsements,” October 7, 2012, *The Stuart (Florida) News*, http://infoweb.newsbank.com/iw-search/we/InfoWeb?product=NewsBank&p_theme=aggregated5&p_action=doc&p_docid=141CC0A323F1B0D0&p_docnum=26&p_queryname=6.
- Observer Staff, October 24, 2002, “Our Endorsements – Starting Saturday, We Give Our Opinion on Election Choices,” *Charlotte (North Carolina) Observer*, p. 18A.
- Observer Staff, September 18, 2003, “About Our Endorsements – Telling Voters What to Do? No, We’re Just Saying What We Think,” *Charlotte (North Carolina) Observer*, p. 14A.
- Observer Staff, September 3, 2005, “Election Choices – Why Does The Observer Recommend Political Candidates?” *Charlotte (North Carolina) Observer*.
- “One Last Thing,” November 3, 2008, *The Virginian Pilot*, <http://hamptonroads.com/2008/11/best-choices-tuesday>.
- “Our Opinion: Your Vote is Your Choice,” November 4, 2012, *Wichita Falls (Texas) Times Record News*.

- "Our View: Election Day: It's Your Call," November 3, 2008, *Appeal-Democrat*, Marysville, California, <http://www.appeal-democrat.com/articles/free-70684-philosophy-endorse.html>.
- Pappas, N., October 26, 2008, "Some Readers Upset Over Our Endorsement," *The Telegraph*, Nashua, New Hampshire, p. B2.
- Peck, C., November 4, 2012, "Citizens Endorse, You Decide," *Memphis Commercial Appeal*, <http://www.commercialappeal.com/opinion/citizens-endorse-you-decide>.
- Peters, G. and Woolley, J. T., 2012, "2012 General Election Editorial Endorsements by Major Newspapers," *The American Presidency Project*, Woolley, J. T. and Peters, G. (Eds.), Santa Barbara, California, University of California, http://www.presidency.ucsb.edu/data/2012_newspaper_endorsements.php.
- Pew Research Center for People and the Press, August 17, 2008, "Media Credibility," chapter in *Audience Segments in a Changing News Environment: Key News Audiences Now Blend Online and Traditional Sources*, pp. 56-60, <http://www.people-press.org/2008/08/17/key-news-audiences-now-blend-online-and-traditional-sources/>.
- Porter, T., 2004, "What's the Point?" *American Journalism Review*, <http://www.ajr.org/Article.asp?id=3750>.
- Price, V., Tewksbury, D. and Powers, E., 1997, "Switching Trains of Thought," *Communication Research*, vol. 24, n° 5, pp. 481-506.
- Rhee, J. W., 1997, "Strategy and Issue Frames in Election Campaign Coverage: A Social Cognitive Account of Framing Effects," *Journal of Communication*, vol. 47, n° 3, pp. 26-48.
- Richardson, J. D. and Lancendorfer, K. M., 2004, "Framing Affirmative Action: The Influence of Race on Newspaper Editorial Responses to the University of Michigan Cases," *Harvard International Journal of Press/Politics*, vol. 9, n° 4, pp. 74-94.
- Robinson, J. P., 1974, "The Press as King-Maker: What Surveys from Last Five Campaigns Show," *Journalism Quarterly*, vol. 51, n° 4, pp. 587-94.
- Rosenstiel, T. and Kovach, B., 2001, *The Elements of Journalism: What Newspeople Should Know and the Public Should Expect*, New York, Three Rivers Press.
- Rystrom, K., 1986, "The Impact of Newspaper Endorsements," *Newspaper Research Journal*, vol. 7, n° 2, pp. 19-28.
- Schemer, C., Wirth, W. and Matthes, J., 2012, "Value Resonance and Value Framing Effects on Voting Intentions in Direct-Democratic Campaigns," *American Behavioral Scientist*, vol. 56, n° 3, pp. 334-352, DOI: 10.1177/0002764211426329.
- Scheufele, D. A., 1999, "Framing as a Theory of Media Effects," *Journal of Communication*, vol. 49, n°1, pp. 103-122.
- Schreckinger, B., October 26, 2012, "Obama, Romney in Tight Race for Newspaper Endorsements," *National Journal*, <http://www.govexec.com/oversight/2012/10/obama-romney-tight-race-newspaper-endorsements/59044/>.
- Smith, A. and Duggan, M., October 9, 2012, "The State of the 2012 Election – Mobile Politics," Pew Research Center.
- Smith, A. W. and Rainie, H., 2008, "The Internet and the 2008 Election," Washington, D. C., Pew Internet and American Life Project.
- Temple, J., October 18, 2008, "Temple: Input, Not Endorsements," *Rocky Mountain News*, Denver, Colorado, <http://www.rockymountainnews.com/news/2008/oct/18/temple-input-not-endorsements/>.
- "The Oregonian Editorial Board Will Not Make Presidential Endorsement," August 14, 2012, http://blog.oregonlive.com/oregonianeditors/2012/08/the_oregonian_editorial_board.html.
- Thompson, M., January 22, 2004/October 26, 2011, "Don't Blame Us, We Endorsed..." <http://www.poynter.org/uncategorized/20462/dont-blame-us-we-endorsed/>.
- "To Our Readers: AJC Takes New Approach on Election," October 9, 2009, *Atlanta Journal-Constitution*, <http://www.ajc.com/news/news/opinion/to-our-readers-ajc-takes-new-approach-on-election/nQYCp/>.
- Wallace, J., October 31, 2012, "Why We're Not Endorsing," *The Dayton Daily News*, <http://www.daytondailynews.com/news/news/local-govt-politics/why-were-not-endorsing/nSspX/>.
- "We'll Keep It Local on Candidate Endorsements," August 18, 2012, *The Star*, Indianapolis.
- Williams, E., "Our Recommendations," October 20, 2005, *The Charlotte (North Carolina) Observer*, p. 8A.
- Winters, S. J., October 18, 2008, quoted in "Why Newspapers Endorse Political Candidates," *Salt Lake Tribune*, <http://archive.sltrib.com/printfriendly.php?id=10753966&itype=ngpsid>.
- Woolley, J. T., November 2, 2012, "In Praise of Newspaper Endorsements," *The Huffington Post*, http://www.huffingtonpost.com/john-t-woolley/newspaper-endorsements-president_b_2062021.html.



En In the United States, newspapers are increasingly withdrawing from endorsing a candidate in presidential elections. Our qualitative analysis of frames used by U.S. newspaper editorialists to justify their newspaper's decision finds editorialists are guided by three professional values expressed through two professional practices. The professional values are civic responsibility, consequence, and credibility; the two professional practices are informing and influencing. We propose a guide, the "*Editorial Advocacy Frames Explanatory Model*," that deconstructs their decisions and distinguishes the roles of journalists and editorialists in political discourse, particularly in presidential endorsements. The model illustrates how the work of editorialists differs, or should differ, from that of reporters. News pages seek to inform; editorial pages seek to influence. Thus, news pages use journalistic frames to inform; editorial pages use advocacy frames to inform and influence. Endorsements are advocacy frames. It is not a matter of newspapers taking positions, or making arguments; it is a matter of newspapers making sense of issues and political races and promoting what they think is best. Framing research shows that all journalistic content has frames, whether news stories or editorials, whether objective or not. To avoid making an endorsement is not to avoid communicating a frame that can influence voters. The greater abundance of and easier access to information and opinions, argued by some editorialists as a reason for no longer making presidential endorsements, may actually be a prime reason not to stop it. The no-endorsement trend seems to have begun largely when American newspapers sought to stay afloat and relevant in response to declining circulation brought on by advances in technology that created more ways to get news. It is understandable that abandoning presidential endorsements, which in today's divided political climate in the U.S. may alienate as many readers as it pleases, is seen as a solution to holding on to both groups, but in doing so the model shows newspapers also abandon a major responsibility.

Keywords: frames, editorials, endorsements, newspapers, journalism.

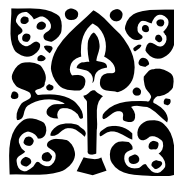
Fr Aux États-Unis, les journaux s'abstiennent de plus en plus de soutenir un candidat aux élections présidentielles. Notre analyse qualitative des cadres utilisés par les éditorialistes américains pour justifier les décisions de leurs journaux montre que les choix des éditorialistes reposent sur trois valeurs professionnelles : la responsabilité civique, la conséquence et la crédibilité, s'exprimant à travers deux pratiques : l'information et l'influence. Le « *Modèle explicatif des cadres du plaidoyer éditorial* » que nous proposons sert de guide pour déconstruire les décisions et distinguer les rôles des journalistes et des éditorialistes dans le discours politique, en particulier dans les soutiens présidentiels. Le modèle illustre comment le travail des éditorialistes diffère, ou devrait différer, de celui des journalistes. Les pages d'information cherchent à informer ; les pages éditoriales cherchent à influencer. Ainsi, les pages d'information utilisent des cadres journalistiques pour informer ; les pages éditoriales utilisent des cadres de plaidoyer pour informer et influencer. Les soutiens présidentiels sont des cadrages de plaidoyer. Il ne s'agit pas pour les journaux de prendre position ou d'argumenter mais bien de donner du sens aux problèmes et aux campagnes politiques et de promouvoir ce qu'ils pensent être le plus pertinent. Les recherches sur le cadrage médiatique montrent que tout contenu journalistique contient des cadres, qu'il s'agisse de reportages ou d'éditoriaux, objectifs ou non. S'abstenir de montrer son soutien n'est pas s'abstenir de communiquer un cadre qui peut influencer les électeurs. La grande abondance et la facilité d'accès à l'information et aux opinions, qui selon certains éditorialistes font disparaître la nécessité de soutenir explicitement un candidat, pourraient au contraire constituer une bonne raison de continuer. La tendance au non-soutien semble avoir débuté en grande partie lorsque les journaux américains ont cherché à rester à flot et pertinents en réponse à la baisse de la circulation provoquée par les progrès technologiques qui ont créé plus de façons d'obtenir des nouvelles. Il est compréhensible que l'abandon de mentions présidentielles, qui dans le climat politique divisé d'aujourd'hui

aux États-Unis peut aliéner beaucoup de lecteurs, soit considéré comme une solution pour retenir les deux groupes mais, ce faisant, le modèle montre que les journaux abandonnent également une responsabilité importante.

Mots-clés : cadres, éditoriaux, soutiens, journaux, journalisme.

Pt. Nos Estados Unidos, os jornais estão cada vez mais retirados para endossar um candidato nas eleições presidenciais. Nossa análise qualitativa de quadros utilizados pelos editorialistas de jornais dos EUA para justificar a decisão dos seus jornais encontra editorialistas que são guiados por três valores profissionais expressos através de duas práticas profissionais. Os valores profissionais são responsabilidade cívica, consequência e credibilidade; as duas práticas profissionais são informar e influenciar. Propomos um guia, o “*modelo explicativo das estruturas de defesa editoriais*”, que desconstrói as suas decisões e distingue os papéis dos jornalistas e editorialistas no discurso político, particularmente em endossos presidenciais. O modelo ilustra como o trabalho de editorialistas difere, ou deveria diferir, do de repórteres. As páginas de notícias procuram informar; as páginas editoriais procuram influenciar. Assim, as páginas de notícias usam quadros jornalísticos para informar; as páginas editoriais usam quadros de defesa para informar e influenciar. Endossos são quadros de defesa. Não é uma questão de jornais tomando posições para fazer argumentos; é uma questão de jornais fazendo sentido de questões e disputas políticas e promovendo o que eles acham que é melhor. Pesquisas de enquadramento mostram que todo o conteúdo jornalístico tem quadros, sejam notícias ou editoriais, sejam objetivos ou não. Evitar fazer um endosso não é evitar comunicar um quadro que pode influenciar os eleitores. A maior abundância e facilidade de acessos a informações e opiniões, defendido por alguns editorialistas como uma razão para não fazer endossos presidenciais, pode realmente ser a principal razão para não parar. A tendência ao não-endosso parece ter começado, em grande parte, quando os jornais americanos procuraram se manter à tona e relevante em resposta à queda de circulação provocada por avanços na tecnologia que criou mais maneiras de obter notícias. É compreensível que abandonar endossos presidenciais, que, no clima político dividido de hoje nos EUA pode alienar muitos leitores, é visto como uma solução para manter os dois grupos, mas, ao fazer isso, o modelo mostra que jornais também abandonam uma grande responsabilidade.

Palavras-chave: frames, editoriais, endossos, jornais, jornalismo.



Disputa política, neutralidade de rede e direitos dos usuários

A cobertura sobre a votação do Marco Civil da Internet

CAMILA MONT'ALVERNE

Doutoranda

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Universidade Federal do Paraná

E-mail: camilapessoa31@gmail.com



Marco Civil da Internet nasceu após reação da sociedade civil a um dos projetos de regulamentação da web que tramitavam no Congresso Nacional, de autoria do senador Eduardo Azeredo e conhecido como AI-5 digital¹. O Ministério da Justiça, então, iniciou uma consulta pública para a construção de uma lei, que viria a se tornar o Marco Civil. “*O debate deu-se online, em duas fases, e resultou em um projeto assinado pela Presidente Dilma em agosto de 2011.*” (Sampaio, Bragatto, Nicolás, 2013: 2)

O projeto parecia engavetado, até que as denúncias de espionagem por parte do governo dos Estados Unidos, liberadas pelo ex-funcionário da Agência de Segurança Nacional (NSA), Edward Snowden, fizeram com que o Executivo solicitasse urgência para a votação do Marco Civil no Congresso Nacional², ainda em 2013. O pedido da presidente Dilma Rousseff não foi suficiente, no entanto, para a aprovação do projeto, que trancou a pauta até o final de março de 2014.

O período foi marcado por desentendimentos entre o governo e a base aliada. O líder do PMDB³ na Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, organizou o chamado “bloco”, composto por parlamentares insatisfeitos com a Presidência, que ameaçava

Pour citer cet article

Référence électronique

Camila Mont'Alverne, « Disputa política, neutralidade de rede e direitos dos usuários. A cobertura sobre a votação do Marco Civil da Internet », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le 26 décembre 2016.

URL : <http://surlejournalisme.com/rev>

impor uma derrota ao Executivo caso não houvesse entendimento entre as partes⁴. Um dos objetos de impasse para aprovação do projeto era a exigência do governo em garantir a neutralidade de rede, que impediria as empresas de telecomunicações de cobrar preços diferenciados de acordo com os serviços dos quais o usuário quisesse usufruir. A obrigatoriedade da instalação de *data centers* no Brasil era outro ponto de controvérsia, no qual o governo cedeu⁵.

A votação do Marco Civil foi adiada várias vezes, até que houve acordo entre o governo e os deputados e o projeto foi aprovado no dia 25 de março de 2014.⁶ Após pouco menos de um mês, o Senado Federal também aprovou o texto enviado pela Câmara⁷ e o projeto foi sancionado pela presidente Dilma⁸.

O objetivo deste artigo é perceber como os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* abordaram a controvérsia envolvendo a votação do Marco Civil da Internet. A ideia não é entender, somente, como os periódicos encaravam o projeto de lei, mas também como eles se posicionavam na discussão, que ia além do Marco Civil e envolvia disputas entre governo e base aliada. Para isto, a análise se limitará à cobertura, nos editoriais, desde o momento em que o projeto começa a trancar a pauta da Câmara dos Deputados até quando é aprovado na Casa e enviado ao Senado.

O artigo está estruturado da seguinte forma: inicia-se com uma breve revisão bibliográfica sobre jornalismo político e enquadramento. Depois, são apresentadas as estratégias metodológicas utilizadas pela pesquisa. Em seguida, é feita a análise empírica. Na seção subsequente, os achados da investigação são discutidos. Encerra-se com as considerações finais sobre a pesquisa.

JORNALISMO POLÍTICO E ENQUADRAMENTO

O jornalismo, se não detém o monopólio da atenção pública, dispõe da possibilidade de indicar quais são os assuntos e as posições mais relevantes, destacando alguns aspectos da realidade.

A mídia de grande público se mantém em posição central nas disputas pela construção simbólica do mundo social e pela definição das preferências. E essa centralidade corresponde a uma potência: a de fazer ver e atribuir relevância a aspectos do mundo social que se tornam visíveis atrelados a julgamentos e posições. (Biroli, Miguel, 2011: 23).

A percepção da atuação de instituições como a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal e dos

agentes políticos está bastante ligada à cobertura jornalística, pois, dessa forma, é visibilizado tanto o que ocorre no interior de tais instituições como o que seus integrantes fazem fora delas (Jorge, 2003). O papel da comunicação de massa, portanto, vai além da mediação entre a esfera civil e os agentes políticos, oferecendo ao cidadão um modo de compreender o mundo.

A comunicação de massa exerce uma função vital no funcionamento dos sistemas democráticos, ao reportar o que os representantes eleitos estão fazendo nos gabinetes. A mídia transmite não só relatos factuais das atividades e decisões dos representantes; ela também transmite avaliações da performance deles, incluindo avaliações por outros políticos, líderes de grupos de interesse, especialistas e cidadãos comuns. Embora a mídia não seja a única fonte de informação sobre a performance dos representantes, é, de longe, a mais importante. (Arnold, 2004: 1, tradução própria⁹)

A partir do momento em que os *media* desenvolvem uma lógica própria de produção, os agentes políticos se encontram em uma posição na qual não conseguem controlar a cobertura (Strömbäck, Van Aelst, 2013). Além de ter de lidar com exigências próprias do campo da comunicação para serem visibilizados (Albuquerque, 2000; Gomes, 2004; Miguel, 2002), os agentes políticos estão sujeitos a uma exposição que não conseguem controlar, tendo de aprender a lidar com ela a fim de prosperar na carreira política. “*Como a mídia tem o quase monopólio de tornar públicos os acontecimentos na esfera pública, a política, para se realizar, precisa cumprir essa etapa de visibilidade e publicização para a sociedade.*” (Novelli, 2010: 193)

Devido às peculiaridades da configuração do material jornalístico, o jornalismo acaba por reforçar os limites da política na medida em que os consagra e naturaliza. Isso faz com que o jornalismo exerça uma atuação partidária, ainda que não necessariamente alinhada de maneira político-partidária (Biroli, 2012). Dessa forma, algumas perspectivas de política estão em evidência na cobertura política.

A cobertura não é, portanto, aleatória. Há motivos, ligados a regras específicas do campo do jornalismo, mas também a interesses diversos, para alguns assuntos figurarem nas páginas dos jornais e outros não. Com isso, o conceito de enquadramento ganha importância.

A ideia de enquadramento pode ser tratada a partir de perspectivas diversas (Mendonça, Simões, 2012; Pozobon, Schaefer, 2014; Vimieiro, Dantas, 2009). Algumas delas podem ser, inclusive, conflitantes, o que torna necessário delimitar claramente com qual abordagem do conceito o artigo se identifica. A partir da classificação feita por Mendonça e Simões (2012), o modelo de apropriação do conceito de *framing* tratado neste trabalho aproxima-se de pesquisas que adotam a ideia de enquadramento a fim de realizar análises de conteúdo discursivo, explorando molduras e saliências produzidas por enunciados.

Define-se enquadramento, ou *framing*, como “selecionar e jogar luz sobre aspectos de um evento ou de um assunto, e fazer conexões entre eles para promover uma interpretação particular, uma avaliação e/ou solução” (Entman, 2004: 5). Os *frames* podem definir problemas, diagnosticar suas causas e sugerir soluções para tais questões. Eles atuam destacando algumas partes da informação sobre determinado assunto, pessoa, evento (Entman, 1993). Já Sodré (2009) vê a importância do *framing* na construção do acontecimento que será abordado pela cobertura, ao afirmar que o enquadramento é a principal operação pela qual ele é selecionado, enfatizado e apresentado.

Os *frames* têm função de reduzir a complexidade dos assuntos abordados pela cobertura, até porque o material jornalístico não consegue dar conta de reproduzir para o leitor os diversos aspectos existentes na realidade. Desempenha um papel fundamental, portanto, nas discussões pautadas pelo jornalismo. “O *frame* seria justamente o quadro a partir do qual um determinado tema é pautado e, conseqüentemente, processado e discutido na esfera pública” (Gutmann, 2006: 30). Tem, portanto, papel fundamental na forma que os debates se desenrolarão, na medida em que a forma de apresentar o assunto pode alterar o posicionamento de cidadãos e de agentes políticos.

A consolidação de determinadas perspectivas no material jornalístico, ainda que não determine as preferências políticas da audiência (Biroli, Miguel, 2011), desempenha um papel fundamental ao estabelecer quais serão os limites do debate. “Enquadramentos trabalham ideologicamente e expressam relações sociais de poder (Van Gorp, 2010); cada enquadramento é parte e deriva de um discurso social ideológico, relacionado com poder social, político e econômico.” (Djerf-Pierre et al., 2013: 964) Por mais que o processo de enquadramento não seja consciente, a priorização de certas perspectivas e a exclusão de outras estabelece os limites dos *frames*, influenciando o teor do produto oferecido ao público.

A difusão de enquadramentos limita o número de alternativas interpretativas disponíveis aos receptores no processo de construção social da realidade. Enquadramentos ganham assim importância ao contribuir para a interpretação e avaliação interpretativa do mundo social. (Ituassu, 2011: 7)

No texto editorial, a adoção de determinados enquadramentos pode esclarecer o lugar de fala das publicações. Ao se dirigir – de forma prioritária – às elites políticas (Izadi, Saghaye-Biria, 2007; Melo, 1985), o gênero carrega a pretensão do periódico em influenciar em políticas públicas, na administração ou, mesmo, no jogo político; ao mesmo tempo em que oferece uma visão de mundo aos leitores.

O editorial, além de oferecer opinião, é um agente da voz e do conteúdo do jornal. Mais que produzir opiniões, ele representa o conteúdo total do periódico; ele coloca em domínio público assuntos, eventos e ideias para consumo e discussão em um fórum democrático. (Hallock, 2007: 162)

O texto opinativo, portanto, oferece subsídios para que os cidadãos formulem suas próprias disposições e julgamentos (Marques, Miola, 2010). Neste sentido, o material opinativo é compreendido como influenciador da compreensão e da tomada de decisão dos leitores em relação a diversos assuntos. O editorial é um espaço no qual o jornal exerce uma das funções das quais se investe, de pautar o debate público.

Junto com candidatos e partidos, a imprensa tem a habilidade de ajudar a definir os problemas da nação e a identificar possíveis soluções. Enquanto a imprensa pode, às vezes, ecoar discussões das elites políticas, em outros momentos, pode agir como uma voz dissonante ou alternativa na arena política. (Kahn, Kenney, 2002: 381-382)

O estudo dos editoriais, assim, possibilita enxergar o papel político que as empresas de jornalismo julgam ocupar socialmente, ao defender ou rechaçar determinadas agendas e perspectivas em espaço institucional.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O *corpus* do trabalho é formado por 11 editoriais publicados pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. A fim de permitir entender como os jornais se posicionaram acerca da controvérsia cercada a votação do Marco Civil

na Câmara dos Deputados, o artigo se debruçará sobre um período específico da cobertura. Serão analisados textos publicados entre os dias 28 de outubro de 2013 – data em que o projeto passa a trancar a pauta de votações da Casa – e 31 de março de 2014, o último dia do mês em que a lei foi aprovada, o que permite acompanhar a repercussão da aprovação. O critério de seleção para os textos foi que estes citassem o termo “Marco Civil da Internet”¹⁰.

A escolha pelos dois periódicos paulistas se dá por serem alguns dos *quality papers* – classificação que exclui os jornais de cunho popularesco (Coutinho, Miguel, 2007) – brasileiros de vasta tiragem¹¹ e pela possibilidade de acesso aos textos. Trabalhar com dois jornais permite comparar o conteúdo de ambos e entender a posição política deles, a partir dos enquadramentos que são ressaltados pelas publicações, a quem elas se endereçam e quem reivindicam representar. Comparar publicações do mesmo estado também torna possível perceber as semelhanças e diferenças de empresas de comunicação que se dirigem, basicamente, ao mesmo público.

Além disso, corrobora-se a ideia de Ituassu (2011: 5) de que *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* fazem parte do “núcleo central da imprensa brasileira influente, do debate político de alcance nacional e trabalham com formatos extensos, que possibilitam textos teoricamente mais aprofundados” em suas seções de opinião¹².

Os periódicos paulistas também estão entre os preferidos dos deputados federais¹³. Como argumentam Azevedo e Chaia (2008: 181), *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* dirigem-se a um público “[...] composto pelos formadores de opinião pertencentes à classe média alta e aos setores empresariais”¹⁴.

O quadro 1 lista os textos analisados, a data em que foram publicados e a qual jornal pertencem.

A análise dos textos se utiliza da análise de conteúdo, aliada à identificação dos enquadramentos na cobertura. A análise de conteúdo trabalha com a “materialidade linguística através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação” (Caregnato, Mutti, 2006: 683-684). A ideia, de acordo com as autoras, seria compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto.

[...] a análise de conteúdo compreende técnicas de pesquisa que permitem, de forma sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação, bem como as inferências sobre os dados coletados. (Cavalcante et. al, 2014: 14)

Após contato com o material, foram identificados os enquadramentos que se repetiam na cobertura, visando classificar a ocorrência deles nos editoriais. Ressalte-se que mais de um enquadramento poderia estar presente no mesmo texto. Corrobora-se, portanto, a ideia de Entman (1993) de que o enquadramento está

Quadro 1 – Lista de textos analisados

Título do editorial	Data de publicação	Jornal
A neutralidade necessária	30/10/2013	<i>O Estado de S. Paulo</i>
Liberdades ameaçadas	05/11/2013	<i>O Estado de S. Paulo</i>
Internet livre em perigo	12/03/2014	<i>O Estado de S. Paulo</i>
O PMDB força a mão	19/03/2014	<i>O Estado de S. Paulo</i>
Passa a ‘Carta da Internet’	27/03/2014	<i>O Estado de S. Paulo</i>
Falso impasse na Internet	03/11/2013	<i>Folha de S. Paulo</i>
Internet para o usuário	08/11/2013	<i>Folha de S. Paulo</i>
Detalhes da neutralidade	18/12/2013	<i>Folha de S. Paulo</i>
Nem depois do Carnaval	02/03/2014	<i>Folha de S. Paulo</i>
O negócio da Internet	19/03/2014	<i>Folha de S. Paulo</i>
#finalmente	28/03/2014	<i>Folha de S. Paulo</i>

próximo da análise de conteúdo por ser uma forma de operacionalizá-la.

A identificação dos enquadramentos presentes nos editoriais é inspirada no trabalho de Vimieiro (2010) e a apresentação deles segue o modo adotado por Ituassu (2011), que também trabalhou com textos opinativos¹⁵. Utilizou-se, ainda, o software NVivo para auxiliar na classificação dos editoriais.

Além de classificar e quantificar os enquadramentos, a investigação explora de forma mais atenciosa o conteúdo dos textos, trazendo trechos deles para situar o leitor, semelhante ao que é feito por Dias (2012) e por Mont’Alverne e Marques (2013). O procedimento, também adotado por Djerf-Pierre *et al.* (2013), permite esclarecer os elementos a compor os enquadramentos e aprofundar a análise qualitativa do material¹⁶.

Foram identificados, ainda, os personagens e instituições citados nos textos. Tendo em vista que o editorial é um espaço no qual o jornal “faz política” de forma mais nítida, pressiona o poder público e tenta pôr assuntos na agenda pública de discussões (Armañanzas, Nocí, 1996; Azevedo, 2006; Melo, 1985), identificar quem é mencionado nos textos – e com qual recorrência – permite ter uma ideia de a quem o periódico se endereça e quem advoga representar.

O quadro a seguir traz a lista de enquadramento encontrados nos textos.

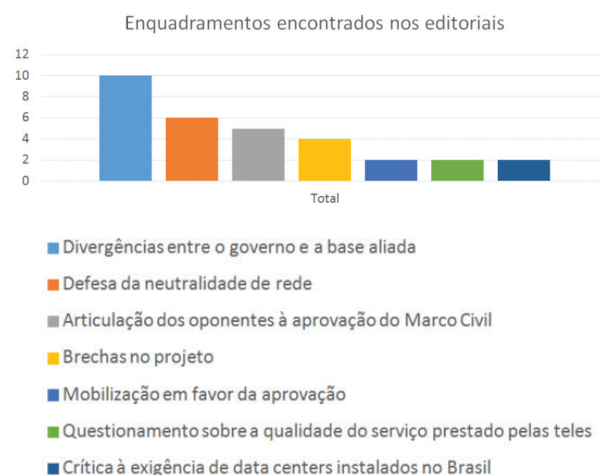
Quadro 2 – Enquadramentos encontrados nos editoriais

Enquadramentos encontrados
Divergências entre o governo e a base aliada (destaque aos conflitos entre o governo e a base aliada)
Defesa da neutralidade de rede (defesa da aprovação do Marco Civil garantindo a neutralidade de rede)
Articulação dos oponentes à aprovação do Marco Civil (movimentação das instituições e personagens que se opunham à aprovação do projeto)
Brechas no projeto (problemas na lei, que possibilitariam que ela fosse burlada)
Mobilização em favor da aprovação (movimentação das instituições e personagens favoráveis à aprovação do Marco Civil)
Questionamento sobre a qualidade do serviço prestado pelas teles (críticas à qualidade do serviço oferecido pelas empresas de telecomunicações)
Crítica à exigência de <i>data centers</i> instalados no Brasil (crítica ao trecho do projeto que exigia a instalação de <i>data centers</i> no Brasil pelas empresas que atuassem no país)

Na próxima seção, será apresentada a análise empírica dos textos.

ANÁLISE EMPÍRICA

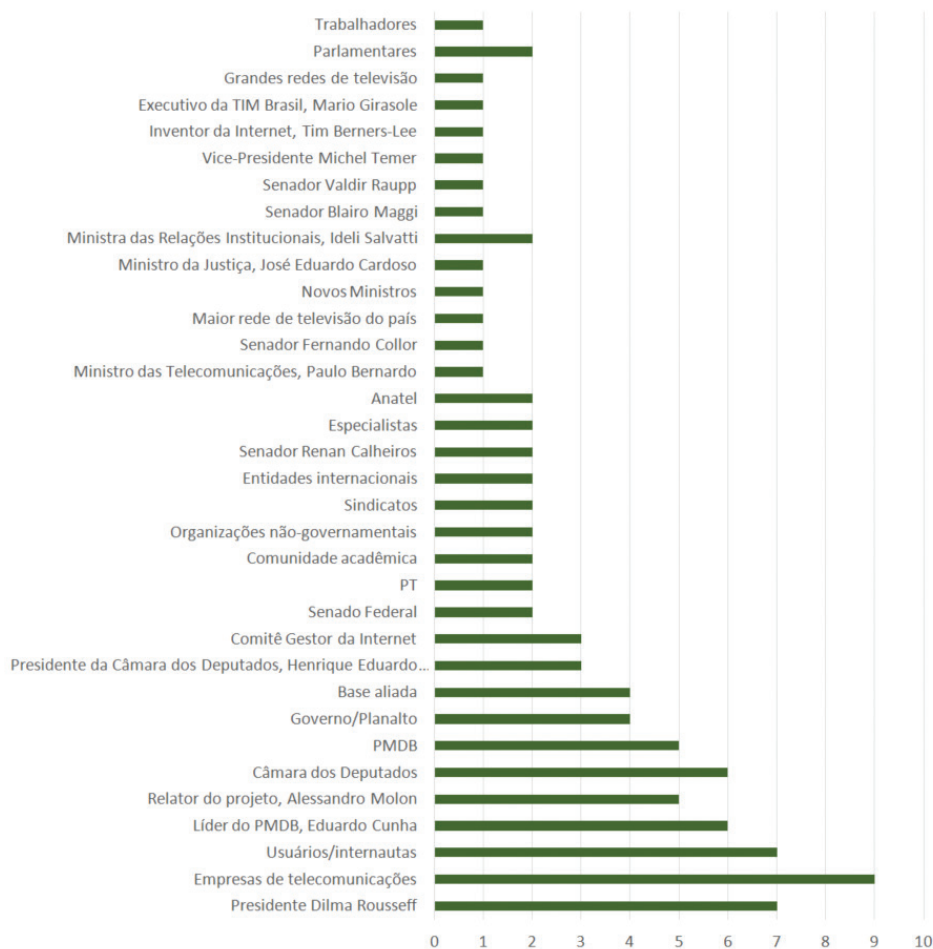
Gráfico 1 – Enquadramentos encontrados nos editoriais dos dois jornais



O gráfico 1 quantifica o total de textos no qual cada um dos enquadramentos adotados pelos jornais apareceu e traz o resultado dos *frames* adotados pelos dois jornais nos 11 textos. O enquadramento mais frequente versa sobre as divergências entre governo e base aliada, estando presente em 90,9% dos editoriais. Em seguida, vem a defesa da neutralidade de rede, feita em 54,5% dos textos. A articulação dos oponentes à aprovação do Marco Civil participa de 45,45% dos textos, enquanto a menção a brechas no projeto ocupa 36,4% dos editoriais. Adiante, três enquadramentos aparecem em 18,2% dos casos. São eles: mobilização em favor da aprovação do Marco Civil; o questionamento sobre o serviço prestado pelas empresas de telecomunicações; e a crítica à exigência de *data centers* instalados no Brasil.

O gráfico 2, por sua vez, quantifica todos os personagens ou as instituições citadas nos editoriais. Para o trabalho ficar mais objetivo, serão destacados apenas os personagens mais recorrentemente mencionados. Em primeiro lugar, aparecendo em 81,8% dos textos, estão as empresas de telecomunicações, seguidas de perto pela presidente Dilma Rousseff e por menções aos usuários, que acontecem em 63,6% dos editoriais. Posteriormente, presentes em 54,5% dos casos estão o líder do PMDB na Câmara, Eduardo Cunha e a Câmara dos Deputados. Por fim, o relator do projeto, Alessandro Molon e o PMDB são citados em 45,45% dos casos.

Gráfico 2 – Personagens e instituições citadas nos editoriais



Em seguida, a fim de exemplificar os enquadramentos identificados na cobertura e o modo que as personagens e instituições foram citadas, serão analisados trechos dos editoriais.

ENQUADRAMENTO “DIVERGÊNCIAS ENTRE O GOVERNO E A BASE ALIADA”

O único editorial que não adota o enquadramento de divergências entre o governo e a base aliada é “*Nem depois do Carnaval*”, da *Folha de S. Paulo*. À falta de entendimento entre o Executivo e os deputados é atribuída, em diversos momentos, a demora na votação do Marco Civil da Internet. Dois dias depois que o projeto passou a trancar a pauta, *O Estado de S. Paulo* afirma que as divergências dentro do “*principal partido de sustentação do governo impediram a votação*” e menciona a existência de interesses que ajudariam em tal processo.

Divergências até mesmo dentro do principal partido de sustentação do governo impediram

a votação ontem, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei que institui o chamado Marco Civil da Internet, que define direitos e deveres de usuários e provedores e estabelece as diretrizes para a atuação do poder público para o desenvolvimento da internet no País, e por isso vem sendo chamado de ‘Constituição da internet’. A persistência das divergências talvez impeça a votação também na sessão de hoje. O projeto, que começou a ser elaborado em 2009 e é de grande importância para o País, está pronto para ser votado há um ano. Mas, por não atender inteiramente uma parte dos interessados na questão, sua votação vem sendo protelada. (O Estado de S. Paulo, 30 out. 2013: A3)

O texto “*Falso impasse na internet*”, da *Folha de S. Paulo*, também critica a Câmara e a articulação para a votação do projeto, ressaltando que “*Nem o fato de a proposta tramitar em regime de urgência e ter passado a impedir que o plenário da Câmara delibere sobre outras proposições foi suficiente para*

que os deputados se sentissem compelidos a cumprir sua obrigação.” (Folha de S. Paulo, 3 nov. 2013: A2).

No dia 5 de novembro, *O Estado de S. Paulo*, no editorial “*Liberdades ameaçadas*” lembra a defesa de Dilma pela neutralidade de rede e, ao mesmo tempo, a relação conturbada entre o governo e a base aliada, personificada no deputado Eduardo Cunha, líder do PMDB na Câmara. “*A presidente Dilma Rousseff defendeu, em diversas ocasiões, a neutralidade na internet. Espera-se que, mantendo coerência, continue a fazê-lo, mesmo à custa de novos atritos com o líder de um importante partido de sua base na Câmara.*” (*O Estado de S. Paulo*, 5 nov. 2013: A3)

A *Folha de S. Paulo*, no texto “*Internet para o usuário*” também explora as negociações entre Planalto e Câmara, além de ressaltar o envolvimento direto do governo federal nas negociações, o que não garantiu o êxito delas.

Uma reunião entre os ministros José Eduardo Cardozo (Justiça) e Ideli Salvatti (Relações Institucionais) não bastou para que líderes da base governista se inclinassem a aprovar a proposta. Apesar da atuação direta do Planalto, o PMDB, maior aliado do PT no governo federal, mostra-se irredutível. O partido não quer dar seu aval à neutralidade de rede, princípio que impede empresas de telecomunicações de cobrar mais caro ou diminuir a velocidade da conexão em função do tipo de conteúdo acessado pelo usuário.” (*Folha de S. Paulo*, 8 nov. 2013: A2)

Em “*Detalhes da Neutralidade*”, a *Folha de S. Paulo* volta a mencionar os desentendimentos para a votação do projeto e desconfia da garantia de Ideli Salvatti. “*Segundo a ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais), o projeto será o primeiro assunto a ser debatido pela Câmara no ano que vem. Faltam motivos para confiar na previsão, mas sobram razões para torcer por ela.*” (*Folha de S. Paulo*, 18 dez. 2013: A2)

Com a volta do recesso parlamentar e, consequentemente, com a obrigatoriedade da votação do Marco Civil para destrancar a pauta, *O Estado de S. Paulo* aborda o assunto no texto “*Internet livre em perigo*”. O editorial resalta a disputa política envolvendo o projeto.

O Marco Civil tem sido um dos instrumentos da pressão de políticos governistas sobre a

presidente Dilma Rousseff, na queda de braço do PMDB por mais espaço no governo e nos palanques das eleições deste ano. Não é coincidência o fato de que o principal porta-voz na Câmara das reivindicações das teles nesse caso seja o deputado Eduardo Cunha, líder do PMDB e maior desafeto de Dilma na base aliada. À mercê de um jogo que nada tem a ver com o interesse do País, e sim com as ambições de meia dúzia de caciques políticos, o Marco Civil, fundamental para definir a internet como o ambiente essencialmente democrático da era digital, pode ser desfigurado a ponto de permitir que um espírito autoritário ou mercantil dite suas regras de funcionamento. (*O Estado de S. Paulo*, 12 mar. 2014: A3)

No dia 19 de março, os dois periódicos abordam o Marco Civil em seus editoriais. *O Estado de S. Paulo* resalta no texto “*O PMDB força a mão*” que o projeto estava em meio à crise política entre o governo e a base aliada¹⁷, tendo o deputado Eduardo Cunha à frente. O jornal critica, mesmo sutilmente, a presidente, que não teria sucesso na tentativa de assustar o PMDB.

Cunha ameaça impedir a aprovação do texto a menos que o governo desista da passagem à qual as teles se opõem e Dilma considera inegociável. [...] Com a corda esticada, Dilma imagina assustar o PMDB ao dizer, como na posse dos ministros, que “o povo sabe muito bem quem está do lado dele”. Pode esquecer. (*O Estado de S. Paulo*, 19 mar. 2014: A3)

A *Folha de S. Paulo* segue a linha de interpretação do concorrente e encara a aprovação do Marco Civil como algo crucial para a presidente, embora não acredite que o impasse entre governo e base se resolveria facilmente.

O Marco Civil da Internet, segundo consta, se transformou em questão de honra para a presidente Dilma Rousseff (PT). Sua aprovação na Câmara seria uma maneira de demonstrar força na queda de braço com o “bloco” de aliados insatisfeitos com o Planalto. O cálculo faz sentido. O principal articulador da rebelião na base de apoio ao governo é Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o mesmo personagem que tem comandado a resistência parlamentar ao projeto de lei para a rede de computadores. [...] A exasperação de Dilma Rousseff com Eduardo Cunha, nessas circunstâncias, surgiu como uma boa notícia, ainda que por razões tortuosas, para quem aguarda a aprovação do Marco Civil. Infelizmente, o histórico de adiamentos

sugere que o internauta deve ter cautela antes de nutrir esperanças. (Folha de S. Paulo, 19 mar. 2014: A2)

O Marco Civil só foi abordado novamente pelos dois jornais quando da sua aprovação. O enquadramento das divergências entre governo e base aliada também volta a aparecer nas duas publicações. *O Estado de S. Paulo* discute o tema no editorial “Passa a ‘Carta da Internet’”, no dia 27 de março. O jornal atribui a aprovação, principalmente, ao fato de a presidente Dilma ter resolvido “fazer política”.

A “Carta da Internet” foi aprovada anteontem à noite por aclamação na Câmara dos Deputados, depois de dois anos e meio de debates, manobras e conflitos de interesses, e cinco meses depois de bloquear a votação de outros projetos na Casa. [...] “A votação só foi possível”, comentaria o político em guerra com a presidente [Eduardo Cunha], “porque houve (...) convergência em pontos mínimos.” A isso se chama fazer política. Descendo do salto alto, Dilma deixou de querer impor a sua vontade a uma ponderável parcela da Câmara em surto de autoafirmação, motivada embora pela fisiológica insatisfação com o que receberia do Planalto em verbas e cargos. (O Estado de S. Paulo, 27 mar. 2014: A3)

No dia seguinte, a *Folha de S. Paulo* publica o editorial “#finalmente”, celebrando a aprovação do projeto e ressaltando o jogo político necessário para que ela acontecesse. “Após dois anos e sete meses de embates, muitas manobras movidas por interesses nem sempre confessáveis e intensa mobilização da sociedade, a Câmara enfim aprovou o Marco Civil da Internet.” (*Folha de S. Paulo*, 18 mar. 2014)

ENQUADRAMENTO “DEFESA DA NEUTRALIDADE DA REDE”

O segundo enquadramento identificado é a Defesa da neutralidade de rede. Seis dos onze textos trazem este viés à cobertura. O primeiro deles, de *O Estado de S. Paulo*, faz a defesa da neutralidade já no título: “A neutralidade necessária”. O editorial contrapõe os interesses do usuário – “A neutralidade assegura a todos os usuários o acesso livre aos serviços de transmissão de voz e dados, sem necessidade de pagar valores adicionais por determinados serviços” (*O Estado de S.*

Paulo, 30 out. 2013: A3) – ao das teles, que seriam contrárias à neutralidade porque “ela impede a comercialização de pacotes diferenciados, com preços e velocidades de transmissão igualmente diferenciados” (idem, ibidem). Ao final do texto, reafirma a necessidade de garantir a aprovação do projeto da maneira que este foi proposto.

Abrir caminho, por meio do Marco Civil da Internet, para a montagem de modelos de negócios, formas de comercialização e política de preços das operadoras, no entanto, é desvirtuar sua finalidade. Ele deve ser, como foi concebido há quatro anos, o balizador dos direitos e deveres dos participantes da rede, assegurando aos cidadãos a liberdade de expressão e às empresas, a liberdade de competir. (Idem, ibidem)

A *Folha de S. Paulo* também defende a neutralidade no editorial “Falso impasse na internet”, do dia 3 de novembro. O jornal, assim como *O Estado de S. Paulo*, ressalta a importância da norma para garantir o livre acesso à web e os direitos do usuário. Além disso, apresenta interesses que estariam por trás da resistência a assegurar a neutralidade e transfere a responsabilidade aos agentes políticos.

São cerca de 100 milhões de usuários de internet no Brasil, uma parcela crescente da população. Há, de outro lado, um modelo de negócios que beneficia um punhado de empresas. Para representantes eleitos pelo voto da população, deveria ser simples sair desse impasse. (Folha de S. Paulo, 3 nov. 2013: A2)

No texto seguinte, “Liberdades ameaçadas”, de 5 de novembro, *OESP* volta a ressaltar a importância da neutralidade de rede e as articulações contra a aprovação do projeto com ela. Pouco tempo depois, no dia 8 de novembro, a *FSP* se utiliza de especialistas para defender a neutralidade. “Especialistas não têm dúvidas. Afirmam, em uníssono, que a internet será bem pior se a neutralidade não for garantida. O PMDB, ainda assim, prefere amparar as razões comerciais das teles” (*Folha de S. Paulo*, 8 nov. 2013: A2).

No editorial “Internet livre em perigo”, *OESP* defende, pela última vez no material em tela, a neutralidade, criticando os interesses das empresas de telecomunicação.

As teles, por sua vez, querem diferenciar usuários, cobrando tarifas pelo volume de dados transmitido. Nesse modelo, se o volume contratado for excedido, a conexão será sus-

pensa ou sofrerá redução drástica de velocidade, inviabilizando, na prática, o fluxo de informações. Tais limites são inadmissíveis na internet. Ademais, essa reivindicação não deveria constar no Marco Civil, que não se presta a amparar legalmente modelos de negócios. (O Estado de S. Paulo, 13 mar. 2014: A3)

A FSP, por sua vez, faz a última defesa à neutralidade de rede no texto “O negócio da internet”. “Sem a neutralidade, nada proíbe provedores de mudar a velocidade da conexão a fim de beneficiar sites parceiros ou prejudicar concorrentes, ou de cobrar preços distintos de acordo com o conteúdo acessado” (Folha de S. Paulo, 19 mar. 2014: A2).

ENQUADRAMENTO “ARTICULAÇÃO DOS OPOSTOS À APROVAÇÃO DO MARCO CIVIL”

O enquadramento seguinte aborda a articulação dos oponentes à aprovação do Marco Civil. O *frame* foi encontrado em cinco textos, sendo dois de *O Estado de S. Paulo* e três da *Folha de S. Paulo*. No texto “Liberdades ameaçadas”, do dia 5 de novembro, *O Estado de S. Paulo* afirma que os sucessivos adiamentos abriram espaço para a articulação de interesses contrários à essência da proposta.

A ação das empresas de telefonia contra a neutralidade na forma definida pelo relator levou o presidente da Casa a adiar a votação do projeto na semana passada. A imprensa noticiou a realização, há alguns dias, de uma reunião na residência do presidente da Câmara para chegar ao consenso ao qual ele condicionou a votação da proposta. Estiveram presentes representantes de empresas de telefonia e da maior rede de televisão do País, além do deputado Eduardo Cunha, líder do PMDB na Casa, que defende a posição das teles, e do relator do projeto. (O Estado de S. Paulo, 5 nov. 2013: A3)

Já no editorial “Internet para o usuário”, do dia 8 de novembro, a FSP atribui a “interesses diversos, mas nunca os dos usuários” o adiamento das votações do Marco Civil e afirma que, caso os interesses das emissoras de televisão fossem resguardados, “Os usuários, mais uma vez, sairiam sacrificados – algo inadmissível para um projeto apelidado de Constituição da internet” (Folha de S. Paulo, 8 nov. 2013: A2).

Em “Detalhes da neutralidade”, a FSP menciona os interesses das teles em tentar “preservar um modelo de negócios” e cobra os deputados acerca de suas posições em relação ao Marco Civil. “[...] o Marco Civil não sensibilizou uma parcela dos deputados – a mais atenta aos interesses de algumas empresas de telecomunicações do que aos dos 100 milhões de usuários de internet no Brasil” (Folha de S. Paulo, 18 dez. 2013: A2).

O próximo texto a ressaltar a mobilização dos oponentes à aprovação do Marco Civil é “O negócio da Internet”, da *Folha de S. Paulo*. É ressaltada a articulação das empresas de telecomunicações junto aos parlamentares.

O líder do PMDB na Câmara prefere cerrar fileiras com as empresas de telecomunicações, um setor que lhe abriu horizontes no começo dos anos 1990 – por indicação do então presidente da República, Fernando Collor de Mello, o hoje deputado dirigiu a Telerj. Para as teles, o Marco Civil não pode ser votado do jeito que vem sendo proposto por uma razão simples: o conceito de neutralidade de rede, criado para proteger o usuário, as impedirá de explorar um modelo de negócios lucrativo.

Que seja esse o objetivo das empresas é algo compreensível. O que não se entende é o fato de tantos deputados considerarem razoável ficar contra o interesse de cerca de 100 milhões de internautas. (Folha de S. Paulo, 19 mar. 2013: A2)

O enquadramento aparece novamente no texto “Passa a ‘Carta da Internet’”, de *O Estado de S. Paulo*. O jornal menciona as “manobras e conflitos de interesses” (O Estado de S. Paulo, 27 mar. 2014: A3) que perpassaram o processo de aprovação do Marco Civil e a existência de um lobby das empresas de telecomunicações junto ao PMDB.

ENQUADRAMENTO “BRECHAS NO PROJETO”

O enquadramento “Brechas no projeto” está presente em quatro textos. O primeiro deles, “Internet para o usuário”, do dia 8 de novembro, é da *Folha de S. Paulo*. O editorial identifica ameaças à liberdade de expressão por causa das regras para retirada de conteúdo da internet quando violassem direitos autorais.

A solução é canhestra. Abre-se uma janela para que, enquanto não for criada lei

específica, sites sejam corresponsáveis pelos conteúdos de terceiros, sempre que houver violação de direito autoral. Dessa forma, o Marco Civil da Internet protegeria, por exemplo, os interesses de grandes redes de televisão, às quais importa impedir, por todos os meios, a divulgação imprópria de seus conteúdos. (Folha de S. Paulo, 8 nov. 2013: A2)

No editorial “Detalhes da neutralidade”, a FSP sinaliza para a necessidade de que a sociedade se mantivesse vigilante até a aprovação do Marco Civil, pois “Qualquer vírgula fora do lugar poderá ser usada para distorcer o conceito de neutralidade a ponto de torná-lo inócuo” (Folha de S. Paulo, 18 dez. 2013: A2).

O próximo texto a adotar tal *frame* é “Internet livre em perigo”, de *O Estado de S. Paulo*. O jornal fala claramente em brechas no projeto, indicando tais falhas.

[...] o projeto do Marco Civil da Internet, que está prestes a ser votado, contém brechas que, além de permitirem “tratamento diferenciado” para internautas por parte das empresas fornecedoras, podem ser interpretadas como um aval para que o governo regulamente, por decreto, a “discriminação ou a degradação do tráfego”. (*O Estado de S. Paulo*, 12 mar. 2014: A3)

O último texto, “#finalmente”, é da *Folha de S. Paulo*. Embora ressalte que o saldo da aprovação do Marco Civil é positivo, o periódico identifica alguns problemas.

Como resultado, o texto que saiu da Câmara contém exceções inexistentes na versão original. A mais preocupante é a que, a depender da interpretação, facilitaria a remoção de conteúdos publicados. Ao tratar do tema, os parágrafos terceiro e quarto do artigo 19 descem a minúcias típicas da legislação processual e vinculam decisões judiciais para retirar materiais de circulação à imprecisa ideia de “interesse da coletividade”.

Ainda que tais dispositivos não tratem especificamente de produção jornalística, não é preciso esforço para enxergar neles uma brecha pela qual políticos tentarão tirar do ar notícias que lhes pareçam desfavoráveis – o que constituiria inaceitável violação à liberdade de manifestação e de imprensa. (Folha de S. Paulo, 28 mar. 2014: A2)

ENQUADRAMENTO “MOBILIZAÇÃO EM FAVOR DA APROVAÇÃO”

Assim como os periódicos registraram a movimentação dos opositores ao Marco Civil para impedir sua aprovação, também mencionam a articulação de diversos setores da sociedade para tentar garantir que o projeto fosse aprovado. A *Folha de S. Paulo* faz isso em dois momentos: nos textos “Falso impasse na internet” e em “O negócio da Internet”. O jornal lista, nos dois editoriais, vários agentes – governo federal, Comitê Gestor da Internet no Brasil, comunidade acadêmica, ONGs, sindicatos e entidades internacionais (Folha de S. Paulo, 3 nov. 2013) – que apoiariam o projeto, o que se justificaria pela “importância do tema” (Folha de S. Paulo, 19 mar. 2014: A2).

ENQUADRAMENTO “QUESTIONAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO PELAS TELES”

O Estado de S. Paulo, em dois momentos, faz críticas ao serviço oferecido pelas empresas de telecomunicações aos usuários. Isto acontece nos editoriais “Liberdades ameaçadas” e “Internet livre em perigo”. No primeiro, o jornal atribui às teles uma ameaça aos direitos essenciais dos cidadãos.

E os que ameaçam esses direitos são empresas que continuam a cobrar caro por serviços deficientes tolerados pela agência reguladora do setor. Na mais recente tentativa de mostrar algum serviço de interesse dos usuários, a agência elevou de 20% para 30% do valor contratado a velocidade mínima que as empresas devem oferecer. É isso mesmo: elas podem oferecer só 30% do que cobram. E querem cobrar mais por isso. (*O Estado de S. Paulo*, 5 nov. 2013: A3)

No segundo, quando menciona a pressão das empresas de telecomunicações para alterar trechos do projeto de lei, lembra que elas são “as mesmas que entregam um serviço muito ruim pelo preço que cobram” (*O Estado de S. Paulo*, 12 mar. 2014: A3).

ENQUADRAMENTO “CRÍTICA AOS DATA CENTERS INSTALADOS NO BRASIL”

Dois textos de *O Estado de S. Paulo* criticam a exigência do governo de que *data centers* fossem instalados no Brasil pelas empresas que operassem

no país. No primeiro, “*A neutralidade necessária*”, o jornal apresenta a questão como uma das divergências a atrasar a votação do Marco Civil.

Outro foco de divergência no projeto é a privacidade, no caso entendida como a guarda de dados, como data, horário e duração do acesso à internet. Depois da revelação dos casos de espionagem pelos Estados Unidos, o governo passou a defender que a guarda seja feita em datacenters no Brasil. Mas é ilusório imaginar que uma lei como essa tenha o poder de impedir ações de espionagem. Uma das soluções seria retirar o tema do projeto do Marco Civil e tratá-lo em um projeto específico. (O Estado de S. Paulo, 30 out. 2013: A3)

No segundo editorial, o periódico menciona o recuo do governo na exigência da instalação dos *data centers* como uma saída honrosa para “*o oportunista Eduardo Cunha render-se ao projeto sem perder a face*”.

DISCUSSÃO

A presença de determinados enquadramentos ou menção a personagens nos editoriais indica quais perspectivas são priorizadas pelo periódico, além de estar relacionado com a autoridade conferida a alguns atores políticos. Assim como o campo político procura definir os limites do que seria entendido como política (Bourdieu, 2011), o jornalismo também atua em tal delimitação, pois desempenha um papel na conformação do ambiente político e dos valores compartilhados pelo público (Biroli, Miguel, 2012).

A predominância de alguns personagens nos textos também ajuda a compor o cenário. Ao conferir visibilidade a determinadas fontes em detrimento de outras, o jornalismo reforça a autoridade delas (Cook, 2011). Para elas figurarem nos jornais, entretanto, é necessário que realmente tenham alguma legitimidade perante a sociedade ou que ocupem lugar de destaque na realidade analisada. É o caso das menções à presidente Dilma Rousseff e ao relator do projeto, respectivamente. O relator, em especial, figura nos textos por ocupar um cargo de relevância no contexto.

No caso dos editoriais, as menções também podem cumprir a função de pressionar os agentes envolvidos. As empresas de telecomunicações, instituições citadas em 80% dos textos, são um exemplo. Elas aparecem sempre como responsáveis pelo *lobby* contra a aprovação do Marco Civil e opositoras à neutralidade de rede. Citar a Câmara dos Deputados, o presidente dela e a presidente da República, por sua vez, imputa respon-

sabilidade a estes agentes e instituições políticos, além de cobrar providências.

No Brasil, o jornalismo tende a reivindicar o exercício de “*um papel metapolítico, de principal intérprete do interesse nacional, por cima das instituições políticas representativas*” (Albuquerque, Holzbach, 2008: 169). Isto pode explicar a menção aos usuários e aos interesses deles. Desta forma, os periódicos legitimam suas demandas e agendas, caracterizando-as como de interesse coletivo. Ao mencionar os usuários, os jornais procuram manter o papel de defensores da audiência, sem posicionarem-se como interessados no resultado da votação.

No caso da *Folha de S. Paulo*, ainda há a menção a especialistas, a fim de justificar a defesa do Marco Civil. Os editoriais “*fazem análises cuidadosas, citam autoridades científicas nacionais e internacionais, discutem políticas públicas a partir de indicadores aceitos como confiáveis*” (Pinto, 2006: 87). Oferecer visibilidade a agentes de outros campos além do campo jornalístico e do político é uma forma de o jornal demonstrar abertura à sociedade, mesmo que haja escassa pluralidade no enquadramento adotado para retratar o assunto.

Em relação aos enquadramentos identificados no material, o *frame* Divergências entre o governo e a base aliada está presente em todos os textos de *O Estado de S. Paulo* – e só não está em um da *FSP*. A recorrência deste enquadramento dá indicações sobre o que é priorizado na cobertura política. “*Para muitos repórteres, conflito intenso entre presidente e Congresso, no qual o prestígio presidencial está em jogo e o resultado não é certo, é a definição de notícias*” (Arnold, 2004: 115).

Observar os textos classificados em tal enquadramento permite, ainda, perceber como os periódicos encaram a própria presidente da República e o Congresso Nacional. O Marco Civil aparece como fonte de disputa entre o governo e a base aliada e seria ameaçado por diversos interesses. Os periódicos cobram o resguardo dos direitos dos usuários, independentemente do jogo político. Ainda ressaltam, especialmente, *O Estado de S. Paulo*, a resistência do governo em negociar com os aliados e que, no momento em que a presidente resolveu fazê-lo, o Marco Civil foi aprovado.

Ao mesmo tempo, a defesa da neutralidade de rede, que pode ser considerada uma questão substancial, ocupa espaço considerável na cobertura. A discussão sobre as brechas no projeto, sobre a qualidade do serviço prestado pelas teles e sobre a instalação de *data centers* no país também acontece em alguns textos, relativizando a ideia de que a cobertu-

ra estaria somente preocupada com os aspectos do jogo político (Fallows, 1997; Gomes, 2004; Kovach, Rosenstiel, 2004; Miguel, 2002; Schudson, 2008), ainda que se reconheça a preponderância dos editoriais enfocando as disputas entre agentes do campo.

A priorização de certos enquadramentos, por sua vez, não ocorre por acaso. O jornal acaba por jogar luz sobre certos aspectos que julga mais importantes de serem debatidos, definindo a agenda. Embora não tenha sido um assunto frequente nos editoriais, pois o Marco Civil aparece apenas 11 vezes em mais de 4 meses de cobertura analisados, os periódicos tentam estabelecer os limites do debate quando abordam o tema, defendendo o projeto e elencando suas brechas, que deveriam ser corrigidas.

A abordagem é capaz de determinar quais agendas seriam ou não aceitáveis, ao rechaçar a das empresas de telecomunicações, por exemplo. Visibilizar determinadas perspectivas pode, portanto, alterar o próprio funcionamento do campo político. “*Matérias e editoriais ajudam a definir problemas, ligar problemas e alternativas e influenciar, ou, talvez, mais provavelmente, representar humores nacionais*” (Cook, 1989: 121).

Os jornais dispõem, assim, da possibilidade de defender suas posições, ao mesmo tempo em que arbitram conflitos entre diferentes agentes da sociedade. Ao defender o Marco Civil ou indicar suas brechas, o periódico não está somente opinando. Está se colocando no debate público, investido da legitimidade de defender o interesse público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo era perceber como os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* abordaram a controvérsia envolvendo o Marco Civil da Internet no período em que o projeto trancou a pauta da Câmara dos Deputados. A análise dos enquadramentos permite afirmar que o impasse para a votação do Marco Civil é encarado a partir do viés do conflito entre a base aliada e o governo Dilma. Ao mesmo tempo, os jornais também debatem questões subs-

tanciais, como a importância de resguardar a neutralidade de rede e as brechas existentes no projeto.

Apesar de apoiarem o Marco Civil, a *FSP* e *OESP* indicam problemas no projeto, deixando claro para a audiência que não o apoiam cegamente. Pelo contrário: teriam alertado sobre as falhas no texto e caberia aos agentes políticos envolvidos nas negociações as consertarem e resguardarem os interesses dos usuários, não os das empresas de telecomunicações e das redes de televisão.

A cobertura se desenrola de maneira ambígua. Se, por um lado, há a preocupação em apresentar à audiência os pontos principais do Marco Civil, por outro, há enfoque na crise política entre governo e base aliada. Destacar o conflito, no entanto, não é necessariamente ruim. Além de fornecer subsídios para o cidadão fazer uma espécie de *accountability* com os representantes, de acordo com a posição adotada por eles e a esperada pelos eleitores, podem ficar mais claros os interesses em disputa.

A análise dos editoriais permite, ainda, entender o que os periódicos pensam sobre diversos agentes políticos envolvidos nos assuntos mencionados e a quem se dirigem nos textos, pela identificação dos personagens e instituições mais mencionados.

No caso do Marco Civil da Internet, os periódicos não se furtam à possibilidade de oferecer uma interpretação da realidade ao leitor. Mais que isso, procuram apresentar-se como guardiões da audiência, enquanto defendem suas posições – embora não assumam todos os interesses que procuram resguardar.

NOTES

1. O Ato Institucional nº 5 foi baixado em 1968 pelo governo do general Costa e Silva, durante a ditadura militar brasileira. O AI-5 representou o endurecimento da ditadura brasileira, permitindo que o presidente decretasse o recesso do Congresso Nacional, suspendesse a garantia do *habeas-corpus* e os direitos políticos de qualquer cidadão, dentre outras medidas. Atividades dos direitos dos usuários na internet afirmavam que a Lei Azeredo (também conhecida como AI-5 digital) criava um “vigilantismo” na web, implantando medidas extremas que feririam direitos de quem a utilizasse, daí a relação com a legislação ditatorial. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> e em <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-ai-5-digital>. Acesso em 25 set. 2015.
2. Disponível em <http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/apos-espionagem-dilma-pede-urgencia-de-votacao-do-marco-civil-da-internet-9912712>. Acesso em 4 mai 2014.
3. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro é o partido brasileiro com maior número de filiados. Apesar de nunca ter eleito um presidente da República por meio de eleições diretas, o PMDB desempenha um papel de destaque na cena política, pois dá sustentação aos governantes eleitos a partir de uma política de alianças, que envolve a negociação de cargos na administração pública e apoio parlamentar. O partido é composto por diversos setores que, frequentemente, têm opiniões divergentes sobre variados assuntos, inclusive concernentes às iniciativas dos governos que apoiam. Disponível em <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Abril/brasil-tem-15-3-milhoes-de-filiados-a-partidos-politicos> e em <http://pmdb.org.br/institucional/historia/>. Acesso em 24 set. 2015.
4. Embora fizesse parte da base aliada ao governo, parte do PMDB ameaçava votar contra o Marco Civil por causa de desencontros com a presidente Dilma Rousseff e por afinidades com os setores que se opunham ao projeto. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-03/votacao-do-marco-civil-da-internet-e-adiada-por-mais-uma-semana> e em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/03/risco-de-derrota-faz-governo-adiar-votacao-do-marco-civil-da-internet.html>. Acesso em 4 mai 2014.
5. Mais informações sobre o processo até a aprovação do Marco Civil estão disponíveis em <http://bit.ly/1fT63RZ>. Acesso em 9 mai. 2014.
6. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1430894-camara-aprova-marco-civil-da-internet.shtml>. Acesso em 4 mai 2014.
7. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/senado-aprova-marco-civil-da-internet.html>. Acesso em 4 mai 2014.
8. Disponível em <http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/04/23/presidente-dilma-sanciona-marco-civil-da-internet.htm>. Acesso em 4 mai 2014.
9. Todas as traduções deste artigo são de responsabilidade da autora.
10. *O Estado de S. Paulo* publica, na página A3, três editoriais por dia. Há, ainda, um editorial econômico, que não dispõe da mesma visibilidade dos outros, sendo publicado no caderno de Economia. Para este trabalho, examinam-se apenas editoriais publicados na página 3. Já a *Folha de S. Paulo* traz dois editoriais diariamente, na página A2.
11. Apesar de não serem os dois jornais de maior tiragem do Brasil, a relevância de *OESP* e de *FSP* faz com que disponham de influência junto a diversos segmentos, inclusive sobre as elites políticas e econômicas do país. Disponível em <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/> e em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1469475-folha-e-veiculo-de-comunicacao-preferido-de-empresarios-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em 18 set. 2015.
12. O autor considera que o jornal *O Globo* também faz parte deste grupo.
13. Disponível em http://links.fsb.com.br/site_fsb/Midia_e_Politica_2015_pags_independentes.pdf. Acesso em 31 ago. 2015.
14. É necessário levar em conta a importância política e econômica de São Paulo para o país, o que também confere relevância aos periódicos lá publicados, até porque procuram posicionar-se como jornais nacionais e grande parte das publicações de caráter nacional estão sediadas na cidade. São Paulo é a cidade mais populosa do Brasil, com quase 12 milhões de habitantes. Para além da expressividade populacional, o estado de S. Paulo também tem grande relevância econômica para o país, pois detém o maior Produto Interno Bruto das unidades da federação brasileira, representando cerca de 33% do PIB nacional. O estado também concentra parte significativa das instituições financeiras do Brasil, além de outros serviços. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355030&search=sao-paulo|sao-paulo|infograficos:informacoes-completas> e em <http://www.investe.sp.gov.br/por-que-sao-paulo/economia-diversificada/pib/>. Acesso em 18 set. 2015.
15. Admite-se que a classificação dos enquadramentos está sujeita a certo grau de subjetividade. Todavia, foram tomadas algumas precauções para tornar a categorização mais objetiva, como a comparação dos textos a fim de identificar preocupações semelhantes. Ressalta-se, também, que uma mudança na operacionalização da análise de conteúdo pode produzir resultados diferentes, como afirmam Cavalcante *et. al* (2014).
16. A metodologia é, também, uma tentativa de operacionalizar a ideia de enquadramento como estratégia metodológica, sendo, em último caso, um exercício. Reconhecer isto não invalida os achados da pesquisa, mas a torna mais transparente e mostra que a metodologia está sujeita a melhorias e aprimoramentos.
17. A apreciação do Marco Civil da Internet foi marcada por desencontros entre o governo e seus aliados na Câmara dos Deputados. Uma parte dos parlamentares que fazia parte da base de apoio ao governo na Casa se opunha à aprovação da legislação, o que dificultou o processo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, A., 2000, "Um outro quarto poder: jornalismo e responsabilidade política no Brasil", *Contracampo*, Rio de Janeiro, vol. 4, pp. 23-57.
- Albuquerque, A., Holzbach, A., 2008, "Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S. Paulo", *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, vol. 5, n° 14, pp. 149-170.
- Armañanzas, E., Nocí, J. D., 1996, *Periodismo y argumentación. Géneros de opinión*, Universidad del País Vasco.
- Arnold, R. D., 2004, *Congress, the Press, and Political Accountability*, Princeton, Princeton University Press.
- Azevedo, F., 2006, "Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político", *Opinião Pública*, Campinas, vol. 12, n° 1, pp. 88-113.
- Azevedo, F., Chaia, V., 2008, "O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004)", *Opinião Pública*, vol. 14, n° 1, pp. 173-204.
- Bardin, L., 1977, *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Biroli, F., Miguel, L. F., 2011, "Razão e sentimento: a comunicação política e a decisão do voto", *Paper apresentado no XX Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS)*.
- Biroli, F., Miguel, L. F., 2012, "Orgulho e preconceito: A 'objetividade' como mediadora entre o jornalismo e seu público", *Opinião Pública*, vol. 18, n° 1, pp. 22-43.
- Biroli, F., 2012, "O jornalismo como gestor de consensos: limites do conflito na política e na mídia", disponível em <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1837.doc>, acesso em 7 jun. 2012.
- Bourdieu, P., 2011, "O campo político", *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n° 5, pp. 193-216.
- Caregnato, R., Mutti, R., 2006, "Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo", *Texto & Contexto Enfermagem*, Santa Catarina, vol. 15, pp. 679-684.
- Cavalcante, R. et al., 2014, "Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método", *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, vol. 24, n° 1, pp. 13-18.
- Cook, T. E., 1989, *Making laws and making News*, Washington, The Brookings Institution.
- Cook, T. E., 2011, "O jornalismo político", *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n° 6, pp. 203-247.
- Coutinho, A., Miguel, L. F., 2007, "A crise e suas fronteiras: oito meses de mensalão nos editoriais dos jornais", *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, pp. 97-123.
- Dias, A. B., 2012, *O presente da memória: Usos do passado e as (re) construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o "golpe de 1964" e a "ditabranda"*, Dissertação (Mestrado em Comunicação), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curitiba, Universidade Federal do Paraná.
- Djerf-Pierre, M. et al., 2013, "Policy failure or moral scandal? Political accountability, journalism and new public management", *Media, Culture and Society*, vol. 35, n° 8, pp. 960-976.
- Entman, R., 1993, "Framing: Toward clarification of a fractured paradigm", *Journal of Communication*, vol. 43, n° 4, pp. 51-58.
- Entman, R., 2004, *Projections of power: framing news, public opinion, and U.S. foreign policy*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Fallows, J., 1997, *Detonando a notícia: como a mídia corrói a democracia americana*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Gomes, W., 2004, *Transformações da política na era da comunicação de massa*, São Paulo, Paulus.
- Gutmann, J., 2006, "Quadros Narrativos Pautados pela Mídia: framing como segundo nível do agenda-setting?", *Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura*, vol. 4, n° 1, pp. 25-50.
- Hallock, S. M., 2007, *Editorial and Opinion*, Praeger, Westport.
- Ituassu, A., 2011, "O enquadramento (ou o preconceito) da descrença: uma análise das seções de Opinião de O Globo e da Folha de S. Paulo durante a campanha eleitoral de 2010", Paper apresentado no XX Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS).
- Izadi, F., Saghaye-Biria, H., 2007, "A Discourse Analysis of Elite American Newspaper Editorials: The Case of Iran's Nuclear Program", *Journal of Communication Inquiry*, vol. 31, n° 2, pp. 140-165.
- Jorge, V., 2003, "A Cobertura do Congresso Nacional pelos Jornais Brasileiros, 1985-1990", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 31, pp. 64-82.
- Kahn, K., Kenney, P. J., 2002, "The slant of the news: how editorial endorsements influence campaign coverage and citizens' views of candidates", *American Political Science Review*, vol. 96, n° 2, pp. 381-394.
- Kovach, B., Rosenstiel, T., 2003, *Os elementos do jornalismo*, São Paulo, Geração Editorial.
- Marques, F. P. J., Miola, E., 2010, "Deliberação mediada: Uma tipologia das funções dos media para a formação do debate público", *Estudos em comunicação*, vol. 1, n° 7, pp. 1-28.
- Melo, J. M., 1985, *A opinião no jornalismo brasileiro*, Petrópolis, Vozes.
- Mendonça, R. F., Simões, P., 2012, "Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 27, n° 79, pp. 187-201.
- Miguel, L. F., 2002, "Os meios de comunicação e a prática política", *Lua Nova*, São Paulo, vol. 56, pp. 155-184.
- Miguel, L. F., 2014, *Democracia e representação: territórios em disputa*, São Paulo, Editora Unesp.
- Mont'Alverne, C., Marques, F. P. J., 2013, "Jornalismo Político e Imagem Pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo", *Contracampo*, Niterói, vol. 28, n° 3, pp. 93-115.
- Novelli, A. L. C. R., 2010, *Imagens cruzadas: a opinião pública e o Congresso Nacional*, Brasília, Senado Federal.

- Pinto, C. R. J., 2006, "Elementos para uma análise de discurso político", *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, vol. 24, pp. 87-118.
- Pozobon, R., Schaefer, R., 2014, "Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento: uma proposta de sistematização conceitual", *Fronteiras*, vol. 16, nº 3, pp. 157-168.
- Sampaio, R., Bragatto, R., Nicolás, M. A., 2013, "Inovadora e democrática. Mas e daí? Uma análise da primeira fase da consulta online sobre o Marco Civil da Internet", disponível em < <http://bit.ly/1ifSzyF>>, acesso em 6 mai. 2014.
- Schudson, M., 2008, *Why democracies need an unlovable press*, Cambridge, Polity Press.
- Sodré, M., 2009, *A narração do fato: Notas para uma Teoria do Acontecimento*, Petrópolis, Vozes.
- Strömbäck, J., Van Aelst, P., 2013, "Why political parties adapt to the media: Exploring the fourth dimension of mediatization", *International Communication Gazette*, vol. 75, nº 4, pp. 341-358.
- Vimieiro, A. C., Dantas, M., 2009, "Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia", *Lumina*, vol. 3, nº 2, pp. 1-16.
- Vimieiro, A. C., 2010, *Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)*, Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Pt. O objetivo do trabalho é entender como os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* retrataram, em seus editoriais, a controvérsia cercando a votação do Marco Civil da Internet na Câmara dos Deputados. A ideia é compreender, não somente, como os periódicos viam o projeto de lei, mas também como se posicionavam na discussão, que ia além do Marco Civil e envolvia disputas entre governo e base aliada. O artigo tem, por método, análise de conteúdo aliada à identificação dos enquadramentos – a partir do conceito de Robert Entman – presentes nos textos. Foram identificados 7 enquadramentos no material: divergências entre o governo e a base aliada; defesa da neutralidade de rede; articulação dos oponentes à aprovação do Marco Civil; brechas no projeto; mobilização em favor da aprovação; questionamento sobre a qualidade do serviço prestado pelas teles; e crítica à exigência de *data centers* instalados no Brasil. A fim de examinar o conteúdo dos textos, os *frames* foram analisados qualitativamente. Foram observadas, ainda, as personagens e instituições citadas pelos editoriais. Os resultados apontam para a priorização do conflito entre a Presidência e a base aliada na cobertura. Também são abordadas questões de cunho substancial, como brechas no projeto e a defesa da neutralidade de rede. Os jornais adotam uma posição ambígua em relação ao Marco Civil. Ao mesmo tempo em que apoiam o projeto, destacam problemas e interesses diversos que comprometem a lei, além das brechas que ela poderia ter. No caso dos editoriais sobre o Marco Civil, os periódicos não somente oferecem uma interpretação ao leitor, mas procuram apresentar-se como guardiões da audiência, enquanto defendem seus próprios interesses.

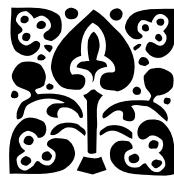
Palavras-chave: Jornalismo político, editorial, enquadramento, Marco Civil da Internet.

En. This study aims to understand how two newspapers, *O Estado de S. Paulo* and *Folha de S. Paulo*, portrayed in their editorials the controversy surrounding the vote in the Brazilian Chamber of Deputies on the *Marco Civil da Internet* (a bill regulating Internet services). The goal is to study not only the newspapers' opinions about the bill, but also their positions on issues beyond the Marco Civil involving conflicts between the government and the deputies of the coalition government. Adopting Robert Entman's approach, the study proposes a content analysis of the framing of the debates. In all, seven frames were identified in the coverage of the debates: disagreements between the government and its allies; defense of Net neutrality; opposition to the bill; shortcomings of the bill; mobilization in favor of the bill; questions about the quality of service provided by telecom companies; and criticism of the existence of Brazilian data centers. In order to examine the editorials' content, the frames were analyzed qualitatively, along with the actors and institutions referred to in the editorials. Analysis shows on the one hand that the coverage prioritized the conflicts between the president and the coalition, and on the other, that the arguments focused on the gaps in the bill and the defense of Net neutrality. The newspapers hold ambiguous positions on the Marco Civil—they both support the bill, and highlight the problems and interests which undermine the bill. With these editorials on the Marco Civil, the newspapers offer an interpretation to their readership, all the while trying to maintain the appearance of protectors of public interest and still defending their own interests as businesses producing online content.

Keywords: political journalism, editorial, framing, Brazilian Bill of Internet Civil Rights.

Fr. Ce travail essaie de comprendre comment les journaux *O Estado de S. Paulo* et *Folha de S. Paulo* ont dépeint, dans leurs éditoriaux, la controverse autour du vote sur le *Marco Civil da Internet* (une loi réglementant les services Internet) à la Chambre des députés brésiliens. L'idée est de comprendre non seulement l'opinion des périodiques au sujet du projet de loi, mais aussi leurs positionnements dans un débat qui dépassait le cadre strict du Marco Civil, et touchait aux conflits entre le gouvernement et les députés de la coalition gouvernementale. En suivant l'approche de Robert Entman, le texte propose une analyse de contenu sur le *framing* (cadrage) des débats. Les résultats montrent sept cadrages identifiés dans la couverture des débats : les désaccords entre le gouvernement et ses alliés ; la défense de la neutralité du réseau ; l'opposition à l'approbation du Marco Civil ; les lacunes dans le projet ; la mobilisation en faveur de l'approbation ; les questions sur la qualité du service fourni par les opérateurs télécoms ; et la critique de l'existence des *data centers* installés au Brésil. Afin d'examiner le contenu des textes, les cadrages ont été analysés qualitativement, tout comme les personnages et les institutions cités par les éditoriaux. Les résultats montrent d'une part, que la couverture est davantage centrée sur le conflit entre la présidence et la coalition et d'autre part, que le débat se focalisait aussi sur les lacunes du projet de loi et la défense de la neutralité du réseau. Les quotidiens ont adopté une position ambiguë sur le Marco Civil. D'une part, ils soutiennent le projet, de l'autre ils mettent en évidence les problèmes et les intérêts qui nuisent à la loi, au-delà des lacunes qu'il pourrait avoir. Dans le cas des éditoriaux sur le Marco Civil, les journaux offrent non seulement une interprétation pour le lecteur, mais cherchent à se présenter comme des protecteurs des intérêts du public, tout en défendant leurs propres intérêts d'entreprises productrices de contenus en ligne.

Mots-clés : Journalisme politique, éditorial, cadrage, Marco Civil, Constitution de l'Internet.



L'éditorial en presse régionale en France

L'exemple du quotidien *Sud Ouest* en Aquitaine

MARIE-CHRISTINE LIPANI

Maitre de conférences

Université Bordeaux-Montaigne

Institut de journalisme Bordeaux Aquitaine

MICA

marie-christine.lipani@ijba.u-bordeaux-montaigne.fr



aujourd'hui confrontée à toutes sortes de crises et de bouleversements aussi bien sur le plan économique, que sur le plan organisationnel et structurel, la presse, dont la plupart des discours analysant sa mission première, insiste sur sa dimension politique, est-elle encore en capacité d'instituer le débat public (Girard, 2011) et de quelle manière ?

Entrer dans ce questionnement à travers l'étude d'un genre journalistique aussi particulier que l'éditorial est l'occasion, de notre point de vue, d'appréhender, d'une manière privilégiée, la question du commentaire journalistique et la fonction de contre-pouvoir des médias, notamment en France où une « *tradition culturelle valorise un journalisme d'idées au détriment d'un journalisme de faits* » (Muhlmann, Plenel, 2008 : 16). L'enjeu est doublement intéressant puisque le commentaire et la prise de position publique ne sont plus désormais limités aux médias et aux journalistes. Internet et les outils numériques ont permis à chaque citoyen de peser davantage sur la discussion et le débat démocratiques sans passer par la presse traditionnelle et la blogosphère est devenue un lieu d'expression incontournable (Cardon, 2010 ; Jeanne-Perrier, Le Cam, Pélissier, 2004). Malgré tout, l'éditorial, selon les manuels de journalisme, est toujours considéré comme un genre jour-

Pour citer cet article

Référence électronique

Marie-Christine Lipani, « L'éditorial en presse régionale en France. L'exemple du quotidien *Sud Ouest* en Aquitaine », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le 26 décembre 2016.

URL: <http://surlejournalisme.com/rev>

nalistique noble, le « commentaire par excellence » qui confère à celui qui le signe une place de choix au sein de la rédaction. L'éditorialiste bénéficie d'un statut particulier d'autant plus que son papier est souvent présenté comme reflétant l'opinion du média qui l'emploie (Agnès, 2000), voire la vitrine idéologique du journal (Hermann, Jufer, 2001). S'interroger sur le rôle de l'éditorial et sa relative capacité, d'une part, à entrer dans le débat public et, d'autre part à l'influencer, participe donc à un questionnement plus global sur le rôle du journaliste en démocratie. Dans ce cadre, notre analyse trouve son origine dans la démarche sociologique initiée par Robert E. Park, qui questionna largement « *le rôle et la fonction de la presse dans la société moderne et dans la démocratie* » développant ainsi l'idée que la presse participait au « *contrôle social* » (Bourmeau, 1988 : 55) et qui se concentra en particulier sur la distinction entre informations et commentaires et leur contribution respective dans la formation de l'opinion publique.

De telles problématiques adossées à la puissance symbolique accordée à l'éditorial d'une manière générale ont orienté la construction de notre objet d'étude vers un secteur quelque peu délaissé par les chercheurs en sciences de l'information et de la communication (SIC) : la presse quotidienne régionale (PQR). Les quotidiens nationaux français, à défaut d'un parti pris tranché pour une idéologie politique claire, à quelques exceptions près, font, assez souvent, preuve d'une orientation spécifique qui se décline à travers leur ligne éditoriale générale et en particulier à travers les éditoriaux et les billets. Pour la PQR, qui représente aujourd'hui en France une soixantaine de titres sur l'ensemble du territoire (et en outre mer), soit plus de 5 millions d'exemplaires diffusés chaque jour, lus par plus de 18 millions de lecteurs¹, la situation est différente. Pour l'historien des médias Patrick Eveno, les quotidiens régionaux et départementaux ont appréhendé rapidement la perte d'intérêt des lecteurs pour les débats politiques. Cette famille de presse, rappelle cet historien, comme la plupart des médias, est confrontée à la baisse de ses revenus, à la transformation des usages médiatiques, ce qui l'oblige à se réinventer notamment sur le web. Elle dispose cependant d'un public relativement fidèle, mais le fait que la plupart des titres locaux soient sur leur territoire en situation de quasi monopole², « *contribue à une dépolitisation accélérée de cette presse quotidienne qui doit refléter les opinions et les attentes de tous ses lecteurs, sans adopter de clivages partisans* »³.

Dès lors, à partir de cette logique introduisant la nécessité d'un discours neutre respectant toutes les sensibilités des lecteurs, un éditorial, en presse régionale, affichant une position appuyée peut vite

se révéler une prise de risque dans la relation public-support. Ainsi la tentation serait grande en PQR de produire des commentaires équilibrés afin de satisfaire le plus grand nombre. Nous formulons ici une hypothèse inverse. À savoir que l'éditorial au sein d'une telle famille de presse participe à la structuration d'une profonde relation de proximité et d'identification entre le quotidien et ses lecteurs, à condition que ce commentaire doté d'un statut spécifique, s'émancipe de toute frilosité et représente un positionnement affirmé. L'éditorial, en presse locale, est, à nos yeux, en situation de donner une couleur au journal, nous voulons dire par là, de représenter son esprit, mais aussi ses valeurs. Ce genre journalistique, au-delà de toutes prises de position déterminées, caractérise le journal, confirme que ce dernier est porté par une rédaction (notamment lorsque les éditoriaux sont écrits par des personnes intégrées à la rédaction), autrement dit un collectif qui lui garantit, du moins est-ce notre intuition, une identité propre liée à son histoire et à son ancrage territorial. Sans surestimer pour autant la portée d'un tel genre journalistique et sa capacité à prendre sa place au sein du débat public, notamment dans le contexte de crise actuelle et de méfiance générale vis-à-vis des médias traditionnels, la prise de position éditoriale et l'engagement pour certaines valeurs au sein de la presse quotidienne régionale, n'est pas, à nos yeux, à ignorer. En effet, en termes d'audience cumulée, la puissance de ce secteur⁴, qui par ailleurs reste un gros pourvoyeur d'emplois pour les journalistes (Leteinturier, 2014⁵), est considérable. « *Lorsqu'un grand nombre des organes de presse, affirmait Tocqueville, parvient à marcher dans la même voie, leur influence à la longue devient presque irrésistible* »⁶. Individuellement les journaux en région ont sans doute peu de poids au niveau national, mais sur leur propre territoire, ils restent le carnet de bord d'une communauté (Park, 1923), et sont souvent incontournables quand les affaires locales prennent le devant de la scène nationale. En tant que collectif, l'engagement éditorial de cette famille médiatique peut prendre un caractère national.

Pour mettre à l'épreuve notre hypothèse, nous avons choisi de concentrer notre étude sur le quotidien régional *Sud Ouest* dont le siège social se trouve à Bordeaux, en Gironde (Groupe Sud Ouest, GSO⁷) en position de quasi monopole en région Aquitaine (33). Nous avons pour cela réalisé une mini étude en réception. Il s'agissait de comprendre, d'une part, comment les lecteurs de ce titre s'appropriaient l'éditorial et, d'autre part, d'identifier les usages. Nous avons complété ce travail empirique par une interview « intensive », telle que la définit Edgard Morin⁸, des éditorialistes de *Sud Ouest*, avec comme objectif d'approfondir la façon dont ces journalistes percevaient leur rôle de commentateur. Enfin, nous

avons procédé à une succincte analyse de contenu de différents éditoriaux publiés par le journal. Nous avons privilégié deux périodes importantes : les élections municipales de mars 2014⁹ et les élections européennes en mai 2014.

Notre orientation conceptuelle prend appui, pour l'essentiel, sur les travaux de Géraldine Muhlmann, qui, entre autres, à partir des apports des sociologues de l'école de Chicago dont Park demeure l'un des principaux représentants, développe la figure d'un « journalisme rassembleur conflictuel de la communauté démocratique » (Muhlmann, 2004 : 221), autrement dit, l'idée que la presse et notamment le journalisme « idéal » se construit à fois à partir de sa faculté de « tisser du commun et d'injecter du conflit » (Muhlmann, 2004 : 270). Selon Géraldine Muhlmann, il faut entendre ici l'idée du conflit au sens défini par Étienne Tassin (1991) comme la pluralité et l'affrontement des idées, condition indispensable pour la presse de se sortir de l'hyperconsensuel (Muhlmann, Plenel, 2008 : 31). Nous nous référons également au concept d'espace public, développé par Habermas. Les thèses de ce dernier permettant d'interroger le rôle des médias dans la construction de l'opinion publique.

UNE RÉSISTANCE LIÉE À L'HISTOIRE ET AU POSITIONNEMENT

De notre point de vue, la PQR demeure un secteur dynamique, relativement résistant aux différentes mutations de la presse. D'une part, le tirage de certains titres régionaux comme cela est le cas pour *Sud Ouest* sont tout à fait honorables comparés à celui de titres nationaux. Ensuite, elle ne manque pas d'atouts pour se réinventer (Eveno, 2014). Elle fut, par exemple, une famille de presse pionnière dans l'adoption d'Internet (Poiroux, 2014) et de « nombreux scoops sont sortis par les quotidiens régionaux¹⁰ ». Mais sa résistance repose aussi sur son positionnement particulier, ce sont les sujets locaux qui ont fait le succès de la PQR (Delporte, 2014), et sur son histoire. Sous le Second Empire déjà, chaque métropole française disposait d'un grand quotidien. Entre les deux guerres, cette presse régionale qui avait prospéré à la belle époque a poursuivi son développement tandis que la presse parisienne stagnait (Eveno, 2012). À la Libération et à la suite des ordonnances de 44, cette presse régionale qui bénéficiait déjà d'une belle expérience subit certaines modifications, mais selon Christian Delporte, de nombreux journaux, en province « issus des groupes politiques de la Résistance ont fleuri dans les kiosques. À Bordeaux par exemple, on comptait 7 quotidiens en 1945 contre 3 avant-guerre¹¹ ». La

libre concurrence, dès 1947, a réduit le nombre de titres en région, passant d'un tirage global de 9,2 millions d'exemplaires à 6 millions (Eveno, 2012)¹². Aujourd'hui, les titres régionaux encore en place sont concentrés au sein d'une poignée de groupes de presse : (Ouest France, Centre France, Rossel, Groupe Sud Ouest, Ebra, Amaury, Groupe Dépêche du Midi, Le Télégramme, Groupe Hersant Média...), ce qui fragilise leur indépendance, mais le vieillissement du lectorat et la chute des revenus publicitaires poussent à de tels regroupements.

Un éditorial, quatre signatures

Sud Ouest, deuxième quotidien régional français en termes d'audience après *Ouest France* en région Bretagne, est l'un des plus anciens en PQR. Il fut créé le 29 août 1944 par Jacques Lemoine et compte aujourd'hui près de 981 salariés, dont 287 journalistes. Ce journal cumule 16 éditions sur 7 départements¹³ et une édition dominicale (*Sud Ouest Dimanche*) née le 19 juin 1949 sous l'impulsion d'Henri Amouroux¹⁴. Le titre *Sud Ouest*, selon l'étude Brand One Global cumule 4 888 000 lecteurs tous supports et vend chaque jour plus de 280 000 exemplaires¹⁵. Au-delà des chiffres, ce quotidien se démarque dès son origine par un réel engagement en faveur de l'Europe, engagement revendiqué par la rédaction d'une manière générale, et que l'on retrouve aujourd'hui d'une façon très nette à travers ses éditoriaux. Une autre particularité de ce titre de presse réside dans son organisation rédactionnelle et la place accordée dès le début du chemin de fer, aux informations internationales et nationales et toutes celles qui ont un intérêt général. Les pages locales arrivent ensuite juste avant les informations sportives. Très peu de quotidiens régionaux accordent autant de place aux informations générales. Le local, qui constitue le cœur de cible du journal n'arrive donc qu'en deuxième position dans la pagination. L'éditorial se trouve en page quatre, au cœur des pages consacrées à l'information et à la politique internationales et nationales. Le choix de ce corpus limité à un seul titre s'explique en particulier par la volonté de ce support de donner aux lecteurs une analyse plurielle de l'actualité à travers des éditoriaux rédigés par quatre personnalités internes à la rédaction, aux statuts différents mais aussi avec des sensibilités quelque peu divergentes et une vraie liberté de ton et d'approche. Cette situation est peu ordinaire. La rédaction de ce commentaire, symbolisant la position du journal selon les règles de base de l'écriture journalistique édictées par les professionnels, impliquant plusieurs mains ou plutôt des voix multiples, semble être au sein de *Sud Ouest* une façon de faire assez ancienne (même si à certaines périodes, le journal ne comptait qu'un seul éditorialiste, souvent le directeur de la rédaction). Certains

titres font appel pour ce genre rédactionnel spécifique à des plumes extérieures, y compris en PQR¹⁶. La posture de *Sud Ouest* peut s'interpréter comme la volonté d'offrir une certaine diversité des points de vue, tous ces éditoriaux étant signés par leurs auteurs. On peut y lire aussi, d'une manière intuitive, une façon délibérée de fabriquer une forme de consensus. Bien que, selon nous, cette diversité des points de vue, au-delà même des contenus et des prises de position, est quand même assez relative puisque les quatre signataires de l'éditorial sont tous des hommes, à peu près dans la même catégorie d'âge¹⁷.

Les auteurs qui signent ce commentaire journalistique majeur sont aujourd'hui le directeur général délégué, directeur de la publication¹⁸, le directeur éditorial¹⁹, le responsable de la rubrique internationale et l'éditorialiste en titre en poste à Paris, alors que les trois premiers sont physiquement présents au sein du siège social. Outre le directeur général délégué, les trois autres journalistes ont aussi, en plus de ce travail d'éditorialisation, des fonctions rédactionnelles et des activités d'écriture en parallèle. Le directeur éditorial exerce les fonctions de rédacteur en chef et rédige d'autres papiers, tout comme l'éditorialiste à Paris qui suit l'actualité politique et économique. Le journaliste en charge de l'actualité internationale, en plus de ses papiers réguliers sur cette thématique, supervise et organise le travail des correspondants de *Sud Ouest* installés à l'étranger. On est donc loin ici de situations d'éditorialistes pratiquant un journalisme à froid éloigné du terrain (Riutort, 1996), évoluant, à leur rythme, au sein de la rédaction dans une sorte d'espace privilégié, puisque ces auteurs cumulent leur rôle de journaliste « spécialisé » avec celui de l'éditorialiste, et même si une certaine alternance (irrégulière) dans la rédaction de l'éditorial est visible, un journaliste peut se trouver en situation de rédiger dans la même journée un ou plusieurs papiers et l'éditorial, voire parfois un papier et un éditorial sur le même sujet.

PERCEPTIONS DES LECTEURS, USAGES DE L'ÉDITORIAL

Ce questionnement relatif à la manière dont le quotidien régional *Sud Ouest* affine et ajuste son positionnement au sein de l'espace public, à travers son éditorial, nous l'abordons à partir de différents outils méthodologiques. Il s'agit, tenant compte du fait que la presse régionale est contrainte aujourd'hui, pour des raisons économiques, d'envisager des actions destinées à (re)conquérir des publics différents, d'interroger en priorité la relation journal-lecteurs et plus précisément la manière dont ces derniers se saisissent (ou non) de l'éditorial. Comment les lecteurs perçoivent-ils les discours du journal à travers

ce genre journalistique et quels usages en font-ils, sachant que toutes les lectures ne sont pas forcément équivalentes, que tous les lecteurs ne sont pas prêts à investir le même capital culturel et intellectuel dans une lecture (Mauger, Poliak, Pudel, 1999). Par ailleurs, à partir de la conception élaborée par Géraldine Mulhmann d'un journalisme intégrateur, « assis sur des valeurs culturelles communes relativement homogènes » (ce qui est un principe de base admis dans le cas des publics de la presse régionale) ; « le journalisme doit autoriser une dose de diversité dans la réception de ce qu'il donne à lire » (Mulhmann, 2004 : 238). Nous envisageons aussi le lien qui unit support et public dans un ensemble plus large que le simple rapprochement géographique et territorial (Ringoot, Rochard, 2007), la lecture régulière de la presse quotidienne régionale pouvant répondre à plusieurs motifs (Dang Nguyen, Dejean, Souquet, 2011). Dans ce contexte, il nous paraît intéressant d'étudier, outre les thématiques qui font sens auprès des lecteurs, l'attachement aux signatures et à la notoriété des auteurs de cet article, ce qui constitue une porte d'entrée permettant aussi de questionner l'influence de l'éditorial et sa capacité à créer du débat. Nous avons donc construit une étude en réception, assez modeste et certes loin d'être représentative de l'ensemble des lecteurs du titre. Sans perdre de vue les difficultés à saisir les publics d'un objet culturel et consciente que la réception est toujours plus ou moins déterminée en fonction des hypothèses préalables du chercheur (Esquenazi, 2003), nous avons réalisé vingt-cinq entretiens semi-directifs et ce dans un cadre particulier, susceptible d'introduire dans l'enquête un biais déformant, que nous assumons. En effet, nous avons, dans un premier temps, sollicité des lecteurs lors de la journée portes ouvertes du quotidien organisée fin septembre 2014 à l'occasion de ses 70 ans, et dans une seconde période, rencontré d'autres lecteurs par le biais de l'Association des lecteurs internautes et mobinautes de *Sud Ouest* (ALIMSO), ce qui dans les deux cas, nous exposait à un public, a priori plus ou moins attaché au journal, ce qui, pour autant, ne préjugait pas du regard qu'il portait sur l'éditorial, comme le montrent les résultats observés. Notre étude fournit quelques éclairages, du moins des tendances, relatives aux pratiques de lecture de l'éditorial et à son appropriation.

De l'envie de lire l'édito

Les premières données fournies par nos vingt-cinq entretiens sont les suivantes : dix-huit hommes et sept femmes. Neuf personnes ont plus de soixante-cinq ans et neuf autres ont entre cinquante-cinq et soixante-cinq ans, ce qui correspond en gros à la sociologie du lectorat de ce journal d'après les propres études réalisées par ce dernier. Nous avons

aussi interrogé quatre personnes entre quarante-cinq et cinquante-cinq ans. Une, entre trente-cinq et quarante-cinq ans et deux se situant dans la catégorie des quinze vingt-cinq ans. Sur cet ensemble de vingt-cinq personnes, seize sont retraitées. Sur les neuf autres, nous avons deux étudiantes. Cinq personnes sur vingt-cinq ont été recrutées par le biais de l'association des lecteurs. Seulement une dizaine de ces lecteurs tests sont abonnés au journal (print et/ou numérique). Vingt et une personnes sur vingt-cinq lisent l'édition de Bordeaux et autant lisent le journal tous les jours ou pratiquement tous les jours.

Trois personnes reconnaissent ne jamais lire l'éditorial, notamment les deux étudiantes, et neuf pratiquent une lecture occasionnelle de cet article. Parmi les raisons récurrentes évoquées au cours des entretiens, citons : « *pas intéressant, rarement d'accord avec ce qui est dit, se méfie des prises de position journalistiques, la presse doit être neutre, elle doit se limiter à l'information, la presse n'est qu'un moyen d'information parmi d'autres, pas d'intérêt pour les questions politiques, le journal est trop à gauche*²⁰, *on se moque des signatures, ne voit pas bien à quoi sert l'éditorial, la politique, c'est à la télévision, ce n'est pas de l'information.....* »

Sur les treize personnes lisant tous les jours l'éditorial, trois regardent d'abord le titre, sept s'intéressent en premier lieu à la signature et pour les trois restantes, ces données n'ont pas d'importance. Neuf personnes sur treize lecteurs réguliers de l'éditorial sont pratiquement toujours en harmonie avec ce commentaire quelle que soit la signature ; deux de façon occasionnelle et les deux autres sont rarement d'accord ; mais dans les deux dernières situations, cela ne bloque pas la lecture. Toutes les personnes entendues apprécient la variété des sujets abordés par les éditoriaux et en particulier le fait que les thématiques traitent en priorité de politique internationale, de la construction européenne et de politique intérieure. Les centres d'intérêt portent ensuite sur les grands sujets de société comme la politique familiale du gouvernement, le mariage pour tous, les réformes économiques. Pour l'ensemble de ces lecteurs entendus, et c'est une première donnée observable majeure de notre point de vue, l'éditorial du journal est bien le lieu où doit s'exprimer une opinion sur un sujet qui a une dimension nationale. La politique locale et régionale n'a pas lieu d'être au sein de ce commentaire journalistique spécifique. L'analyse des éditoriaux que nous avons mise en œuvre²¹ confirme cette orientation du support. L'éditorial de *Sud Ouest* traite en priorité des sujets qui s'inscrivent dans le débat public. Sur les cinquante et un éditoriaux incorporés à notre corpus, onze abordaient la politique de Poutine et la situation de l'Ukraine et de la Crimée,

neuf commentaires étaient consacrés à l'Europe (y compris aux résultats des élections européennes de mai 2014). Cinq papiers concernaient plus particulièrement les élections municipales de mars 2014 et pas seulement à travers l'aspect local. Quatre textes traitaient des « affaires » en politique impliquant certains élus et quatre autres plus particulièrement consacrés aux affaires concernant l'ancien président de la République Nicolas Sarkozy. Quatre éditoriaux parlaient de la politique générale du gouvernement français et cinq étaient plus spécifiquement dédiés à l'actuel président François Hollande. Deux sujets seulement, sur cette période, dédiés à des questions purement économiques ou sociales, deux textes sur des approches plus écologiques et cinq autres textes traitant de thématiques diverses comme l'Islam par exemple²². À la lecture des titres des éditoriaux, on perçoit ce net engagement du journal pour l'Europe que nous évoquions précédemment. La diversité des sujets traités²³ et la tonalité des articles, visibles, la plupart du temps dès la titraille, confirment selon nous la position particulière de l'éditorial de *Sud Ouest* que l'on peut qualifier d'engagée, non pas dans une idéologie politique affirmée, mais dans la défense de certaines valeurs essentielles autour du « vivre ensemble », que le titre a toujours plus ou moins affiché dès sa création. Un positionnement défendu par la rédaction actuelle²⁴. Ce qui nous éloigne nous semble-t-il d'un conformisme plat nécessaire afin de satisfaire l'ensemble des lecteurs. Par ailleurs, l'analyse profonde des commentaires, dont nous ne pouvons pas ici, faute de place, restituer le détail, montre, dans certains cas, des prises de position assez claires, sans que nous puissions vraiment déterminer le rôle joué par celles-ci. Cependant, elles participent à la construction du débat notamment avec les lecteurs du titre comme en témoignent les propos que nous avons recueillis. En effet, pour les lecteurs réguliers de l'éditorial de *Sud Ouest*, celui-ci se présente comme un écrit qui « *fait appel à l'intelligence du lecteur* », un commentaire « *qui donne des repères* », « *éclaire avec lucidité sur des sujets complexes* », donne de « *la valeur ajoutée au journal* », lui permet de « *prendre de la hauteur sur son territoire et au delà* », aide « *à organiser la pensée, à se faire une opinion* », élargit « *la palette des idées, les points de vue* », met l'accent sur « *des questions auxquelles on ne pense pas forcément* », invite « *au débat, surtout si on n'est pas d'accord*²⁵ »...

Les lecteurs apprécient, comme nous l'avons déjà mentionné la diversité des sujets abordés et cette capacité de l'éditorial de s'intéresser à des aspects sociétaux qui ne se limitent pas au territoire régional et aux enjeux locaux. « *Dans une société en mouvement*, nous explique l'un des lecteurs, *les éditoriaux doivent s'interroger sur toutes ces mutations en*

cours. Ils posent des problèmes qui nous concernent tous. On n'est pas forcément du même avis, mais cela provoque du débat, et c'est là le rôle d'un éditorial ». « *Je ne me demande pas pourquoi, confie un autre lecteur, mais je sais que je vais lire l'édito, je sais que je vais être passionné, surtout par tous les sujets qui abordent la politique intérieure* ». « *Je suis un bouffeur d'édito, affirme une autre personne, je suis jaloux de cette belle écriture. J'admire cette écriture courte et passionnée, quelques mots resserrés, sur des affaires complexes* ». Il semble en effet, que ces lecteurs entendus particulièrement friands des éditoriaux apprécient la qualité de l'écriture, la liberté de ton et le style plus ou moins attendus pour ce genre journalistique, qui permettent aux auteurs de « faire un pas de côté », de sortir des routines rédactionnelles propres à l'écriture informative. L'éditorial de *Sud Ouest* correspond à un texte de 2400 signes et impose, selon les éditorialistes eux-mêmes, une écriture dense privilégiant seulement une ou deux idées essentielles, une écriture plus rationnelle qui ne se perd pas en considération générale et souvent assez drôle comme en témoignent les titres de ces commentaires présentés dans notre annexe.

UN TITRE RÉGIONAL, DES ÉDITORIAUX NATIONAUX ?

Bien que certains lecteurs de l'éditorial paraissent plus ou moins attachés à quelques signatures, pour tous, cette écriture plurielle, à auteurs multiples, est perçue comme un élément positif offrant à la communauté des lecteurs du journal une plus grande variété des points de vue. « *Ainsi, tout le monde s'y retrouve, plus ou moins* », assure un des lecteurs. Cette expression publique de points de vue différents, interagissant entre eux, permet, selon nous, d'injecter, même s'il s'agit d'un espace somme toute assez réduit dont il convient de relativiser la portée, du « conflit » ; c'est-à-dire de constituer un lieu ouvert à la discussion, une des conditions constitutives du principe démocratique. Ce qui, en se référant au cadre conceptuel établi par Géraldine Muhlmann, participe d'une certaine manière à la définition d'un journalisme moderne, partie prenante d'un double mouvement, à la fois rassembleur et capable d'ouvrir le débat (Muhlmann, 2004 : 287). Dès lors, partant de l'idée que l'espace public idéal décrit par Habermas, aujourd'hui s'est fragmenté et reconfiguré, et, est devenu un espace symbolique, un lieu d'expression contradictoire des opinions, les médias y jouent un rôle majeur. Les éditoriaux, affichant des points de vue clairs et argumentés participent, de notre point de vue, à la constitution d'un espace public spécifique, reliant, d'une part, le support à ses lecteurs, et, d'autre part, introduisant des idées et du sens aux grandes questions de société. Autrement dit, donnant des repères à la communauté des

lecteurs, une fonction fondamentale, compte tenu du flux des informations circulant sur l'ensemble des supports. Cela s'observe à *Sud Ouest* et la diversité des éditorialistes et donc des prises de position, y contribuent.

Pour beaucoup de lecteurs interrogés dans le cadre de notre enquête, l'éditorial, contrairement à la définition de certains manuels, est ressenti comme l'opinion de l'éditorialiste signataire du texte et pas forcément comme un point de vue engageant le journal. D'ailleurs, les éditorialistes eux-mêmes ne partagent pas cette idée d'un éditorial pensé comme la voix unique du titre. La question du « qui parle dans le journal » ou plutôt de « qui parle au nom du journal », restent pertinentes notamment en région où la proximité avec les sources et les notables locaux introduit certaines contraintes. La fonction éditoriale invite aussi à penser la fonction sociale et politique de la presse. Pour les quelques lecteurs de *Sud Ouest* qui ont expliqué les modalités de leur lecture, la presse quotidienne régionale doit rester neutre et consensuelle, c'est-à-dire hors des partis. La PQR n'est pas une presse d'opinion, c'est entendu. Cependant, cette neutralité-là ne doit pas se traduire, pour nos lecteurs tests, par un traitement journalistique uniforme, uniquement dédié aux informations locales. L'éditorial apparaît comme l'espace, du moins pour ce quotidien, où la presse régionale acquiert une forme noble, aussi « digne²⁶ » que certains titres nationaux, un espace où différentes sensibilités peuvent s'exprimer, d'autant plus que cette expression est perçue comme n'engageant pas forcément le journal dans son ensemble. Ce qui signifie, du moins est-ce l'analyse que nous privilégions à travers notre développement, et qui rejoint tout à fait notre hypothèse de départ, que les prises de position assez claires que nous avons observées à partir de certains éditoriaux ne sont pas forcément susceptibles de faire éclater la communauté des lecteurs ; au contraire, elles élargissent les possibilités d'appropriation à l'ensemble du public cible de ce journal²⁷ et contribuent à donner au support une dimension non pas politique au sens d'engagement idéologique partisan, mais un positionnement précis autour de grandes questions sociétales. Ce qui confère au journal une identité particulière lui permettant de s'installer dans le débat général²⁸ et de prendre toute sa place dans l'espace public, un espace symbolique, distinct du territoire et de la zone de diffusion du titre (Tétu, 1995). Cela se confirme de façon assez concrète, entre autres, quand les éditoriaux sont cités et référencés par les différentes revues de presse des autres médias, notamment par les chaînes d'information en continu et quand les éditorialistes du titre sont sollicités pour intervenir en tant qu'experts par ces mêmes médias. Non seulement cela atteste d'une certaine reconnaissance

des éditorialistes du journal, mais renforce l'idée que ces commentaires particuliers rejoignent le débat national sur telle ou telle question dépassant largement les enjeux locaux. Dans de tels contextes, ce quotidien régional (mais cela peut aussi être le cas d'autres titres régionaux) acquiert une dimension nationale, dimension liée aussi à sa puissance en terme d'audience et de diffusion, comme le soulignait déjà Robert E. Park (Park, 1941).

UN JOURNAL QUI S'EXPRIME PAR LA VOIX
DE CEUX QUI LE FONT

Comment les éditorialistes de *Sud Ouest* perçoivent-ils leur mission et leur implication au sein de la sphère publique²⁹ ? Au sein de ce quotidien, le directeur éditorial, même si cela se fait d'une manière collégiale en fonction des événements de la journée, en liaison avec chacun des auteurs, mais aussi avec le rédacteur en chef chargé des informations générales, est celui qui prend la décision finale sur le thème de l'éditorial et le rédacteur. Les compétences, ou plutôt les domaines de prédilection des journalistes concernés entrent en ligne de compte, mais aussi la somme de travail incombant aux éditorialistes, puisque ces derniers, nous l'avons, vu rédigent aussi d'autres papiers. La décision est prise vers 16 heures. Parfois deux éditoriaux peuvent être rédigés au cas où, si l'actualité est mouvementée et si certains développements sont attendus. Tous les éditorialistes de ce journal sont des journalistes expérimentés, qui ont été et parfois le sont encore, confrontés au terrain et surtout qui ont exercé différentes fonctions au sein du titre, ce qui fait qu'ils sont familiers de l'ADN de ce journal et de son public. Ce ne sont donc pas des auteurs déconnectés des faits et de l'actualité, en dehors de la rédaction avec une vision en surplomb. Park défendait l'idée que le commentaire journalistique prenait toute sa force lorsqu'il s'adossait aux faits (Park, 1941), même si l'écriture d'un éditorial est détachée du factuel, elle impose cette connexion avec l'actualité et le terrain et écrire un éditorial, bien que cela demeure un exercice individuel, permet, quand on est intégré à une rédaction, de s'appuyer sur le collectif et de bénéficier, si nécessaire de l'expertise des autres journalistes de l'équipe rédactionnelle³⁰. « *La connaissance du terrain est indispensable, confirme le directeur éditorial, on ne parle pas de la même façon quand on connaît les territoires, les pays dont on analyse la situation politique* ». La particularité de ce journal, nous l'avons dit, est de confier la rédaction des éditoriaux à des journalistes maison. Pour le directeur éditorial, cela contribue à l'originalité du titre et renforce son identité, « *un journal qui s'exprime par la voix de ceux qui le font* », dit-il.

Même si la fonction d'éditorialiste n'est pas une fin en soi, autrement un objectif premier dans la carrière d'un journaliste, pour ces derniers cela correspond à une forme de reconnaissance. « *C'est un honneur et un devoir, analyse le journaliste en charge de la rubrique internationale. Je suis heureux de pouvoir signer des textes qui participent à la vie du journal, à son expression, mais c'est aussi un exercice redoutable obligeant à interroger notre regard sur tel ou tel événement, à s'auto analyser, à trouver les mots en consonance avec l'esprit du journal* ». L'éditorialiste parisien reconnaît volontiers qu'il aime particulièrement cet exercice, qui permet « *une écriture plus dynamique, plus resserrée et invite à se saisir de domaines pour lesquels on n'avait pas forcément perçu toute la dimension* ». Et d'ajouter « *l'éditorial impose une autre façon de travailler, oblige à une synthèse rigoureuse sur un sujet, surtout si par ailleurs, on rédige la même journée un papier sur le même thème, cela nécessite à une gymnastique intellectuelle qui me plaît. Pour ma part, je ne suis pas forcément lu par les gens que je rencontre dans la rue, la reconnaissance vient surtout des citations dans les revues de presse* ». La forme de l'écriture joue un rôle considérable, ce genre offre la possibilité de sortir des routines. « *Je demande avant tout aux auteurs, insiste le directeur éditorial, d'être pédagogique. Un éditorial ne se satisfait pas de formules absconses, il faut d'abord mettre en situation* ». L'éditorial est-il le symbole de l'engagement du journal et quel est son rôle ? Pour l'éditorialiste parisien « *l'auteur s'engage personnellement dans ce papier et d'une certaine manière il engage aussi le journal, mais d'une façon moins impliquée si par exemple un éditorial était signé non pas par le nom du journaliste mais par la mention Sud Ouest, ce qui est assez rare. L'éditorial est un point de vue personnel, à l'auteur de faire attention à ne pas heurter violemment les différentes sensibilités mais en même temps, l'éditorial ne doit pas être de l'eau tiède. Certes, on écrit pour un public large mais on peut dire des choses fortes, c'est toute la difficulté de l'exercice et son intérêt. On ne pense pas trop à cela quand on écrit sinon on retient sa plume. L'éditorial est là pour susciter le débat et s'il y arrive, c'est une réussite* ». Même sentiment pour le rédacteur de la rubrique internationale : « *Nous signons chacun de notre nom et en même temps nous sommes sensés refléter non pas la ligne du journal mais son esprit que l'on pourrait caractériser de républicain modéré. Nous sommes dans cet entre deux, à nous de trouver un équilibre dans nos propos. Mais un éditorial engagé est une façon d'affirmer la différence du journal, de montrer qu'il y a une rédaction à l'œuvre qui s'interroge, que le quotidien n'a pas un encéphalogramme plat. L'éditorial formule les choses, prend acte et tout en exprimant une certaine diversité puisque nous sommes plusieurs auteurs, il*

affiche une opinion ». Pour le directeur éditorial, il est difficile de parler d'influence directe à travers ce commentaire journalistique. « *Influence, je ne crois pas, assure-t-il, mais une incidence oui. L'éditorial s'adresse aux lecteurs qui aiment le débat, qui aiment confronter les idées, aux lecteurs curieux, intéressés par la globalité du monde, sans doute une minorité parmi notre lectorat mais peu importe, on peut acheter le journal pour d'autres raisons et cela est respectable. Mais cette minorité qui lit l'éditorial est essentielle pour le journal, pour sa tenue. Quand on écrit un éditorial, on pense toujours au lecteur, mais il ne s'agit pas de le flatter, qu'il soit d'accord avec moi ou non, ce n'est pas le problème. Le choix de celui qui écrit ne se fait pas en fonction du contentement supposé du lecteur, c'est aussi cela la force d'un éditorial* ». Pour ces trois éditorialistes, la multiplication des points de vue et des prises de position sur la toile n'affaiblissent en rien le rôle de l'éditorial dans la presse. Il reste un espace de commentaire permettant aux lecteurs d'identifier qui parle, c'est-à-dire qui est la source première donnant à lire ce commentaire. Même si les signatures sont multiples, signer un éditorial au sein de *Sud Ouest*, c'est parler de quelque part. Pour les auteurs, « *un éditorial rédigé par un journaliste intégré à une rédaction*

garantit une écriture respectant les règles déontologiques, et c'est un avantage ».

L'éditorial en presse régionale peut donc, en s'appuyant sur les éléments pointés par notre étude, prendre une dimension nationale, à condition de s'autoriser des positionnements clairs. Il ne s'agit pas ici d'avoir un regard surévalué sur le pouvoir (supposé) de ce commentaire journalistique et sa capacité à poser des questions nouvelles, pertinentes au sein de l'espace public. Cependant, la presse régionale n'est pas en reste du débat public, à condition qu'elle s'émancipe de cette tentation du consensus, qui n'est peut-être pas, contrairement aux discours récurrents, la solution majeure pour conquérir de nouveaux lecteurs. Elle doit aussi anticiper le renouvellement de son public et les générations qui arrivent, habituées aux prises de position et aux engagements multiples sur le net, se lassent vite, de l'hyper consensuel et des informations quelque peu édulcorées. Dès lors que l'on pense la presse, y compris en région, comme partie prenante du débat en tant que processus politique ne devrait-elle y injecter plus de conflit ? « *Si Sud Ouest supprimait son éditorial, nous confierai un des lecteurs interrogés, je cesserai de lire ce journal* ».

NOTES

1. Source : Syndicat de la presse quotidienne régionale (SPQR). Les premiers titres de cette famille de presse sont nés vers 1850. Ils sont désormais une soixantaine. Selon le SPQR, 80,9 % de personnes françaises de plus de 15 ans lisent la presse quotidienne régionale ou départementale chaque mois, soit 44 446 000 lecteurs, audience cumulée print et web. En termes de tirage, les principaux titres sont : *Ouest France* (751 225 exemplaires/jour), *Sud Ouest* (264 317 exp.) *La Voix du Nord* (243 297 exp.), *Le Télégramme* (207 026 exp.), *Le Dauphiné Libéré* (222 854 exp.), *La Tribune-Le Progrès* (199 878 exp.), *La Montagne* (182 600 exp.)... Au total, une douzaine de titres ont un tirage compris entre 100 000 et 250 000 exemplaires par jour.
2. Selon Julia Cage, dans une quarantaine de départements français, il ne reste plus qu'un seul quotidien régional payant. Source : Cage, 2011.
3. Op. Cit., p. 68.
4. Pour Park, le pouvoir de la presse était aussi lié à son audience et à sa diffusion (Park, 1941).
5. En 2012, la PQR comptait 6134 journalistes titulaires de la carte de presse soit 89,4 % de CDI sur environ 36 000 journalistes encartés. Le premier employeur des journalistes en France restant la presse magazine.
6. De Tocqueville, 1981 : 271.
7. Le Groupe Sud Ouest réunit 8 quotidiens et sites dédiés (*Sud Ouest*, *Charente Libre*, *La République des Pyrénées*, *L'Éclair*, *Dordogne Libre*, et les titres du Pole Midi qui en ce moment sont en situation d'être cédés : *Midi Libre*, *L'Indépendant* et *Centre Presse* ; 2 quotidiens gratuits (*Direct Matin Bordeaux 7*, *Direct Matin Montpellier* plus), 6 hebdomadaires locaux, des magazines, un pôle édition et deux télé locales.
8. Morin, 1966. Pour l'auteur, cette forme d'interview, en tête à tête, s'inscrit dans le champ de la psychologie sociale et cible les motivations. Les entretiens sont assez ouverts.
9. 23 et 30 mars 2014.
10. Hubert Coudurier, directeur de l'information du *Télégramme*, 30 novembre 2013, « Tempêtes sur la presse quotidienne régionale », Le grand bain, *France Inter*.
11. Interview de Christian Delporte, 18 août 2014.
12. 175 quotidiens locaux en 1945. 50 disparaissent en 1950 et encore autant en 1970.
13. Charente Maritime, Charente, Dordogne, Lot et Garonne, Landes, Pyrénées-Atlantiques et Gironde, soit 29 agences et bureaux dont un à Paris.
14. 255 893 exemplaires vendus, 1 096 000 lecteurs (audipresse One 2013), 5 éditions.
15. Ce journal affichait en 2013, un CA de 165,7 millions d'euros.
16. *Sud Ouest Dimanche* accueille en plus de l'éditorial une chronique confiée à l'essayiste, écrivain, journaliste Jean Claude Guillebaud.
17. Mais la PQR n'a pas (encore) la réputation de laisser une place prépondérante aux femmes sur les postes clés de la rédaction (Lipani, 2017, à paraître).
18. Le directeur général délégué intervient de façon très irrégulière par rapport aux trois autres, seulement dans des cas très précis, par exemple lors des grands rendez-vous électoraux ou lorsqu'il s'agit de prendre pour le journal un engagement plus institutionnel.
19. Dans l'ours, ce dernier est présenté encore comme directeur de l'information.
20. Précisons que la ville de Bordeaux est dirigée par Alain Juppé, ancien premier ministre, et actuellement un des leaders des Républicains, ex UMP (parti de droite en France, dans l'opposition). Alain Juppé avait fait savoir son intérêt pour les prochaines élections présidentielles en 2017, ce qui fait qu'il était assez souvent sollicité par les médias et notamment par la presse régionale, en position, dans un tel contexte politique, d'avoir des exclusivités par rapport à la presse nationale. Alain Juppé a gagné haut la main les dernières élections municipales. Pour certains lecteurs interrogés, le journal *Sud Ouest* « aurait trop soutenu le principal adversaire d'Alain Juppé, le candidat du parti socialiste ».
21. Nous avons préalablement expliqué dans quel cadre nous avons analysé les éditoriaux. Sur les périodes déterminées, entre le 1^{er} mars 2014 et le 25 mai 2014, nous avons regardé plus attentivement 51 éditoriaux, essentiellement ceux publiés en semaine, soit 21 écrits par l'éditorialiste parisien, 15 par le directeur éditorial, 13 par le journaliste en charge de la rubrique internationale et deux par le directeur général délégué, directeur de la publication, ces derniers portant sur le résultat des élections municipales.
22. Voir notre tableau proposé en annexe n° 1 qui répertorie la répartition des éditoriaux entre les quatre journalistes et la diversité des sujets abordés.
23. Notons ici une autre donnée observable : il n'y a pas vraiment de sujets réservés (du moins cela n'est pas immédiatement visible à la lecture) aux différents éditorialistes, tous semblent en capacité, même si chacun possède des centres d'intérêt et des compétences propres sur certains thèmes, d'écrire sur toutes sortes de sujets.
24. Cela se retrouve dans la communication du support et surtout lors des interventions publiques des cadres de la rédaction, et en particulier celles du médiateur.
25. Certains lecteurs n'hésitent pas à écrire aux auteurs des éditoriaux pour exprimer leur point de vue, comme nous l'ont confirmé les éditorialistes, même si cela est marginal. Les propos sont en majorité rarement agressifs. Des lecteurs écrivant même pour dire qu'ils sont d'accord. Ce qui est bien, selon nous, le signe manifeste d'un certain tissu liant entre journal et lecteurs.
26. Qualificatif souvent employé par les lecteurs interrogés.
27. Le lectorat de *Sud Ouest*, comme celui de l'ensemble de la PQR en général est assez âgé, du moins pour ce qui est des lecteurs du *print*, en revanche les usagers des versions numériques sont bien plus jeunes. Cependant, pour l'heure actuelle, le quotidien dans sa version papier reste le produit qui rapporte le plus d'argent, les investissements publicitaires sur le net sont encore assez faibles. Les différentes études de lectorat conduites par le titre ont montré un attachement encore visible des lecteurs pour le papier.
28. L'éditorial en tant que commentaire journalistique n'est pas le seul élément qui permet au journal d'affirmer une position, il faut le rappeler. La hiérarchisation de l'information, le choix de privilégier une actualité ou au contraire de ne pas parler de certains événements, la place accordée à d'autres, la multiplication des billets, des chroniques, la titraille, le choix du support pour développer telle information... sont autant de points qui donnent une tonalité à un titre de presse.
29. Nous n'avons pas réalisé d'entretien avec le directeur général compte tenu du fait que ses éditoriaux sont plus rares.
30. Ce qui n'est pas possible pour le journaliste en poste à Paris.

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

- Agnès, Y., 2002, *Manuel de journalisme. Écrire pour le journal*, Paris, La Découverte.
- Bourmeau, S., 1988, « Robert Park, journaliste et sociologue », *Politix*, vol. 1, n° 3-4, pp. 50-61.
- Cage, J., 12 décembre 2011, « La presse régionale : un enjeu de politique nationale », *La Vie des idées*, <http://www.laviedesidees.fr>.
- Cardon, D., 2010, *La démocratie Internet. Promesses et limites*, Paris, Seuil.
- Charon, J.-M., 2014, *Les médias en France*, Paris, La Découverte, coll. Repères.
- Dang, N. G., Dejean, S., Souquet, A., 2011, « La PQR face aux enjeux du numérique », www.marsouin.org.
- De Tocqueville, A., 1981, *De la démocratie en Amérique*, Paris, GF-Flammarion.
- Esquenazi, J.-P., 2003, *Sociologie des publics*, Paris, La Découverte, coll. Repères.
- Eveno, P., 2014, « L'avenir est dans le local », *Ina Global*, n° 3, pp. 65-71.
- Eveno, P., 2012, *Histoire de la presse française. De Théophraste Renaudot à la révolution numérique*, Paris, Flammarion.
- Girard, C., 11 octobre 2011, « De la presse en démocratie. La révolution médiatique et le débat public », *La Vie des idées*, <http://www.laviedesidees.fr>.
- Habermas, J., 1992, *L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Paris, Payot, Traduction de de Launey, M. B.
- Herman, T., Jufer, N., 2001, « L'éditorial, "vitrine idéologique du journal" », *Semen*, n° 13, <http://semen.revues.org/2610>.
- Jeanne-Perrier, V., Le Cam, F., Pelissier, N., 2004, « Les sites web auto-publiés d'information éthique (swapiés), un retour du paradigme de la presse d'opinion ? », *Quaderni*, n° 54, pp. 54-26.
- Leteinturier, C. (Éd.), 2014, *Les journalistes français et leur environnement : 1990-2012. Le cas de la presse d'information générale et politique*, Paris, Éditions Panthéon Assas.
- Mauger, G., Poliak, C. F., Pudal, B., 1999, *Histoires de lecteurs*, Paris, Nathan.
- Morin, E., 1966, « L'interview en sciences sociales et à la radio-télévision », *Communication*, n° 7, pp. 59-73.
- Muhlmann, G., 2004, *Du journalisme en démocratie*, Paris, Payot et Rivages.
- Muhlmann, G., Plenel, E., 2008, *Le journaliste et le sociologue*, Paris, Seuil.
- Park, E. R., 1923, « Histoire naturelle de la presse », *American Journal of Sociology*, n° XXIX, pp. 80-98.
- Park, E. R., 1941, « De l'information comme forme de connaissance », *American Journal of Sociology*, n° XLV, pp. 669-686.
- Poiroux, J., 2014, « Comment la PQR se débrouille-t-elle sur le Web ? », *Ina Global*, <http://www.inaglobal.fr/presse/article/comment-la-pqr-se-debrouille-t-elle-sur-le-web->.
- Ringoot, R., Rochard, Y., 2005, « Proximité éditoriale : normes et usages des genres journalistiques », *Mots*, n° 77, pp. 73-90.
- Riutort, P., 1996, « Grandir l'évènement. L'art et la manière de l'éditorialiste », *Réseaux*, n° 76, pp. 61-81.
- Tassin, E., 1991, « Espace commun ou espace public ? L'antagonisme de la communication et de la publicité », *Hermès*, n° 10, pp. 23-37.
- « Tempêtes sur la presse quotidienne régionale », 30 novembre 2013, *Le grand bain, France Inter*.
- Tétu, J.-F., 1995, « L'espace public local et ses médiations », *Hermès*, n° 17-18, pp. 287-298.
- « 70 ans de la PQR : la presse locale et régionale post-Seconde Guerre mondiale a-t-elle tenu ses engagements ? », 18 août 2015, Interview de Christian Delporte, <http://atlantico.fr>.

Annexe n° 1 : Répartition des éditoriaux de Sud Ouest entre les différents auteurs et thèmes abordés

Titre de l'éditorial	Thème principal développé	Auteur
Poutine, le grand jeu	Poutine est le maître du jeu russe-européen	Directeur éditorial
Logique des fous de Dieu	Secte islamiste au Nigeria	
L'Europe de l'ambiguïté	Plaidoyer de François Hollande pour l'Europe	
Ces orages non désirés	Le Front National et les élections européennes	
La grande palette européenne	Pourquoi il faut aller voter aux élections européennes	
Surprise non Commotion ouï	La présence forte du Front National au parlement européen	
Le silence de Poutine	À propos de l'Ukraine	
Le glacial jeu de Poutine	À propos de la Crimée	
On l'appelait la place	L'érosion des plages du littoral de l'Atlantique	
Consternantes écoutes	L'ancien président Sarkozy écouté...	
Taubira, le maillon faible	Les maladresses de la ministre de la Justice	
L'homme des mots cachés	Sarkozy, justiciable normal...	
Le fracas mondial de la Crimée	La Russie contre l'Europe	
Que reste-t-il de l'Ukraine ?	Le rêve de reconquête de Poutine	
Poutine : quel prix à payer ?	Dans quelle solitude va s'enfermer Poutine	
La quadrature du cercle	Hollande et l'opinion publique	Éditorialiste parisien
Une baisse d'impôts très électorale	Les promesses du gouvernement avant le deuxième tour des élections municipales	
Abstention à tous les étages	Où sont les vrais contestataires du Parti socialiste ?	
Le festival de Strauss-Cannes	DSK vedette du Festival de Cannes et désarroi de la politique en France	
Et si on taxait les couacs ?	L'écotaxe qui pollue le... gouvernement	
Le décret du patriotisme	La relation de Valls (premier ministre) et Montebourg (ancien ministre)	
L'Europe ne mérite pas cela	L'Europe progresse même si cela est peu à peu	
Le sommet des impérialistes russes et chinois	La situation explosive en Asie de l'Est	
Valls, chef de campagne européenne	L'engagement du premier ministre pour l'Europe et contre le Front National	
Un parfum de guerre froide	À propos de Poutine	
Le sacerdoce du maire	Les déceptions des maires face au gouvernement de F. Hollande	
La vengeance des petits pois	Les mises en cause de Nicolas Sarkozy	
Un crime en Crimée	L'Europe et Poutine	

Titre de l'éditorial	Thème principal développé	Auteur
La manip pour tous	Mises en cause du gouvernement sur les affaires	
Une campagne très polluée	Les limites du gouvernement Hollande	
Sous les pavés, le pacte	À propos du pacte de responsabilité promis par le gouvernement	
La solitude de Sarkozy	Les silences des ténors de l'UMP vis-à-vis de l'ancien président de la République	
Être lucide face au Front National	Le pari réussi de dédramatisation de Marine Le Pen	
Le vrai retour de Nicolas Sarkozy	La fragilité de l'axe franco-allemand sur la construction européenne	
Nettoyer les écuries d'Audax	L'UMP n'est plus le principal parti d'opposition, c'est le Front National	
2017 sera bien différente de 2012	Hypothèse sur le fait que Marine Le Pen s'imposera aux prochaines élections présidentielles au regard des résultats de ce parti aux élections européennes	
L'incontournable Monsieur XI	Le lien franco-chinois. La France n'est pas un vassal de Pékin.	L'éditorialiste en charge de la rubrique internationale
Famille, la politique des petits pas	Le recul du gouvernement sur la loi relative à la procréation médicale assistée	
Optimisme forcé et courtoisie japonais	Critique de François Hollande sur le retour de la croissance	
Du bon usage d'une dégelée électorale	La réforme des régions et la stratégie électorale	
Sébastopol ou la commémoration de trop	Comment interpréter la visite de Poutine en Crimée ?	
Marine et les cinquante nuances de droite	110 députés europhobes à Strasbourg, droite et extrême droite	
Billard à trois bandes autour de la BNP	Menace des USA contre la banque française	
Le sombre procès de Pretoria	Procès d'Oscar Pistorius, drame national en Afrique du Sud	
Le maniaque du dictaphone	Les écoutes de Patrick Buisson, ex conseil de Nicolas Sarkozy	
La diagonale de Sébastopol	Poutine et la crise ukrainienne	
Un cornac hindouiste pour l'éléphant indien	Les élections législatives en Inde	
Hollande sur les marches de l'empire russe	Visite de F. Hollande dans trois ex républiques soviétiques	
Barak Obama, un marteau et des clous	L'échec de la politique d'Obama	
Les cartes perdues de la gauche	La déroute du Parti socialiste aux élections municipales	Directeur général délégué
François Hollande au pied du mur	L'échec du Parti socialiste, surtout en Aquitaine : début d'un chemin de croix	

Fr. Comment l'éditorial en presse quotidienne régionale participe-t-il au débat public et comment parvient-il à faire émerger sur le devant de la scène des questions qui ont un intérêt national, alors que par essence la vocation de cette famille de presse est avant tout locale ? La question semble d'autant plus pertinente qu'il pèse sur ce secteur, contraint pour des raisons économiques à certains mouvements de concentration et de rapprochement, une injonction de consensus rédactionnel afin de ne pas perdre davantage de lecteurs. Dans ce contexte, l'engagement éditorial constitue-t-il une prise de risque et quel type de relation ce genre journalistique particulier peut-il entretenir avec les lecteurs ? Cette communication aborde ces questionnements à partir de l'exemple du quotidien régional *Sud Ouest* qui, en termes d'audience, fait partie des quotidiens les plus puissants de son secteur et regroupe seize éditions sur sept départements. Il est aussi l'un des plus anciens titres de la presse quotidienne régionale française. Ce journal propose aujourd'hui un éditorial, et cela demeure une de ses particularités majeures, signé par quatre journalistes de la rédaction. Une telle situation favorise une pluralité des points de vue et permet aussi une plus large appropriation par les lecteurs que nous explorons à travers une étude en réception. Nous analysons le positionnement spécifique de ce quotidien à travers son éditorial, notamment à partir de l'approche développée par Géraldine Muhlmann qui défend l'idée d'un « *journalisme rassembleur mais aussi capable d'injecter du conflit, condition essentielle pour que la presse sorte de l'hyper-consensuel* », et ainsi apporte, comme cela semble le cas pour *Sud Ouest*, une réelle contribution au débat public.

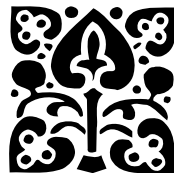
Mots clés : presse régionale, éditorialiste, réception, consensus, engagement.

En. How do regional daily press editorials participate in public debate and how do they place front and centre national interest issues when the essence of these types of newspapers is above all local? Compounding the problem, the question of an imposed editorial consensus (so as not to lose more readers) weighs on the sector as economic pressures make concentration and reconciliation necessary. In this context, does editorial advocacy constitute a risk? And what type of relationship can this particular journalistic genre have with readers? This paper addresses these questions using as an example the regional daily *Sud Ouest* which in terms of audience is one of the most influential dailies in its field, publishing sixteen editions in seven departments. It is also one of the oldest publications of the French regional daily press. One of *Sud Ouest's* signature features is that it offers an editorial page written by four in-house journalists. This situation fosters a plurality of views and a wider readership. How it is received by those readers is examined in this study. We also analyze this daily's editorial stance through the lens of Géraldine Muhlmann's idea of a "*unifying journalism but also capable of injecting conflict, an essential condition for the press to extricate itself from the hyper-consensual*," and how it provides, as seems to be the case for *Sud Ouest*, an authentic contribution to public debate.

Keywords: regional press, editorialist, reception, consensus, commitment.

Pt. Como os editoriais na imprensa diária regional participam no debate público e como eles colocam na dianteira e no centro questões de interesse nacional, quando a essência desses tipos de jornais é, acima de tudo, local? Para agravar o problema, a questão de um consenso editorial imposto (de modo a não perder mais leitores) pesa sobre o setor como pressões econômicas que fazem concentração e reconciliação necessárias. Neste contexto, a defesa editorial constitui um risco? E que tipo de relacionamento pode este gênero jornalístico particular ter com os leitores? Este artigo aborda essas questões, utilizando como exemplo o diário regional *Sud Ouest*, que, em termos de audiência, é um dos jornais mais influentes em seu campo, publicando dezesseis edições em sete departamentos. É também uma das mais antigas publicações existentes na imprensa diária regional francesa. Uma das características da assinatura *Sud Ouest* é que ele oferece uma página editorial escrita por quatro jornalistas. Esta situação promove uma pluralidade de pontos de vista e um público mais amplo. Como isso é recebido por aqueles leitores é examinado neste estudo. Também analisamos a posição editorial deste diário através da lente da idéia de Géraldine Muhlmann de um “*jornalismo unificador, mas também capaz de injetar conflito, uma condição essencial para a imprensa para desprender-se de si mesma a partir do hiper-consensual*”, e como ele fornece, como parece ser o caso de *Sud Ouest*, uma contribuição autêntica para o debate público.

Palavras-chave: imprensa regional, editorialista, recepção, consenso, compromisso.



MERCI AUX ÉVALUATEURS DES RÉCENTS NUMÉROS DE LA REVUE
AGRADECEMOS AOS AVALIADORES DAS ÚLTIMAS EDIÇÕES DA REVISTA
MANY THANKS TO ALL THE REVIEWERS OF THE RECENT ISSUES

Alzira Abreu (Fundação Getúlio Vargas, Brasil) • Juan Miguel Aguado (Universidad de Murcia, España) • Chris W. Anderson (The City University of New-York, USA) • Leonel Azevedo de Aguiar (Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil) • Altu Akin (Zmir Ekonomi Üniversitesi, Türkiye) • Dominique Augey (Aix-Marseille université, France) • Jan Baetens (Katholieke Universiteit Leuven, België) • Helder Bastos (Universidade do Porto, Portugal) • Christa Berger (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil) • Elisabeth Bird (University of South Florida, USA) • Gersende Blanchard (Université Lille 3, France) • Claire Blandin (Université Paris-Est-Créteil, France) • Franck Bousquet (Université Toulouse 3, France) • Nadège Broustau (Université libre de Bruxelles, Belgique) • Laura Calabrese (Université libre de Bruxelles, Belgique) • João Canavilhas (Universidade da Beira Interior, Portugal) • Dominique Cardon (CNRS, France) • Marialva Carlos Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil) • Valérie Cavalier-Croissant (Université Lyon 2, France) • Jean Charron (Université Laval, Canada) • Ivan Chupin (Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, France) • Iluska Maria da Silva Coutinho (Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil) • Béatrice Damian-Gaillard (Université Rennes 1, France) • Jamil Dakhli (Université Paris 3 Sorbonne nouvelle, France) • Salvador de León (Universidad Autónoma de Aguascalientes, México) • Juliette de Maeyer (Université de Montréal, Canada) • Didier Demazière (CNRS, France) • Emmanuel Derieux (Université Paris Panthéon-Assas, France) • Irène Di Jorio (Université libre de Bruxelles, Belgique) • Anya Diekmann (Université libre de Bruxelles, Belgique) • David Domingo (Université libre de Bruxelles, Belgique) • Carlos Eduardo Esch (Universidade de Brasília, Brasil) • Benjamin Ferron (Université Paris-Est-Créteil, France) • Marie-Soleil Frère (FNRS, Belgique) • Elvira Garcia de Torres (Universitat Internacional Valenciana, España) • Gilles Gauthier (Université Laval, Canada) • Eric Georges (Université du Québec à Montréal, Canada) • Benoît Grévisse (Université catholique de Louvain, Belgique) • Nicolas Harvey (Université d'Ottawa, Canada) • François Heinderyckx (Université libre de Bruxelles, Belgique) • Cristiane Henriques Costa (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil) • Alfred Hermida (University of British Columbia, Canada) • Nicolas Hubé (Université de la Sorbonne, France) • Valérie Jeanne-Perrier (Université Paris-Sorbonne, France) • Alice Krieg-Planque (Université Paris-Est-Créteil, France) • Eric Lagneau (France) • Sandrine Lévêque (Université de la Sorbonne, France) • Seth C. Lewis (University of Oregon, USA) • Dominique Marchetti (CNRS, France) • Julien Longhi (Université de Cergy-Pontoise, France) • Pere Masip (Universidad Ramon Llull, España) • Frederico de Mello Brandão Tavares (Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil) • Thaïs de Mendonça Jorge (Universidade de Brasília, Brasil) • Isabelle Meuret (Université libre de Bruxelles, Belgique) • Luciana Mielniczuk (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil) • Sophie Moirand (Université Sorbonne-Nouvelle, France) • Sandy Montanola (Université de Rennes 1, France) • Sylvia Moretzsohn (Universidade Federal Fluminense, Brasil) • Dione Oliveira Moura (Universidade de Brasília, Brasil) • Joana Ormundo (Universidade de Brasília, Brasil) • Sylvain Parasie (Université Paris-Est, France) • Ike Picone (Vrije Universiteit Brussel, België) • Olivier Pilmis (CNRS, France) • Alain Rabatel (Université de Lyon 2, France) • Franck Rebillard (Université Sorbonne-Nouvelle, France) • Edgar Rebouças (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil) • Zvi Reich (Ben-Gurion University of the Negev, Israël) • Roselyne Ringoot (Université Grenoble Alpes, France) • Catarina Rodrigues (Universidade da Beira Interior, Portugal) • Nélia Rodrigues Del Bianco (Universidade de Brasília, Brasil) • Eugénie Saitta (Université Rennes 1, France) • Luís Santos (Universidade do Minho, Portugal) • Florian Sauvageau (Université Laval, Canada) • Julie Sédal (Université de Strasbourg, France) • Willam Spano (Université Lyon 2, France) • Jean-François Tétu (Institut politique de Lyon, France) • Annelise Touboul (Université Lyon 2, France) • Sandrine Turgis (Université de Reims, France) • Olivier Trédan (Université de Rennes 1, France) • Jean-Michel Utard (France) • Barbara Witte (Hochschule Bremen, Deutschland) • Eliane Wolf (Université de la Réunion, France) • Stéphanie Wojcik (Université Paris-Est-Créteil, France) • Adeline Wrona (Université Paris-Sorbonne, France)

Publiée avec le concours de :



Ce numéro de la revue
a été imprimé grâce
au soutien du FNRS



